



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ALESSANDRA OLIVEIRA TELES

**O COMÉRCIO INFORMAL EM FEIRA DE SANTANA (BA) –
PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS**

**SÃO CRISTOVÃO
2017**

ALESSANDRA OLIVEIRA TELES

**O COMÉRCIO INFORMAL EM FEIRA DE SANTANA (BA) –
PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Barbara-Christine Nentwig Silva

SÃO CRISTOVÃO
2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

T269c Teles, Alessandra Oliveira
 O comércio informal em Feira de Santana (BA) : permanências
 e mudanças / Alessandra Oliveira Teles ; orientadora Barbara-
 Christine Nentwig Silva. – São Cristóvão, 2017.
 247 f. : il.

 Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de
 Sergipe, 2017.

1. Geografia econômica. 2. Setor informal (Economia) – Feira de Santana (BA). 3.
Vendedores ambulantes. 4. Centros comerciais. I. Silva, Barbara-Christine Nentwig,
orient. II. Título.

CDU 911.3:339.376(813.8)

ALESSANDRA OLIVEIRA TELES

**O COMÉRCIO INFORMAL EM FEIRA DE SANTANA (BA) –
PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS**

BANCA EXAMINADORA

Orientadora _____
Prof. Dra. Barbara-Christine Nentwig Silva - UFS

1º Examinador _____
Prof. Dra. Vera Lúcia Alves França - UFS

2º Examinador _____
Prof. Dr. Claudio Ressurreição dos Santos – SEC/BA

3º Examinador _____
Prof. Dr. Dean Lee Hansen - UFS

4º Examinador _____
Prof. Dr. José Raimundo Oliveira Lima - UEFS

À minha vó Francisca;
Meus pais, Alfredo e Maria do Carmo, pelo início;
Edvaldo, pelo caminhar;
Gabriel, pela perspectiva de continuação dessa família.
A todos os ambulantes e camelôs que retiram das ruas o seu sustento.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por permitir força, saúde, sabedoria, coragem, ânimo em todos os momentos.

À Professora Barbara-Christine por acreditar no meu trabalho. Em 2003, apenas tomando conhecimento do título do meu projeto de mestrado, sem maiores informações sobre minha vida acadêmica, aceitou me orientar. Hoje, finalizamos mais um degrau, sem o conhecimento e incentivo da senhora esta tese não teria se concretizado.

Ao Professor Sylvio, pela paciência e gentileza, todas as vezes que liguei, à noite, para conversar com minha orientadora. Chegar ao fim sem sua presença material foi algo muito difícil para todos que lhe conheciam, a Geografia perde um grande nome e o céu recebe uma pessoa sem igual.

À Professora Vera França, não sei o que lhe dizer, obrigado é muito pouco por tomar o lugar da minha orientadora num momento tão difícil para ela. Mas, posso registrar aqui, seu profissionalismo, gentileza, atenção e sensibilidade para auxiliar tanto a professora Barbara quanto a mim.

Aos professores que compõem esta banca examinadora por deixarem seus variados afazeres e dedicarem seu valioso tempo na correção e contribuição para esta tese.

Ao PPGEIO, por ter proporcionado a oportunidade de realizar este curso. Aos professores do PPGEIO, por todas as contribuições. Em cada oportunidade de troca de informações que ajudaram na construção desse trabalho.

A Universidade Estadual de Feira de Santana, por proporcionar o afastamento com remuneração e ajuda de custo. Aos colegas da área de geografia, por contribuírem no meu afastamento, arcando com os encargos deixados temporariamente para que este trabalho se concretizasse.

À Elaine Cristina de Almeida Rezende, funcionária e Cristiana Barbosa de Oliveira Ramos diretora do Museu Casa do Sertão/UEFS, por toda a gentileza em procurar e disponibilizar todas as informações históricas sobre Feira de Santana, fornecendo bem mais do que foi solicitado, contribuindo de modo cortês para o enriquecimento dessa pesquisa.

Aos meus familiares: Pai, Mãe, Wodis, Fátima, Wodis Filho, Drielly – os primeiros desse clã e já presentes no início dessa jornada. Edvaldo, meu amado esposo, que aceitou casar no início deste curso e suportou pacientemente cada “crise” que passei para finalizar essa tese; Gabriel que chegou durante a construção desse trabalho. Diego que se agregou a família e viu que não é fácil ser intelectual.

Ao Danilo Carneiro, aluno da UEFS e mestrando da UFS, que se tornou um grande amigo e auxiliou nas mais difíceis situações, a realizar as etapas desta pesquisa, não tenho como lhe agradecer por ter deixado suas ocupações, inclusive com sua própria dissertação, para me auxiliar no que foi necessário.

A Cleonice Moreira da Silva, também aluna da UEFS e doutoranda da UFBA, grande amiga, conversamos muito sobre tantas coisas, inclusive o objeto de estudo que dividimos.

Ao Israel de Oliveira Junior, na confecção dos mapas, transformando em representação visual os dados coletados para esta pesquisa.

Aos meus amigos, irmãs e irmãos da Congregação Cristã no Brasil, por todas as vezes que gentilmente receberam Edvaldo com Gabriel, logo cedo da manhã, aos domingos e feriados, para que na solidão do lar eu conseguisse concretizar esse trabalho.

A minha mãe. Me ensinou a ler lá no início, me mostrou como estudar era importante, esteve ao meu lado em todos os degraus dessa escada chamada conhecimento. Além de ter ficado com Gabriel para que eu pudesse ir fazer as entrevistas e coletar os documentos e tudo que fosse necessário para elaborar essa tese.

Meu pai, quantas madrugadas “tava pronto!” para me levar na rodoviária ou à margem da BR-101, ainda tudo escuro, um frio... quantas vezes vimos o dia amanhecer à beira da pista. Tudo para que eu pudesse chegar a Aracaju ou Salvador para as aulas ou orientações.

Minha amada sobrinha Drielly, tantas vezes ficou com Gabriel para que eu pudesse escrever diversas páginas que estão aqui.

Por quantas vezes me vieram lágrimas aos olhos por pensar que não conseguiria concluir esta tese, muitas noites, depois que Gabriel dormia e eu sentava à frente do computador, pensei: Será que chego ao fim? Quantas noites (e dias) Edvaldo se viu sozinho, enfadado em assistir televisão e eu não ter como estar ao seu lado e mesmo assim, carinhosamente me dizer sempre: “Mô, cuida no teu trabalho!”. Mas, aqui está! Essa tese não seria possível sem seu cuidado com nosso filho e pela sua paciência em me ver em casa, mas ausente por estar mergulhada nessa pesquisa.

Ambulantes, camelôs, trabalhadores das ruas. Essa pesquisa não existiria sem a luta diária pela sobrevivência de cada um de vocês.

Perdão àqueles que a memória falhou em registrar a contribuição.

Sem vocês me apoiando não teria chegado aqui. Qualquer agradecimento é insuficiente.

Sou camelô, sou de mercado informal
Com minha guia sou, profissional
Sou bom rapaz, só não tenho tradição
Em contra partida sou, de boa família.
Olha doutor, podemos rever a situação
Pare a polícia, ela não é a solução, não.
Não sou ninguém, nem tenho pra quem apelar
Só tenho o meu bem que também não é ninguém
Quando a polícia cai em cima de mim
Até parece que sou fera
Quando a polícia cai em cima de mim
Até parece que sou fera
Até parece, até parece...

Camelô
Edson Gomes

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AFEVA - Associação Feirense dos Vendedores Ambulantes

AVAMFS – Associação de Vendedores Ambulantes de Feira de Santana

BCJC – Biblioteca Central Julieta Carteadó

CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas

CEAF – Centro de Atendimento Feirense

CETEB - Centro Tecnológico da Bahia

CIFS - Centro das Indústrias de Feira de Santana

CIS – Centro Industrial Subaé

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

DIREP – Divisão de Repressão ao Contrabando

FAN – Faculdade Nobre

FAT – Faculdade Anísio Teixeira

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FTC – Faculdade de Tecnologia e Ciências

GIPS – Guia de Informação da Previdência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IFBA – Instituto Federal Baiano

MAFRISA – Matadouro e Frigorífico S. A.

MEI – Microempreendedor Individual

MAP - Mercado de Arte Popular

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PAA – Posto de Atendimento Avançado

PAB – Posto de Atendimento Bancário

PAE – Posto de Atendimento Eletrônico

PDLI – Plano de Desenvolvimento Local Integrado

PMFS – Prefeitura Municipal de Feira de Santana

PNDR – Plano Nacional de Desenvolvimento Regional

PPP - Parceria Público-Privada

PRANE - Projetos e Assessoria do Nordeste

PIB - Produto Interno Bruto

RMFS – Região Metropolitana de Feira de Santana

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem para o Comércio

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SEST/SENAT – Serviço Social dos Transportes/ Serviço de Aprendizagem para o Transporte

SETTDEC - Secretaria Municipal do Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico

SINDICAME - Sindicato dos Camelôs de Feira de Santana e Região

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UNEF – Unidade de Ensino de Feira de Santana

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Feira de Santana e microrregião geográfica	19
Figura 2 - Localização do Município de Feira de Santana	20
Figura 3 – Fluxograma metodológico	31
Figura 4 – Feira de Santana - Vista parcial da feira – 1950	79
Figura 5 – Feira de Santana - Artigos de cerâmica vendidos na feira – 1950	80
Figura 6 – Feira de Santana - Gado deixando os currais após comercialização – 1950	81
Figura 7 - Principais rodovias que cruzam Feira de Santana	84
Figura 8 – Feira de Santana - Feira no cruzamento das avenidas Senhor dos Passos e Getúlio Vargas – Década de 1960	87
Figura 9 – Feira de Santana - Feira ao longo da Avenida Getúlio Vargas – Década de 1960	88
Figura 10 – Feira de Santana - Avenida Getúlio Vargas – 1970	90
Figura 11 – Feira de Santana - Avenida Senhor dos Passos - 1984	91
Figura 12 – Feira de Santana - Rua Sales Barbosa – 1980	92
Figura 13 – Primeira utilização do termo camelô em Feira de Santana - 1979	93
Figura 14 – Título de reportagem sobre camelôs no centro da cidade – 1981	94
Figura 15 – Feira de Santana – Bairro Centro - 2016	95
Figura 16 –Feira de Santana - Linha do tempo na evolução do município e da cidade	101
Figura 17 - Microrregião Geográfica de Feira de Santana - População total – 1970 -2010	104
Figura 18 - Feira de Santana - Evolução da população residente – 1970-2010	106
Figura 19 - Feira de Santana - Crescimento relativo da população – 1970-2010	108
Figura 20 - Feira de Santana - Avenidas e ruas principais - 2014	124
Figura 21 - Feira de Santana - Ruas com maior concentração de camelôs – 2016	133
Figura 22 – Feira de Santana - Formas de pagamento recebidas por ambulantes e camelôs- 2015	136
Figura 23 – Feira de Santana - Comerciantes sindicalizados no centro Comercial- 2015	137
Figura 24 - Feirantes reivindicam presença do Prefeito Municipal no Centro de Abastecimento - 1980	138
Figura 25 - Feira de Santana - Comerciantes reivindicam posição do poder público -1980	140

Figura 26 - Feira de Santana - Tipo de produto comercializado por ambulantes e camelôs - 2015	141
Figura 27 – Carros em frente à loja para impedir ocupação de ambulantes e camelôs na avenida Senhor dos Passos	152
Figura 28 - Tipos de equipamentos utilizados por ambulantes e camelôs no centro comercial de Feira de Santana - 2015	161
Figura 29 - Feira de Santana - Municípios de origem dos ambulantes e camelôs - 2016	163
Figura 30 - Feira de Santana - Local de residência de ambulantes e camelôs– 2016	165
Figura 31 - Familiares que trabalham como ambulantes e camelôs- 2015	167
Figura 32 – Manchete de jornal relacionada a indefinição da localização da feira do rolo – 1990	170
Figura 33 – Fachada do Feiraguay na cidade de Feira de Santana - 2014	173
Figura 34 – Placa fixada pela PMFS sobre a proibição de ambulante e camelôs no centro comercial - 2015	179
Figura 35 – Feira de Santana - Motivos para trabalhar como ambulante ou camelô - 2015	180
Figura 36 – Feira de Santana - Comércio formal e informal na rua Marechal Deodoro - 2015	187
Figura 37 – Feira de Santana - Comércio formal e informal na rua Marechal Deodoro – 2015	188
Figura 38 – Feira de Santana - Avenida Senhor dos Passos - 2015	190
Figura 39 – Feira de Santana - Manchete em relação aos camelôs na rua Sales Barbosa - 1981	191
Figura 40 – Feira de Santana - Comércio formal e informal na rua Sales Barbosa - 2015	192
Figura 41 – Feira de Santana -Comércio informal na rua Sales Barbosa - 2015	193
Figura 42 – Feira de Santana - Ambulantes e camelôs na rua Sales Barbosa – 2015	194
Figura 43 – Feira de Santana - Rua Sales Barbosa – 1970/2015	195
Figura 44 – Feira de Santana - Praça do Nordeste	196
Figura 45 – Feira de Santana - Local onde guardam as mercadorias no fim do trabalho - 2015	198
Figura 46 – Tipos de equipamento utilizados por ambulantes e camelôs - 2015	199
Figura 47 – Tipos de equipamento utilizados por ambulantes e camelôs - 2015	199
Figura 48 – Feira de Santana - Modo de aquisição da mercadoria pelos ambulantes e camelôs de Feira de Santana - 2015	200
Figura 49 - Feira de Santana – Local de residência dos consumidores nos bairros - 2016	204

Figura 50 - Município de origem dos consumidores	206
Figura 51 - Feira de Santana – Produtos adquiridos pelos consumidores – 2016	207
Figura 52 - Feira de Santana – Período que os consumidores mais compram dos ambulantes e camelôs de Feira de Santana - 2016	208
Figura 53 - Valores utilizados nas compras - 2016	209
Figura 54 - Compra sempre com o mesmo ambulante ou camelô	209
Figura 55 - Frequentaria um shopping popular sem saber a localização	210
Figura 56 - Frequentaria um shopping popular no centro de abastecimento	211
Figura 57 – Distribuição setorial dos ambulantes e camelôs de Feira de Santana	214
Figura 58 – Fachada do Shopping Popular da Feira de Santana - 2016	215
Figura 59 – Feira de Santana – Provável Localização do Shopping Popular	217
Figura 60 - Feira de Santana – Localização do shopping popular	218
Figura 61 – Feira de Santana – Local para transferência dos artesãos do Centro de Abastecimento - 2015	219
Figuras 62 – Movimento de artesãos do Centro de Abastecimento, ambulantes e camelôs contra a construção do Shopping Popular	224
Figura 63 – Feira de Santana - Fachada do Shopping Boulevard - 2016	233
Figura 64 – Edifício Multiplace - 2016	234

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Feira de Santana - Efetivo do rebanho bovino, número de cabeças – 1974 – 2015	82
Tabela 2 – Feira de Santana - População municipal - 1950-2010	103
Tabela 3 – Microrregião geográfica de Feira de Santana – População total - 1970-2010	105
Tabela 4 – Feira de Santana - População residente, por situação do domicílio, sede municipal e distritos – 2010	109
Tabela 5 - Feira de Santana e Microrregião Geográfica - Arrecadação mensal do ICMS, em reais – 2000-2016	117
Tabela 6 - Estado da Bahia – Produto Interno Bruto dos cinco maiores municípios – 2010 – 2013	118
Tabela 7 - Estado da Bahia - Produto Interno Bruto da indústria dos cinco maiores municípios – 2010 – 2013	119
Tabela 8 - Estado da Bahia - Produto Interno Bruto dos serviços dos cinco maiores municípios – 2010-2013	120
Tabela 9 - Microrregião Geográfica de Feira de Santana - Produto Interno Bruto, a preços correntes (R\$1.000,00) - 2000-2013	121
Tabela 10 - Feira de Santana - Atividades anteriormente exercidas pelos camelôs e ambulantes - 2015	134
Tabela 11 – Tempo de trabalho dos ambulantes e camelôs em Feira de Santana – 2015	168
Tabela 12 – Feira de Santana - Local de origem dos produtos comercializados pelos ambulantes e camelôs - 2015	201

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese da tese, problemas e objetivos	27
Quadro 2 – Detalhamento da Situação Fiscal do MEI e do Micro e Pequeno Empresário	72
Quadro 3 – Síntese da organização rodoviária nacional com repercussões em Feira de Santana – 1929-1975	86
Quadro 4 – Contribuições teóricas relacionadas as atividades do comércio Informal	131
Quadro 5 – Detalhamento dos produtos comercializados por ambulantes e camelôs em Feira de Santana – 2015	143
Quadro 6 – Feira de Santana - Transformações no território – 1970-2015	147
Quadro 7 – Audiências públicas entre PMFS e membros do Pacto de Feira	216
Quadro 8 – Ações do poder municipal de Feira de Santana – 1973 a 2016	228
Quadro 9 – Características dos dois circuitos da economia urbana presentes nas atividades dos ambulantes e camelôs de Feira de Santana	237

LISTA DE CROQUIS

Croqui 1 – Ambulantes e camelôs na rua Sales Barbosa	150
Croqui 2 – Ambulantes e camelôs na avenida Senhor dos Passos	153
Croqui 3 – Ambulantes e camelôs na Praça do Nordeste	154
Croqui 4 – Ambulantes e camelôs na rua Benjamin Constant	156
Croqui 5 – Ambulantes e camelôs na rua Marechal Deodoro	158

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 TEORIAS E CONCEITOS	34
2.1 Território e ordenamento territorial	34
2.2 Os circuitos da economia	42
2.3 Reestruturação produtiva	52
2.4 Comércio: formal e informal	59
2.5 Ambulantes, camelôs e outros	68
3 FEIRA DE SANTANA E SUA REGIÃO	76
3.1 Evolução do município e da cidade	77
3.2 Evolução da população de Feira de Santana e sua microrregião geográfica	103
3.3 Análise dos elementos econômicos de Feira de Santana e sua microrregião	110
4 O CONTEXTO DOS AMBULANTES E CAMELÔS	124
4.1 O circuito da informalidade nas ruas principais de Feira de Santana	124
4.2 Origem e consolidação dos ambulantes e camelôs em Feira de Santana	147
4.3 Feira de Santana, primeiros ambulantes e camelôs num processo de ordenamento territorial	170
4.4 A apropriação do espaço público	175
5 O COMÉRCIO INFORMAL: PERMANÊNCIAS E RESISTÊNCIAS	186
5.1 Zoneamento dos produtos e formação de territorialidades	186
5.2 Quem é a população consumidora	204
5.3 Pacto da Feira, mais uma transferência de ambulantes e camelôs	213
5.4 A suposta solução de um problema e a criação de outro	224
CONSIDERAÇÕES FINAIS	245
REFERÊNCIAS	255
APÊNDICES E ANEXOS	267

RESUMO

O comércio informal em Feira de Santana, particularmente o que ocorre nas ruas da cidade, passou por significativas transformações no intervalo que marca a origem do município e da cidade com a feira livre e a feira de gado bovino até a atual organização. Esta situação é um indicativo de que houveram inclusões de processos de acumulação de capital. Sua organização e relevância é reflexo do poder que possui em atrair um elevado fluxo de pessoas, em especial, de sua microrregião, e da capacidade em promover a circulação de capital, caracterizando o centro comercial como local de maior valor para todo tipo de comércio informal, incluindo o comércio de rua. É no comércio onde se encontra a força da economia de Feira de Santana, nesta perspectiva, determinou-se o comércio informal como objeto desse estudo, considerando sua relevância. Como tese foi estabelecido: A centralidade urbana em Feira de Santana se mantém perante o fortalecimento do circuito inferior da economia representado pelo comércio de rua realizado por ambulantes e camelôs. As permanências e resistências no comércio de rua em Feira de Santana também são repercussões locais de situações globais. O objetivo geral busca analisar o comércio informal em Feira de Santana, sua evolução e transformação reafirmando a centralidade associada à dinâmica urbana e popularização do consumo. As informações indispensáveis para a realização desta pesquisa foram organizadas a partir de fontes diversas. Os documentos governamentais foram consultados. Os dados estatísticos indicativos à população, os censos demográficos e informações sobre o comércio foram coletados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ainda foi realizada uma pesquisa de campo com a intenção de identificar o perfil dos ambulantes e camelôs, além dos consumidores. Esta forneceu dados para a elaboração e discussão dos resultados apresentados no formato de texto, gráficos, figuras, tabelas e mapas temáticos. Entre as permanências e mudanças evidenciadas percebe-se que o comércio de rua estudado segue a lógica e modelo de sociedade para o qual se destina. Nesse sentido, o comércio realizado por ambulantes e camelôs vem refletindo interesses e necessidades da clientela. O espaço público representado pelas ruas e avenidas do centro comercial da cidade de Feira de Santana confirma-se enquanto espaço para o comércio de rua realizado por ambulantes e camelôs. A tradição histórica da feira livre, o desemprego promovido pelas sucessivas reestruturações produtivas, a articulação local, regional e nacional para a realização da atividade comercial contribui para a consolidação do comércio formal e também do informal. Os logradouros estudados apresentam graves problemas de infraestrutura e ordenamento territorial que se corrigidos pelo poder público, não inviabilizam sua realização, principalmente por ser referência em escala regional.

Palavras-chave: Comércio informal; Ambulantes e Camelôs; Centralidade.

ABSTRACT

Informal trade in Feira de Santana, specially the one located on the streets downtown, has gone through significant changes from the beginning of the organization of the city with the street market and the cattle fair up to the city's present organization with predominant industrialized products. The situation indicates that processes of capital accumulation have been included in the activity. The organization and relevance of such activity is the reflex of the power it possesses when it comes to attracting a great flow of people, mostly from the city's micro region, and of the capacity of promoting the circulation of capital, characterizing the commercial center as a venue of great value for any kind of informal trade, including street market. Commerce is the strength of Feira de Santana's economy. In this perspective, informal trade has become the focus of this study, considering its relevance. Continuity and changes in street trade in Feira de Santana are local result of global situation. Changes in the international scenario established over a short period of time will reset nations and cause significant economic and political changes in the contemporary world. The practice of street trade is a well-known model which gained new patterns if we consider what is commercialized presently since the street market is responsible, mostly, for commercializing agricultural or manufactured products. At the present organization, industrial production, mostly technological, is dominant in this kind of commerce. It is the result of a consolidating historic process, governmental actions, labor laws, as well as changes in production and labor relations at global level with local repercussions which resulted in a process of production restructuration. Furthermore, many citizens make a living out of this activity and many industries increase their capital by selling part of their production to this segment of commerce. Among continuity and changes, it is noticed that the street trade studied follows the logic and model of the society for which it is destined. In this context, trade conducted by street vendors has reflected clients' needs and interests. The conclusion of this research shows that informal trade in Feira de Santana presents great heterogeneity, complexity and relevance for society and economy. Therefore, continuity and changes in the activity allow several further studies.

Key-word: Informal trade; Street vendors; Centrality.

1 INTRODUÇÃO

As transformações da sociedade têm tornado relevante o estudo de temas específicos como o comércio. A produção, circulação e consumo se efetivam e materializam no espaço através da atividade comercial. Além disso, a centralidade urbana ratifica a importância do local perante a sua região.

Feira de Santana é um município que tem sua origem numa fazenda, como tantos outros na história da formação territorial brasileira, seu diferencial refere a ter se tornado ponto estratégico no pouso do gado bovino que se deslocava entre o semiárido baiano ou da região centro-oeste para Salvador e demais municípios do Recôncavo.

Com uma área de 1.396 km², Feira de Santana é um dos municípios do Estado da Bahia que compõem a mesorregião denominada Centro Norte Baiano. A microrregião geográfica, na qual está inserido, recebe o seu nome por ser o município de maior influência, sendo composta por mais 23 municípios (Figura 1). No sistema urbano brasileiro, a cidade é considerada uma capital regional A (IBGE, 2008) e dentro do Estado da Bahia só é menor que a capital. A sede do município distancia-se de Salvador, capital do estado, 109 quilômetros, considerando o trajeto rodoviário.

Feira de Santana limita-se ao norte, com os municípios de Tanquinho, Santanópolis e Santa Bárbara; ao leste, com Coração de Maria e Conceição do Jacuípe; ao sul, com Ipecaetá, Antonio Cardoso e São Gonçalo dos Campos e ao oeste, Anguera e Serra Preta (Figura 2).

O município integra a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS), instituída a partir de 06 de Julho de 2012, pela Lei Complementar Estadual nº 35/2011, sendo formada por seis municípios: Feira de Santana, Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho, abrangendo uma população de 673.637, em 2010 (IBGE, Censo Demográfico). As atividades terciárias – destaque para comércio, saúde e educação – demonstram o caráter polarizador da cidade frente aos serviços públicos federais e estaduais nos demais municípios da Região Metropolitana de Feira de Santana e municípios vizinhos.

Figura 1 - Feira de Santana e microrregião geográfica

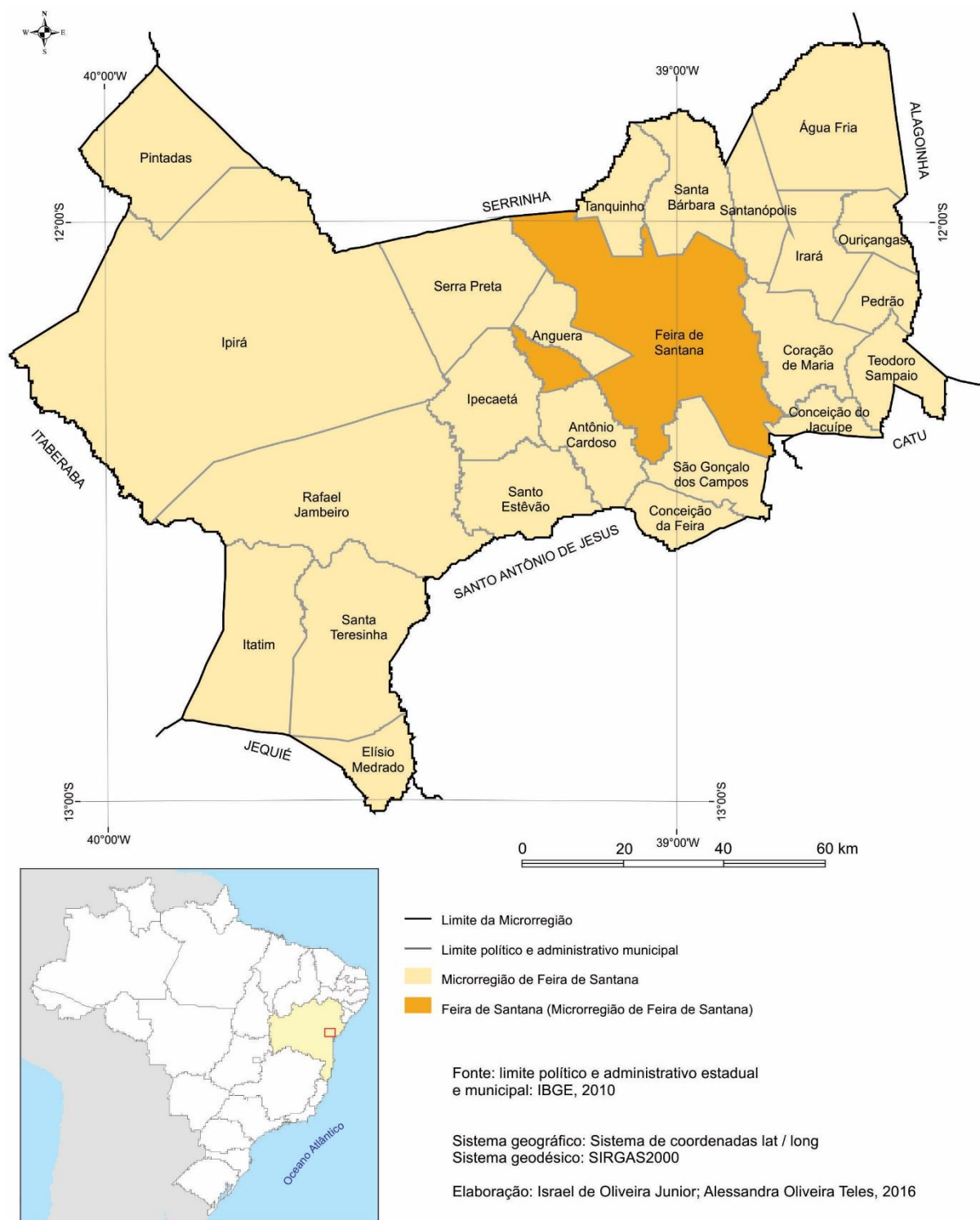
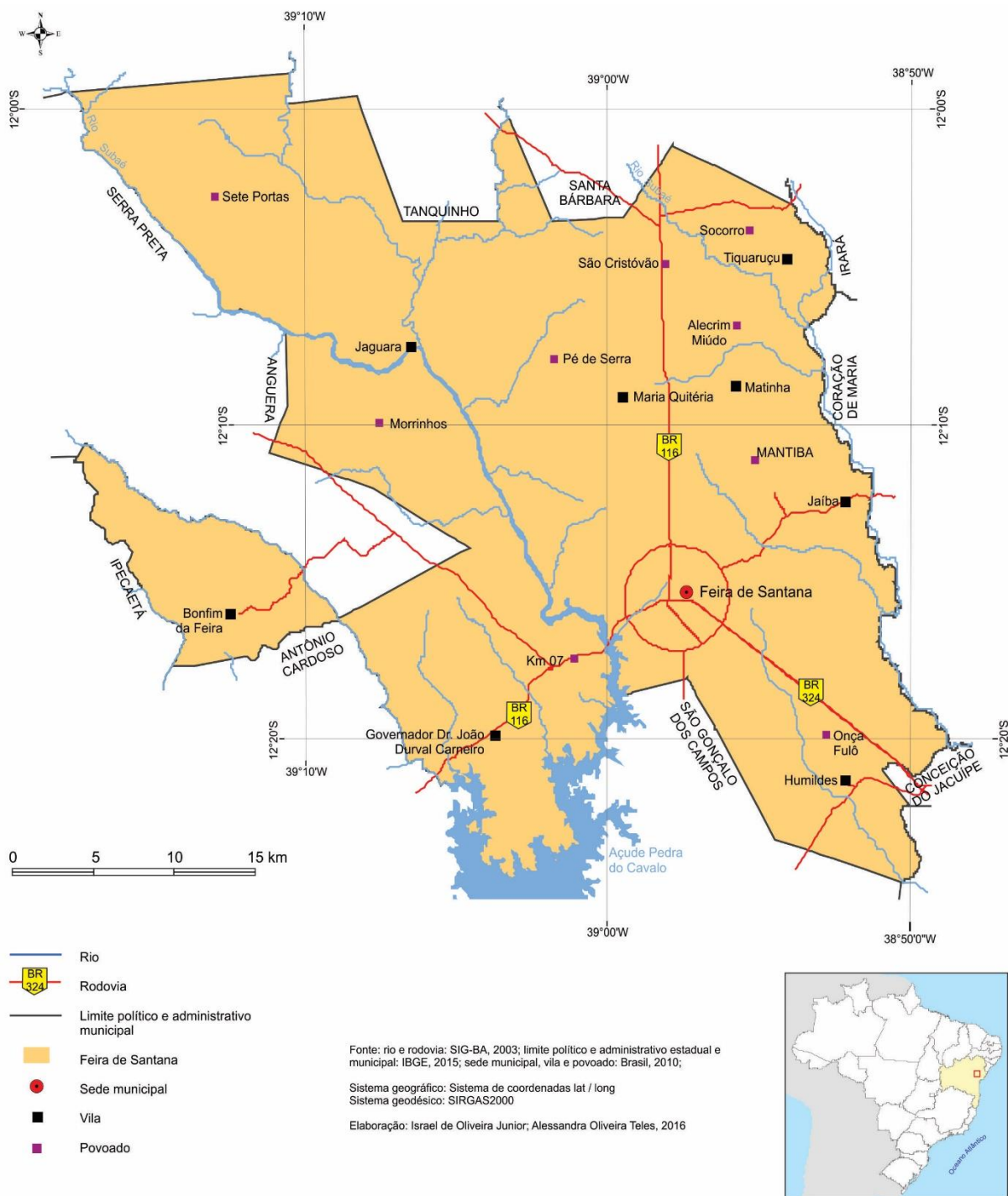


Figura 2 – Localização do Município de Feira de Santana



O comércio é a atividade de maior relevância na dinâmica territorial de Feira de Santana. Responsável por sua implantação e consolidação, reflete, através de seus agentes, as permanências e mudanças que vem atravessando ao longo das décadas. As relações de troca consolidam tal atividade e, associada à localização estratégica da cidade, promoveram o adensamento populacional de modo que o comércio informal se implantasse e se mantivesse. Mesmo com o projeto modernizador associado à abertura de rodovias e ao estabelecimento de um importante centro industrial, é no comércio onde se encontra a força da economia de Feira de Santana (CRUZ, 1999).

O comércio informal, aqui destacado como comércio de rua, a cada dia ganha novos trabalhadores. Está presente por toda a cidade, seja no seu centro comercial ou nos bairros, que vêm adquirindo numerosos estabelecimentos comerciais. Essa dinâmica está tornando o espaço urbano da cidade de Feira de Santana policêntrico no que diz respeito a determinadas atividades.

Feira de Santana ainda se configura como uma cidade monocêntrica, mesmo apresentando sinais de um possível processo de organização policêntrico. Bairros como Tomba, Cidade Nova, Sobradinho e Ponto Central se destacam com comércio e serviços. Neste último bairro está localizado o *Shopping Boulevard* com 176 estabelecimentos comerciais e lojas âncoras como C&A, Riachuelo, Americanas, Hiper Bompreço, Centauro, Game Over, Oriente Cine Place. Além do Multiplace com 21 pavimentos com 256 salas. Porém, é no centro da cidade, que tanto a população local, quanto quem procura por Feira de Santana, encontra serviços especializados.

Com esse atual cenário, o centro comercial que mantém a hegemonia perante os demais ainda é o que se localiza na área central da cidade. Sua organização e relevância são reflexos do poder que possui em atrair um elevado fluxo de pessoas, em especial da sua microrregião. Também precisa ser considerada a capacidade em promover a circulação de capital caracterizando o centro comercial como o local de maior valor para todo tipo de comércio informal, incluindo o comércio de rua.

Pesquisas sobre Feira de Santana vêm sendo desenvolvidas ao longo do tempo, principalmente destacando a posição de Feira de Santana no cenário regional, entretanto, notou-se que estudos sobre o caráter geográfico do comércio informal ainda são escassos, tornando esse trabalho uma contribuição inédita. Este estudo tem ênfase no modo como o comércio informal promove a centralidade intra-urbana em Feira de Santana e configura territorialidades específicas. No contexto, o comércio

informal foi pensado numa perspectiva relacionada ao espaço geográfico. Seu dinamismo demonstra os processos inerentes ao intervalo estudado, bem como, estruturas, funções e formas que mesmo diferenciadas constituem uma totalidade.

Escolher trabalhar com o comércio de rua levou em consideração diversos fatores. Como parte do comércio informal, sua presença é significativa nas ruas e avenidas do centro comercial, além de absorver boa parte da mão-de-obra que se torna desempregada a cada modificação das relações de trabalho nas diversas escalas geográficas. Considerou-se, na escolha do recorte, a relevância e prestígio do comércio de rua no centro comercial de Feira de Santana. Neste espaço é visível o fluxo de pessoas, elemento essencial para quem realiza venda direta.

Entre os estudos encontrados sobre comércio destacam-se as teses, dissertações e artigos publicados em revistas científicas, anais de eventos e jornais de circulação nacional, regional e local. Tanto na Geografia, como em áreas como Administração, Economia e Sociologia, os estudos pontuais e temáticos permitem o aprofundamento na discussão. Durães (2013), num estudo para a Sociologia, revela que os camelôs que trabalham com produtos digitais, no principal camelódromo do Rio de Janeiro, conseguem se destacar em termos econômicos perante os que comercializam os demais produtos. A tese de Montessoro (2006) discute a influência da centralidade urbana como elemento para o fortalecimento do comércio informal, em Anápolis-GO. Dantas (2005) aborda as sucessivas ações do poder público municipal para retirar os camelôs das ruas de Fortaleza. Whitacker (2003) trata da centralidade. A reestruturação urbana, na sua análise, pode ocorrer sem que o centro perca sua importância. Yázigi (2000) deixa claro que o mundo das calçadas é um lugar onde aquele que perdeu seu espaço na indústria pode ter sua força de trabalho absorvida.

Entre as dissertações destacam-se os trabalhos de Santos (2009). Este aborda que Feira de Santana está inserida numa relevante rede comercial e sua posição geográfica é estratégica para isso. Araujo (2006) também trata das redes geográficas em Feira de Santana e sua relevância na manutenção da centralidade urbana. Nascimento (1996) caracteriza as relações formais e informais de trabalho em Feira de Santana destacando o papel do informal no mercado de trabalho do município.

Montenegro (2006) discute o circuito inferior da economia urbana e como o meio técnico-científico-informacional contribui para seu fortalecimento. Freitas (1998), na sua dissertação, tratou da influência da industrialização no processo de

urbanização de Feira de Santana. Fagundes (1992) revela a informalidade na Região Metropolitana de Salvador. Para Brandão (2008), o comércio de rua é uma atividade cada vez mais consolidada no espaço público.

Entre os artigos, destaca-se a pesquisa realizada por Aguiar e Ortigosa (2009) que estudaram o comércio informal na maior cidade brasileira (São Paulo). Andrade (1977), ainda na década de 1970, debate a necessidade de políticas para o setor informal urbano com destaque para os camelôs. Azevedo e Costa (2009) tratam das diversas territorialidades presentes na Rua Marechal Deodoro, em Feira de Santana. Enquanto Borges e Druck (1993) apontam para a crise vivida no mundo do trabalho, tendo como consequência a terceirização e a exclusão.

Para Dassoler (2009) os camelôs e ambulantes promovem transformações nas áreas centrais a partir do desenvolvimento de suas atividades. Kitamura e Ribeiro (2009) tratam do comércio e serviços nas áreas centrais de Uberlândia-MG. Oliveira (2010) apresenta como a mídia impressa apresenta ao público o circuito inferior da economia urbana, em Londrina-PR. Enquanto Silva e Santos (2010) discutem a territorialidade dos ambulantes no mercado informal de Belém-PA e Silva; Santos e Silva (2010) destacam o comércio informal no centro de Fortaleza-CE.

A dinâmica da área central da cidade de Feira de Santana, marcada pela presença de um comércio pujante, guarda estreitas relações com o processo de expansão urbana e consolidação dessa parte da cidade, bem como oferece subsídios para o surgimento de outras centralidades. Esse fenômeno ganha destaque a partir de meados de 1960, quando o projeto de modernização para o Brasil começou a repercutir na cidade. Os agentes políticos e, principalmente, os empresários locais, passaram a repetir o discurso da Comissão de Estudos para a América Latina (CEPAL) associando modernidade à indústria, especialmente com a integração de todo o território nacional proporcionada pelas rodovias federais. Ao longo desse tempo, a feira livre - existente nas principais ruas do centro de Feira de Santana – ocupava tanto a frente das lojas de comércio formal quanto da moradia de grande parte da elite local, até então concentrada nesse espaço.

Com o crescimento da cidade ocorre a mudança da elite para bairros residenciais afastados da área central. Em seguida, a transformação de antigas residências em lojas de redes nacionais vai consolidar e ratificar o centro da cidade como espaço de comércio e também de serviços. Foram propostos alguns projetos

para atender as necessidades de modernização da cidade e resolver a situação do comércio.

Criado o Centro Industrial do Subaé (CIS) em 1970, Feira de Santana passou a fazer parte do projeto de modernização industrial nacional contribuindo para a consolidação da política industrial nacional. Esse fato impactou diretamente no comércio local presente nas vias centrais da cidade. Os lojistas vão se valer dele para exigir a retirada das barracas promovendo uma estética urbana compatível com o processo de modernização que o município estava passando. O poder público acatou a reivindicação e criou um projeto de relocação da feira, também central, porém, fora das principais vias da área central. Em meados da década de 1970, os comerciantes foram transferidos para esse espaço que foi denominado Centro de Abastecimento de Feira de Santana. Desde esse período, a presença de comerciantes informais nas principais vias do centro da cidade é contínua, sempre retirados pela prefeitura. Os embates entre o poder público municipal e esse segmento nunca deixaram de ocorrer.

Com a mudança da feira livre para o Centro de Abastecimento todo o comércio de gêneros alimentícios – atacado e varejo – deveria ocorrer nesse espaço. Porém, com o passar do tempo o que se observou foram duas situações: (a) antigos vendedores voltaram a comercializar em seus antigos pontos, montando pequenas barracas de madeira ou estendendo lonas no chão, com destaque para a Rua Marechal Deodoro e Praça Bernardino Bahia, onde comercializam principalmente frutas e legumes; (b) novos comerciantes, por não encontrarem vaga de trabalho no comércio formal, também realizam essa atividade no modelo descrito dividindo espaço com antigos vendedores e lojistas.

Contudo, o comércio informal, desde meados da década de 1970, continua na área central da cidade, instalando-se nas principais vias do comércio formal, como Avenida Senhor dos Passos, Rua Sales Barbosa e Rua Marechal Deodoro. As discussões entre os comerciantes formais, o poder público e os comerciantes informais são intensas. Os primeiros sentem-se prejudicados pela concorrência dos comerciantes informais em termos de preço de mercadorias, impostos e impedimento da circulação dos consumidores pelas vias e acesso aos estabelecimentos formais.

O poder público, de acordo com a gestão vigente, estabelece propostas para a retirada e garantia de livre circulação nas vias principais; os comerciantes informais, por sua vez, justificam a necessidade de realizar essa atividade por falta de

oportunidade no mercado formal, baixa escolaridade para adquirir um emprego formal e ser nessas vias a maior circulação de pessoas, logo, consumidores em potencial.

Também é destaque que o centro da cidade está passando por um processo de popularização; atividades e serviços considerados como sofisticados estão sendo relocados para áreas com padrão de consumo visivelmente elevado – é o destaque para a Avenida Getúlio Vargas – principal via de acesso para os empreendimentos imobiliários de alto padrão e que, nos últimos anos, tenta se aproximar da Oscar Freire, famosa rua da cidade de São Paulo, onde, as principais grifes do mundo podem ser encontradas. Na Avenida Dr. João Durval Carneiro, onde foi instalado o *Shopping Center Boulevard*, é visível a gradativa reestruturação, com novos serviços e estabelecimentos comerciais no seu entorno.

Diante de tais informações, percebe-se a relevância de estudar, de forma sistematizada e aprofundada, as dinâmicas territoriais da cidade que tem como pilar econômico a atividade comercial. Desse modo, merecem que sejam analisadas de forma mais específica, as relações propostas neste estudo, das permanências e mudanças do comércio informal na cidade de Feira de Santana.

A partir desse argumento elaborou-se a tese dessa pesquisa: A centralidade urbana em Feira de Santana se mantém perante o fortalecimento do circuito inferior da economia representado pelo comércio de rua realizado por ambulantes e camelôs.

Para demonstrar a natureza singular das ações realizadas pelos diversos agentes sociais no processo de organização e consolidação do comércio informal em Feira de Santana, foram elaboradas as seguintes questões e definidas como problema a ser respondido nesta tese:

- a) De que maneira o comércio informal, através do comércio de rua, promove a reafirmação da centralidade intraurbana de Feira de Santana
- b) Como a complexidade no uso desse espaço por ambulantes e camelôs demonstra a formação de territorialidades específicas? Esta questão.

O objetivo geral busca analisar o comércio informal em Feira de Santana, sua evolução e transformação reafirmando a centralidade associada à dinâmica urbana e popularização do consumo. Na intenção de atingir esta finalidade, foram organizados os objetivos específicos que seguem.

- Analisar a posição geográfica de Feira de Santana e sua influência regional associada a atividade comercial;

- Verificar como a atividade comercial com destaque para o comércio de rua auxilia na manutenção da centralidade urbana do centro comercial;
- Identificar as permanências e mudanças promovidas no centro comercial a partir do comércio informal realizado por ambulantes e camelôs;
- Caracterizar a dinâmica e o modelo pelo qual o comércio informal promove a consolidação do comércio de rua nas vias públicas da cidade.

A delimitação da pesquisa se concretizou de forma temporal e espacial, respectivamente. O estudo voltou-se para o período compreendido entre 1970 e 2015, quando as ações do poder público atuaram no sentido de reorganizar e requalificar o centro comercial da cidade de Feira de Santana.

A década de 1970 é o primeiro marco temporal com a criação do Centro de Abastecimento e a transferência dos comerciantes que atuavam nas principais ruas da cidade. O ano de 2015 também se destaca por ser marcado por uma série de ações da Prefeitura Municipal para retirada de ambulantes e camelôs das ruas e transferência para o camelódromo, conhecido como *Shopping Popular*.

Quanto ao espaço estudado, foram delimitadas as ruas Marechal Deodoro e Sales Barbosa, a Avenida Senhor dos Passos e a Praça do Nordeste. A ocupação ocorre em diferentes períodos, de forma intensa, num primeiro momento, por feirantes e, atualmente, por ambulantes e camelôs que se aproveitam da intensa circulação de pedestres para justificar a ocupação de um espaço público. Desse modo, o quadro 1 foi elaborado com o propósito de sintetizar a relação entre a tese, o problema e os objetivos (geral e específicos).

Quadro 1 – Síntese da tese, problemas e objetivos

TESE	PROBLEMAS	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
A centralidade urbana em Feira de Santana se mantém perante o fortalecimento do circuito inferior da economia representado pelo comércio de rua realizado por ambulantes e camelôs.	De que maneira o comércio informal promove a reafirmação da centralidade intraurbana de Feira de Santana e como a complexidade no uso desse espaço demonstra a formação de territorialidades específicas?	Analisar o comércio informal em Feira de Santana, sua evolução e transformação reafirmando a centralidade urbana associada à dinâmica urbana e a popularização do consumo.	Analisar a posição geográfica de Feira de Santana e sua influência regional associada a atividade comercial.
			Verificar como a atividade comercial com destaque para o comércio de rua auxilia na manutenção da centralidade urbana do centro comercial.
			Identificar as permanências e mudanças promovidas no centro comercial a partir do comércio informal realizado por ambulantes e camelôs.
			Caracterizar a dinâmica e o modelo pelo qual o comércio informal promove a consolidação do comércio de rua nas vias públicas da cidade.

Adaptado de SANTO, 2012. Elaborado por TELES, 2016.

As informações indispensáveis para a realização desta pesquisa foram organizadas a partir de fontes diversas. Fez-se necessário uma análise da atividade de ambulantes e camelôs. A comercialização realizada por estes agentes influencia diretamente na organização do centro comercial de Feira de Santana, tornando-se indispensável analisar as repercussões desta atividade na dinâmica territorial.

Os documentos governamentais foram consultados em duas fontes específicas: a Biblioteca Central Julieta Carteadó (BCJC), localizada na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), onde estão arquivados documentos, livros, artigos científicos e jornais de circulação nacional, regional e local com relevantes informações sobre os fatos que marcaram a organização espacial da cidade. A outra fonte utilizada refere-se ao site da Assembleia Legislativa da Bahia e do Senado Federal, onde, respectivamente, estão disponibilizadas a legislação referente à instituição dos municípios e regiões metropolitanas.

Os dados estatísticos indicativos à população, os censos demográficos e informações sobre o comércio foram coletados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Superintendência de Estudos Econômicos (SEI). Sua análise resultou na construção de tabelas que auxiliaram na explicação da evolução e localização da população. Essas informações também serviram para a explicação da predominância da atividade comercial no local estudado. Também foram coletadas informações na Secretaria Municipal do Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico (SETTDEC). Em contato com o chefe de gabinete obteve-se a informação verbal de que não há um número exato de ambulantes e camelôs atuando nas vias públicas de Feira de Santana. São aproximadamente 1.680 nas ruas pesquisadas nesta tese. Nesta Secretaria, após audiência com o Secretário da pasta, tivemos acesso apenas ao gráfico XX. Outras informações referentes a este objeto de estudo, foram coletas na página da SETTDEC, no site da Prefeitura Municipal de Feira de Santana.

Ainda foi realizada uma pesquisa de campo com a intenção de identificar o perfil dos ambulantes e camelôs, além dos consumidores. Desse modo, foram aplicados 217 formulários entre ambulantes e camelôs e 50 entre os consumidores. A falta de um maior detalhamento e oportunidade de acesso aos registros nos órgãos responsáveis pela utilização do espaço público criaram a necessidade de aplicação e maior ênfase na pesquisa de campo como fonte primária de informação.

Os modelos de formulários para ambulantes e camelôs, bem como, para consumidores, compõem parte dos apêndices dessa tese (Apêndice A e B). Informações sobre o tipo de comércio, tipo de equipamento, local de nascimento e residência atual, tempo na atividade, tempo que comercializa na rua também foram alvo da pesquisa. Outros questionamentos também foram estão presentes, especialmente, sobre pagamentos, assessoria de órgãos de apoio ao trabalhador informal, cobrança de impostos pela Prefeitura Municipal, origem dos produtos, acesso a mercadoria, clientela, presença de familiares trabalhando, ocupação anterior, associação ao sindicato de classe, local onde guarda a mercadoria, entre outras.

O apêndice B foi direcionado aos consumidores. Os questionamentos tratam do tipo de mercadoria adquirida, em que tipo de equipamento foi realizada a compra, o local de origem do consumidor, motivos que levam a comprar nesse tipo de comércio, período do ano de maior ou menor compra, opinião sobre a construção do *Shopping Popular*.

O anexo A apresenta um detalhamento das unidades de saúde pública de Feira de Santana e sua microrregião geográfica. No anexo B, estão relacionadas as unidades de ensino superior presentes em Feira de Santana, bem como as unidades de ensino profissionalizante. No anexo C, constam as agências bancárias, postos de atendimento avançado (PAA), postos de atendimento bancário (PAB) e posto de atendimento eletrônico (PAE) presentes em Feira de Santana e na sua microrregião geográfica.

A pesquisa de campo forneceu dados para a elaboração e discussão dos resultados apresentados no formato de texto, gráficos figuras, tabelas e mapas temáticos. A coleta de informações se mostrou bastante difícil pela desconfiança dos ambulantes e camelôs em relação ao uso das informações. Outro fato que pesou foi a pesquisa ter ocorrido no momento em que a Prefeitura Municipal realizava ações de requalificação do centro comercial da cidade e estava realizando uma série de audiências públicas para discutir a relocação dos ambulantes e camelôs para um *Shopping Popular* a ser construído num local considerado impróprio pelos camelôs.

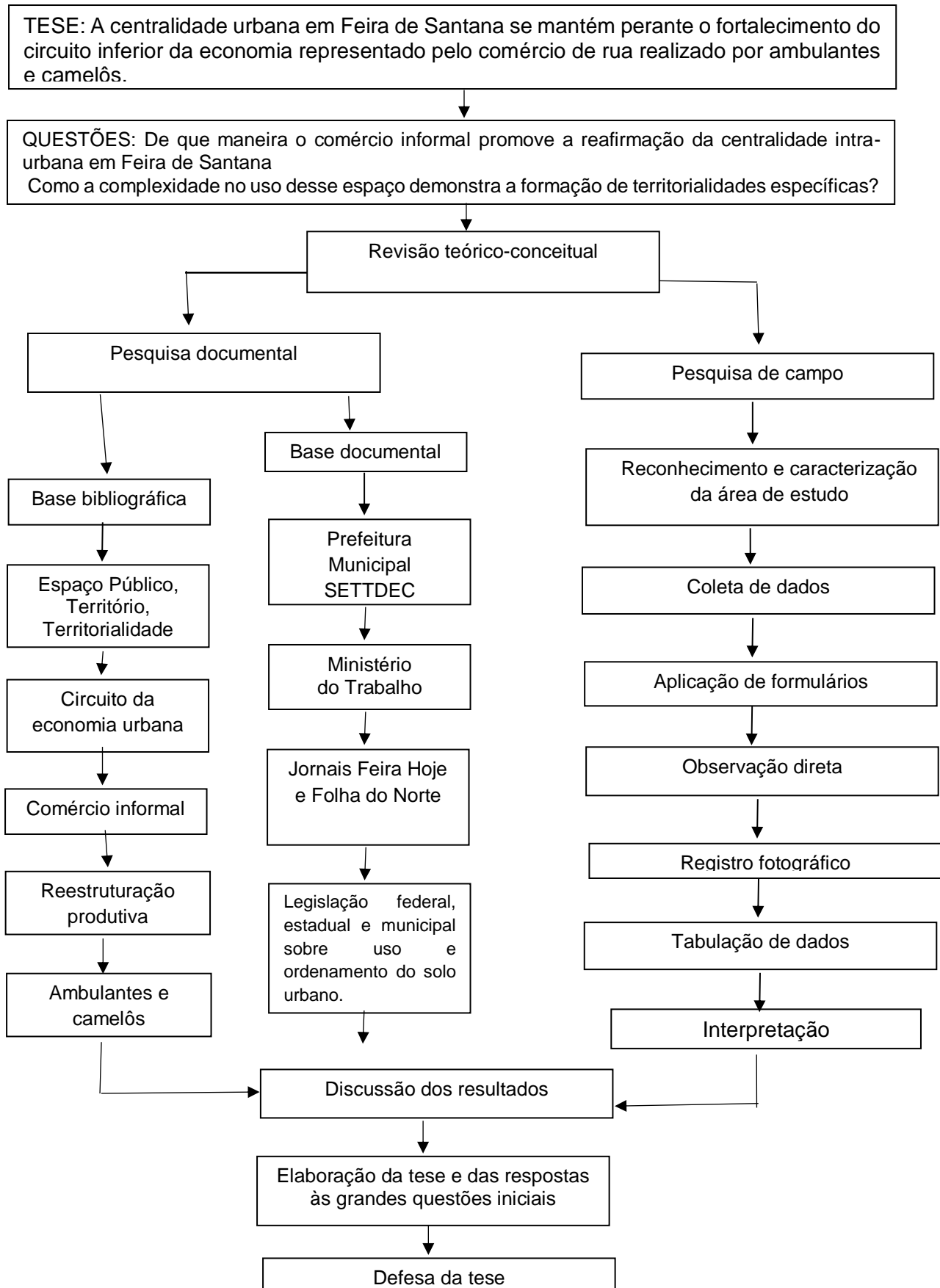
Além disso, os três sindicatos que representam os ambulantes e camelôs não aceitaram fornecer informações sobre seus associados. Muitos consumidores não

quiseram responder alegando não ter interesse em contribuir com o estudo ou estar apressado.

A dificuldade para apresentar o cenário de Feira de Santana, no período compreendido entre 1980 e 1990, ocorre devido ao fato da ausência de dados em nível nacional e estadual no qual o poder público não promoveu sua organização. Cruz (1999) justifica, e confirmamos, que os poucos dados disponíveis apresentam metodologias diferenciadas atrapalhando a comparação.

Assim, a pesquisa documental e de campo foram agregadas para a obtenção das respostas às grandes questões iniciais. Para sintetizar o desenvolvimento da pesquisa, foi organizado um fluxograma metodológico (Figura 3). Algumas atividades ocorreram de forma simultânea, como, por exemplo, a busca de documentos e partes da pesquisa de campo, a observação direta e pesquisa bibliográfica.

Figura 3 – Fluxograma Teórico-metodológico



Diante desse detalhamento, esta tese, encontra-se organizada em quatro capítulos acrescidos das Considerações finais. O Primeiro Capítulo, sob o título *Teorias e Conceitos*, tem como objetivo apresentar as proposições teóricas que nortearam a análise sobre o comércio informal em Feira de Santana, destacando as categorias utilizadas a exemplo de território, ordenamento territorial, circuitos da economia urbana, reestruturação produtiva, entre outros.

No segundo capítulo, *Feira de Santana e Sua Região*, está apresentado um breve estudo sobre Feira de Santana e sua região, destacando: a formação do município e da cidade; a evolução da população de Feira de Santana e sua microrregião geográfica; os fatores que contribuíram para a formação de uma região metropolitana e de Feira de Santana como município polarizador. Além disso, foi feita uma análise dos elementos econômicos de Feira de Santana e sua microrregião geográfica, na tentativa de demonstrar sua relevância para o papel regional desse município.

O Terceiro Capítulo, intitulado *o Contexto dos Ambulantes e Camelôs* apresenta uma discussão sobre a origem e consolidação dos camelôs em Feira de Santana, buscando explicar como surgiram em Feira de Santana e como estão organizados. Traz ainda o processo de ordenamento territorial do Feiraguay apresentando uma caracterização da mesma e destacando origem, histórico e ação do governo municipal na transferência de ambulantes e camelôs para um camelódromo. Este capítulo destaca as formas de apropriação do espaço público por ambulantes e camelôs.

No último capítulo, denominado *O Comércio Informal: Permanências e Mudanças*, foram analisadas as permanências e mudanças presentes no comércio informal, concentrado no centro comercial da cidade. Dividido em quatro itens, no primeiro foram destacados os produtos comercializados por ambulantes e camelôs, sua distribuição espacial e a formação de territórios e territorialidades. No segundo item, o destaque ficou para os consumidores, pois a existência de ambulantes e camelôs ocorre em função da existência de agentes que consumam os produtos ofertados. No terceiro item, foi feita uma análise da ação do governo municipal através de projeto para a criação de um camelódromo. Por fim, apresenta-se uma análise das mudanças e permanências do comércio de rua no centro da cidade.

Nas considerações finais, foi feita uma tentativa de apresentar os rumos desse comércio informal. Destaca-se, o relevante papel do comércio de rua através de sua materialização no espaço e consolidação por meio da atividade comercial. São ressaltadas a dinâmica territorial da cidade e do município através das permanências e mudanças que marcaram o período estudado. As relações comerciais presentes nas principais ruas do centro comercial confirmaram a força da informalidade como parte da economia de Feira de Santana. Por fim, é ponderada as ações temporais e espaciais do poder público municipal para ordenar territorialmente o centro comercial e promover a manutenção da centralidade urbana de Feira de Santana.

2 TEORIAS E CONCEITOS

A proposta deste capítulo é apresentar teorias e conceitos que baseiam a ideia de uma tese fundamentada no comércio informal articulado e associado à área central da cidade legitimando essa área como espaço de comércio e de consumo, bem como ratificar a centralidade intra-urbana.

A análise sobre o comércio informal em Feira de Santana, sua evolução e transformação reafirmando a centralidade urbana associada à reestruturação do trabalho e a popularização do consumo é um dos elementos para este estudo, pois abrange a discussão de teorias e conceitos, dentre os quais centralidade urbana; reestruturação produtiva; circuitos da economia; território-territorialidade; comércio informal e ambulantes, camelôs e outros.

O estudo do comércio informal em Feira de Santana deve ser discutido à luz da teoria, desse modo, buscou-se aquelas que se acredita melhor contribuir para explicar esse fenômeno. Sendo este um estudo geográfico compartilha-se também elementos da economia e da sociologia, pois a relevância da dinâmica territorial associado aos fatores econômicos é a base para a discussão aqui proposta, bem como as relações sociais presentes nesse espaço.

2.1 Território e ordenamento territorial

São inúmeras as discussões sobre o conceito de território, alguns acreditam que território e espaço são similares, porém nos estudos sobre os conceitos-chave da geografia se percebe que existe uma diferenciação entre eles, bem como, uma subordinação do território ao espaço, pois este último possui uma abrangência conceitual mais ampla.

É preciso considerar, em relação ao território, a existência de especificidades que lhe dão características singulares, fazendo deste único. Trata-se nesse caso, a propriedade e a apropriação de um determinado espaço, configurando em território, porém apesar de estarem aludindo a este conceito são pontos de vista diferenciados. Corrêa (1996) escreve sobre a diferença entre estes para o entendimento do território, referindo-se a propriedade como legitimação oficial de um dado espaço, nisso

incluindo a sua titulação através de documentação jurídica, e a apropriação como os diversos simbolismos que um espaço pode conter (religioso, lazer, moradia, sobrevivência). Podendo haver ou não uma união dessas definições e ocorrer a total apropriação do território, como escreve Corrêa (1996 p. 251): “O território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas”.

A discussão sobre território nos leva a considerar as relações de poder - não necessariamente a do Estado enquanto gestor público – mas também, no momento contemporâneo, em que circulação e comunicação ocorrem de modo quase instantâneo, as grandes corporações promovem seu estabelecimento de forma pontual sobre os territórios que lhe interessam desregulando as fronteiras políticas estabelecidas (ANDRADE, 1993). Nesse sentido Raffestin (1993, p. 143) descreve a formação territorial como um produto humano e que o território está contido no espaço, segundo o autor:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível [...]

Essa discussão faz lembrar Haesbaert (2002) e sua posição em relação a gênese desse conceito, pois trata dos diferentes pontos de vista de pensadores passados em relação a concepção do território. Segundo este autor, fica claro dois posicionamentos: o de Ratzel e seus seguidores, visão na qual o território é o espaço vital do homem, resultado de sua vinculação com seu local de nascença e moradia levando a uma necessidade de posse desse e de outros espaços como fato relevante para o desenvolvimento e fortalecimento do grupo social. E outra posição vê o território a partir do etnocentrismo, como se a construção humana a partir dos elementos políticos, econômicos e socioculturais conseguisse promover toda a construção espacial-territorial em detrimento dos recursos naturais, bem como negando os elementos religiosos nessa concepção territorial.

A partir disso, Haesbaert chama a atenção para um ponto comum nos discursos sobre território referindo-se, principalmente, ao ponto de vista político-cultural. Para essa finalidade, o autor pontua os conceitos geopolíticos debatidos por diferentes autores que tratam da temática. Souza (2007, p. 81) aborda essa questão geopolítica, apontando para o fato de que comumente associamos o discurso desse conceito ao

território nacional, porém este está presente desde a escala global até a local, tanto pode aparecer em escalas temporais diversas (séculos, anos, meses) como possuir uma periodicidade ou caráter cíclico. Este autor ainda lembra que este conceito pode ser analisado sob o ponto de vista social, como escreve (p.86):

[...] o território será um *campo de forças*, uma *teia* ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros” (ou de fora, os estranhos, os outsiders).

Nota-se que mesmo sob um ponto de vista social o território é tornado um campo de lutas no qual acontecem “[...] por e a partir de relações de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 53), uma vez que cada grupo defende e deseja ver seus interesses ou necessidades realizadas. Além disso, considerando que cada momento na evolução histórica houve diferentes usos para o território, estes vão apresentar marcas e organizações particulares em consonância com as manifestações dos grupos que os constituem. Para o autor estas relações materializam o território e as diversas territorialidades, por ser o local do poder e de suas relações este se destaca principalmente quando exercido e inseparável à política, economia e cultura presentes nas redes de circulação e comunicação estudadas por ele.

Ainda segundo Raffestin, por ser um espaço transformado pelo labor o território mostra as relações de poder e domínio aludindo na consolidação de uma ou várias territorialidades que marcam o espaço a partir das atividades diárias e individualizadas promovendo a construção de malhas, nós e redes balizando campos de ação e poder repercutindo nas práticas espaciais e constituição do território.

Silva; Silva (2006, p. 33) sintetizaram o conceito de território – a partir de ações realizadas no âmbito social – e que bem representam o contexto fundamental para a discussão ora realizada. Segundo os autores, é possível analisar o território a partir de quatro perspectivas: (a) expressão de “complexo e dinâmico conjunto de relações socioeconômicas, culturais e políticas”; (b) por conta de relação espaço-tempo, o território se apresenta diverso, com “[...] fortes características identitárias e isto envolvendo diferentes escalas”; (c) existem diferenças territoriais, porém ficam num segundo plano, quando a dinâmica competitiva com outros territórios se apresenta; e (d) com a atual configuração política – e econômica – em escala global, para conseguir

inserir-se competitivamente no mercado internacional, é necessário a valorização de seus territórios. Silva; Silva (2006, p. 33) também destacam:

Se não houver as quatro condições básicas atuando de forma integrada (interação sociopolítica, identidade, laços de coesão e projeto social), o território estará sujeito ao pleno e determinante impacto de fatores exógenos, associados ou não aos fatores endógenos o que, na maioria das vezes, não levará a um processo de desenvolvimento entendido como um processo de mudanças que permita superar problemas e construir uma sociedade mais justa. Por conseguinte, o território deve ser entendido como uma organização social.

Esse conjunto de condições, possivelmente associados a fatores exógenos e endógenos, responsáveis pelo desenvolvimento e organização do território através das ações sociais, lembra a discussão de Santos (2008b, p. 83) quando o autor escreve sobre a configuração territorial definindo: “A configuração territorial é o território mais o conjunto de objetos existentes sobre ele, objetos naturais ou objetos artificiais que a definem”. Esses objetos naturais ou artificiais são o ponto básico para a construção do território e de sua configuração, ressaltado pelo autor. O debate proposto por Andrade (1993) quanto ao caráter participativo da sociedade civil na consolidação do seu território a partir de elementos identitários estimula a análise de outro item diretamente relacionado ao conceito de território; na discussão sobre territorialidade, o autor escreve – mais adiante – sobre a subjetividade da atuação popular perante o território, onde destaca:

Admitimos que a expressão territorialidade pode ser encarada tanto como o que se encontra no território e está sujeita à gestão do mesmo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar ao território [...] (p. 215)

O espaço da cidade torna-se um território apropriado e utilizado de formas diferenciadas pelos variados agentes que se interessam por ele. Além disso, o território é um dos principais motivos de conflito e disputa pelos agentes envolvidos na sua dinâmica espacial. Por não ser um espaço neutro, o território apresenta uma dupla possibilidade, de um lado favorece a manipulação dos interesses dominantes e de outro, permite a manifestação de outras classes menos favorecidas seja pela falta

de recursos ou poder. Santos (2006, p. 96) enfatiza que o território vai além do conjunto de sistemas, sejam naturais ou artificiais:

O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se pois, de logo, entender que se está falando em território usado por uma dada população.

Numa relação com os lugares esse autor ainda destaca que os mesmos são “esquizofrênicos”, pois ao mesmo tempo em que recebem os vetores da globalização impondo nova ordem aos lugares, abrigam os excluídos desse mesmo processo de globalização.

Segundo Haesbaert (2002, p. 121) “[...] o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio e o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados”.

A discussão sobre território e territorialidade aparece como conceitos de suma importância para a validação desse estudo e compreensão da realidade. Nesse instante pensamos o território através da sua existência, construção e desconstrução – em escalas diferenciadas – pois como escreve Souza (2007, p. 81):

[...] territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.

Corrêa (1996, p 251) destaca que o conceito de território pode ser analisado sob diferentes perspectivas; deve-se considerar a apropriação da terra – tanto por instituições legitimadas no controle e organização de um espaço delimitado por fronteiras – como através da relação afetiva, condicionadas pelas diferentes práticas, sentidos, simbolismos, associados a determinados lugares. Com isso, cria-se a territorialidade. Segundo esse mesmo autor, podemos defini-la como “[...] um conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social [...]” (p. 251-252).

Percebe-se as relações subjetivas, criadas num determinado espaço, com reflexos na identidade dos diversos grupos interessados em produzir/consumir aquela área delimitada. Em diferentes momentos, um mesmo espaço pode assumir distintos significados para cada grupo interessado neste. Isso nos remete a discussão de tempo-temporalidade, uma vez que a partir dela é possível perceber as modificações espaciais.

A territorialidade se concretiza associada a identidade que a sociedade cria – através de sua relação com um dado espaço – estabelecendo relações de poder, afetividade, enraizamento e apropriação desse, de forma concreta e simbólica, mesmo com as modificações das funções firmadas em velhas estruturas. De acordo com Célia Santos (1996, p 47):

A incorporação de dimensões culturais, identitárias e afetivas ao território constitui a formação de uma territorialidade. Portanto, a territorialidade não se define apenas por relações de poder (domínio), mas, sobretudo, por relações simbólicas que um grupo social desenvolve com seu espaço.

Se o território pode ser conceituado a partir da propriedade e apropriação de um dado espaço, a territorialidade configura-se a partir dos elementos que consolidam essa definição de território através de representações materiais e imateriais onde as práticas desenvolvidas por diversos agentes sociais garantam sua permanência e utilização desse território para seus interesses (ANDRADE, 1993).

Como os agentes são diferenciados, suas representações e práticas também serão, logo, ter-se-á diferentes territórios e territorialidades sobre o espaço, formando, deformando e reformando os mesmos, sendo apropriados de forma diferenciada por cada um. Nota-se que a cada conotação política se faz presente em todas as situações, independente da visão político ou social que se tenha, pois a finalidade, em qualquer dos segmentos, é estabelecer o controle e a dominação de áreas, pessoas e recursos como afirma Sack (apud ANDRADE, 1993, p.251): “Territorialidade para os seres humanos é uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas através do controle de uma área”.

Essa mesma territorialidade é discutida por Raffestin (1993) como parte integrante do comportamento espaço-temporal de grupos sociais diversos e de modos

diferenciados sobre a superfície terrestre. Fonseca e Silva (2008, p. 7) também tratam desse tema:

[...] considerando aqui o território como sendo a dimensão política e institucional do espaço, um campo de forças, e as políticas territoriais como sendo um conjunto de estratégias e ações engendradas pelos vários agentes, nas mais diversas escalas e setores, com repercussões diretas no espaço.

Três aspectos parecem relevantes para a explicação do conceito: (a) as redes de comunicação e circulação que representam o movimento no e entre territórios; (b) as relações de poder onde é possível compreender a cristalização da dominação e subordinação; e (c) a identidade formada através da relação entre o sentimento de pertencimento ao local, formação de identidade e entendimento de uma ligação com o lugar. Isso promove o entendimento de que o território é fruto e atributo da territorialização. O território se efetiva a partir das forças econômicas, sociais, políticas e culturais mutuamente relacionadas no espaço geográfico, baseadas na territorialidade de seus indivíduos estando fortemente ligadas à produção do território.

O território é um entrelaçamento de forças que atuam promovendo a construção de territorialidades. Essas forças fazem parte da natureza, economia, política e cultura todas mescladas na formação do território e colaboram para sua heterogeneidade. As dimensões sociais do território - numa perspectiva integradora - proporcionam a busca pelo entendimento do território na sua totalidade, utilizando para tal a perspectiva natural, econômica, política e cultural, compreendendo esta categoria da geografia numa visão integradora.

Nos debates sobre território, os quais procuram abarcar as muitas temáticas discutidas, acreditamos ser o propósito principal a busca em demonstrar os princípios básicos da organização territorial na qual a sociedade se apóia, com isso, escolhe-se a abordagem temática mais adequada: cultural, natural, econômica ou política. Segundo Haesbaert (2002, p 75-76) essa não é uma tarefa fácil,

[...] dificilmente encontramos hoje um espaço capaz de “integrar” de forma coesa as múltiplas dimensões ou lógicas econômicas, política, cultural, natural. Sobrariam então duas possibilidades: ou admitir vários tipos de territórios que coexistiriam no mundo contemporâneo, [...] ou trabalhar com a ideia de uma nova forma articulada/conectada, ou seja, integrada.

A visão integradora do território parte da hipótese de um entrelaçamento de variadas relações de poder entre as temáticas ora discutidas (sociedade, natureza, política, cultura) numa interação espaço-tempo. No período atual, o entendimento e consolidação dessa perspectiva só são possíveis com a articulação das redes geográficas numa relação multiescalar entre local e global. E também destaca

O domínio geográfico do espaço público é extenso: todo sistema de arruamento para a circulação local e regional; as vias férreas; os edifícios e terrenos afetados diretamente ao público ou a um serviço público, as servidões; os domínios públicos marítimos, aéreo, fluvial, mobiliário... Muitos dos quais, ainda que de administração terceirizada não deixam de pertencer ao Estado. (YÁZIGI, 2000, p. 303)

Yázigi aponta o conceito de rua e espaço público entre importantes estudiosos europeus de Mumford, Strauss, Rappoport, Richardson, este com ideias higienistas que influenciaram na organização das ruas de São Paulo. Outro que influenciou fortemente no Brasil foi Le Corbusier, Lúcio Costa foi seu principal representante. Ainda cita, Habermas, destacando que este provavelmente realizou “[...] a mais completa sistematização do conceito de espaço público” (YÁZIGI, 2000, p. 307). Ainda destaca os escritos de Arendt e Ledrut.

Entre os americanos, o autor mais simbólico trata-se de Jane Jacobs, cujos escritos vão influenciar na requalificação de cidades como Boston e Filadélfia. No Brasil, sua influência é vista no Rio de Janeiro. Segundo Yázigi a autora define “[...] ruas e calçadas, como os principais lugares públicos de uma cidade”. (YÁZIGI, 2000, p. 310). Outros nomes aparecem nessa discussão como Whyte, Carr e Rivlin. Sennet aparece como um revolucionário na discussão sobre o uso do espaço público, em especial, pela evolução tecnológica que o homem está passando.

Quanto as contribuições brasileiras, o autor destaca que são inúmeras, mas ele se voltará, cronologicamente, apenas para aquelas que tratam do espaço público. Para São Paulo, a obra de Leme, na década de 1930, influenciado pela Escola de Chicago, pretendia requalificar o Tietê e criar radiais para melhorar o sistema viário. Entre 1967 e 1968, o consórcio americano-brasileiro firma uma “das mais importantes intervenções urbanísticas”, a infraestrutura necessária para o Milagre Econômico que teve como base a reestruturação viária, o Plano Diretor e o zoneamento de São Paulo.

Cita o exemplo de Brasília, onde Lúcio Costa, influenciado pelos projetos de Le Corbusier, projeta uma cidade onde a rua é para o automóvel, não há calçada, a

circulação de pedestres praticamente não existe. Outro exemplo utilizado é o de Curitiba, que inova na utilização do espaço público, inclusive criando o primeiro calçadão do país.

As discussões relacionadas ao conceito de ordenamento territorial abordam, em geral, as escalas nacionais ou internacionais. No caso do Brasil, debater o ordenamento do território na escala nacional ocorre devido as transformações que o país vem passando desde o fim da ditadura militar. Os esforços para se efetivar o processo de democratização num cenário político-administrativo de setorização das políticas públicas e crise econômica pioraram o nível de exclusão social.

Também é preciso considerar que a Constituição de 1988 trouxe mudanças nas atribuições de cada esfera de poder, reduzindo o papel do Governo Federal e delegando mais poder e autonomia para estados e municípios. Como consequência, os conflitos e desarticulações entre as políticas propostas em nível nacional e as necessidades estaduais e municipais foram constantes. Para esta pesquisa, considera-se como definição para ordenamento territorial a proposta do Ministério da Integração Nacional (2006, p. 6),

Ordenamento territorial é a regulação das tendências de distribuição das atividades produtivas e equipamentos no território nacional e supranacional decorrente das ações de múltiplos atores, segundo uma visão estratégica e mediante articulação institucional e negociação de modo a alcançar os objetivos desejados.

Os estudos sobre ordenamento territorial oferecem subsídios para situar a contribuição desse conceito nas diversas escalas geográficas. Serve aqui, para explicar, numa escala local, a ação dos agentes políticos, representados pela PMFS, na materialização de suas ações.

2.2 Os circuitos da economia

Nas cidades brasileiras de grande e médio porte tem-se observado a crescente instalação de atividades modernas associadas à divisão social do trabalho, consequência das modificações nos meios informacionais e financeiros. Ao mesmo tempo, proliferam-se nestas cidades os trabalhos realizados com capitais restringidos,

ofertados pelos próprios locais onde se encontram. Isso faz com que as cidades comportem divisões do trabalho diferenciadas coexistindo e estabelecendo relações distintas com o meio no qual está inserido.

Esse cenário pode ser analisado como componente do circuito da economia urbana, proposto por Milton Santos – e que se destaca em função dos variados níveis de tecnologia, capital ou organização exercida pelas atividades urbanas. Assim, pode-se dividir em dois circuitos: o superior, onde as atividades econômicas são constituídas através do resultado direto das modernizações que chegam ao território; e o inferior, que são as formas de trabalho de responsabilidade da pobreza nas cidades, principalmente dos países subdesenvolvidos.

Para Santos (2008a) a teoria dos circuitos econômicos tem seu diferencial em relação às teorias econômicas por sua dimensão espacial. Em partes da sua obra relata a experiência de diversos autores em definir esse tipo de economia nos países subdesenvolvidos como tradicional, não-moderna e outras qualificações. Para ele, nesses países, a economia se divide em dois circuitos: superior e inferior.

A existência de um circuito econômico não moderno é resultante, entre outros fatores, de uma população urbana com baixo nível de vida, que se eleva com a entrada de migrantes rurais, principalmente. Além disso, a evolução da economia moderna que se amplia e reproduz numa velocidade muito maior do que a possibilidade dessa população acompanhar o ritmo de crescimento. Santos (2008a).

É preciso estar atento para a articulação entre os circuitos superior e inferior da economia, pois não é possível a análise da economia urbana, e no caso dessa pesquisa, do comércio informal, sem a observação da totalidade e de suas particularidades, ou seja, a conectividade entre o todo e suas partes. Tanto o circuito superior quanto o inferior são formados por conjuntos de atividades econômicas próprias, porém estão relacionadas a certas inserções nos mercados urbanos considerando as especificidades da formação socioespacial de países subdesenvolvidos que tem na sua estrutura a segmentação da produção simultânea de riqueza e pobreza.

A análise das particularidades dos circuitos da economia promove o entendimento de que existe certo grau de oposição, porém proporcionam também complementaridade. Cada circuito apresenta componentes que os unem através de

uma lógica endógena, como, por exemplo, tecnologia, organização, extensão das atividades, uso ou não de publicidade, quantidade de postos de trabalho, entre outros.

Desse modo, mesmo com o recorte para o estudo do comércio informal, que tem suas características inseridas no circuito inferior da economia, é preciso considerar as especificidades de ambos os circuitos. Mesmo demonstrando características singulares, os dois circuitos da economia não devem ser estudados através de variáveis isoladas, mas considerando um conjunto de atividades, pois os circuitos aparecem espacialmente entrelaçados. O que pode ser observado quando se considera os lugares nos quais seu uso ocorreu de modo seletivo pelo circuito superior, demonstrando que o território foi usado como alternativa às conveniências dos agentes hegemônicos. Ao mesmo tempo, é utilizado pelo circuito inferior na busca de alternativas para suprir suas necessidades.

Os dois circuitos têm a mesma gênese, porém apresentam resultados diretos e indiretos da modernização. Assim, os circuitos da economia revelam que não são sistemas fechados, uma vez que indicam relações de complementaridade e concorrência. É preciso destacar que essa complementaridade dos circuitos não elimina a concorrência nem a hierarquia. Isso significa que na maior parte do tempo, o circuito inferior é dependente do circuito superior, pois precisa dos serviços prestados pelos intermediários de ambos os setores: fornecedores, atacadistas e transportadores.

Para Santos (2008a) é preciso reconhecer que o circuito inferior também funciona de forma lógica e coerente, além do que as racionalidades da economia são sempre múltiplas. Outro destaque, na discussão dos dois circuitos da economia, refere-se a divisão existente na sociedade e as possibilidades de realização das necessidades, criando divergências no consumo tanto de forma qualitativa como quantitativa. Esse cenário é a causa e o efeito dos circuitos de produção, distribuição e consumo diferenciados nas cidades de diversos países.

Os diferentes graus de tecnologia, capital e organização utilizados refletem a diferença entre as atividades urbanas e as populações a elas vinculadas. Quando marcado pelo alto grau, conceitua-se como circuito superior e quando marcado pelo baixo grau tem-se o circuito inferior.

Santos (2008a) defende o princípio de que os circuitos da economia precisam ser analisados como subsistemas do sistema urbano, onde todas as formas de

trabalho estão incluídas. Além disso, destaca que os circuitos tenham a mesma origem, mesmo apresentando resultados diretos e indiretos da modernização.

No circuito inferior, as atividades de fabricação consideradas tradicionais se enquadram, citando como exemplos o artesanato, os transportes considerados tradicionais e certas prestações de serviços. Além disso, as formas de fabricação que não utilizam o capital intensivo, bem como a oferta de serviços não-modernos no varejo e o comércio não-moderno de pequena dimensão, são outros subsídios a caracterização desse segmento.

Também apresentam atividades baseadas em crédito e dinheiro líquido, sendo esse crédito representado pelo crédito pessoal do envolvido no negócio que na maioria das vezes não possui possibilidade de negociar nas agências bancárias capital para investir no negócio, segundo Santos (2008a, p. 45): “[...] no circuito inferior, as atividades ‘trabalho intensivo’ utilizam capitais reduzidos e podem dispensar uma organização burocrática”.

Quanto ao formato das relações de trabalho no circuito inferior, o emprego raramente é estável, do mesmo modo que o salário. Este gira em torno do mínimo valor que o dono do negócio pode pagar. As relações trabalhistas legais não existem muito menos garantias ou direitos. O que acontece na maioria dos casos são acordos entre as partes. Nesse circuito o trabalho familiar é o grande destaque.

Outro fato a ser destacado, em relação às atividades consideradas tradicionais são os papéis desempenhados no momento atual, pois, em muitos casos, revitalizam atividades consideradas tradicionais, como é o caso do artesanato destinado para o turismo. Por esse ângulo, o autor demonstra resistência em conceituar o circuito inferior de tradicional, por este ser resultado de uma série de variáveis, além da modernização, bem como ser sustentado pelo circuito moderno. Segundo Santos (2008a, p. 39) o circuito inferior não pode ser considerado tradicional “[...] porque está em processo de transformação e adaptação permanente [...]”.

No circuito superior, a utilização de tecnologia exterior e de alto padrão é prioridade para a produção associada ao capital intensivo. Ao mesmo tempo manejam amplos volumes de mercadorias, seja na fabricação ou na comercialização. As relações de trabalho são estáveis, com os direitos trabalhistas em vigor, as relações familiares são poucas. Aqui há acesso ao crédito para o fornecedor e o consumidor.

Santos (2008a) destaca a relevância do estudo relacionado às atividades autônomas perante as categorias de urbanização que resultam da modernização do período técnico-científico-informacional. Nos países subdesenvolvidos, as políticas estabelecidas propunham, na maioria dos casos, a industrialização como forma de resolver os problemas de subdesenvolvimento. Para Santos (2008a), McGEE; McKee e Leahy; Frafenhoff e Kay desenvolveram uma visão dualista da economia em dois setores: um moderno e um não-moderno; em geral, estavam associadas as reflexões de dependência comuns nos países latinos nos anos 1960. Ainda é possível destacar as ponderações de Santos (2008a) em relação ao funcionamento da economia urbana dos países subdesenvolvidos, pois as atividades realizadas pelos pobres nas cidades estão em articulação com os circuitos modernos, pois tanto um como o outro são resultado dos efeitos da modernização.

Santos (2008a) propõe que o circuito inferior abarque as formas de fabricação com capital não-intensivo, como também os serviços não-modernos fornecido no varejo, artigos manufaturados em pequena produção, um comércio de pequena dimensão – principalmente para aqueles de menor poder aquisitivo. Por essa visão, compreende-se que o circuito inferior é caracterizado por atividades de pequena influência e trabalhadores que estão fora do mercado moderno. Comparando com a teoria das localidades centrais, seriam atividades de baixo limiar de mercado e de pequeno alcance espacial.

Já o circuito superior está associado à modernização tecnológica, logo, constituído por empresas que estão inseridas num mercado que possui elevada tecnologia e capital intensivo. Aqui também se encontram outras atividades que vão compor um circuito superior paralelo, são aqueles que em determinados momentos tem alguma relação com o circuito inferior, com isso, nota-se certo contato dos dois circuitos, porém o inferior apresenta uma dependência em relação ao superior e este tem grande repercussão sobre o inferior. Uma série de variáveis caracteriza e diferencia as atividades de cada um como tecnologia, crédito, emprego, entre outros. Ainda comparando com *Christaller*, o circuito superior seria formado por atividades de amplo limiar de mercado e grande alcance espacial.

As atividades dos dois circuitos estão associadas a fatores históricos que representam, ou seja, como o crescimento urbano ocorreu de forma diversa entre as cidades. Além disso, as transformações no mundo do trabalho e a reestruturação

produtiva numa conjuntura de globalização promovem novas imbricações entre os circuitos consolidando a relação entre o processo de globalização e os espaços nos quais as atividades informais se concretizam dentro das cidades.

Segundo Silveira (2007) o território brasileiro apresenta os dois circuitos - de forma concomitante – pois enquanto apresenta um espaço de produção moderno e com conexões globais, contendo um denso circuito superior, também é forte a presença de um farto circuito inferior que se expande sobremaneira. Outro destaque refere-se à ocupação de mão-de-obra, pois enquanto o superior tem em evidência a sua constante organização de modo a necessitar de poucos trabalhadores é no circuito inferior – em diferentes segmentos – que se encontra a oportunidade de ocupação e renda para boa parcela da população pobre.

Outra ênfase trata do meio técnico-científico-informacional, pois através dele, ocupação e renda vão sendo produzidos de forma mais ou menos intensa, a depender de como seu alcance e atuação ocorra. Assim, os reflexos sobre os circuitos da economia, principalmente o inferior, terão bastante repercussão, é o que explica Montenegro (2006, p. 3): “A forma como o meio técnico-científico-informacional alcança as regiões é diferencialmente produtora de pobreza e provoca, por sua vez, uma adaptação, uma reformulação diferenciada do circuito inferior segundo a região e a cidade. ”

A expansão apresentada pelo circuito inferior da economia nas cidades médias e grandes do Brasil é influência, sobretudo, das recentes dinâmicas do mercado de trabalho brasileiro. Atualmente, se percebe a capacidade singular do circuito inferior de se renovar e expandir, consequência da geração de ocupações em atividades que estão classificadas como de baixa produtividade ou não-modernas, como tratam muitos autores, repercutindo na proliferação e fortalecimento de micro e pequenas empresas. É no circuito inferior que grande parte da mão-de-obra tem encontrado refúgio e possibilidade de renda, o que reflete a expressão de pobreza estrutural no país. Como, em geral, esta população não está procurando trabalho, isto impacta nos indicadores de emprego que tendem, assim, a ficar mais baixos.

A renovação e diversificação das estratégias entre os trabalhadores – especialmente os autônomos – demonstram a variação de ocupações que compõem o circuito inferior da economia, de salões de beleza a mercearias, costureiras, vendedores ambulantes, serviços de transportes, dentre outros, há uma manutenção

e mesmo um reforço dessas atividades no período atual. A localização é outro fator preponderante entre os agentes do circuito inferior, pois determinar a capacidade de produção e consumo indica os fundamentos históricos da parcela intra-urbana e sua diversidade sócio-espacial (SILVEIRA, 2004a).

Segundo Santos (1995), a cidade se estabelece – por si mesma – como o espaço de uma valorização pontual e segregadora, uma vez que sua materialidade é composta pela aproximação de lugares equipados de modo diferenciado, considerando aquelas com elevação na importância, destinado ao uso de atividades mais modernas, e as que não sofreram modernização, com características antigas e onde vão funcionar ocupações de menor renda, com técnicas menos exigentes e menor investimento de capital. A divisão do trabalho vai ser proporcional, muitas vezes, à lógica de zoneamento da cidade, uma vez que cada parte tem uma disposição para determinadas atividades, pelo menos do ponto de vista capitalista.

O poder público dispõe-se a priorizar partes da cidade no investimento em bens e serviços coletivos. Segundo Montenegro (2006, p. 37) essa postura do poder público repercute entre os agentes do circuito inferior de modo que “[...] se fazem presente onde um dado arranjo entre sistemas de objetos e ações lhe permite instalar-se, ou seja, onde um meio construído relativamente desvalorizado e uma forte demanda popular encontram-se combinados”.

Os agentes do circuito inferior formam um “circuito central”, pois procuram se instalar em locais com grande circulação de pessoas, mesmo que considerados desvalorizados ou degradados, pois é nestes locais que conseguem renda pela realização de suas atividades, promovendo ocupação, especialmente para aqueles excluídos do processo produtivo do circuito superior da economia. Tal situação ratifica a discussão do conceito de território usado, onde cada agente promotor de algum tipo de trabalho, sobre um determinado espaço, demonstra influência diferente dentro da dinâmica, onde sistemas de objetos e ações regulam-se reciprocamente (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Para Montenegro (2006, p. 46), a discussão sobre os circuitos da economia urbana é uma herança da temática relativa ao dualismo, porém, na sua percepção:

[...] a proposta teórica dos circuitos vem justamente romper com o paradigma dicotômico da oposição entre moderno e tradicional, capitalista e não-capitalista, assim como da consideração exclusiva do

aspecto da produção, que não leva em conta as esferas da distribuição, do consumo e do emprego.

Nos anos 1950 tem início as discussões teóricas em relação a economia urbana em países subdesenvolvidos. Utilizando-se de outras definições, muitos estudos têm tratado do tema conceituado por Santos (2008a) como circuito inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos. A noção de dualismo é bastante disseminada entre as abordagens sejam elas remotas ou atuais, sendo a discussão dos circuitos da economia resultado dessa temática.

A base teórica e conceitual dos circuitos da economia urbana rompe com a dicotomia entre moderno e tradicional, capitalista e não-capitalista bem como trata da produção, pois o dualismo não considera os domínios da distribuição, consumo e emprego. Baseado em McGee, Santos (2008a) destaca que a teoria dos circuitos nos países subdesenvolvidos rompe com a improdutividade do dualismo presente na composição econômica das cidades subdesenvolvidas e que é real a presença dos circuitos de interação entre capital, informação e pessoas. Tanto o circuito superior como o inferior possuem as mesmas gênese e causas resultantes da historicidade das modernizações que foram introduzidas e apresentam ligações através de redes de complementaridade e concorrência.

Nos anos 1970, há uma renovação na discussão sobre o dualismo, pois esse passa por novos e diferenciados tratamentos, ainda segundo Santos (2008a), certos autores vão propor: dualismo dentro do dualismo (MORSE, 1975); dualismo intraurbano, indicado por McKee e Leahy (1970); enquanto Frakenhoff (1971) discute economia de centro e economia de favela. Cabe-nos esclarecer que estas discussões, apesar do espaço para debate, aparecem aqui com caráter informativo, pois neste trabalho, os esforços estão voltados para tratar do circuito inferior da economia, no qual a economia informal – inclusive em nível internacional – tem grande visibilidade.

Procuramos direcionar nossa atenção para a teoria do circuito da economia, especialmente a partir dos anos 1970, por ser um período de modificações resultantes da globalização, onde os processos de transformação se deram de modo intensivo e com alcance internacional, pois seu desenvolvimento vai trazer conseqüências para os anos 1990 até os dias atuais, período selecionado para esta pesquisa.

Os circuitos resultam da modernização que chega ao território e sociedades, pois ao se deparar com meios para se desenvolver, podem recriar a situação ou

adaptar-se a esta. Mesmo com mudanças ocorrendo de modo mais dinâmico no circuito superior, faz-se necessário observar que no circuito inferior apresenta renovação, transformação e resistência, conforme Silveira (2004b, p. 3):

[...] a intensa urbanização, a reorganização do Estado e da economia, a monetarização da economia e da sociedade que vão se completando, os agregados da ciência, técnica e informação à vida social e ao território, e a diversificação e aprofundamento dos consumos são dados novos do período, que alteram a natureza do espaço no qual os circuitos da economia urbana se desenvolvem.

No período atual a economia do Brasil encontra-se num processo de crescente internacionalização, o que tem produzido uma reorganização na dinâmica dos circuitos da economia. Com uma impactante atuação dos agentes hegemônicos no circuito superior o efeito sobre os não hegemônicos é quase imediato, pois as transformações resultantes das novas condições de produção e consumo vão impor normas e concorrências desiguais obrigando o circuito inferior modificar seu modo de organização.

Mas essa alteração da produção no circuito superior onde cidades e regiões estão comprometidas num processo de concepção de valor incorporando sistemas de objetos e ações modernas atuando em atividades determinadas por comandos externos exigem determinadas especializações e sendo parte de um fatiamento territorial a nível global. Vê-se como consequência, a diminuição ou mesmo extinção de atividades e ocupações associadas ao circuito superior da economia o que promove entre a população a busca por uma ocupação e remuneração nas cidades. Assim, tem-se a difusão de atividades com mínimas especializações, redução de capital e certa absorção de mão-de-obra ampliando o circuito inferior, logo, a intensificação do circuito inferior é consequência da extinção de postos de trabalho no circuito superior.

Tais proposições levam a reflexão em relação ao circuito inferior no sentido de que esse promove o processo de precarização do trabalho, pois produz muitas formas de ocupação que envolve direta e indiretamente parte considerável do chamado tecido social. A percepção que se tem sobre a teoria dos circuitos da economia dos países subdesenvolvidos impacta sobre as transformações ocorridas no espaço, resultado direto ou indireto, do processo de modernização exógeno e que atingem o território de modo pontual, consequência da inserção no processo de globalização.

Retomando a discussão sobre território usado é possível pensar na diferença de força que cada agente detém, enquanto no circuito superior o território é aproveitado como recurso para a concretização de interesses hegemônicos, os agentes do circuito inferior o utilizam enquanto refúgio para a conquista de renda e manutenção da sobrevivência. Outro fato a destacar refere-se à realização desse uso, pois um não extingue o outro, podendo ocorrer de modo dialético, onde complementaridade e concorrência podem se cruzar e formar um espaço de todos (SANTOS, 1995). Pensar como o território é usado necessita um exercício de anteceder a construção de seu uso, pois o trabalho e seus desdobramentos relacionados com o meio construído está em associação com a vida que dele se utiliza e as técnicas presentes.

É inegável o estudo de Santos (2008a) como referência singular no entendimento da organização comercial em cidades do terceiro mundo. Delimitar os circuitos da economia urbana em superior e inferior foi sua contribuição mais relevante. Referência para diversos estudos posteriores, principalmente por defender a articulação entre eles. Ao mesmo tempo, se diferenciam fundamentalmente entre capital, tecnologia e organização considerando a existência de uma dependência do circuito inferior em relação ao superior.

2.3 Reestruturação produtiva

O sistema produtivo mundial passou por mudanças resultantes do processo de internacionalização da economia. O avanço tecnológico promovido pelo meio técnico-científico-informacional levou a substituição de trabalhadores por máquinas. Associado a esse fator, a produção artesanal foi rapidamente substituída pela industrial. Como consequência, a economia de muitos países e as relações de trabalho sofreram relevantes transformações. Nesse cenário, novas atividades vão surgir, dentre elas, o comércio informal. Segundo Silva; Santos (2010, p. 4):

O comércio informal surge como forma de reação aos limites da urbanização, na busca de novas formas e possibilidades de inserção social da população. Este se caracteriza pela clandestinidade e pela possibilidade do empregador não recolher as normas trabalhistas

(Previdência Social, Fundo de Garantia, Pagamento de Férias, 13º Salário, Aviso Prévio, etc.).

O mundo do trabalho tem passado por profundas repercussões resultantes de um conjunto de fatos observados na globalização. O surgimento de novos segmentos industriais reflete numa alteração qualitativa da classe trabalhadora, paralelo. O grande capital, favorecido pelas mudanças ocorridas a partir do fim do socialismo retoma os antigos regulamentos de dominação, pois retrocede a história para o tempo em que os trabalhadores não tinham direitos regulamentados pelo Estado, consegue meios para enfraquecer e neutralizar os sindicatos e órgãos de classes, reavivando as longas jornadas de trabalho e ausência de direitos ou proteção.

Costa (2008, p. 130) destaca que estamos numa “reestruturação industrial em curso”, como vivemos um período de tecnologia de ponta, uma nova classe operária será criada – como maior nível de instrução e conhecimento – poderão ser incluídos aí cientistas da nova base industrial. Essa situação ampliará a distância entre aqueles que elaboram o trabalho intelectual – mas são trabalhadores – e os que executam o trabalho manual. O autor ainda destaca que grande parte dessa mão-de-obra que executa as tarefas, em outros momentos, foi absorvida pelo setor de serviços, porém, contemporaneamente, existem dois fatores que dificultam tal fato, como destaca:

[...] o capital dificilmente aceitará a redução da jornada de trabalho como no passado e as novas tecnologias agora atingem todos os setores – agricultura, indústria e serviços, reduzindo-se as possibilidades de que um novo setor venha absorver o enorme contingente de desempregados. (p. 135)

O Estado também tem responsabilidade nessa reestruturação, pois suas ações se efetivam tendo em vista a criação de meios para a concretização e reprodução da sociedade capitalista, ou seja, a elaboração de mecanismos para viabilizar o processo de acumulação e a manutenção das classes sociais. (CORRÊA, 1993).

Segundo Celestino (2012), o Estado passa a um status de mercantilização e ideal competitivo a partir do momento que os interesses capitalistas controlam as diretrizes da produção, como consequência, a reprodução do lucro revertido para tais interesses com uma desigualdade na divisão do orçamento e a concentração dos mesmos nas mãos daqueles que representam tais ideais. Para Silva et al (2008, p. 17), essa realidade pode ser entendida quando observadas as diferenças regionais

“[...] existência de vantagens, sobretudo econômicas, comparativamente mais favoráveis a determinadas regiões como decorrência de fatores locais e de interação, associados a questões econômicas, políticas, sociais e culturais. ”

Logo, essa associação cria um espaço construído – o espaço geográfico – que de forma concreta e prática conotam um espaço delimitado, no qual seu controle, planejamento e realização se dão efetivamente, diferenciando-se de acordo os grupos sociais presentes e a ação do Estado que repercute os interesses dos agentes capitalistas no seu processo de acumulação. As ações públicas e privadas que se realizam sobre o território brasileiro criam e recriam constantemente novas dimensões para seu crescimento e desenvolvimento socioeconômico.

A globalização da economia não é algo novo, basta uma leitura atenta de *História Econômica do Brasil* (2004) na qual Caio Prado Júnior detalha a organização produtiva brasileira através de seus principais ciclos econômicos para notarmos que – ao longo do tempo – os diversos setores da economia (e não só a indústria como alguns enfatizam) vem passando por grande reestruturação produtiva. O que notamos, refere-se a intensidade do uso de tecnologias, métodos científicos associados ao capital que vem intensamente relativizando os fatores locais, em nome de ligações reticulares cada vez mais exógenas e pontuais, bem como, intensas modificações nas relações de trabalho.

A crise do capital, a partir de meados da década de 1970, leva a uma reestruturação produtiva que repercute intensamente no mundo do trabalho organizado até aquele momento. Segundo Alves (2007, p. 155):

[...] o novo complexo de reestruturação produtiva surge no interior da III Revolução Industrial, o que impulsionou a revolução tecnológica da microeletrônica e das redes telemáticas e informacionais; e sob a mundialização do capital e do sócio-metabolismo da barbárie com a constituição do precário mundo do trabalho.

No Brasil, os reflexos dessas modificações tecnológicas perante o capital, a produção e o trabalho ganham destaque com a modernização conservadora a partir da década de 1960, onde o Estado, com vultosos investimentos e intervenção direta no aparato produtivo, procurou colocar o país entre as principais potências econômicas da época (BECKER; EGLER, 1993). Essas ações levaram o país a deixar de ser primordialmente agrário para ocupar uma posição industrial-urbana com

intensa complexidade tanto para a economia quanto para as sociedades. Segundo Lins; Elias (2005, p. 4479):

Prolifera-se a quantidade de lugares propícios ao exercício dos capitais hegemônicos, resultando na fragmentação do território, assim como numa nova distribuição de funções produtivas, com consequências marcantes para a divisão social e territorial do trabalho.

As atividades presentes no território brasileiro demonstram as mudanças no processo produtivo e a reestruturação dos setores econômicos, repercutindo diretamente nesse espaço. O meio técnico-científico-informacional proposto por Milton Santos (2008) reorganiza todos os setores produtivos, criando meios para o capital produzir e reproduzir lucro nos diversos segmentos, inclusive promovendo locais com concentração de mão-de-obra servindo de exército de reserva para as atividades a serem realizadas.

Para o entendimento do desenvolvimento territorial é preciso considerar a organização de espaço geográfico, esta ideia é construída a partir da compreensão da acumulação capitalista no atual sistema de regulação. A acumulação do capital sempre foi uma questão profundamente geográfica – se relaciona com o entendimento da estrutura espacial, especialmente, por conter tendências à queda na taxa de lucro. A dívida pública é o melhor exemplo de acumulação: quase metade do orçamento é repassado para os especuladores financeiros, que representam uma mínima parcela da população, enquanto a assistência social (tomando, por exemplo, o Bolsa Família) para uma significativa parcela da população tem uma mínima fração do orçamento, pois o interesse do capitalismo através do governo é garantir a estabilidade social, e por consequência, a política.

Num sentido global, o mundo se modificou muito durante o século XX - ideias, tecnologia, sociedade - e a complexidade das relações sociais, políticas e econômicas não facilitam essa transformação. No Brasil, as discussões sobre as estratégias públicas de desenvolvimento regional no Brasil contemporâneo, especificamente a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Ministério da Integração Nacional, demonstra como o Estado e os agentes capitalistas tratam o assunto, segundo Barbosa (2012):

[...] a priorização do tema no pensamento sobre o desenvolvimento capitalista nos deixa entrever a preocupação com o modo desigual com que o capital se interessa e se instala nas variadas localidades, provocando acentuada hierarquia de lugares deixando “aos de baixo” verdadeiras zonas desérticas em termos de trabalho, direitos sociais e políticas públicas. (p. 38).

A participação da periferia na produção mundial, principalmente no que tange à divisão internacional do trabalho, deve-se ao baixo custo da força de trabalho, o elevado exército de reserva e o uso pelas empresas de uma tecnologia relativamente ultrapassada. Estes elementos são a base para um modo produtivo de atraso e deve ser o ponto de partida para se analisar as disparidades territoriais, mas os autores que discutem esse cenário destacam que esse entendimento passa bem distante dos interesses e propostas do Governo Federal. Novamente Barbosa (2012, p. 40) destaca que “Precisamos ter em conta que a política nacional de desenvolvimento regional é desenhada num contexto socioeconômico marcado pela herança neoliberal que, a partir dos anos 1980, caracterizou o novo ciclo capitalista”.

O Estado parte, então, para uma política de abnegação a ações no campo econômico, vestindo de fato a camisa neoliberal, e se direciona para o cumprimento dos contratos com os especuladores financeiros (capitalistas). Isso significa que a prioridade será o equilíbrio econômico via controle cambial, fiscal e monetário. As implicações dessas ações serão a “[...] ampla abertura comercial com a atração e mobilidade de capitais e mercadorias estrangeiras”. (BARBOSA, 2012, p. 40).

Yázigi (2000, p. 170) trata da incapacidade da indústria capitalista absorver a força de trabalho, mesmo nos períodos de expansão e que, nas recessões, ela alimenta o número de desocupados. Essa ideia é reforçada com a discussão de Singer (1979, p. 9): “[...] o setor autônomo depende essencialmente de um excesso de força de trabalho que não é absorvido pelos setores de maior produtividade. ”

No processo produtivo, a pobreza e a riqueza são realidades contraditórias, porém complementares. Desse modo, para extinguir a pobreza – resultante da diferenciação de renda, faz-se necessário uma transformação nas relações entre os homens e destes com a utilização dos recursos naturais. Sem essas ações, associadas aos modelos de investimento, produção e consumo não haverá a sonhada erradicação da pobreza. A divisão social e territorial do trabalho depende de modo crescente, das decisões políticas. A evolução presente e futura das cidades, por sua

vez, está sujeita como o espaço urbano é organizado considerando o papel dos agentes no jogo político-econômico em diferentes níveis (SANTOS, 1995).

A intervenção do Estado nas relações de trabalho, de forma direta ou indireta, instiga de modo segregatório as atividades econômicas, estabelecendo diretrizes, normas de uso, concebendo espaços específicos de uso e zoneamento por atividade. Com isso, o Estado assume uma dupla função: a de promotor imobiliário e de articulador em razão do uso do poder que lhe cabe ao valorizar ou desvalorizar partes diferentes do espaço.

Além do papel do Estado, é preciso considerar que outros agentes participam ativamente no processo de reestruturação do trabalho. O papel dos agentes internos e externos associados a segmentos econômicos que detêm a hegemonia, além da capacidade de mobilização da classe trabalhadora precisa ser considerado.

A reestruturação produtiva, utilizando novos padrões tecnológicos e organizacionais, aponta para novas relações de trabalho e estas conseguem persuadir uma crescente intervenção de trabalhadores no processo produtivo, também atuando de modo que se promovam normas mais flexíveis na utilização da força de trabalho. Com isso, ocorre a extinção de setores ou atividades que passam a ser realizados no modelo de terceirização – fora da empresa ou indústria como decorrência - tem-se a exclusão dos trabalhadores que executavam diretamente tais atividades e, consequentemente, ficam fora do processo de reestruturação produtiva.

O mercado de trabalho passou por visíveis modificações com a decomposição e reorganização da economia, e com as transformações ocorridas na estrutura da produção a partir dos anos 1980, associado à velocidade da incorporação de novas tecnologias e reorganização do trabalho, pressionadas pela imposição de melhoria na qualidade do processo produtivo frente a um mercado externo competitivo. A década de 1990 é marcada pela expressiva elevação no número de desempregados, consequência principal da recessão econômica que o país atravessou fruto, principalmente, da dívida externa. Além das modificações no processo de urbanização, promovendo uma transformação na dinâmica populacional que vem para as cidades em busca de trabalho. Num processo de causa-efeito as mudanças no campo – provocadas pela inserção de um novo padrão tecnológico de produção – promovem uma migração que supera as progressões matemáticas.

A reestruturação produtiva – considerando o uso de modelos tecnológicos e de organização – leva a novas relações de trabalho, induzindo a uma elevada mediação dos trabalhadores no processo produtivo, como também pode determinar normas mais flexíveis na utilização da força de trabalho. Outro fator a destacar refere-se a extinção de setores ou tarefas cujo trabalho seja melhor executado fora da empresa, através da terceirização das atividades consideradas não-estratégicas. Desse modo, o que se nota é a exclusão dos trabalhadores no processo de reestruturação da produção.

Uma maior flexibilidade no mercado de trabalho é percebida tanto em sociedades industrializadas quanto naquelas de industrialização retardatária, pois os baixos níveis de trabalho e renda, bem como o enfraquecimento do mercado de trabalho, são consequência do processo de reestruturação produtiva. Dentro deste processo ocorrem diversos fatores que trazem consequências para o campo de atuação do trabalho, como é o caso da terceirização. Nas sociedades industrializadas, onde a utilização da terceirização acontece de modo adequado, nota-se a ocorrência de uma rede de parceiros com características necessárias ao nível de desenvolvimento industrial como capacitação tecnológica, gerencial e de inovação.

No caso do Brasil, o modelo de desenvolvimento promove uma distinção no processo de terceirização, com características e resultados diferentes daqueles presentes nos países industrializados. Diferente destes países, no Brasil, a terceirização ocorre em áreas das empresas que não são estratégicas, como, por exemplo, manutenção e conservação, limpeza, alimentação. Porém, acontecem também na produção de bens e serviços considerados essenciais no processo produtivo (BORGES; DRUCK, 1993).

O que se percebe é uma retomada de uma dinâmica do capitalismo brasileiro do início do seu processo de modernização conservadora discutida por Becker e Egler (1993), onde o pilar do desenvolvimento estava assentado na tríade Estado, capital internacional e capital financeiro, onde o capital nacional terá relevante fortalecimento e internacionalização nas frações que interessem a lógica internacional de produção e acumulação. Ao mesmo tempo, a discussão perpassa indiretamente pela direção institucionalista que trata excessivamente as possibilidades de atuação técnica governamental, principalmente no que se refere à participação do poder local na lógica produtiva tanto no nível nacional como mundial. A realidade é que nem mesmo o

governo tem essa capacidade de ação, pois dentro dessa rede de poder, esse está extremamente comprometido com os contratos assumidos para a estabilidade econômica. Segundo Barbosa (2012, p. 48): “Assim sendo, vemos que as disparidades regionais são postas e repostas, muito embora a retórica técnica almeje outra versão”.

A dinâmica geográfica da atual forma como se desenvolve o capitalismo na escala mundial, com seus processos assimétricos, multifacetados e multilocalizados gera diferentes formas de interdependência de lugares e regiões num sistema mundial de relações seletivas e hierárquicas. Com isso, novas configurações espaciais emergem sobre as quais as instâncias nacionais, regionais e locais, como formações socioespaciais, estão cada vez mais articuladas em redes, fazendo com que haja uma ressignificação dos conteúdos espaciais antes existentes diante da inserção de outros novos, no contexto do amplo e contraditório processo de desenvolvimento geograficamente desigual e combinado.

2.4 Comércio: formal e informal

O comércio é definido como troca voluntária de produtos que pode ser realizada por dois ou mais parceiros. Utiliza-se da troca indireta (intermediação de moeda) para sua efetivação. Esta atividade relaciona-se a duas partes da economia: (a) formal, quando legalmente estabelecido, possuindo firma registrada e realizando o pagamento de impostos; e (b) informal, quando estão à margem da formalidade, sem firma registrada, pagamento de impostos ou emissão de nota fiscal.

Para os agentes responsáveis pelas dinâmicas territoriais, com especial destaque para o espaço urbano, o comércio permite uma dinâmica organizacional que tem como consequência uma intensa acumulação de capital que molda as estruturas necessárias à sua própria reprodução e ampliação. Com isso, as constantes transformações nos modos de produção e, principalmente, nas relações de trabalho repercutem diretamente na operacionalização dessa atividade.

Em geral, entende-se como comércio formal as atividades de compra e venda, legalmente estabelecidos, com firma registrada, dentro da lei e pagando impostos, além disso, seus trabalhadores contam com carteira assinada e benefícios

previdenciários. O entendimento acerca do comércio formal e informal encontra-se cercado de dificuldades em defini-los, se moderno/tradicional, estruturado/ não-estruturado, formal e informal. Entra também nesse debate os quesitos relacionados a situação de emprego/desemprego, remuneração assalariada e não-assalariada, proteção previdenciária e sua ausência.

As mudanças ocorridas no setor formal são resultado da reestruturação produtiva que vem ocorrendo ao longo do tempo, mais precisamente a partir da década de 1990. Um grande número de trabalhadores, ao perderem seus postos de trabalho, passam a atuar em atividades definidas como flexíveis, temporárias, sem regulamentação ou prazos determinados e redução/ausência de direitos trabalhistas, promovendo uma condição de instabilidade ao mesmo tempo em que se apresenta como meio imediato de sobrevivência.

Essa situação demonstra a dificuldade de delimitação do setor formal e do informal. Se tínhamos até pré-década de 1990 um setor formal, marcado pelo emprego com carteira assinada e uma série de leis de proteção e um setor informal caracterizado predominantemente pela ilegalidade e à margem da legislação, pós-década de 1990 ambos apresentam precarização nas relações de trabalho e regressão na regulamentação das leis trabalhistas. Este cenário contribui para o fortalecimento da informalidade.

Conforme Tavares (2004, p. 53) a falta de limite claro entre formal e informal é resultado do movimento atual do capitalismo que “[...] obscurecem as fronteiras entre a atividade industrial e os serviços, entre o trabalho produtivo e o improdutivo, entre o trabalho formal e o informal, entre emprego e desemprego, e entre a produção e a apropriação parasitária do valor”.

Outro fator que colabora para dificultar o estabelecimento do limite entre o formal e o informal está relacionado à circulação de pessoas na área central da cidade. Consumindo os produtos de ambos os segmentos que aí disputam espaço e criam uma relação de divergência e ao mesmo tempo complementaridade. (MONTESSORO, 2006).

O comércio formal, pertencente ao circuito superior, realizado no atacado, onde os produtos são comercializados em grandes quantidades, geralmente realizado entre produtores, revendedores e comerciantes, ou no varejo - geralmente vendendo direto ao consumidor – é uma atividade econômica de relevância para a economia. Nos

centros urbanos sua presença é responsável pela criação de empregos, produção de renda e impostos. No caso do comércio informal essas características também são uma realidade, com exceção do pagamento de tributos.

O comércio formal passa por mudanças nas formas como é realizado, inclusive, na organização do espaço físico onde se efetiva. Seja através de novas localizações ou da reorganização dos seus espaços tradicionais, a atividade comercial demonstra os hábitos de consumo da população. Desse modo, o comércio formal tem estabelecido centros comerciais de pequeno e médio porte representados por aglomerados de lojas em pequeno número visando atender as demandas mais frequentes da população que utiliza daquele espaço.

Outra representação do comércio formal são os *shopping centers*, por ser um equipamento comercial organizado a partir de um grupo de lojas varejistas com planejamento e administração de uma unidade empresarial, geralmente apresenta um grande número de lojas de reconhecimento nacional ou mesmo internacional, definidas como lojas âncoras. Os hipermercados também são outro exemplo de comércio formal, com poder de organizar e mesmo (re)organizar o espaço de uma cidade, por representar o que parcelas da população acredita ser formas modernas de comércio.

Ao se direcionar para as discussões relacionadas a temas da economia é possível perceber que o conceito de economia informal vem se destacando de modo crescente. É preciso considerar que tem sido agregado a esse termo uma série de acepções muito diferentes, a saber: contrato irregular de trabalhadores em diversas modalidades como temporário, doméstico, estrangeiro; trabalho sem carteira assinada; terceirização de serviços; abertura e funcionamento de microempresas; comércio de rua. Porém, apresentam um ponto em comum, no senso comum, a população entende que ao falar de economia informal está se tratando de algo que foge a legislação nos seus diversos níveis, para muitos até beirando a marginalidade.

Segundo Cacciamali (2000, p. 155) a procedência e disseminação do termo setor informal ocorre por causa de numerosos estudos feitos pela Organização Internacional do Trabalho relacionado ao emprego em países atrasados no processo de industrialização mundial. Para a autora,

O ponto de partida para delimitar o setor informal, portanto, são as unidades econômicas, orientadas para o mercado, com as distinções acima mencionadas, entre as quais sobressai o fato de o detentor do

negócio exercer simultaneamente as funções de patrão e empregado e de não existir separação entre as atividades de gestão e produção.

A autora quer destacar é que não devemos nos prender a discussão de ausência de carteira assinada ou baixos salários, como se fossem os únicos elementos que caracterizam o setor informal, sua definição e discussão é bem ampla, além do que o setor informal apresenta baixos níveis de renda tanto quanto o formal.

A economia brasileira passa por um processo de crescimento, com impacto no mercado e nas formas de consumo, provocando relevantes mudanças nessa relação. Este crescimento nem sempre ocorre de modo linear, suscitando uma grande ansiedade no comércio formal, especialmente pela elevada carga tributária. O comércio informal tem passado por um crescimento contínuo a cada ano, tal situação provoca um impacto visível na economia do país, retratando as dificuldades, impasses, dúvidas e polêmicas geradas pela atividade comercial seja formal ou informal.

No comércio formal a maior dificuldade para abrir um negócio, ou se manter ativo, são os encargos e obrigações fiscais. Essa realidade é tão intensa que o próprio Governo Federal tem se voltado para analisar as informações relacionadas ao encerramento das atividades formais e a elevação da informalidade e promover medidas que resolvam ou pelo menos amenizem tal situação. Desse modo, na tentativa de melhorar esse cenário, criou a Lei do Super Simples e o Micro Empreendedor Individual (MEI), com estas medidas procura incentivar as empresas e indivíduos que estão na informalidade regularizar sua situação com a lei e se beneficiar das vantagens relacionadas ao comércio formal.

Mesmo passando por um momento de reestruturação produtiva, no qual o trabalho informal tem ganhado destaque entre a População Economicamente Ativa, que necessita garantir sua sobrevivência imediata, o comércio informal aparece como uma vantagem, pois suprime o pagamento de impostos. Porém, existem elementos no comércio informal que são importantes, tanto para o crescimento da atividade quanto para o indivíduo que trabalha. A formalização da atividade permite o acesso a uma série de benefícios como férias, auxílio-doença, auxílio-maternidade, aposentadoria, proteção jurídica, participação em licitações públicas, venda para grandes empresas, atuação no comércio exterior e apoio creditício de instituições financeiras.

O entendimento do Governo Federal sobre a formalização tem se mostrado tão legítimo que foi elaborada a Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, criando “[...] condições especiais para que trabalhadores informais do todo Brasil possam se legalizar como Microempreendedor Individual (MEI)”. (SEBRAE, 2014, s. p). Através do site do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) o indivíduo encontra um roteiro que explica passo a passo como proceder para a abertura de uma empresa, além de ter uma série de outras informações que esclarecem as dúvidas sobre as atividades, benefícios e regulação para quem deseja se tornar um MEI ou precisa fazer a transição para microempresa.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o termo trabalho informal aparece em seus estudos desde 1972, em seus relatórios para o Programa Mundial de Emprego. Com enfoque para os países da África, sobretudo Quênia e Gana, porém o Brasil também tem sérios problemas, uma vez que a excessiva carga tributária e a lei trabalhista dificultam a formalização do trabalho.

Com esse cenário, no caso brasileiro, e em particular Feira de Santana, o trabalho informal concentra-se na atividade comercial. Como forma mais simples, muitos trabalhadores optaram por tornarem-se trabalhadores na rua, pois apesar de não se encontrarem legalmente estabelecidos conseguem sobreviver. As mudanças que se estabeleceram a partir da reestruturação produtiva em função das novas atividades – como da indústria – estabelecem um novo perfil para o trabalhador, atingindo, sobretudo aqueles com menor qualificação técnica e escolaridade, ficando com menor espaço no mercado formal de trabalho.

Mesmo com essa perspectiva, a organização social promove uma reestruturação do espaço buscando, inclusive, alternativas para que estes segmentos, ora excluídos do alinhamento global de uma reprodução formal do capital, possam exercer uma atividade remunerada ao tempo que consigam um modo de estar inseridos no universo do trabalho. As atividades informais aparecem então como essa alternativa, pois são através delas que grandes segmentos populacionais alcançam algum tipo de inclusão social, no caso do comércio, em muitas situações é através desse que as populações excluídas de um modelo padronizado conseguem ter necessidades básicas atendidas, como descreve Silva e Marques (2010, p. 1): “O comércio informal se consolida na medida em que se legitima como espaço de

inclusão e sociabilidade, por ser um dos poucos lugares onde os segmentos sociais de baixíssima renda realizam seus desejos de consumo”.

A atividade comercial age consideravelmente na dinâmica territorial, a atuação dos agentes que a promovem é complexa e varia de acordo a espacialidade e a temporalidade analisada, uma vez que reflete a dinâmica social considerada. Com a consolidação da circulação e comunicação, promovendo uma integração e quase instantaneidade entre os lugares, as possibilidades de contato se tornaram praticamente totais. Essa realidade trouxe outra possibilidade, a realização de trocas com um mercado distante, promovendo uma quebra no isolamento produtivo bem como uma oferta extremamente variada, como escreve Santos (2006, p. 98):

Com a ampliação do comércio produz-se uma interdependência crescente entre as sociedades até então relativamente isoladas, cresce o número de objetos e valores a trocar, as próprias trocas estimulam, a diversificação e o aumento de volume de uma produção destinada a um consumo longínquo.

O comércio informal em Feira de Santana representa parte significativa na dinâmica territorial do espaço urbano, originado com a feira livre. Reestrutura-se continuamente e mantém posição de destaque entre as atividades econômicas. Não há um limite preciso entre o formal e o informal, principalmente quando se trata de comércio de rua.

Observando o histórico do comércio informal em Feira de Santana nota-se uma organização socioeconômica e territorial bem distinta da atual. O cenário contemporâneo clama por explicações e análises que vão além da discussão dos circuitos superior e inferior da economia, uma vez que formalidade e informalidade ganham novos sentidos.

O processo de reestruturação produtiva também teve repercussão na cidade. O comércio informal, hoje, não representa mais o pequeno produtor que traz o catado de seu quintal para garantir um mínimo recurso financeiro, ou a venda de artigos que não se produziam na região. Hoje, o comércio informal realiza a ponte entre a mercadoria de escala global, garantida por uma localização estratégica e privilegiada através dos agentes envolvidos na sua realização e o consumidor numa escala local.

A discussão sobre comércio não é nova, pois desde que o homem começou a produzir excedente e trocar com outros povos essa atividade vem ganhando em variedade, volume e complexidade nas suas relações. Segundo Santos (2008a, p. 98)

Com a ampliação do comércio produz-se uma interdependência crescente entre sociedades até então relativamente isoladas, cresce o número de objetos e valores a trocar, as próprias trocas estimulam a diversificação e o aumento de volume de uma produção destinada a um consumo longínquo.

Para Montessoro (2006) a discussão sobre comércio informal além de ampla é muito diversificada, a começar pela visão do que é informalidade. Para a autora, esse é o termo mais amplo e a partir dele se encontrará as demais discussões e definições, considerando, inclusive, a variedade de ocupações presentes, de tal modo, essa não define camelô, ambulante ou vendedor de rua, mas se faz necessário compreender que existe um comércio informal. Assim,

Devemos então, considerar que o comércio informal pode ser entendido em relação às pessoas que ficam nas ruas e calçadas vendendo alguma mercadoria ou mesmo àqueles que possuem uma banca no camelódromo da cidade e que não estão inseridos na lógica da formalidade quanto à organização das mercadorias e do lugar onde são comercializadas. (MONTESSORO, 2006, p. 118).

Para os consumidores, este tipo de comércio apresenta significativa relevância, especialmente para o segmento menos favorecido onde a concentração de renda diminui o poder de consumo. Segundo Silva et al (2010, p. 3): “Parte dos trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho e de consumo busca o comércio informal como forma de se incluir na sociedade de consumo. ”

Na mídia e para diversos segmentos dos poderes públicos, muitas vezes o comércio informal é considerado uma atividade ilícita, mas os mesmos não consideram o fato de que num país de condições de trabalho adversas essa é uma atividade que possibilita a manutenção da sobrevivência para uma população excluída do mercado formal de trabalho. Ainda analisando a discussão, Silva, et al (2010, p. 1) esclarecem sobre o comércio informal: “O comércio informal se consolida na medida em que se legitima como espaço de inclusão e sociabilidade, por ser um dos poucos lugares onde os segmentos sociais de baixíssima renda realizam seus desejos de consumo”.

O comércio informal se estabelece com base na circulação de pessoas, consumidores em potencial, portanto a necessidade de ocupação dos espaços onde o movimento é maior. As áreas do centro, geralmente, representam esses espaços. Conforme Pintaui (2007, p. 149) “O chamado comércio ambulante, por sua vez, é indicativo de trânsito intenso de pedestres, e, no centro de São Paulo, sua presença é marcante na paisagem”. Via de regra, a discussão dos conceitos economia informal e informalidade operam uma cisão entre legal e ilegal, formal e informal, cindindo a própria economia urbana em compartimentos relativamente estanques. (OLIVEIRA, 2010, p. 3)

O IBGE realizou um estudo sobre a Economia Informal Urbana (1997 e 2003), onde afirma que não existe um consenso em relação a definição e delimitação do conceito sobre setor informal: “[...] pois a magnitude, natureza e composição do setor informal variam entre diferentes regiões e países de acordo com o nível de desenvolvimento e a estrutura de suas economias”. (p. 16, 1997). Baseado nas recomendações da 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho promovida pela OIT, em 1993, considera os seguintes pontos para definir o setor informal:

- Para delimitar o âmbito do setor informal o ponto de partida é a unidade econômica – entendida como unidade de produção – e não o trabalhador individual ou a ocupação por ele exercida;
- fazem parte do setor informal as unidades econômicas não-agrícolas que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas, sendo excluídas aquelas unidades engajadas apenas na produção de bens e serviços para o autoconsumo;
- as unidades do setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção; e
- a definição de uma unidade econômica como informal não depende do local onde é desenvolvida a atividade produtiva, da utilização de ativos fixos, da duração das atividades das empresas (permanente, sazonal ou ocasional) e do fato de tratar-se da atividade principal ou secundária do proprietário da empresa.

Outro destaque para o trabalho do IBGE se deve ao fato da exclusão do universo da pesquisa da “população de rua”, mesmo destacando o “número e importância crescente nas áreas metropolitanas” (p. 17), alegam que a falta de

residência fixa os colocam como “objeto de pesquisa específica, mas certamente com recorte e natureza distintos da presente pesquisa”. (p. 18).

O discurso sobre o setor informal nos anos 70 ressalta que este é resultado do processo centro-periferia, uma vez que a ação de acumulação periférica é dependente promovendo uma estrutura heterogênea, pois o avanço técnico-científico não se dá de modo uniforme, concentrando-se nas partes modernas da economia sem desfazer as antigas técnicas, criando uma superposição ao invés de uma substituição do processo produtivo. O potencial de difusão desse avanço técnico-científico é restrito e facilita o uso de técnicas intensivas de capital. O lucro se concentra em empresas oligopólicas, em sua grande maioria de origem estrangeira com o propósito em investir pela disponibilidade de divisas para a efetivação de suas atividades. Como consequência desse processo de acumulação tem-se um brando crescimento na oferta de trabalho e maior exigência nas solicitações de qualificação de mão-de-obra. Estes elementos se associam com o acelerado acréscimo da oferta de trabalho criando um setor informal. Segundo Carvalho (1977, p. 166): “[...] o setor informal termina por assumir um caráter de setor residual, ou seja, fica nele, tudo aquilo que não é moderno na empresa capitalista de maior porte. ”

Nos anos 80, a informalidade passa a ser associada às discussões do meio jurídico em relação a organização da produção, a não execução das regras institucionais nos segmentos fiscais, trabalhistas e previdenciários (FAGUNDES, 1992). Desse modo, fica evidente o caráter neoliberal, a partir deste, a mensuração do tamanho do setor informal baseado na evasão de receitas tributárias e na quantia não computada do PIB. Para Cacciamali (1991) o termo setor informal demonstra duas situações distintas, porém complementares: a) atividades econômicas que impossibilitam a cisão entre o capital e o trabalho; b) atividades econômicas que não estão submetidas à lei trabalhista/previdenciária. No fim dos anos 80, o entendimento sobre o setor informal trata de todas as atividades econômicas que escapam da regulamentação estatal: tributária, trabalhista ou previdenciária.

Segundo Cacciamali a discussão sobre economia informal apresenta relevância tanto nos meios de comunicação quanto no universo acadêmico. Para a autora, esse termo apresenta significados bem diferentes, como exemplifica: “evasão e sonegação fiscais; terceirização; microempresas; comércio de rua ou ambulante; contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou imigrantes; trabalho

temporário; trabalho em domicílio, etc.” (CACCIAMALI, 2000, p. 153). O destaque para uma conceituação tão numerosa e distinta demonstra um fator em comum no pensamento das pessoas, ainda segundo Cacciamali (p. 153) “[...] são atividades, trabalhos e rendas realizados desconsiderando regras expressas em lei ou em procedimentos usuais”.

As repetidas referências a esta temática, atualmente, demonstram os obstáculos que organizações, sociedades e mesmo cada indivíduo tem se deparado para transpor as alterações resultantes da reestruturação produtiva que impactam não só na produção, mas também na economia, política e na sociedade civil. Os argumentos da autora acima referem-se as novas situações criadas por esta reestruturação.

2.5 Ambulantes, Camelôs e Outros

Para tratar do comércio informal estabelecido no centro da cidade de Feira de Santana, faz-se necessário definir quem são os principais participantes dessa dinâmica, especialmente por sua contribuição, tanto na dinâmica territorial quanto no funcionamento da economia, reflexo das contradições resultantes do desenvolvimento do capitalismo, na maioria das vezes de fora e que repercute na ação local. Como resultado mais próximo e imediato, percebe-se os contrapontos a partir da produção, consumo e reorganização do território, especialmente das áreas centrais.

Salvitti et al (1999, p. 2) define camelô como “[...] um pequeno revendedor de mercadorias, ou até mesmo produtor das mesmas, faz parte do chamado setor informal, juntamente com os trabalhadores autônomos em geral, estando ou não submetidos ao controle legislativo.” Para Santos (2008a, p. 219) pode-se definir camelô de forma mais detalhada: “[...] duas categorias de vendedores de rua: [...] os que tem seu local fixo na calçada ou andam com suas mercadorias nas ruas do centro da cidade e aqueles que vão à procura de fregueses nos bairros. ”

Souza (2013) define camelôs como “[...] indivíduos que tem um ponto, em que estrategicamente desenvolvem suas atividades, quer sejam entre as bancas ou nas ruas em panos espalhados pelo chão. ” Para Montessoro (2006) os camelôs são aqueles que possuem um ponto estratégico para a realização de seu labor, ocupando

tanto bancas nas ruas quanto camelódromos. Faz-se necessário destacar a discussão de Pintaudi (2007), pois não é possível homogeneizar a figura do trabalhador de rua, como se todos fossem iguais, uma vez que “diferenciam não só pela forma de propriedade das mercadorias e do ramo de comércio [...] como também pela ‘propriedade do ponto’, na rua em que se estabelecem, [...] deambulam, carregando nos braços os produtos que oferecem. ”

Essas variações podem ser notadas considerando as especificidades de cada trabalhador e sua postura no local escolhido para desenvolver essa atividade, pois com diferentes cenários, a forma de atuar também será diferenciada, se nas ruas da área central, se nos subcentros, e, principalmente, nas ruas de fluxo de pessoas mais intenso.

Yázigi (2000) elaborou uma obra na qual trata especialmente o comércio de rua. Ele aponta de forma direta os elementos teóricos que tratam da questão classificando quem são, além de discutir conceitualmente comércio informal, economia informal e circuitos da economia. Também destaca os comerciantes de São Paulo, mas nos lembra que essa é uma realidade de todo o país anterior ao período republicano. Entre as páginas 187 e 217 detalha os marcos jurídicos do uso do espaço público, define quem são seus usuários comerciais, bem como, detalha a utilização desse espaço e a territorialidade que é estabelecida identificando a localização dos pontos de comércio. Para esse autor: “[...] por ambulante entende-se o vendedor ou prestador de serviços, aí se incluindo formas de comércio, lazer e publicidade comuns. ” (p.189). Mais adiante trata:

As formas de exercício da atividade são de três tipos: efetivos, que podem carregar equipamentos, circular; as com ponto móvel, com veículos automotores ou equipamentos desmontáveis e, as com pontos fixos, isto é, barracas não removíveis. Seus instrumentos jurídicos são: permissão de uso (atividade lícita); título precário. São pessoais e intransferíveis, com prazos respectivamente de 3, 2 e 1 ano. Mas aí já se nota um contra-senso: se são precários, não poderia ter prazo. (p. 189).

Essa discussão de Yázigi nos traz um relevante tema que precisa ser discutido, o autor trata de toda uma legislação nacional acerca do uso dos bens públicos e privados, o que inclui o espaço público. O que nos chama a atenção se refere ao fato de que tanto esse autor como vários outros fazem uma discussão acerca do uso dos bens e do espaço público. Analisando a legislação em nível nacional, não há uma

regulamentação para ambulantes, camelôs e similares, toda a legislação é pontual e está restrita as Câmaras Municipais de Vereadores.

Uma pesquisa na área de sociologia investigou o comércio de produtos eletrônicos no camelódromo da Rua Uruguaiana, no Rio de Janeiro. O que chama a atenção é o fato de conceitualmente o autor tratar das relações de trabalho presentes nesse local, no qual o trabalho informal atravessa o formal num sentido de oposição, mas também de complementaridade. Outro destaque deve-se a discussão que faz sobre a caracterização de cada um, algo bem próximo aos circuitos superior e inferior da economia elaborado por Milton Santos e presente no livro *Espaço Dividido*. Aqui Durães (2013, p. 124) aborda elementos que individualizam o circuito inferior da economia:

Sem dúvida, fazem parte do capitalismo, mas mantêm entre si, muitos aspectos de singularidade, tais como, no geral, a imediatividade, sem separação (direta) entre capital e trabalho, sem planejamento regular das ações e sem realização dos balanços de receita *versus* pagamentos.

No atual governo brasileiro o poder executivo apresenta 39 ministérios, sendo 24 ministérios de fato, 10 secretarias da presidência e cinco órgãos com status de ministério. O destaque para esta informação se deve por nenhum deles regulamentar diretamente as atividades comerciais - sejam elas atacadistas ou varejistas - em nível nacional. O que se encontra fazendo referência ao comércio refere-se ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A legislação que regulamenta a atividade comercial, caracterizando e definindo o papel dos indivíduos que desenvolvem essas atividades, e no caso em estudo, do comércio informal, está sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2013) elaborou uma Classificação Brasileira de Ocupações, na qual descreve as ocupações, apresenta um histórico, define as características do trabalho bem como as áreas de atividade e as competências pessoais necessárias para a concretização de qualquer trabalho.

Ao realizarmos uma busca no site, a partir dos termos camelôs, ambulantes e vendedores de rua tivemos como resposta a classificação para vendedores ambulantes e vendedores em bancas, quiosques e barracas. De tal modo, tem-se a

seguinte caracterização, como podemos citar: comerciantes, vendedores ambulantes de produtos alimentícios, verdureiros, entre outros, a lista detalha ocupações de A até V.

a) Vendedores ambulantes – são considerados aqueles que “atuam em vias e logradouros públicos, a pé, carregando a própria mercadoria junto ao corpo, em sacolas, malas, bolsas ou carrinho de mão. Trabalham sem vínculo empregatício, como autônomos, a céu aberto ou em veículos automotores ou de tração animal.” (MTE, 2013). Para o MTE, fazem parte desse grupo: ambulante, baleiro, camelô, doceiro, garrafeiro, jornaleiro, leiteiro, sorveteiro, vendedor de cachorro-quente e pipoqueiro ambulante.

b) Vendedores em bancas, quiosques e barracas – tem como condições gerais de exercício atuar “[...] no comércio varejista como autônomos, trabalhando por conta própria, de forma individual ou em equipe. Trabalham em bancas, quiosques e barracas. Algumas das atividades são executadas a céu aberto ou em veículos, os horários de trabalho podem ser diurnos e noturnos.” (MTE, 2013). Aqui, fazem parte do grupo: feirante (auxiliar de feirante), jornaleiro em banca de jornal (vendedor de jornais e revistas), vendedor permissionário (camelô, permissionário em ponto fixo).

Com o crescimento acelerado do comércio informal por muitas cidades do país – desde as grandes metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro – até cidades médias - como nosso objeto de estudo - e a não-arrecadação de impostos nesse segmento que se alarga em grande proporção. O Governo Federal, através do Ministério da Fazenda, criou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, através da Lei Complementar nº 123/2006, onde promove a criação da pessoa jurídica para os empreendedores informais. Dois anos depois, a Lei Complementar nº 128/2008 traz modificações, criando o MEI, permitindo um registro jurídico aos ambulantes, camelôs, feirantes e demais que se encontram na informalidade. A intenção do governo com essa regulamentação é aumentar a arrecadação fiscal, pois o registro desses indivíduos acarretará significativo acréscimo à receita do país.

O entendimento da lei nos faz compreender que o trabalhador autônomo que se inscreve como MEI passa a atuar no mercado como pessoa jurídica, sendo incluído no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) gerando uma identificação numérica perante a Receita Federal Brasileira, e com estes direitos e deveres, que lhe conferem inclusão social e, principalmente, econômica, pois poderá ter acesso a benefícios até

então restritos como possuir máquinas de crédito/débito, abrir conta em agências bancárias, realizar empréstimos e financiamentos, emitir nota fiscal, concorrer em licitações públicas e outros benefícios que a regulamentação proporciona.

Para ser um MEI, segundo a legislação, o valor máximo do faturamento deverá ser de R\$ 36.000,00 por ano; tal cifra permite que seja enquadrado no Simples Federal, tendo como obrigação pagar o valor fixo de imposto segundo o detalhamento:

- a) Atividades do setor de comércio e indústria contribuem com R\$ 60,40 dos quais R\$ 59,40 para a Previdência Social e R\$ 1,00 para o Estado;
- b) Atividades do setor de serviços contribuem com R\$ 65,40 divididos em R\$ 59,40 para a Previdência Social e R\$ 5,00 para o Município.

Em ambos os casos, a contribuição de R\$ 59,40 para a Previdência Social corresponde a 11% do salário mínimo. Com esse valor o MEI poderá ter direito a benefícios como auxílio-doença, auxílio-maternidade, aposentadoria, entre outros. Outro destaque para a atuação do MEI deve-se ao fato de que mesmo com o termo Individual, este não precisa atuar sozinho. A regulamentação permite a contratação de um funcionário recebendo um salário mínimo ou o salário-base referente à profissão que estiver atuando. Caso essa situação se efetive, deve ser informada ao Governo.

Os ramos de atividade também contam com a estrutura da Caixa Econômica Federal que possui um sistema chamado Conectividade Social, além de preenchidas as guias do FGTS e Informação da Previdência Social (GIPS), essa é uma obrigação mensal, que deve ser realizada até o dia 07 de cada mês. A partir dessa burocracia, 11% do salário do empregado devem ser destinados ao pagamento de tributos, divididos em 8% para o FGTS e 3% para a Previdência Social.

Dentre os órgãos governamentais, o SEBRAE é o que se destina a acompanhar e dar suporte para a efetivação do MEI. Segundo informações do portal deste órgão, para ter direito a ser MEI, o fator determinante não deve estar associado apenas ao faturamento anual. Segundo o Portal do Empreendedor do SEBRAE, todo esse detalhamento acima deve ser preenchido através da internet, a partir de *download* feito no sistema da Receita Federal. O SEBRAE ainda oferece orientações em relação a gestão empresarial assinalando áreas que se bem geridas levam ao sucesso empresarial a partir de planejamento, elaboração de plano de negócio, plano de *marketing* e outros serviços.

O jornal Folha de São Paulo, de 14 de abril de 2014, publicou matéria na qual uma pequena parcela dos MEI (3%) consegue crescer e tornarem-se empresas. Com isso, algumas mudanças fiscais vão ocorrer e se os empresários não estiverem atentos podem acabar por se prejudicar com a mudança de MEI para Micro e Pequenas Empresas, pois as taxas crescem proporcionalmente ao faturamento. O quadro elaborado pelo jornal demonstra essas diferenças (Quadro 2).

Quadro 2 – Detalhamento da Situação Fiscal do MEI e do Micro e Pequeno Empresário

Características	MEI (Microempreendedor Individual)	Micro e Pequenas Empresas
Quem participa	Fatura até R\$ 60 mil por ano e tem no máximo um funcionário	Têm faturamento entre R\$ 60 mil e R\$ 3,6 milhões anuais
Tributos	Recolhe cerca de R\$ 40 por mês, destinados ao pagamento de impostos municipais e/ou estaduais e o INSS	Parte de 4% do faturamento da empresa em caso de comércio e 6% em empresas de serviços; a alíquota cresce conforme o faturamento aumenta
Obrigações	Imprimir mensalmente o carnê de pagamento da taxa mensal	Gerar mensalmente uma guia de recolhimento, declarações anuais de informações fiscais e trabalhistas, entre outras
Nota Fiscal	Não é obrigado a emitir quando vende para pessoa física	Obrigatória para todas as vendas
Contador	Não é obrigatório; por lei, escritórios de contabilidade inscritos no Simples devem prestar atendimento gratuito para MEIs que o solicitam	Deve necessariamente ter um, com custo de aproximadamente R\$ 400 mensais

Fonte: Wilson Gimenez Junior, vice-presidente do Sescon-SP; Fábio Garcia, diretor da Baker Tilly Brasil e Marta Pelúcio, professora da Fipecafi.
Retirado do jornal Folha de São Paulo, 14/04/2014, com adaptações.

Sobre ordenamento do uso do solo, o Estatuto da Cidade regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Brasileira de 1988, estabelecendo as diretrizes federais da política urbana e outras providências. Segundo a Constituição, o plano

diretor é obrigatório para cidades que apresentam uma ou mais das seguintes características: abrigam mais de 20 mil habitantes, integram regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; integram áreas de especial interesse turístico ou inserem-se na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. Os planos são elaborados pelo governo municipal e neles devem conter as formas de utilização dos espaços de uso comum, incluindo aí ordenamento das áreas públicas para o uso de vendedores ambulantes, camelôs, barraqueiros ou qualquer outra definição.

Em Feira de Santana, a Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, procura, ao longo de sucessivas administrações, ordenar o uso do espaço público e destinar áreas específicas para que camelôs, ambulantes e outros possam desenvolver suas atividades. Na prática, tem-se o cumprimento do que é estabelecido pelos órgãos competentes no momento da organização, porém, com o passar do tempo, a falta de fiscalização e a elevação no número de pessoas comercializando nas ruas, os espaços outrora desocupados pelo poder público passam a abrigar novos trabalhadores que justificam falta de trabalho formal, desemprego, ausência de oportunidade em outros segmentos, necessidades familiares para ocupar os referidos espaços, entre outras justificativas.

A dinâmica da área central promove as condições necessárias para que ambulantes, camelôs e outros atuem. Pois, contam com uma série de estabelecimentos formais que atuam com muita força, principalmente no setor varejista, atraindo um número significativo de pessoas circulando, principalmente a pé, favorecendo o consumo dos produtos disponibilizados em ambos os segmentos.

O crescimento do comércio informal é facilmente percebido em Feira de Santana. A informalidade concentra os trabalhadores dispensados através da reestruturação produtiva e que necessitam sobreviver. A ausência de formalidade cria um ambiente de conflito com os comerciantes formais, na maioria, lojistas que arcam com todo tipo de carga tributária.

O desemprego é a principal causa para o fortalecimento desse segmento, mesmo com a autonomia promovida pelo comércio informal. A falta de carteira assinada para a garantia de direitos mínimos pesa no momento de avaliar os elementos positivos do comércio informal.

O cenário apresentado revela um espaço de contradições. Os trabalhadores informais necessitam obter meios para a sua sobrevivência individual e familiar. Ao mesmo tempo, os comerciantes formais – além de serem pesadamente cobrados através de encargos trabalhistas e impostos governamentais nos diversos níveis – veem sua clientela dividida entre suas lojas e os camelôs arrumados em frente aos seus estabelecimentos. Enquanto isso, o poder público demonstra grande lentidão para resolver a situação de conflitos e necessidades de todos os segmentos envolvidos, inclusive da clientela, que ao mesmo tempo consome os produtos do comércio informal e critica a falta de espaço para a circulação nas vias da cidade.

Os conceitos utilizados tiveram como objetivo delinear a base teórica que serviu de alicerce para a construção desta tese. A pesquisa foi organizada sob um viés geográfico, no intuito de ampliar o conhecimento sobre a geografia do comércio com recorte para o município e a cidade de Feira de Santana. É preciso destacar as contribuições de autores que trataram do tema em outras áreas do conhecimento como administração, economia e sociologia e muito auxiliaram nesta pesquisa.

Feira de Santana e sua região tem uma trajetória de formação e evolução intensa e particular. Consequência da consolidação da atividade comercial, que teve os transportes e comunicações como relevante impulso, além de interferir de modo fundamental na dinâmica territorial.

Estabelecidas as formas de apropriação conceitual, segue o terceiro capítulo, este trata da evolução do município e da cidade, o crescimento da sua população e análise dos elementos econômicos de Feira de Santana e sua microrregião geográfica.

3 FEIRA DE SANTANA E SUA REGIÃO

A colonização brasileira ocorreu através do povo português que unia o processo político-econômico de ocupação de terras com as devoções religiosas da Igreja Católica. Feira de Santana tem sua origem no início do século XVIII, na propriedade denominada Santana dos Olhos d'Água, pertencente a Domingos Barbosa de Araújo. Nesta fazenda foi construída uma capela em devoção a São Domingos e Senhora Santana. Com o passar dos anos surgiu no seu entorno uma povoação que proporcionou a formação do município e da cidade. (POPPINO, 1968)

A construção de casebres e senzalas, paralelo ao pouso de tropas e viajantes que se deslocavam da capital para o interior e vice-versa, foram alguns dos fatores que contribuíram para o estabelecimento de uma feira. Tornando-se parada obrigatória entre aqueles que passavam pela estrada real de Capoeiruçu, provindo do alto sertão da Bahia, de Minas Gerais, Piauí e Goiás – principais criadores de gado bovino – em direção ao porto de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira, às margens do rio Paraguaçu. Esta cidade apresentava relevante dinâmica urbano-regional na época, pois além de concentrar grandes e variados estabelecimentos pertencentes a importantes comerciantes portugueses era o ponto de uma determinante rede de transporte multimodal entre a capital e o interior do estado e do país. (POPPINO, 1968).

Essa localização estratégica e geográfica promoveu o início das trocas de mercadorias entre os boiadeiros que deixavam o gado no processo de recuperação da caminhada e, conseqüentemente, a perda de peso dos animais, e pequenos produtores de gêneros alimentícios, em especial, farinha e feijão. Ao passar do tempo, novos itens foram se agregando e essa troca foi ganhando em regularidade, volume e variedade, formando a feira livre, o adensamento populacional e a primeira aglomeração que dará origem a Feira de Santana. (POPPINO, 1968).

3.1 Evolução do município e da cidade

A formação histórica de Feira de Santana é constantemente destacada nos documentos existentes através da presença de um comércio pujante. O trabalho de Rollie E. Poppino (1968) sobre Feira de Santana, o qual se dedicou a estudar seus aspectos econômicos, políticos, sociais, urbanísticos, históricos e culturais entre 1850 e 1950 é uma importante referência.

Azevedo (1976) tem sua atenção voltada para a publicação do Diário da Viagem ao Norte do Brasil do Imperador, Dom Pedro II, ocorrida no ano de 1859 com valiosas anotações sobre Feira de Santana. Consta em seus relatos a visita à cidade e demonstra consideração para as pessoas, os atos políticos, mas, principalmente, por ter prestado atenção na geografia do lugar e suas atividades econômicas com destaque para o comércio.

A relevância dessa visita se mostra tão pertinente que a Universidade Federal da Bahia publica o Diário e permite o acesso para consulta da obra Memórias da Viagem de suas Majestades Imperiais à Província da Bahia de Bernardo Xavier Pinto de Souza, editada em 1867. Estas publicações contribuíram para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), em 1968, e em 1971, do Plano Diretor do Centro Industrial do Subaé. Outras personalidades feirenses como Filinto Bastos, professor Lupério Leolino Pitombo e padre Ovídio Alves de São Boaventura vão destacar o dinamismo comercial e a grande transformação da cidade e do município. Como observa Azevedo (1976, p. 8):

Mesmo quando muda e toma novos rumos, a contar de 1950 com seu espontâneo surto industrial, e sobretudo desde 1960 com o atilado planejamento de sua industrialização, conserva-se a um passo progressista, empreendedora e fiel a seu passado de centro de piedade cristã, de núcleo de intenso comércio, de laço de entrecruzamento de estradas, de ponto de fixação e de redistribuição de populações.

Quando Azevedo escreve sobre o “entrecruzamento de estradas”, está se referindo a uma estrada principal e diversas estradas secundárias que interligavam os estados de Minas Gerais, Goiás, Maranhão e Piauí com a Bahia. Havia também as que se originavam no interior do próprio estado, como as que partiam de Monte Santo e Jeremoabo em direção a Feira de Santana. De acordo com Carvalho (1958), a

estrada que ficou popularmente conhecida como estrada das boiadas é a que tem origem no estado do Piauí, passa pelos municípios de Pilão Arcado, Jacobina, Capim Grosso, Riachão do Jacuípe, Feira de Santana e finaliza em Cachoeira. Todas possuíam espelhos d'água e pastagens para alimentar os animais no percurso.

A estrada de boiadas, naquele período, é o modal mais importante para a ligação entre o interior do país e a capital. Com Cachoeira, sendo a principal capital regional, e ponto de convergência de toda a atividade econômica, logo após Salvador, a rota dessa estrada não poderia ser outra. Feira de Santana torna-se ponto privilegiado, toda a organização dos fluxos terrestres terá como passagem seus limites territoriais, o que lhe confere uma vantagem locacional superior perante os demais municípios.

A circulação de animais transportados a pé promovia a necessidade de constantes paradas ao longo do percurso. Além do descanso e alimentação dos animais, o mesmo se fazia necessário aos homens que os conduzia. Uma forte dinâmica comercial se estabelecia no entorno dos locais que serviam de pouso. Os municípios citados por Carvalho (1958) tiveram um fortalecimento de suas economias, promovendo-os a uma posição privilegiada perante os demais. Em Feira de Santana, a situação foi positiva, pois uma sucessão de acontecimentos possibilitou sua origem, crescimento e fortalecimento perante outros com grande força econômica, como Cachoeira, por exemplo.

A feira estabelecida ganhou relevante dimensão. Ainda na primeira metade do século XVIII, a povoação em torno da fazenda Santana dos Olhos D'Água já era um centro de permutas e escambos, o que proporcionou a formação de um arraial. Desse comércio, originou-se uma pequena feira livre nas proximidades da capela, dentro da fazenda, realizada uma vez por semana (ARAÚJO, 2006). A concentração populacional foi se ampliando a tal ponto que, no início do século XIX, seus moradores solicitaram a criação do município: “Seu desenvolvimento econômico levou os habitantes a pedirem a criação do município, o que se concretizou pelo Decreto de 13 de novembro de 1832, com território desmembrado de Cachoeira” (IBGE, 1958, p. 226).

A sede do município criado ganhou foro de cidade através da Lei Provincial nº 1.320, de 16 de junho de 1873, recebendo o nome de Cidade Comercial de Feira de Santana (IBGE, 1958, p. 227). Em 30 de novembro de 1938, o Decreto Estadual nº

11.089 modifica o topônimo para Feira de Santana, que vigora até o presente. Atualmente, o município é composto pelo distrito sede que possui o mesmo nome do município, e Bonfim de Feira, Governador Dr. João Durval Carneiro, Humildes, Jaguará, Jaíba, Maria Quitéria, Tiquarucu e Matinha (desmembrado de Maria Quitéria em 2008). Segundo Cruz (1999, p. 222)

Feira de Santana é, desde sua origem, uma cidade marcada principalmente pela pujança de sua atividade comercial. Os volumes negociados, quantidade de estabelecimentos, o pessoal ocupado formal e informalmente com as atividades terciárias, sempre foram expressivos – mesmo antes de tornar-se a ‘Cidade Comercial de Feira de Santana’ (1873).

A década de 1950 apresenta a consolidação da atividade agropecuária no município. Segundo o Censo desse período (IBGE, 1958), 30% da população em idade ativa estava ocupada na agricultura, pecuária ou silvicultura. Sendo um importante centro econômico, mantém sua função de entreposto do sertão baiano, destacando a engorda e criação de gado bovino, colocando o município em posição de destaque no estado (IBGE, 1958).

A feira ganha representatividade, em Feira de Santana, na década de 1950, com destaque para a ocupação do Centro da cidade, entre o atual cruzamento das avenidas Getúlio Vargas e Senhor dos Passos (Figura 4). A grande aglomeração de pessoas a pé e algumas a cavalo é bem destacada. A circulação de caminhões com prováveis mercadorias pode ser visualizada na parte da frente da figura. Este cenário demonstra como se realizava a feira no centro da cidade.

Figura 4
Feira de Santana
Vista parcial da feira
1950



Fonte: IBGE, 1958.

Na feira, era possível observar a disposição das mercadorias pelo chão, à mostra para a população que circula a pé (Figura 5). Nesse recorte, tem-se objetos de cerâmica, uma provável vendedora a espera de potenciais clientes, e ao fundo, pessoas circulando, em busca de toda a sorte de produtos. A presença de animais é uma constante na feira, tanto para o transporte de pessoas e mercadorias quanto para a sua comercialização, como o animal presente na figura com suporte característico de carga.

Figura 5
Feira de Santana
Artigos de cerâmica vendidos na feira
1950



Fonte: IBGE, 1958.

A venda do gado bovino vivo era também muito intensa, sendo o gado-em-pé, como é popularmente tratado, o principal produto comercializado, com projeção por todo o norte-nordeste (Figura 6). O município abasteceu com gado de corte os municípios de Aracaju, Maceió, Recife, Salvador e muitos outros no interior da Bahia. Sua relevância foi tamanha que nesse período foi construído um grande matadouro-frigorífico (MAFRISA) para atender a demanda vigente. Estava estabelecido na rua Santos Dumont, onde, atualmente, funciona o fórum Desembargador Felinto Marques. Como escreve Araújo (2006, p. 52) “O surgimento da cidade, diretamente relacionado à comercialização de gado bovino, favorece a inserção de um número crescente de produtos que passam a ser negociados nos dias voltados para a compra e venda de animais”.

Figura 6
Feira de Santana
Gado deixando os currais após comercialização
1950



Fonte: IBGE, 1958.

A organização econômica de Feira de Santana vem, historicamente, contribuindo para seu fortalecimento enquanto município polarizador de sua microrregião. De sua origem, ainda no período colonial até próximo a década de 1990,

a atividade primária teve grande representatividade. De acordo os dados do IBGE (2016), entre 1974 e 2015, o efetivo do rebanho bovino apresentou um crescimento constante passando de 69.400 cabeças, em 1974, para 75.100, na década de 1980 (Tabela 1). Na década de 1990, esse efetivo passou para 112.300 cabeças, período de maior destaque desse efetivo. Na década de 2000, o número foi reduzido para 63.738 cabeças, em 2010, outra diminuição, sendo registradas 62.900 cabeças. Em 2015, o efetivo do rebanho bovino dispunha de 54.300 cabeças, apresentando uma redução de 58.000 cabeças entre 1990 e 2015, o que significa uma perda de 51,64% do rebanho, no período. Porém, é a atividade comercial – com destaque para o comércio de gado bovino – que permitirá o fortalecimento e consolidação de sua área urbana.

Tabela 1
Feira de Santana
Efetivo do rebanho bovino, número de cabeças
1974 - 2015

Período	1974	1980	1990	2000	2010	2015
Número de cabeças	69.400	75.100	112.300	63.738	62.900	54.300

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2016.

Na década de 1950, a atividade industrial ainda era incipiente. A produção de manufaturados vendidos na feira livre limitava-se a objetos de cerâmica, fibra, madeira e, principalmente, artefatos de couro, sendo uma produção típica artesanal. Por sua vez, o comércio detinha uma posição privilegiada e apresentava um “considerável aumento, conservando o município na sua posição no cenário comercial do Estado, concentrando-se na cidade 95% dos estabelecimentos.” (IBGE, 1958, p. 230).

Segundo Araújo (2006, p. 52) “O setor terciário representado pelo segmento comercial desponta em relação às outras atividades econômicas de Feira de Santana”. As transformações técnicas e estruturais proporcionadas, principalmente, pela inauguração do sistema rodoviário, modificam Feira de Santana num ponto estratégico na região, promovendo a expansão regional e nacional de suas atividades. Portanto, segundo o Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS), “O comércio é o setor de maior importância econômica da estrutura produtiva municipal em geração de emprego e renda”. (CIFS, 2008, p 7). Para este órgão, a elevada diversificação dos negócios tem agregado, desde a década de 1950, uma relevância

econômica que opera como ponto nessa rede de produção e distribuição de bens e serviços. A posição geográfica do município de Feira de Santana pode ser considerada estratégica e se constitui como a principal vantagem para seu crescimento econômico (Figura 7). Segundo Freitas (1998, p. 65)

Constituiu-se desde o início de sua formação em um entroncamento, passagem obrigatória para quem circula para o norte ou para o sul do país, e o fato de ter um sistema de cruzamento de estradas de rodagem, faz com que, se transforme num centro de comercialização de produtos.

Figura 7



Fonte. DNIT. *Mapa Rodoviário Bahia*. 2002.

Por seus limites territoriais passam 3 rodovias federais e 2 estaduais. As BR-324 e BR-116 passam por dentro da cidade, se confundindo com ruas e avenidas. A BR-116, após o município de Santo Estevão, proporciona a ligação rodoviária com o sudeste do país, no município de Santo Estevão há o contato com a BR-242 com destino a Itaberaba e o centro-oeste do país. A BR-101 cruza o município, na altura do distrito de Humildes, numa região bastante urbanizada. Além disso, a BA-502 liga Feira de Santana a São Gonçalo dos Campos num espaço bastante conurbado e, a BA-052 liga Feira de Santana ao município de Itaberaba, importante centro regional.

As transformações nas redes de transportes baiana promoveram a conexão rodoviária de Feira de Santana com a capital, sua região metropolitana e a rede rodoviária em nível nacional. Segundo Zorzo (2005), a década de 1960 tem como marco para o sistema rodoviário a pavimentação da BR-324, determinante para os fluxos comerciais de Feira de Santana e de outros municípios como Alagoinhas, elevando sua posição na hierarquia urbana e valorizando seu papel enquanto cidade com atividades predominantemente comerciais. Ao mesmo tempo, colocou cidades como Cachoeira e Santo Amaro em situação desprivilegiada dentro da hierarquia urbana e nacional, como escreve Santos (1959) ao analisar a rede urbana do Recôncavo e suas alterações. Feira de Santana e Alagoinhas já surgem no cenário por ele estudado, pois, as rodovias já aparecem e contribuem para a nova dinâmica estadual com forte influência desses municípios, principalmente Feira de Santana:

O Recôncavo, passou assim, a olhar para dentro, comunicando-se com Salvador sobretudo por terra. Enquanto Cachoeira e Santo Amaro, portos debruçados sobre as águas, viam restringir sua zona de influência e desciam da posição de capital regional para a de centro local. Feira de Santana passava a comandar a maior parte das relações no mesmo território. (SANTOS, 1959, p. 68)

As estradas passam a ser construídas, na Bahia, a partir de 1920, os órgãos responsáveis ganham autonomia, em 1945, para construir e ampliar o sistema rodoviário nacional (ZORZO, 2005). A partir de 1960, com grande intensidade, rodovias como a BR-116 passam a ter pavimentação, seguida pela BR-324 e BR-101. Para Feira de Santana, o ano de 1975, se destaca pela conclusão do anel de contorno que interliga as rodovias estaduais e nacionais com pontos diferentes do país (Quadro 3).

Quadro 3
Feira de Santana
Síntese da organização rodoviária nacional
1929-1975

Período	Ação
1929	Primeira estrada de rodagem, ligação Salvador-Feira de Santana
1945	Divisor de águas para o sistema rodoviário baiano e brasileiro; Autonomia administrativa e financeira para os órgãos responsáveis
1945/1960	Construção da BR-116 Construção da BR-324 (pavimentação em 1960) Construção da BR-101
1975	Anel de contorno de Feira de Santana, interligação das BR-324, BR-101, BR-116 com as rodovias estaduais BA-052, BA-084 e BA-502.

Fonte: ZORZO, 2005. Organizado por TELES, 2016.

Bomfim (2006) realizou um estudo sobre o funcionamento técnico da rede urbana do recôncavo. A autora procurou comprovar que as transformações no espaço urbano são resultado direto das inovações técnicas implantadas no território, dentre elas, as rodovias que possibilitaram um novo formato de circulação para as pessoas e mercadorias. Circunstância que reflete a realidade de Feira de Santana. Segundo a autora, “A sucessão de inovações técnicas, no caso o aparecimento das estradas de rodagem, vai produzir nova configuração espacial da rede urbana, passando a ser comandada por cidades que se beneficiaram de suas vantagens locais”. (BOMFIM, 2006, p. 56).

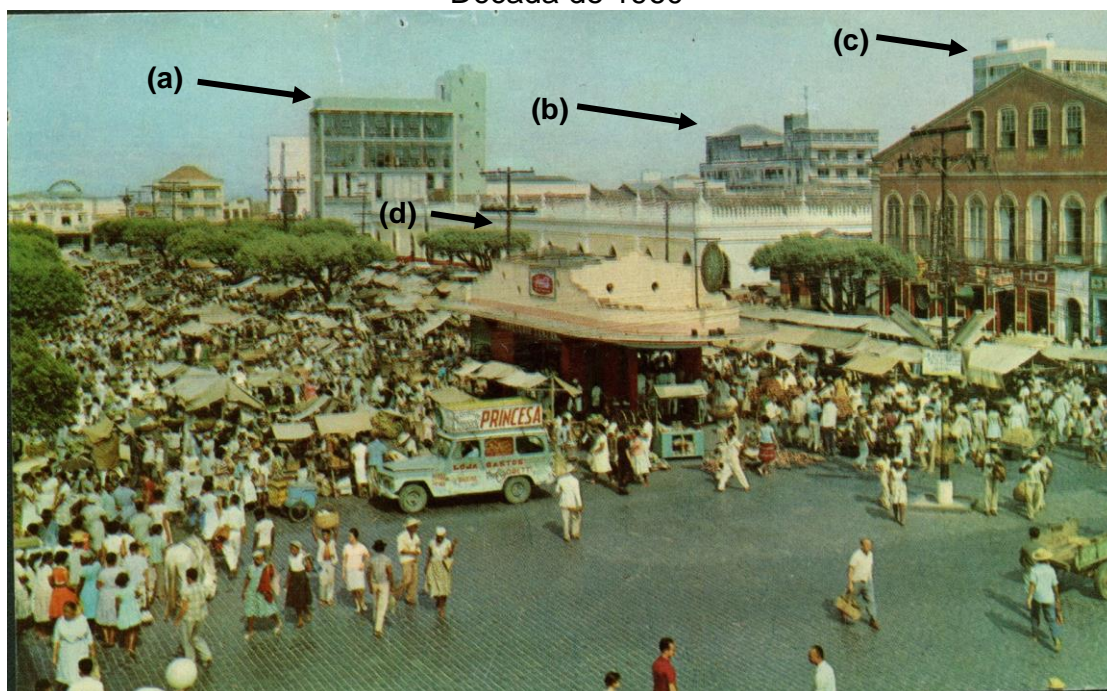
O comércio é a base econômica mais forte de Feira de Santana. Através dele o município se firma como importante centro regional. Até a década de 1960, Salvador aparecia como único centro apresentando serviços condizentes a uma metrópole, e Feira de Santana faz parte desse sistema urbano primaz. Como escreve Silva, Silva, Leão (1985, p. 258-259) “Feira de Santana, situando-se em uma área estratégica, entre o Recôncavo propriamente dito e o Sertão, passou a exercer, pouco a pouco, um importante papel no inter-relacionamento regional”.

Quanto a comercialização no centro da cidade, na década de 1960, observa-se a contínua presença de bancas e barracas ao longo das ruas, ocupando não apenas as calçadas mas, de fato, o meio da rua, onde deveria ocorrer a circulação de veículos. Outro destaque, refere-se aos produtos comercializados, vende-se de tudo, alimentos, utilidades para a casa, ferramentas, plantas, confecções, animais. O

cidade só ficava desocupado entre a terça-feira à tarde e a quinta-feira pela manhã,

Aos poucos, prédios com um número maior de pavimentos começam a aparecer (Figura 9). Ao fundo, marcado com a letra (a) tem-se o edifício Sark, com 5 pavimentos, um avanço para o período, onde funcionou diversos tipos de atividades, ao longo das décadas, atualmente, abriga o Centro Médico Regional. O prédio da Sociedade Filarmônica Euterpe Feirense (b), local no qual ainda funciona atividade culturais, tem aluguel de salas e salão de festas como sua principal fonte de receita. O prédio do INSS (c), também se destaca em relação à altura, com 8 pavimentos, atualmente, desativado. Enquanto os prédios, de forma talvez despercebida pela maioria dos que frequentam o centro comercial começam a ocupar os espaços, a feira continua a se espalhar pela avenida Getúlio Vargas e adjacências do Mercado Municipal (d), confrontando anacronismo e modernidade.

Figura 9
Feira de Santana
Feira ao longo da Avenida Getúlio Vargas
Década de 1960



Fonte: Jornal Feira Hoje, 30 jul. 1967. Disponível em: <<http://www.google/imagens.com>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

Silva, Silva e Leão (1985) chamam a atenção para o fato de que núcleos urbanos como Feira de Santana ganham em dimensão e poder econômico. Passam a competir, dentro do Estado, por uma posição de comando diante de antigos núcleos, como Santo Amaro e Cachoeira, que perderam importantes áreas de influência para Feira de Santana e mesmo para Salvador.

O transporte rodoviário teve relevância singular na consolidação de Feira de Santana como centro urbano de grande influência regional. Segundo Silva, Silva e Leão (1985), o município e a cidade começam a se destacar no estado e no território nacional, a partir de sua ligação rodoviária. Segundo os autores: “Entre 1960 e 1980, Feira de Santana tornou-se um centro de irradiação de vias asfaltadas para todos os maiores centros urbanos do Estado e do País. ” (p. 256).

Os resultados desse episódio são percebidos através dos circuitos econômicos. No período, a agropecuária se destacava na economia, a atividade agrícola passou por intensa reorganização, o emprego de técnicas modernas fez com que a produção se elevasse. O mesmo fato se deu com a pecuária, como resultado, o abastecimento de Salvador e seu entorno era realizado predominante pelos cereais, carne e leite produzidos por Feira de Santana e seus municípios de influência.

Com a formulação do Plano Integrado de Desenvolvimento Local de Feira de Santana (PIDL), em 1969, suas repercussões, a partir da década de 1970, foram intensas. Seus formuladores pensaram e projetaram relevantes estratégias de atrelamento do município a economia regional e nacional. O item mais importante desse plano foi a criação do Centro Industrial do Subaé (CIS), centro industrial local com fortes ligações dentro do nordeste e com outros estados, sobretudo na Região Nordeste.

A política de crescimento econômico para Feira de Santana atrelava-se a expansão do setor industrial na cidade. Como centro dinâmico dentro de sua região pretendia-se captar capitais e desenvolver tecnologias para auxiliar no processo produtivo. A mão-de-obra intensiva também era considerada relevante nessa política devido o constante fluxo populacional.

Os agentes responsáveis por esse planejamento elaboravam estratégias que modernizariam o município e trariam crescimento econômico. Ao mesmo tempo, as principais ruas do centro comercial da cidade continuavam tomadas por barracas numa atividade comercial que seguia os moldes coloniais. Como o mercado municipal

não comportava todos aqueles que procuravam Feira de Santana para negociar seus produtos, os comerciantes passaram a se instalar ao longo da rua (Figura 10). A segunda-feira era o dia principal de concentração de vendedores. Aos sábados, ocorria a mesma situação, desde o cruzamento da avenida Getúlio Vargas com a rua Conselheiro Franco, seguindo em direção a Prefeitura Municipal, no cruzamento da avenida Getúlio Vargas com a avenida Senhor dos Passos e espalhando-se por diversas ruas.

Figura 10
Feira de Santana
Avenida Getúlio Vargas
1970



Fonte: Jornal Feira Hoje, 10 jan. 1977. Disponível em: <<http://www.google/imagens.com>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

A intenção de desocupar as vias públicas não é recente, na década de 1970 a Prefeitura Municipal contratou a empresa Projetos e Assessoria do Nordeste (PRANE). Seu objetivo era elaborar um projeto de transferência da feira, denominado de Projeto Cabana – que ocupava o centro da cidade – para um espaço com infraestrutura adequada e ordenamento do seu uso. O Centro de Abastecimento foi construído com vistas a atender não apenas o comércio local mas, com projeções regionais, a feira livre não cabia mais no centro comercial da cidade necessitando de

um espaço específico para seu funcionamento. Segundo o Projeto Cabana (1974, p. 2)

Paralelo à expansão urbana ocorreu o agigantamento da feira tradicional. Ademais o local da feira está inserido no centro comercial da cidade, com ramificações cada vez maiores no sentido das áreas residenciais, acarretando, portanto, o estrangulamento progressivo de outras importantes atividades e serviços urbanos.

Com a transferência dos feirantes para o Centro de Abastecimento, em 1977, logradouros, como a avenida Senhor dos Passos, que antes serviam para a feira livre ficaram desocupados (Figura 11). O trecho que aparece na figura demonstra como ficou o centro comercial sem a presença dos feirantes, todo o espaço que está servindo para a circulação de veículos e pedestre, nos dias da feira livre era tomado por pessoas em barracas, bancas, lonas ao chão e toda a possibilidade de realização de comércio.

Figura 11
Feira de Santana
Avenida Senhor dos Passos
1984



Fonte: MEMÓRIAS de Feira de Santana. Disponível em: <<http://www.google/imagens.com>>. Acesso em: 28 maio 2016.

A década de 1980 foi marcada por avenidas e ruas sem feirantes, transferidos para o Centro de Abastecimento. Os registros nos jornais informam que esse período foi marcado por tentativa de adaptação e insatisfação dos feirantes no novo local. Ao mesmo tempo, as ruas antes ocupadas atendiam aos veículos que circulavam e

estacionavam ao longo da avenida. Foi realizada uma reforma no Mercado Municipal e transformado no Mercado de Arte Popular, um centro de arte, cultura e turismo com vendas de produtos regionais, como artesanato, confecções, livros, alimentos e local de realização de festejos populares e folclóricos.

A pedido da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), no início da década de 1980, o poder público municipal construiu o calçadão da rua Sales Barbosa (Figura 12). Seu objetivo era facilitar o acesso e tornar o espaço mais atrativo para os potenciais clientes que transitavam por aquela rua. Observando a figura percebe-se a pretensão de estruturar territórios para o pedestre poder transitar, realizar suas compras e ou apenas admirar o trânsito de quem circulasse pelo local.

Figura 12
Feira de Santana
Rua Sales Barbosa
1980



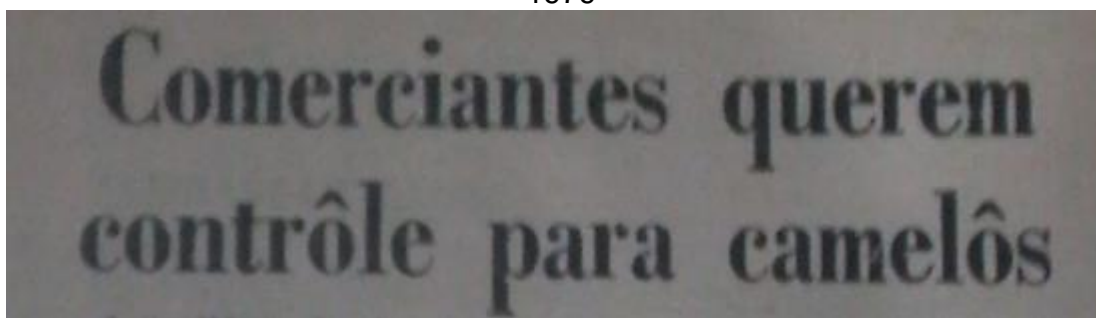
Fonte: Jornal Folha do Norte, 28 abr. 1984.

Disponível em: <<http://www.google/imagens.com>>. Acesso em: 28 maio 2016.

Numa reportagem do jornal Feira Hoje, de 03 de janeiro de 1979, o termo camelô foi utilizado pela primeira vez. Com o título *Comerciantes querem controle para camelôs*, o repórter utiliza o termo camelôs para os vendedores de rua que estão num

processo de invasão da rua Sales Barbosa sem licença para a atividade, pagando apenas uma taxa aos fiscais da Prefeitura. A reportagem também destaca que se não forem tomadas providências todo o calçadão será ocupado por esses. Situação que vai se arrastar por toda a década de 1980 (Figura 13).

Figura 13
Primeira utilização do termo camelô em Feira de Santana
1979



Fonte: Jornal Feira Hoje. 03 jan. 1979.

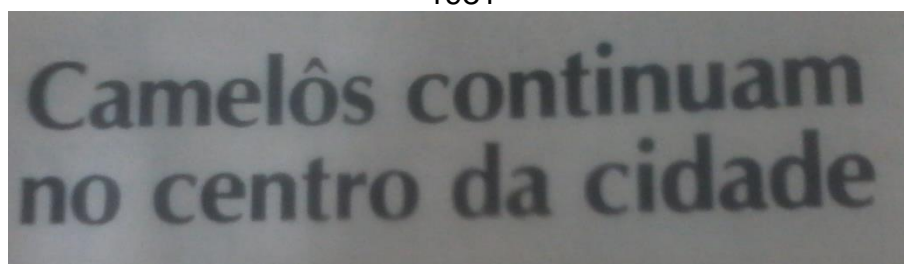
Os jornais também publicam as reclamações dos comerciantes em relação a má qualidade da estrutura física do Centro de Abastecimento. São muitas as críticas feitas ao governo municipal por não extinguir as feiras livres nos bairros e, principalmente, permitir a comercialização na rua Marechal Deodoro. O ano de 1980 foi marcado pela crise e decadência da atividade agropecuária no município, com destaque para o gado bovino. Ao mesmo tempo, diversas reportagens tratam da implantação do CIS. Essa informação confirma os estudos de Cruz (1999) e Freitas (1998) sobre a inserção do setor industrial no município, a intensificação da urbanização e as transformações econômicas do município.

A dinâmica do centro da cidade promovida pelos fluxos de pessoas e mercadorias ocorre com intensidade nas ruas estudadas nessa pesquisa. A avenida Getúlio Vargas, com destaque para seu cruzamento com a avenida Senhor dos Passos – onde estão localizadas a Prefeitura Municipal e a Igreja Senhor dos Passos – bem como, as ruas Marechal Deodoro e Sales Barbosa, promovem juntas um processo de movimentação econômica que se amplia, com especial destaque entre as décadas de 1950 e 1980.

O comércio de rua, que tem nos ambulantes e camelôs a representação do comércio informal, passa a se expandir pelos antigos espaços ocupados outrora pelos feirantes da feira livre, presentes nas ruas da cidade até 1977. Entre a década de 1980

e meados da década de 1990, a ocupação das ruas foi uma constante, gerando tumultos, discordâncias e insatisfações para todos os que dependem do comércio como fonte de renda. Após muitos conflitos, a Prefeitura Municipal de Feira de Santana realizou a transferência dos ambulantes e camelôs da Rua Sales Barbosa para a Praça Presidente Médici, tornando-se conhecida como Feiraguay, devido a quantidade de produtos, inicialmente, importados do Paraguai, conforme título de reportagem publicado no jornal do período (Figura 14).

Figura 14
Título de reportagem sobre camelôs no centro da cidade
1981



Fonte: Jornal Feira Hoje. 30 abr. 1981

Em Feira de Santana, o bairro Centro apresenta relevantes equipamentos urbanos e de utilidade pública como o terminal rodoviário (transferido para este local na década de 1960), a Prefeitura Municipal, o fórum Felinto Bastos, o Centro de Abastecimento, a Casa de Saúde Santana, a igreja Senhor dos Passos e o Feiraguay (Figura 15). O centro comercial definido pela Prefeitura Municipal como objeto de requalificação abrange as ruas Marechal Deodoro e Sales Barbosa, bem como parte das avenidas Getúlio Vargas (no trecho delimitado pelo cruzamento com a avenida Visconde do Rio Branco e rua Tertuliano Carneiro) e Senhor dos Passos, entre o seu cruzamento com a rua Carlos Valadares e avenida Sampaio, também é possível visualizar a posição do Centro de Abastecimento, localizado dentro dos limites do Centro da cidade. Por não se encontrar nas ruas de maior dinâmica comercial, como as ruas Marechal Deodoro e Sales Barbosa, a avenida Senhor dos Passos ou adjacências do antigo Mercado Municipal, durante toda a década de 1980, causou insatisfação daqueles que foram transferidos. Sua principal justificativa assemelha-se a utilizada por ambulantes e camelôs, a constante presença de pessoas circulando pelas ruas e potenciais consumidores de suas mercadorias.

[illegible][illegible]

A década de 1980 foi marcada pela continuidade da atividade comercial como propulsora da economia de Feira de Santana. Como consequência, o mercado de trabalho apresentava um maior movimento, principalmente, nas vagas que exigiam profissionais mais qualificados. Para Oliveira (2012, p. 91)

Feira de Santana passou de 1950 a 1980 por uma intensa alteração em sua estrutura econômica, dinamizando o comércio e aumentando, consideravelmente o número de empregos. Essa combinação de fatores, fez da cidade um pólo de migração, tornando ainda mais complexa a estrutura urbana feirense.

Segundo Cruz (1999, p. 223) “Novos capitais eram alocados às atividades terciárias, atraídos pela demanda da nova indústria e pelo intenso crescimento demográfico e as altas taxas de urbanização no município e nas cidades da região”. Nessa década, a atividade industrial sofreu retração, diversas empresas de porte nacional encerraram suas atividades e retornaram para suas matrizes como consequência do fim dos incentivos fiscais. Consequência direta desse acontecimento foi o desemprego de um relevante número de pessoas, inclusive com qualificação profissional. Diante do desemprego, muitos trabalhadores não viram outra alternativa a não ser dedicar-se a uma atividade informal até conseguir se recolocar no mercado formal de trabalho. Muitos transformaram-se temporariamente em ambulantes e camelôs, porém, essa foi uma opção que terminou por se tornar permanente nas ruas do centro comercial de Feira de Santana. Segundo Santos, J. P. (2012, p. 3)

A busca por formas alternativas de sobrevivência levou ao surgimento de uma forte atividade informal por parte de ambulantes e camelôs, que a cada dia se expande nas áreas mais centrais da cidade, competindo com o comércio formal, gerando processos de degradação da qualidade de vida. Em alguns locais do centro comercial, áreas de praças e jardins foram ocupadas pelo comércio informal que introduziu estruturas de alvenaria, afastando totalmente suas características de espaço público.

Segundo Nascimento (2006), nos cinco primeiros anos da década de 1990, os ajustes de produção realizados nos cenários estadual e nacional vão revelar sinais de esgotamento, na economia feirense. O fim de períodos de incentivos fiscais, a ausência de uma política industrial regional, a hesitante política econômica nacional e

a inflação elevada foram os principais elementos para a continuação no fechamento de diversas empresas no CIS, assim como ocorrera na década de 1980.

Mesmo com uma perspectiva negativa, o comércio conseguiu se manter, segundo Cruz (1999, p. 234) “Feira de Santana continuou sendo uma cidade eminentemente comercial, em que pese todo o processo de industrialização”. Quanto a sua importância logística, as rodovias federais contribuíram sobremaneira para seu fortalecimento. Mais adiante, o autor reforça essa característica, pois escreve

Ao interceptar fluxos com destino à Salvador e ao Sudeste/Nordeste, o entroncamento rodoviário de Feira continuou conferindo à cidade uma participação relevante na geração de idas e vindas de cargas para as regiões Sudeste e Nordeste do Brasil, assim como para diversas regiões do próprio estado baiano. (CRUZ, 1999, p. 234).

Assim como Freitas (2013), esse autor argumenta sobre as rodovias que cruzam o território de Feira de Santana e são resultado de uma organização maior que se utilizou desse município para a consolidação de seus interesses. Por sua vez, Feira de Santana acabou por se beneficiar dessa estrutura exógena e se firmou na sua hinterlândia como polarizadora da economia, na circulação de pessoas e mercadorias.

A partir da década de 1990, a indústria deixou de ser o elemento-chave nesse processo. Os serviços passam a determinar a implementação de uma região metropolitana. O discurso que ganha notoriedade trata da relevância em reduzir as desigualdades entre os municípios a partir de uma maior e melhor articulação regional. Segundo Silva (2014, p. 28), “Tanto o desenvolvimento regional quanto a integração do território são viáveis, desde que haja coesão entre as municipalidades e os setores sociais e econômicos envolvidos”. Este deve apresentar um espaço urbanizado e a maior concentração de produtos e serviços. Seu vínculo entre a cidade mais bem equipada e os municípios próximos se justificaria pela intensidade nos fluxos em busca de bens e serviços. Organizando uma rede de serviços intensa, legitimaria a formação e consolidação da região metropolitana. Ainda segundo Silva (2014, p. 34)

A região metropolitana teria como características a capacidade de difundir ideais socioeconômicos, culturais e políticos. Tal difusão ocorre a partir dos serviços e infraestrutura, sobretudo os localizados na metrópole. Assim sendo, as regiões com caráter metropolitano, ou

seja, com a capacidade de polarização significativa, teria mais facilidade para agir em diversas escalas espaciais.

É preciso destacar que tanto o Estado quanto os teóricos que tratam das discussões sobre região metropolitana concordam num sentido, há uma cidade determinada como metrópole. O capitalismo impulsiona as relações sociopolíticas – e estas – por sua vez, vão refletir na metropolização. Esse processo constitui na “[...] integração de território a partir de uma cidade-núcleo, configurando um território ampliado, em que se compartilha um conjunto de funções e interesses comuns”. (COSTA, MATTEO, BALBIM, 2010, p. 631). Essa integração se materializará através da sua centralidade. Ao estabelecer uma intensa rede de circulação e informação, tendo como fixo principal as cidades com maior infraestrutura, seus fluxos se direcionarão e a consolidação em decorrência dos interesses análogos.

O fortalecimento da economia e da posição urbana de Feira de Santana, acontece, por causa da rápida expansão da sua relação comercial com os municípios do próprio estado e que não tinham ligação com Salvador para consumir bens e serviços diretamente da metrópole. A sua posição, como centro regional, ganha dinâmica através da maior fluidez proporcionada pelo asfaltamento da BR-324, responsável pela ligação entre a capital e Feira de Santana. A abertura de novas estradas ligando os municípios da região a Feira de Santana colaboraram sobremaneira para torná-la atrativa. Assim,

As vantagens competitivas deste município, para além da ‘naturalidade’ locacional e de sua proximidade com a capital, foram criadas pela ação deliberada do Estado que efetuou gastos em infraestrutura industrial, urbana, rural e rodoviária e implementou políticas ativas (ficais e creditícias) com o intuito deliberado de atrair capitais produtivos mais dinâmicos. (CRUZ, 1999, p. 223)

Esses elementos caracterizam a atividade comercial como responsável pela evolução e consolidação de Feira de Santana dentro da hierarquia urbana estadual e nacional. É inegável que a política nacional de integração territorial e industrial tenham contribuído para seu fortalecimento. Nesse aspecto, escrevem Silva, Silva e Leão (1985, p. 259)

Mas é no quadro de uma política de integração nacional, por meio de rodovias asfaltadas, e de uma política industrial que devemos situar o

crescimento de Feira e o seu novo relacionamento com a metrópole regional.

Acredita-se na importância de refletir sobre a posição do município, pois essa é a premissa para a formação das aglomerações urbanas a ponto de se tornarem metrópoles, região metropolitana, megalópole ou outras. No Brasil, os governos estaduais e federal promovem diferentes planejamentos para o desenvolvimento territorial. No caso dos estados, cada um planeja, separadamente, como se desenvolver e destacar dentro do território nacional. O governo federal, por sua vez, não apresenta uma política de desenvolvimento regional funcional. A principal fragilidade está na passagem da administração, pois cada governador ou presidente que se elege não dá continuidade a projetos ou propostas anteriores, mesmo que seja uma sucessão partidária.

Assim, em cada estado e região, a posição de destaque de um município colabora para a articulação das ações, políticas, econômicas e sociais necessárias para as mudanças e benefícios na região em que se encontra envolvidos. Segundo Nascimento (2006, p. 167) “O município é um espaço político e de organização, [...] Quando este concentra funções de centro dinâmico, deve-se ser capaz de articular-se para atender às áreas de influência que o circulam”. As mudanças no espaço geográfico tornaram a hierarquia urbana mais flexível promovendo entre os pequenos centros a oportunidade de utilizar serviços de cidades localizadas fora da polarização de sua microrregião geográfica.

Para Moura (2014, p. 45) “Entre os arranjos espaciais, os urbano-industriais situam-se como os principais responsáveis pela inserção regional na divisão social do trabalho”. Diante de tais considerações, tem-se o fortalecimento do movimento populacional concentrado em certas áreas, como desfaz as proposições de que no Brasil um processo de desmetropolização esteja em curso por conta das novas tecnologias de comunicação. Essa concentração populacional tem como efeito a elevação na densidade de espaços já concentrados, e sua expansão, sem planejamento, ou auxílio de políticas públicas na gestão imediata. Portanto, promovem toda sorte de resultados, ambientais e sociais, com repercussões, principalmente, negativas e difíceis de superar em caso de problemas.

Entre 2000 e 2016, comércio e serviços continuam a predominar, ao mesmo tempo que as consequências da reestruturação produtiva, discutida ao longo dessa

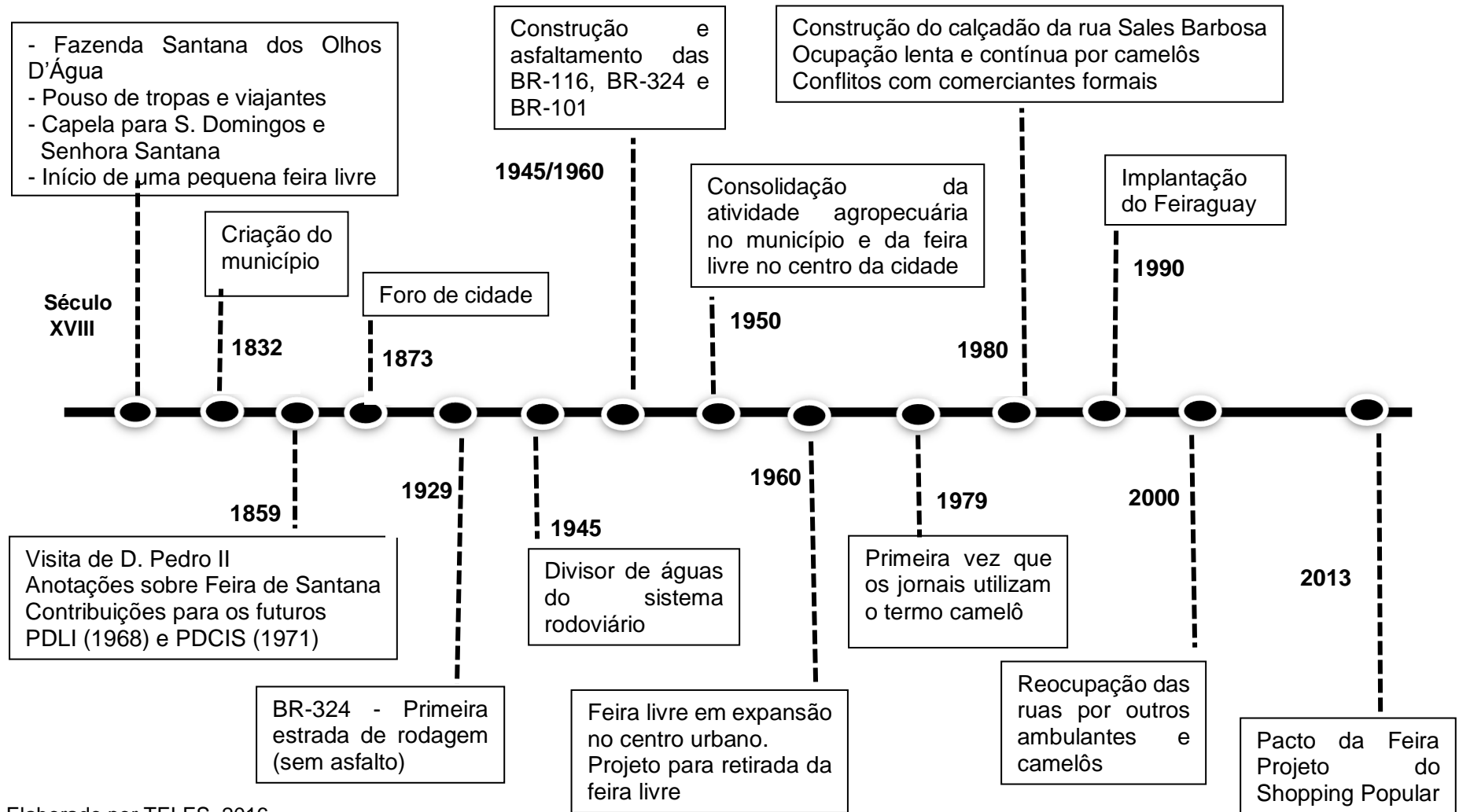
pesquisa, prossegue elevando o segmento de desempregados. Esse fato é visível pelo número de ambulantes e camelôs ocupando as ruas do centro comercial que tem se mostrado acentuado a cada visita ao local. As representações que seguem demonstram esse processo de ocupação das ruas por ambulantes e camelôs ao longo dos sucessivos períodos citados, mais especificamente do atual.

As ações de reordenamento e requalificação do centro comercial de Feira de Santana só vieram ser rediscutidas, em 2013, com o projeto da Prefeitura Municipal denominado Pacto de Feira. O poder público municipal propôs um projeto de requalificar todo o centro comercial, incluindo a construção de um camelódromo e a transferência de ambulantes e camelôs para este novo espaço, tornando novamente as vias públicas desocupadas para a livre circulação de pedestres, pois esse é o embasamento principal para a desocupação dos espaços públicos.

O comércio representado por ambulantes e camelôs, ao longo do tempo, sofre intervenções pontuais do poder público municipal, ao mesmo tempo, revelam-se como marcos temporais e espaciais na configuração da cidade. O início do município, a partir de uma feira livre, a reorganização do centro da cidade com a implantação do Centro de Abastecimento, a criação do Feiraguay e, atualmente, o projeto de construção do *Shopping* Popular demonstram as ações dos agentes públicos na promoção de um ordenamento do espaço público no centro comercial. A linha do tempo construída busca sintetizar esse percurso da evolução espacial e socioeconômica do município e da cidade de Feira de Santana (Figura 12). Seu objetivo é destacar os principais fatos que marcaram a construção desse espaço e dos agentes envolvidos.

Figura 16
Feira de Santana

Linha do tempo na evolução do município e da cidade



Elaborado por TELES, 2016.

3.2 Evolução da população de Feira de Santana e sua microrregião geográfica

Os sucessivos governos estaduais, desde os anos 1950, vêm formulando políticas de ordenamento territorial. Criaram, então, regionalizações diversas que dividem a Bahia sob diferentes enfoques (SOUZA, 2008). Feira de Santana encontra-se numa regionalização variada. Tomando a Região Administrativa estabelecida em 1970 (Feira de Santana) polariza outros municípios, quanto a Região Econômica, de 1990, faz parte do Paraguaçu. Se considerado o Eixo de Desenvolvimento, a partir de 2000, está inserido no Grande Recôncavo, quanto ao Território de Identidade, estabelecido em 2004, compõe o Portal do Sertão. Também está incluído na Região Semiárida. Neste estudo, usou-se a regionalização da Mesorregião e Microrregião Geográfica organizada pelo IBGE, a partir de 1990, o município faz parte do Centro Norte Baiano, e Microrregião Geográfica Feira de Santana.

O Estado da Bahia encontra-se dividido em 7 Mesorregiões Geográficas (Centro Norte Baiano, Centro Sul Baiano, Extremo Oeste Baiano, Metropolitana de Salvador, Nordeste Baiano, Sul Baiano e Vale Sanfranciscano da Bahia). Feira de Santana está inserida na Mesorregião Centro Norte Baiano que apresentou nos anos de 1991, 2000 e 2010 uma população total de 2.018.116, 2.080.336 e 2.226.300 pessoas, respectivamente. Esses números refletiram num crescimento demográfico de 2,99% entre 1991 e 2000, e 6,55% entre 2000 e 2010. A Microrregião Geográfica de Feira de Santana, é composta, além do município de Feira de Santana, pelos municípios de Água Fria, Anguera, Antonio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Elísio Medrado, Ipecaetá, Ipirá, Irará, Itatim, Ouriçangas, Pedrão, Pintadas, Rafael Jambeiro, Santa Bárbara, Santa Terezinha, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Serra Preta, Tanquinho e Teodoro Sampaio.

Em 1950, Feira de Santana apresentava uma população total de mais de 100 mil habitantes. Esta década tem como marco o início do processo de modernização econômica do Brasil, com ênfase nos sistemas de transporte ferroviário seguido do rodoviário. Com esse cenário de crescimento, apenas na década de 1970 a população urbana vai superar a população rural e atingir uma taxa de urbanização de 70,31%. Nas décadas seguintes a população urbana continua a crescer, mantendo a taxa de urbanização em níveis elevados, em 1980 foi de 80,24%, 1991 apresentou 85,86%,

2000 passou para 89,77% e 2010 alcançou 91,74%, situação superior à brasileira (Tabela 2).

No intervalo compreendido entre as décadas de 1950 e 1960 os municípios de Anguera, Coração de Maria, Iará, Tanquinho, Santa Bárbara e Santanópolis passaram por processos de emancipação política e seus respectivos territórios e população foram desmembrados do município de Feira de Santana. Mesmo com a perda desse expressivo contingente populacional, o município de Feira de Santana continua apresentando nas décadas seguintes um expressivo crescimento na sua população total, demonstrando que o município incorporou o fenômeno da urbanização e modernização das atividades econômicas, representado pela implantação e funcionamento do CIS.

Tabela 2
Feira de Santana
População Municipal
1950-2010

ANOS	POPULAÇÃO RESIDENTE				TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA
	TOTAL	URBANA	RURAL	TAXA DE URBANIZAÇÃO %	
1950	107.205	34.277	72.928	31,97	90%
1960	141.757	69.884	71.873	49,30	103,88%
1970	187.290	131.720	55.570	70,31	88,48%
1980	291.504	233.905	57.599	80,24	77,57%
1991	406.447	348.973	56.875	85.86	49%
2000	480.949	431.730	49.219	89,77	24%
2010	556.642	510.637	46.007	91,74	18%

Fonte: IBGE. Censos Demográficos (1970-2010), 2014.

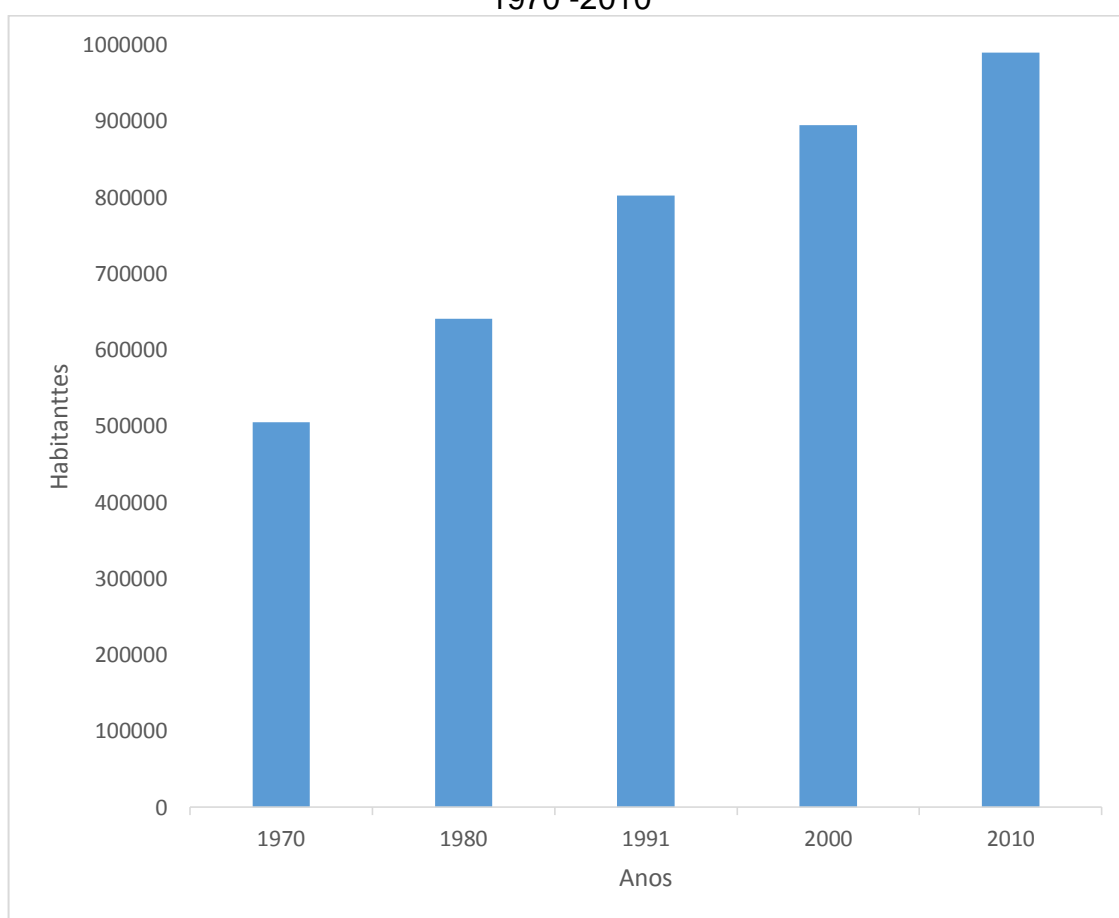
O alcance de Feira de Santana supera os municípios que compõem sua região metropolitana. Autores como Silva (2014) estão voltados para as questões referentes a essa atual organização. O que se pode constatar é que de fato a RMFS, institucionalizada através de lei é menor do que a região metropolitana real que funciona, incluindo os municípios que não fazem parte da sua microrregião geográfica.

Com relação a população total da sua Microrregião Geográfica, entre 1970 e 2010, apresentou um crescimento contínuo. Em 1970, a população era composta por 505.184 pessoas, passando para 640.983 pessoas, na década de 1980. No ano de

1991, sua população total era de 802.106 pessoas, em 2000, a população alcançou 894.803 pessoas e, em 2010, atingiu a quantidade de 990.038 pessoas (Figura 17).

É preciso considerar as novas contribuições ao processo de construção do território, particularmente o brasileiro, e para este trabalho, o de Feira de Santana. As mudanças são concretas e visíveis, principalmente no circuito que envolve as atividades do terciário, sobretudo no que diz respeito à informática e comunicação. Essa reestruturação tem como consequência significativas alterações tanto no modelo de acumulação quanto na dinâmica territorial respondendo na estrutura da hierarquia urbana.

Figura 17
Microrregião Geográfica de Feira de Santana
População Total
1970 -2010



Fonte: SIDRA/IBGE, 2016. Elaboração: TELES, 2016.

Dentre os municípios da Microrregião Geográfica de Feira de Santana, entre 1970 e 2010, nota-se que os municípios de Anguera, Conceição do Jacuípe, Coração

de Maria, Feira de Santana, Santa Bárbara, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho apresentaram aumento significativo de sua população total (Tabela 3).

Feira de Santana é o município de maior destaque, com um contingente populacional de 556.642 pessoas, em 2010. O segundo município, São Gonçalo dos Campos, com 33.283 pessoas, comparativamente 5,97% da população total residente em Feira de Santana. Enquanto, Conceição do Jacuípe, com 30.123 pessoas, e 5,41% em relação a população de Feira de Santana. Os municípios de Antonio Cardoso, Elísio Medrado, Ipecaetá, Pedrão, Santa Terezinha, Santanópolis e Serra Preta tiveram um decréscimo de sua população, entre 1970 e 2010.

Tabela 3
Microrregião Geográfica de Feira de Santana
População Total
1970-2010

Município	Ano				
	1970	1980	1991	2000	2010
Água Fria	11.529	13.126	14.145	14.966	15.731
Anguera	7.299	7.748	7.859	8.834	10.242
Antonio Cardoso	12.289	11.505	11.328	11.620	11.554
Conceição da Feira	12.417	14.422	16.067	17.514	20.391
Conceição do Jacuípe	15.163	18.739	22.905	26.194	30.123
Coração de Maria	18.933	20.943	21.937	23.818	22.401
Elísio Medrado	8.628	7.722	7.839	7.860	7.947
Feira de Santana	187.290	291.506	406.447	480.944	556.642
Ipecaetá	17.333	17.058	16.376	18.383	15.331
Ipirá	56.860	69.756	62.672	61.746	59.343
Irará	16.575	20.454	23.869	25.163	27.466
Itatim ¹	-	-	10.039	12.700	14.522
Ouriçangas	6.885	6.343	7.043	7.525	8.298
Pedrão	7.589	7.617	6.813	6.979	6.876
Pintadas ²	-	-	10.405	10.927	10.342
Rafael Jambeiro	-	-	22.572	22.600	22.874
Santa Bárbara	14.789	15.181	16.768	17.933	19.064
Santa Teresinha	16.879	17.289	8.860	8.696	9.648
Santanópolis	10.598	9.851	9.330	8.644	8.776
Santo Estevão	25.410	30.863	37.007	41.145	47.880
São Gonçalo dos Campos	21.858	21.715	24.288	27.000	33.283
Serra Preta	19.233	19.568	17.656	17.726	15.401
Tanquinho	7.355	9.827	10.208	7.460	8.008
Teodoro Sampaio	10.272	9.750	9.601	8.884	7.895
Total	505.184	640.983	802.106	894.803	990.0038

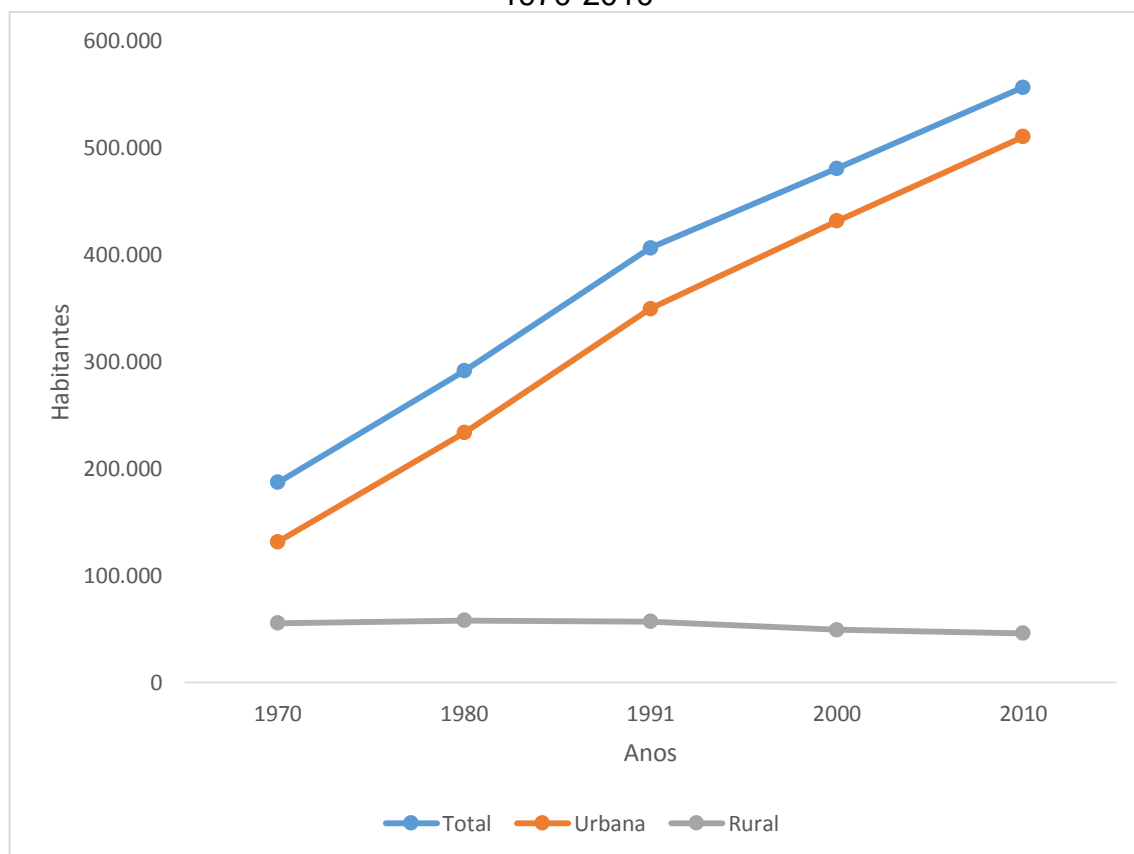
Fonte: IBGE/SIDRA, 2016. Elaboração: TELES, 2016.

¹ O município de Itatim foi emancipado em 1989. ² O município de Pintadas foi emancipado em 1988.

³ O município de Rafael Jambeiro foi emancipado em 1985.

Observando apenas o município de Feira de Santana, constata-se que no período compreendido entre 1970 e 2010 a população total apresentou relevante crescimento no período, com acréscimo de 297,2% (Figura 18). A população urbana seguiu o desempenho da população total, seu crescimento ao longo das décadas foi ascendente e contínuo. A população rural apresentou um período de elevação entre 1970-1980, logo após uma ligeira diminuição, entre 1980-1991. Entre 1991-2000, a população rural registrou uma significativa redução. O mesmo fenômeno vai ocorrer entre 2000-2010 quando pouco mais de 3 mil pessoas deixam a zona rural do município. Essa evolução demográfica deve ser associada aos fatores sociais, econômicos, culturais e políticos. O contexto socioeconômico no qual essa população encontra-se inserida, ao longo do intervalo de tempo apresentado, demonstra sua importância e pré-condição para que um número elevado de pessoas se concentrem em Feira de Santana.

Figura 18
Feira de Santana
Evolução da população residente
1970-2010

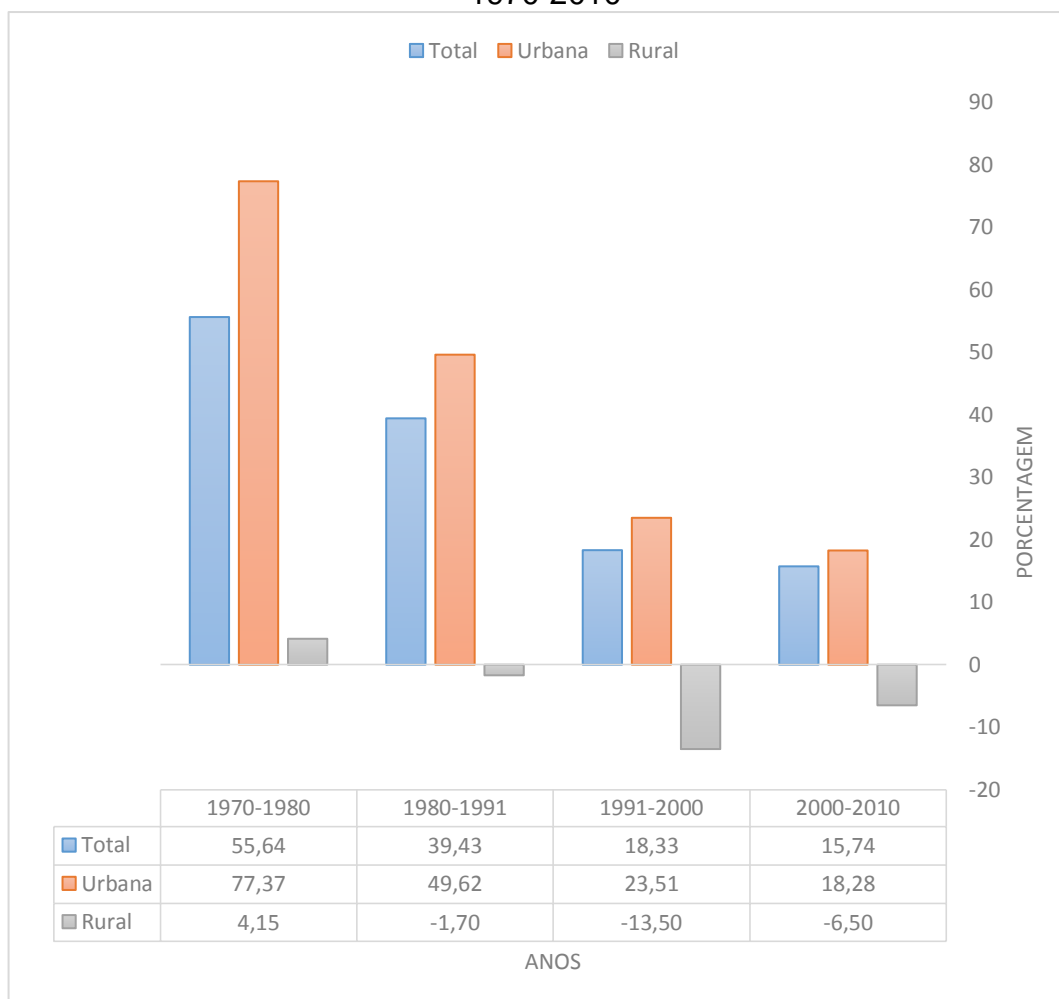


Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2010. Elaboração: TELES, A. 2016.

Quando analisada a variação relativa do crescimento populacional, entre 1970 e 2010, percebe-se o contínuo crescimento da população total e urbana (Figura 19). Porém, esse crescimento mostra-se com maior intensidade no período 1970-1980, a população total e a urbana apresentam números positivos e elevados, enquanto a rural tem menor crescimento. Entre 1980 e 1991, há um crescimento da população total e urbana com valores menores do que na década anterior, enquanto a população rural apresenta valores negativos (- 1,70%). No intervalo 1991-2000, o crescimento da população total é positivo, assim como da urbana, entretanto, é inferior à década passada, mas o destaque se deve ao decréscimo da população rural, atingindo um número negativo de -13,50%. Esse evento vai se repetir entre 2000 e 2010 com um decréscimo de -6,5%. As explicações mais concretas e que são possíveis para essa redução na variação relativa da população total, urbana e principalmente rural, se deve as políticas de planejamento familiar e consequente redução da natalidade, maior escolaridade, em especial da mulher, que, por sua vez, está cada vez mais inserida no mercado formal de trabalho.

Quanto a redução da população rural, além dos fatores citados, o êxodo rural, com a migração da população para os centros urbanos, em busca de melhor e maior formação escolar e oportunidades de trabalho, justificam essa redução da população rural, no município de Feira de Santana.

Figura 19
Feira de Santana
Crescimento relativo da população
1970-2010



Fonte: IBGE, 2016. Elaboração: TELES, 2016.

Ao analisar a distribuição da população municipal distribuída na sede municipal e nos distritos de Feira de Santana, é possível destacar a forte concentração na sede municipal. Os distritos de Bonfim da Feira e Humildes apresentam maior concentração populacional na sede do distrito, enquanto os demais, têm maior população rural. O distrito de Maria Quitéria é o que apresenta maior população com 13.903 habitantes. (Tabela 4).

Tabela 4
Feira de Santana
População residente, por situação do domicílio, sede municipal e distritos
2010

Sede e distritos	População	
	Urbana	Rural
Feira de Santana (Sede)	495.965	46.007
Bonfim da Feira	2.131	1.302
Gov. Dr. João Durval Carneiro	1.079	2.725
Humildes	6.983	6.479
Jaguara	665	4.386
Jaíba	956	3.583
Maria Quitéria	1.826	12.077
Matinha	573	8.282
Tiquarucu	457	3.466

Fonte: SIDRA/IBGE, 2014.

3.3 Análise dos elementos econômicos de Feira de Santana e sua microrregião

A diversificação das atividades e o estabelecimento de fluxos promoveram a consolidação de uma centralidade urbana cada vez mais intensa em Feira de Santana. Como consequência, os vários usos que se constituíram no Centro o desenvolveram dando-lhe forma e conteúdo. O centro da cidade de Feira de Santana é marcado pela preponderância da atividade terciária que a dinamiza por representar um forte comércio popular. O surgimento de novas centralidades associa-se ao processo de expansão urbana da cidade. Esta área deixou de ser o local de residência das elites e se especializou na função comercial.

Os serviços de saúde e educação contribuem na manutenção da centralidade do local onde são ofertados. Sua existência, organização e variedade demonstram relevância para a dinâmica econômica da cidade, principalmente, por se constituir em atrativo de pessoas que necessitam desses serviços atraindo fluxos de diversos municípios, fortalecendo o papel de Feira de Santana no contexto regional.

Os serviços de saúde com pequenos níveis de especialização são ofertados em todos os municípios da microrregião. Os centros de saúde/unidades básicas de saúde estão presentes em todos os municípios com mais de um estabelecimento. Apenas o município de Elísio Medrado não apresentou este tipo de estabelecimento. As clínicas/ambulatórios especializados também são estabelecimentos frequentes,

com mais de uma unidade, na maioria dos municípios. À proporção que se torna mais especializado o serviço como, por exemplo, central de regulação dos serviços de saúde, hospital dia, hospital especializado, pronto socorro especializado, unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia, só os municípios polarizadores de sua hinterlândia vão apresentar unidade. A elevada presença de serviços de saúde em Feira de Santana demonstra sua posição polarizadora num contexto regional tomando como referência apenas o serviço público.

A presença de instituições de nível superior com cursos de graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento, em particular, na área de saúde, como a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e faculdades particulares como Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Faculdade Nobre (FAN), Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana (UNEF) e Faculdade Anísio Teixeira (FAT), ao ofertar cursos ligados a área de saúde como medicina, enfermagem e psicologia, em nível de graduação e de pós-graduação colabora para a ascensão do município como polarizador da sua microrregião geográfica.

Esse cenário contribui na melhoria da qualidade, alcance e diversificação do atendimento nesse tipo de ocupação e na projeção da cidade através da articulação entre os serviços de educação e saúde. Também estão presentes 31 faculdades particulares oferecendo cursos nas diversas áreas de conhecimento, tanto em nível de graduação como de pós-graduação. Em relação a educação tecnológica, conta-se com o Instituto Federal da Bahia (IFBA), Centro Tecnológico da Bahia (CETEB) e com uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Serviço Social do Transporte/ Serviço Nacional de Aprendizagem para o Transporte (SEST/SENAT). Atende tanto localmente como sua microrregião geográfica.

A presença de agências bancárias é outro elemento marcante na dinâmica territorial de Feira de Santana e no seu caráter regional. Enquanto os municípios de Água Fria, Conceição da Feira, Coração de Maria, Ipecaetá, Ipirá, Itatim, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Serra Preta, Tanquinho e Teodoro Sampaio apresentam apenas uma agência bancária do Bradesco ou Banco do Brasil, Feira de Santana conta com 35 de diversas instituições públicas e privadas. Além disso, estão presentes 61 Postos de Atendimento Eletrônico (PAE), conhecido como caixa-rápido,

segundo o Banco Central (2016), são dependências automatizadas de bancos, podendo ser múltiplo ou não, prestando os serviços de saques, depósitos, extratos, saldos, pagamentos e outros.

Em Feira de Santana, no distrito de Humildes, também existe 1 PAA com a finalidade de atender a praça desassistida em serviço bancário. Existem ainda 14 PAB, com o objetivo de atender entidade de administração pública ou empresa privada, prestando serviço exclusivo onde está localizado, subordinado a uma agência do mesmo município. Outra modalidade existente são os Postos de Câmbio Permanente, autorizados pelo Banco Central para a prática de operações no mercado de câmbio, prevista a utilização de cartões de uso internacional, realização de transferência financeira postal internacional, incluindo vale postal e reembolso postal internacional.

Os serviços bancários demonstram a importância, no contexto regional, do município de Feira de Santana, pois, as principais instituições financeiras nacionais, públicas e privadas, encontram-se presentes no município. Nos demais municípios da microrregião, no máximo, está instalada apenas uma unidade, pública ou privada, com destaque para o Banco Bradesco, principal responsável pelo pagamento do benefício do INSS para aposentados e pensionistas. Os anexos C, D e E detalham os serviços públicos de saúde, educação e bancários distribuídos pela microrregião.

No comércio, ao lado das atividades formais, com a presença de uma diversidade de funções (supermercados, lojas de material de construção, lojas de móveis e eletrodomésticos, lojas de veículos, de autopeças, moto-peças, lojas de produtos agrícolas, lojas de tratores e implementos agrícolas, confecção masculina, feminina e infantil, armarinho, sapatarias, entre outras) repercute o fortalecimento e ampliação do comércio de rua, cada vez mais diversificado e com uma expansão nos itens para o consumo. Mercadorias que estão à venda nas lojas formais, muitas vezes, são encontradas no comércio informal com qualidade bem próxima e preço mais acessível, acirrando a disputa e os conflitos entre o comércio de rua e os lojistas formais. O circuito informal, através do comércio de rua tem contribuído de forma relevante para a consolidação do circuito que envolve as atividades comerciais.

As transformações no espaço urbano sucedidas especialmente em cidades de porte médio, como Feira de Santana, vêm alterar profundamente o uso do solo urbano dessas cidades, sobretudo quando associada ao seu desenvolvimento

socioeconômico. Transformando-se como resultado da crescente população e das articulações do meio técnico-científico-informacional que agem modificando as estruturas físicas e organizacionais.

Segundo Santos, J. L. (2014) as cidades médias conseguiram atrair equipamentos e vantagens associadas aos novos padrões produtivos. Com isso, elementos de caráter metropolitano estão presentes nestas cidades consolidando seu papel regional. Montenegro (2009) destaca que cidades grandes e médias apresentam uma disparidade quando verificadas as formas de trabalho. Em tempos de globalização concentram atividades modernas associadas a reestruturação produtiva consoante ao meio técnico-científico-informacional. Mas, também apresentam no seu espaço trabalhos com capitais reduzidos. A cidade, então, contém divisões de trabalho opostos, mas que coexistem, estabelecendo relações diferentes e simultâneas com seu espaço construído.

Diferentes agentes econômicos promoveram mudanças na estruturação urbana de Feira de Santana numa escala intraurbana e regional. Observa-se a estruturação de uma rede urbana onde esta cidade se destaca, ao polarizar as principais atividades econômicas da região, sua categoria em relação ao atendimento das demandas de atividades comerciais e serviços apresenta-se acrescida e fortalecida.

Considerando que a cidade contemporânea é consequência de uma dinâmica complexa, esta possui características resultantes de agentes diversos. Estes transformam constante e intensamente o espaço urbano. Por ser o local da concentração humana, centro das decisões políticas e econômicas, seus representantes travam cotidianamente uma batalha para ver seus interesses consolidados. É também, o lugar no qual o cidadão busca satisfazer suas necessidades, sejam básicas ou supérfluas. Na cidade, seus desejos são concretizados, e com isso, o movimento social e econômico se consolida. As necessidades humanas promovem a criação de novas estruturas, dentre elas, os centros comerciais.

Segundo Sposito (2008, p. 14): “[...] a cidade revela os interesses e as ações da sociedade e, ao mesmo tempo, oferece condições para que esses interesses e ações se realizem, contribuindo para determinar o próprio movimento oriundo desse conjunto de ações.” A autora ainda enfatiza que a cidade é estruturada por processos

contraditórios, não se deve encará-la como uma totalidade fechada. Ao contrário, ela deve ser compreendida como uma totalidade em constantes transformações. E as modificações que ocorrem em locais específicos podem acarretar mudanças qualitativas em outras áreas. (2008, p. 35)

O papel dos agentes que produzem a dinâmica da cidade tem relevante representatividade na sociedade e na formação dessa cidade atual. De acordo com Corrêa (1993, p. 9) “Fragmentada, articulada, reflexo e condicionante social, a cidade é também o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem. ” O autor destaca que o espaço urbano “[...] é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. ” (CORRÊA, 1993, p. 11).

Não sendo uma característica exclusiva do Brasil, o Estado apresenta um histórico associado ao modelo de desenvolvimento econômico vigente. Representado pelo capitalismo, vem se transformando ao longo do tempo e promovendo diversas reestruturações dos espaços. As mudanças promovidas pelo capitalismo repercutem na criação de novas estratégias no território.

A superação do modelo fordista, baseado numa lógica locacional, extremamente concentrada no território, cede lugar para a desconcentração das atividades. Estas passam a atuar em cidades de pequeno e médio porte, conseqüentemente, sua dinâmica sofre uma intensa mudança. Essa desconcentração das atividades é uma estratégia necessária ao capitalismo e promovida pelo Estado. Com maior ou menor atuação, a depender do poder dos grupos que vão se interessar em relacionar num determinado lugar.

A atividade comercial foi e ainda é o principal elemento para a consolidação do centro de Feira de Santana e possibilita a expressão de sua centralidade em diferentes padrões de consumo, promovendo disputas e conflitos entre o comércio inserido nos circuitos formal-informal e o poder público. Seu centro comercial atual corresponde a uma área que apresenta centralidade numa escala intra e interurbana, oportuniza encontrar uma variedade de trabalhadores exercendo igualmente uma série de funções.

Um destaque para esse espaço refere-se ao fato de que ao longo do processo histórico não perde em valor econômico, dinâmica populacional ou imobiliária. A cidade de Feira de Santana é alvo de conflitos e disputas entre aqueles que pretendem

exercer suas atividades econômicas. Com isso, não só o comércio concorre, mas atividades como saúde, educação, serviços bancários disputam cada metro quadrado do centro comercial.

Desde a instalação dos primeiros estabelecimentos comerciais a centralidade de Feira de Santana apresentou-se com caráter regional, pois atendia uma população de municípios próximos, além daqueles que estavam de passagem. As relações de poder e domínio econômico mantêm-se no centro principal, mesmo com a expansão da cidade e o surgimento de subcentros. O centro comercial de Feira de Santana se apresenta como o lugar onde a população local e de outros municípios procura para realizar compras ou serviços. Segundo Cruz (1999, p. 234)

Apesar do crescimento da estrutura de armazenagem e de infraestrutura portuária de Salvador (que concorre com Feira) a posição de grande centro atacadista do interior foi mantido, aumentando suas vantagens sobre outros centros urbanos também localizados às margens das rodovias BR-101 e BR-116.

A cidade de Feira de Santana se destaca pelo seu comércio atacadista, grandes empresas se organizam apresentando pontos de venda de seus produtos na área central e centros de distribuição nos bairros fora do anel rodoviário. O que lhe confere maior fluidez no momento da entrega. Bairros como Novo Horizonte, Cidade Nova, Subaé, Aviário destacam-se por serem cortados pelas BR-324 e BR-116, ou no caso do bairro Tomba sua conurbação com o município de São Gonçalo dos Campos e a presença da BA-502, lhe permite maior acessibilidade aos municípios de Cachoeira, Muritiba, Cruz das Almas e região.

O município de Feira de Santana tem a particularidade de fazer parte do projeto de modernização nacional. Este fato o consolidou como relevante centro de logística e produtor regional de mercadorias, uma vez que a indústria local produzia fundamentalmente para atender a demanda local, como escreve Monteiro (2009, p. 17): “As unidades menores, em geral, produziam bens de consumo finais ou intermediários voltados para os mercados local e micro-regional”. Segundo Santos (1959, p. 46):

Todas essas transformações na economia baiana contribuíram ao longo dos anos para a integração seletiva do estado, mesmo que de forma periférica, ao circuito de reprodução do capital no Brasil, o que

passou a ter forte rebatimento em pontos específicos do espaço baiano, por exemplo, no município de Feira de Santana.

Segundo Nascimento (2006, p. 183) “[...] as atividades econômicas que requerem maior especialização tecnológica, praticamente inexistentes nos demais municípios da região, são demandadas no e pelo próprio município centro.” Feira de Santana se destaca diante os municípios de sua microrregião, o que promove uma elevação no fluxo migratório e, conseqüentemente, pessoas menos qualificadas buscando ocupação. Como são solicitadas especializações, ocorrem duas situações; um grande contingente de mão-de-obra desqualificada acaba por se inserir no comércio informal; aqueles que possuem as qualificações técnicas solicitadas ocupam essas vagas presentes nas atividades e colaboram para fortalecer o processo de desigualdades, pois a tendência é a intensificação dos desequilíbrios regionais. Segundo Silva; Silva (1989, p. 191)

A concentração espacial refletiria (via metropolização, por exemplo) a busca da maximização da eficiência, sobretudo econômica, com o objetivo de se obter maiores índices de crescimento, mas comprometendo os aspectos distributivos e a equidade social.

O desenvolvimento socioeconômico das cidades de médio porte está associado as transformações no espaço urbano, modificando consideravelmente o seu uso do solo. A divisão do trabalho e a especialização dos serviços reflete a associação estabelecida entre a evolução humana – que foi incorporando a técnica – e o mundo consolidado pelo capitalismo. Segundo Freitas (2013, p. 91):

Feira de Santana passou de 1950 a 1980 por uma intensa alteração em sua estrutura econômica, dinamizando o comércio e aumentando, consideravelmente o número de empregos. Essa combinação de fatores, fez da cidade um polo de migração, tornando ainda mais complexa a estrutura urbana feirense.

As atividades industriais e terciárias, sobretudo o comércio, impulsionaram o crescimento econômico de Feira de Santana. A dinâmica atribuída à industrialização promoveu um evidente distanciamento financeiro entre Feira de Santana e os municípios vizinhos, visível pela composição do PIB de cada um. Outros fatores como atração populacional e de investimentos nos setores mais lucrativos, comércio e

serviços mais especializados, mão-de-obra e capital, principalmente, dos municípios sob sua influência direta contribuíram para essa centralidade (CRUZ, 1999).

No discurso propagado no período da implantação do CIS, associa o progresso econômico à produção industrial. Os interessados nessa nova dinâmica defendem a ideia de que o progresso, a evolução e o crescimento de Feira de Santana só ocorreria se um centro industrial fosse instalado. Mesmo com esta nova estrutura se destacando na organização socioeconômica e territorial, a atividade comercial não perde sua importância ou deixa de crescer.

Apesar do excessivo discurso de progresso e alinhamento ao cenário industrial nacional, o setor industrial de Feira de Santana – que foi se consolidando a partir de 1950 – foi inicialmente para a transformação de bens primários regionais. A partir dos anos 1990, passou a receber indústrias de porte nacional. Segundo Silva; Silva e Leão (1985, p. 311)

O setor industrial foi comparativamente secundário ao papel de entreposto comercial da cidade. [...] a produção industrial consistia basicamente na transformação das matérias agrícolas regionais para consumo regional ou para exportação. A indústria surge assim, como uma decorrência da expansão do setor primário regional, cujos produtos eram comercializados por Feira de Santana. Os capitais são essencialmente da região.

Considerando a escala geográfica, o circuito econômico voltado para o terciário, com destaque para comércio local, é a atividade principal para a cidade. Sua importância deve-se ao volume de mercadorias, o número de empregos gerados, bem como, o valor em arrecadação de impostos municipais e estaduais. A indústria experimentou um crescimento considerável, com destaque para a década de 1970, porém, o comércio foi e continua imbatível quando analisado o número de estabelecimentos e o pessoal ocupado no setor formal. (CRUZ, 1999).

Segundo a Secretaria Estadual da Fazenda, a arrecadação com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), entre 2000 e 2016, nos municípios que integram a microrregião geográfica de Feira de Santana revelam uma disparidade entre os municípios (Tabela 5).

Os valores da arrecadação mensal do ICMS comprovam a posição da atividade comercial de Feira de Santana. Entre dezembro de 2000 e janeiro de 2016 evoluiu positivamente, foi o município que mais arrecadou no período, seguido por São Gonçalo dos Campos e Conceição do Jacuípe, comprovando a relevância da

atividade comercial no recolhimento de impostos. Enquanto Pedrão, Antonio Cardoso, Teodoro Sampaio e Santanópolis foram os que apresentaram menor arrecadação. Dessa forma, o poder público busca regulamentar a atividade informal com o objetivo de elevar sua arrecadação.

Tabela 5
Feira de Santana e Microrregião Geográfica
Arrecadação mensal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
2000-2016

	R\$1,00			
Município / Período	DEZ 2000	DEZ 2005	DEZ 2010	JAN 2016
Água Fria	1.443.989	5.989	15.272	19.596
Anguera	1.117	4.804	2.824	6.501
Antonio Cardoso	4.976	28.531	3.930	1.776
Conceição da Feira	10.293	18.617	49.980	42.579
Conceição do Jacuípe	79.208	402.014	1.331.156	1.873.341
Coração de Maria	7.479	19.324	110.456	70.301
Elísio Medrado	1.968	6.863	6.197	17.774
Feira de Santana	9.282.928	20.663.696	42.115.442	59.873.359
Ipecaetá	502	1.517	7.384	8.736
Ipirá	133.126	361.675	489.965	660.743
Irará	15.538	27.830	173.227	278.737
Itatim	7.300	41.708	84.286	152.641
Ouriçangas	588	323	6.653	4.866
Pedrão	278	839	920	293
Pintadas	1.206	6.818	12.876	11.652
Rafael Jambeiro	2.709	11.073	27.615	35.572
Santa Bárbara	34.950	39.338	87.377	190.082
Santa Teresinha	796	4.857	37.562	38.648
Santanópolis	58	191	5.330	3.872
Santo Estevão	26.485	182.635	455.705	693.016
São Gonçalo dos Campos	7.460,00	204.604,14	320.581,35	2.081.494
Serra Preta	2.084,00	1.824,91	7.920,55	16.402,58
Tanquinho	10.260,00	2.391,74	5.026,47	135.468,80
Teodoro Sampaio	2.334	1.736	2.931	3.164

Fonte: SEFAZ, 2016. Organização: TELES, 2016.

Em relação ao PIB, e tomando como referência apenas o ano de 2013, os circuitos voltados para os serviços foi o que apresentou maior participação nesta composição estadual com 72,08%. Em seguida, aparece a indústria, responsável por 20,53% do total produzido no estado. Segundo a SEI (2013) esse valor é composto pelas atividades das indústrias de transformação, extrativa mineral, da construção civil e dos serviços industriais de utilidade pública. A agropecuária é responsável por

7,40% dessa composição, sendo o agronegócio a atividade mais importante nesse segmento.

Considerando essa variável, as cinco maiores economias compreendem os municípios de Salvador, Camaçari, Feira de Santana, Lauro de Freitas e Vitória da Conquista (Tabela 6). Salvador, além de ser a capital do estado e principal pólo de serviços, historicamente comando e centralizou a economia estadual. Camaçari tem sua economia consolidada através da indústria de transformação, com os segmentos químico e automotivo como principais participantes nessa composição.

Tabela 6
Estado da Bahia
Produto Interno Bruto dos cinco maiores municípios
2010-2013

Estado/Municípios	Produto Interno Bruto Total (em milhões de reais)			
	2010	2011	2012	2013
Salvador	40.242,99	43.768,17	47.269,32	52.667,93
Camaçari	12.991,11	12.280,22	12.501,68	14.702,44
Feira de Santana	7.098,56	8.187,69	9.068,82	10.840,57
Lauro do Freitas	3.625,89	4.184,65	4.547,02	5.321,27
Vitória da Conquista	3.474,91	3.903,12	4.310,01	4.935,91

Fonte: SEI, 2016. Adaptado de IBGE.

Feira de Santana se destaca porque historicamente, tornou-se e manteve-se como relevante entreposto comercial. Este é um dos elementos que eleva consideravelmente seu valor no PIB. Ser um estratégico entroncamento rodoviário o comércio e serviços é outro elemento que dinamiza o município de forma singular. Sua indústria participa principalmente através do CIS. A diversificação de atividades como serviços, destacando-se financeiros e de informação, comércio e turismo fazem com que o município de Lauro de Freitas destaque-se entre os cinco municípios de maior PIB. E Vitória da Conquista, por ser referência regional nos segmentos de educação, saúde e atividade comercial atraindo consumidores e usuários polariza uma série de municípios movimentando e elevando sua economia, contribuindo para que seu produto interno bruto figure entre os maiores do estado.

Analisando isoladamente cada circuito de atividade econômica, desde a década de 1990, a participação dos grãos produzidos na região oeste da Bahia fez com que quatro dos cinco principais municípios agropecuários estejam aí situados. São eles, São Desidério, Formosa do Rio Preto, Barreiras e Correntina. Rio Real

(Mesorregião Geográfica Nordeste Baiano) destaca-se pela produção de laranja. Feira de Santana passa a ter participação inferior, seja no que diz respeito a criação de gado bovino ou na agricultura.

Com a segunda participação na composição do PIB estadual a indústria tem como característica principal sua elevada concentração econômica. Tabela 7. Salvador destaca-se principalmente pela indústria da construção civil, entre 2010 e 2013 seus valores crescem de forma linear. O pólo petroquímico presente em Camaçari contribuiu para sua participação no PIB dos cinco maiores municípios. As indústrias química, automotiva e de celulose, entre outras, e o segmento de transformação impulsionou ainda mais seus valores. A indústria da construção civil e de transformação foram as que tiveram maior peso para permitir que Feira de Santana figure entre os cinco maiores municípios. Em 2010, esse valor era de 1.447,36 passando para 2.296,25, um crescimento de 63,03% em apenas três anos. O município de Cairu se destaca devido a produção de gás natural e Dias D'Ávila pela indústria de transformação. (SEI, 2013).

Tabela 7
Estado da Bahia
Produto Interno Bruto da indústria dos cinco maiores municípios
2010-2013

Estado/Municípios	Produto Interno Bruto Total (em milhões de reais)			
	2010	2011	2012	2013
Salvador	7.056,97	7.475,05	7.779,77	8.143,36
Camaçari	6.462,98	5.101,05	4.606,18	5.012,61
Feira de Santana	1.447,36	1.764,01	1.884,57	2.296,25
Cairu	1.019,02	1.025,69	1.953,26	1.911,55
Dias D'Ávila	1.283,46	1.440,71	1.314,58	1.401,22

Fonte: SEI, 2016. Adaptado de IBGE.

Ainda segundo a SEI (2013), em relação ao PIB gerado através do setor dos serviços, Salvador mantém-se na liderança, entre 2010 e 2013 seu valor passa de 27.556,53 para 37.589,88. Feira de Santana aparece em segundo lugar, porém com valores bem abaixo da capital, passando de 4.488,32 em 2010 para 6.902,86. Em 2013, a atividade comercial continua a ser destaque na composição do seu PIB, porém é preciso destacar que nestes números também estão inclusos os serviços de apoio a atividade industrial. Camaçari tem seu PIB composto por atividades também relacionadas ao apoio a atividade industrial. Quanto a Vitória da Conquista seu PIB é

referente as atividades regionais de comércio, serviços educacionais e de saúde. Lauro de Freitas também segue essa característica para a composição do seu PIB (Tabela 8).

Tabela 8
Estado da Bahia
Produto Interno Bruto dos serviços dos cinco maiores municípios
2010-2013

Estado/Municípios	Produto Interno Bruto Total (em milhões de reais)			
	2010	2011	2012	2013
Salvador	27.556,53	29.674,59	33.015,83	37.589,88
Feira de Santana	4.488,32	5.069,24	5.797,64	6.902,86
Camaçari	3.415,26	3.648,13	3.969,67	5.022,16
Vitória da Conquista	2.397,12	2.544,06	3.069,92	3.564,80
Lauro de Freitas	2.215,97	2.515,47	2.864,41	3.367,42

Fonte: SEI, 2016. Adaptado de IBGE.

Um conjunto de transformações promoveram mudanças aceleradas e notáveis na estrutura das atividades comerciais. Dentre elas, destacam-se a expansão do espaço urbano como um todo, a popularização dos meios de transporte público e, principalmente particular, a crescente participação da mulher no mercado de trabalho remunerado, a elevação do consumo por classes menos favorecidas, a fabricação de produtos cada vez mais variados, o apelo dos meios de comunicação para a satisfação pessoal através do consumo.

Essas são algumas características que compõem as novas formas de consumo e determinam acentuadas mudanças nas estruturas de produção repercutindo de forma latente na atividade comercial. Sua relevância se fez de tal modo que cidades como Feira de Santana estendessem sua influência não só para sua microrregião de fato como consegue polarizar municípios bem mais distantes, até mesmo de outros estados.

Considerando Feira de Santana e sua microrregião geográfica os valores são bem distantes. O PIB de Feira de Santana sozinho apresenta valores superiores ao somatório dos municípios que compõem sua microrregião geográfica, tabela 9. Entre 2010 e 2013, seu valor cresceu 10 vezes enquanto municípios como Elísio Medrado, Ouriçangas, Pedrão, Santanópolis e Tanquinho, mesmo demonstrando um crescimento significativo, não superam 50.000 reais no seu valor total.

Tabela 9
Microrregião Geográfica de Feira de Santana
Produto Interno Bruto, a preços correntes (R\$1.000,00)
2000-2013

Municípios	Anos			
	2000	2005	2010	2013
Água Fria	16.634	41.595	61.043	80.009
Anguera	9.192	16.728	28.000	50.790
Antonio Cardoso	14.435	27.187	73.341	98.978
Conceição da Feira	40.599	61.501	88.764	157.693
Conceição do Jacuípe	79.101	155.135	794.955	1.469.951
Coração de Maria	26.797	62.521	116.212	144.848
Elísio Medrado	9.287	19.306	31.790	43.967
Feira de Santana	1.702.498	3.492.978	7.098.556	10.840.566
Ipecaetá	16.423	31.931	52.075	66.145
Ipirá	70.689	162.106	298.401	523.268
Irará	29.608	64.618	128.768	184.010
Itatim	18.228	52.599	135.228	261.332
Ouriçangas	11.148	18.440	30.521	40.619
Pedrão	7.600	15.798	23.725	32.907
Pintadas	11.922	20.398	41.474	59.583
Rafael Jambeiro	26.553	57.400	140.374	216.424
Santa Bárbara	27.433	44.240	90.404	138.714
Santa Teresinha	10.357	19.475	34.660	50.506
Santanópolis	8.483	15.554	31.973	46.502
Santo Estevão	53.904	141.335	387.019	513.782
São Gonçalo dos Campos	39.709	133.532	220.583	319.464
Serra Preta	19.351	37.612	54.192	80.199
Tanquinho	8.172	15.118	30.933	42.613
Teodoro Sampaio	11.710	29.152	43.043	56.358

Fonte: IBGE, 2016.

Feira de Santana vai adquirindo, cada vez mais, relevância regional como núcleo urbano. Concentra a produção primária e secundária de diversos lugares oferecendo a essa hinterlândia serviços e produtos não encontrados em centros menores. Seu papel é de intermediação na rede urbana, oferecendo para essa região serviços e produtos e concentrando capital. A diversidade de estabelecimentos comerciais e a atração populacional para realização de compras em atacado e varejo confirmam sua centralidade num contexto regional conferindo à cidade uma posição de destaque na estrutura da rede urbana baiana.

O cenário analisado permite identificar as transformações ocorridas no estado da Bahia e sua repercussão na região estudada. Para Silva; Silva (2006) por um longo período a economia baiana concentrou-se na região metropolitana de Salvador. A

partir da década de 1980, essa estrutura passa por mudanças resultantes de ajustes diferenciados entre fatores endógenos e exógenos que repercutem no seu crescimento econômico. Resultado das transformações na produção econômica numa escala global e com repercussões regionais e locais.

Feira de Santana consolida-se como uma das cidades brasileiras incluídas no circuito de produção e comercialização desde o nível local até o internacional. O comércio – sua principal atividade econômica – promove novos papéis na divisão territorial do trabalho. Em particular numa escala intraurbana, conduzindo a relevantes transformações socioespaciais.

O fluxo relacionado a estrutura local é voltado para as atividades comerciais que repercutem na dinâmica territorial. Mesmo com suas particularidades, resultantes de fatores espaciais e temporais, carregam uma herança cultural, frequentemente observada em centros urbanos de pequeno e médio porte.

4 O CONTEXTO DOS AMBULANTES E CAMELÔS

A presença do trabalhador de rua é um fenômeno que ocorre desde o século XV, entretanto, no Brasil, os registros desta atividade datam do século XVII, com grande força no século XIX (DURÃES, 2013). Escravos, libertos, mestiços e brancos pobres buscavam sua sobrevivência em toda a sorte de atividades, atuando como carregadores, vendedores (aves, leite, frutas, carnes, etc.) ou prestando serviços como pedreiros, carpinteiros, lavadeiras, entre outros serviços. Segundo o autor “[...] no Brasil, o trabalho de rua é mais do que uma resultante de ‘falhas’ econômicas, como vai ser dito em meados do século XX; é sobretudo, parte culturalmente constitutiva das próprias cidades” (DURÃES, 2013, p. 118).

4.1 O circuito da informalidade nas ruas principais de Feira de Santana

A atividade dos camelôs e ambulantes foi delineada na cidade de forma análoga aos estabelecimentos comerciais, principalmente no centro da cidade onde disputam cada cliente como se este fosse o último. Sua expansão pelas principais vias de circulação da população evidencia que existe procura por este tipo de comércio. Quase sempre estão em pontos estratégicos, mesmo se considerados impróprios.

A espacialização de atividades como comércio e serviços é o destaque entre os processos espaciais que articulam e compõem sua história. A cidade representa um espaço geográfico com transformações promovidas pelo capital nas diversas escalas e com a particularidade de concentrar pessoas, mercadorias e fluxos. Lefebvre (1991, p. 111) destaca essa posição quando escreve: “A cidade atrai para si tudo o que nasce da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações”.

Entre 1950 e 1970 o comércio de rua ocorria nas avenidas Getúlio Vargas e Senhor dos Passos, bem como, na rua Marechal Deodoro e Sales Barbosa. Com as

mudanças na utilização desse espaço, novas ruas e avenidas foram incluídas na organização territorial do trabalho presente no centro comercial de Feira de Santana.

A rua Conselheiro Franco, Praça Bernardino Bahia e a Praça Presidente Médici, onde está localizado o Feiraguay, transformam-se de tal maneira, que consolidam a posição da cidade num cenário nacional como relevante ponto na rede de comercialização (Figura 20).

Figura 20
Feira de Santana
Avenidas e ruas principais
2014



Ao discutir esses elementos que compõem a economia local e microrregional, pretende-se expor o cenário que a população encontra, quer seja enquanto consumidora, quer seja como contribuinte de impostos. Essa situação revela o processo de reestruturação produtiva apresentado no capítulo 2. Sua consequência mais visível e amarga é o desemprego, que transformará diversos trabalhadores formais em ambulantes e camelôs, atuando nas ruas do país, e em Feira de Santana.

A concentração de ambulantes e camelôs em determinadas ruas e avenidas do centro comercial ocorrem seguindo uma lógica. Em se tratando de comércio de rua, e seu principal consumidor/cliente é o pedestre, logo, estes trabalhadores precisam estar onde seu público-alvo aparece em maior concentração. As ruas Marechal Deodoro, Sales Barbosa e Benjamin Constant, bem como a avenida Senhor dos Passos e Praça do Nordeste terão o maior agrupamento. Além disso, vive-se um período de exacerbação do consumo e quem não pode pagar por um produto original procura satisfazer seu desejo com produtos alternativos encontrados nesse tipo de comércio.

Conjuntamente com estes fatos, o crescimento populacional, a expansão das atividades econômicas e a isenção de um relevante segmento social através da elevação da renda familiar contribuíram para a proliferação da atividade comercial seja formal ou informal. A elevação no consumo de bens e serviços inerentes as novas formas de produção, distribuição e consumo expõe a diversidade de estabelecimentos presentes no centro comercial de Feira de Santana. Essa caracterização repercute no fortalecimento e ampliação do comércio de rua, cada vez mais diversificado e com uma expansão nos itens para o consumo.

A consolidação do circuito comercial mediante a contribuição da atividade informal apresenta a relevância do comércio de rua. A manutenção e o fortalecimento das funções urbanas de muitas cidades refletem sua organização social materializada no território. A complexidade organizacional da cidade varia de acordo ao seu direcionamento político, seu nível técnico e a economia. Em relação ao comércio, a presença de concorrência é um fato concreto. Entre os ambulantes e camelôs não é diferente, por esse motivo, a localização é um dos elementos preponderantes para conseguir realizar vendas e se manter no mercado.

Os agentes envolvidos na atividade comercial buscam pela localização mais centralizada com o objetivo de tirar o máximo possível de proveito da circulação de

peças que caracterizam a clientela em potencial. Analisando a presença de ambulantes e camelôs no centro comercial percebe-se a complexidade na sua organização.

O circuito das atividades aparece como alternativa para o trabalhador que perdeu sua ocupação e se depara com as limitações impostas pelo capital. Seu grande desafio passa a ser o desenvolvimento de meios para a sua sobrevivência concomitante sua inserção num mundo direta ou indiretamente globalizado e capitalizado. Na busca por ocupação e aquisição dos recursos para a manutenção da sua vida, os trabalhadores encontram no circuito informal – principalmente nas atividades comerciais – sua inserção no mercado de trabalho. A informalidade contribui na reprodução do capital.

No comércio de rua em Feira de Santana podem ser encontrados os mais variados produtos a disposição do consumidor. Contribui para a reprodução social e a sobrevivência material de todos os envolvidos nessa atividade além de promover sua inclusão no mundo do capital. Na década de 1990 amplia-se a população pobre urbana e desempregada por todo o país. É possível identificar a expansão do circuito informal, particularmente o comércio de rua, pois na maioria dos casos são de pequena dimensão e podem ser praticados com recursos financeiros e tecnológicos mínimos.

Na dinâmica do território rebatem as articulações entre a cidade e o comércio. Os novos modos de comercialização repercutem de forma heterogênea de tal modo que circuitos antes discriminados – como o comércio de rua – passam a atrair consumidores de classes mais elevadas. As transformações nos conteúdos presentes, principalmente no circuito informal, e no andamento da economia nacional foram os principais impulsionadores para que essa atividade ganhasse força dentro da dinâmica urbana.

As cidades brasileiras contêm divisões do trabalho distintas ocorrendo de modo simultâneo e estabelecendo relações diferenciadas no meio em que se encontra. As cidades de médio e grande porte são as que mais apresentam a fixação de atividades relacionadas a divisão social do trabalho resultante das transformações dos meios financeiros e tecnológicos. Paralelo a este cenário, tem-se as atividades promovidas com capitais mínimos, geralmente de origem local.

Destacando-se em razão dos variados níveis de tecnologia, organização e capital das atividades urbanas essa realidade faz parte do circuito da economia urbana (SANTOS, 2008a). Devemos observar a ligação entre os circuitos superior e inferior da economia. No caso do circuito comercial, tanto aqueles que se encontram na organização formal como os que estão na informalidade possuem particularidades que promovem, em dado momento, uma aproximação e organização de um todo. Ao mesmo tempo, apresentam oposição em características como divergência no recolhimento de impostos, apresentam complementaridades, se for observado, do seu modo, o circuito informal também dá oportunidade de ocupação e renda.

O circuito informal contribui na consolidação do comércio na medida que indica as relações de complementaridade e concorrência. A hierarquia existente não desaparece, ao contrário, na maioria dos casos, o circuito informal necessita da presença do circuito formal para sua existência e manutenção, tanto que procura se instalar nas vias onde o circuito comercial ocorre com maior dinâmica. Além disso, o circuito comercial empresta seus fornecedores, transportadoras e potenciais consumidores para o funcionamento do circuito informal.

Para Silveira (2007), o circuito inferior de economia passa por um intenso período de expansão devido a oportunidade de ocupação e renda encontrada por aqueles indivíduos que são cada vez menos necessários nas atividades do circuito superior. Então deparamo-nos com uma grande contradição, ao tempo que o país apresenta um dinâmico circuito superior com conexões globais e moderno espaço produtivo, o circuito inferior destaca-se pela adaptação e expansão em diferentes circuito com destaque para o comercial.

Influenciado pela dinâmica do mercado de trabalho, o circuito inferior apresenta elevada expansão. Atividades consideradas não-modernas contribuem para este circuito passar por uma renovação e diversificação. Por esse motivo, o circuito informal apresenta uma variação de ocupações, entre eles, os ambulantes e camelôs que comercializam uma variedade de produtos.

Feira de Santana apresenta uma realidade que, em parte, ratifica a discussão dos autores apresentados mas, em outros pontos, desconsidera a proposta. Segundo Santos; Silveira (2001), os agentes envolvidos no circuito inferior promovem um circuito central ao se instalar nos espaços de maior circulação de pessoas, sejam eles desvalorizados ou degradados, uma vez que nesses locais vão conseguir obter a

renda referente a seu labor. No caso da cidade em estudo, esses espaços ocupados são disputados e valorizados gerando diversos conflitos por sua ocupação irregular por parte dos informais que não contribuem tributariamente auferindo lucros totalmente livres dos custos que são dispensados aos formais.

Para Santos (1995), a materialidade da cidade é constituída pela proximidade de lugares equipados de forma heterogênea. Há de se considerar a presença de espaços destinados as atividades mais modernas e os que não sofreram modernização, com características mais antigas e geração de menor renda, menos técnica e investimento. Dentro da organização de ambulantes e camelôs haverá uma lógica seguindo um modelo de zoneamento, as ruas ocupadas por eles apresentarão disposição para determinadas atividades, as mais modernas como venda de eletroeletrônicos que apresentam maior rendimento e as mais tradicionais como alimentos.

Como consequência das mudanças econômicas que impactaram diretamente nas relações de trabalho novas atividades vão surgir para suprir as necessidades de uma população desempregada e ocupando um espaço urbano que não lhe dá outra alternativa de inclusão. Desse modo, o circuito informal aparece como resposta ao processo desordenado de urbanização.

Considerando o processo de reestruturação produtiva novas relações de trabalho vão surgir. Determinando normas mais flexíveis na utilização da força de trabalho vão também compor o circuito informal que cada vez mais é visível dentro da economia pela sua contribuição, em especial pela absorção de mão-de-obra.

A flexibilidade do mercado de trabalho contribui para que o circuito informal impacte na economia. As consequências mais visíveis do processo de reestruturação produtiva são os baixos níveis de trabalho e renda e o enfraquecimento do mercado formal de trabalho. A década de 1990 é marcante para o entendimento dessas transformações, trabalhadores que até esse período atuavam com direitos trabalhistas se veem na necessidade de exercer atividades sem regulamentação, redução ou mesmo ausência de direitos.

Nos períodos que sucedem a década de 1990 tanto o circuito formal quanto o informal revelam a precariedade e regressão nos direitos trabalhistas. Contribuindo para o fortalecimento da informalidade a falta de um limite entre o formal e o informal é consequência da movimentação capitalista que se beneficia dessa situação ao não

deixar claro o limite entre trabalho produtivo e improdutivo, emprego e desemprego, produção e lucro real (TAVARES, 2004).

O circuito informal apresenta uma dinâmica que se ajusta as estruturas necessárias a sua reprodução e expansão. As transformações no modo de produção e nas relações de trabalho terão um impacto direto na operacionalização dessa atividade. Além disso, articula-se e associa as funções do centro como espaço principal na popularização do consumo e consolidando as atividades comerciais como mais relevantes na economia da cidade.

A discussão sobre economia informal apresenta relevância tanto nos meios de comunicação quanto no universo acadêmico, nessa passagem do século XX para o século XXI. Para Cacciamali (2000), esse termo apresenta significados bem diferentes, como exemplifica: “[...] evasão e sonegação fiscais; terceirização; microempresas, comércio de rua ou ambulante; contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou migrantes, trabalho temporário, trabalho em domicílio, etc.” (CACCIAMALI, 2000, p. 153). O destaque para uma conceituação tão variada e distinta demonstra um fator em comum no pensamento das pessoas. Ainda segundo Cacciamali “[...] são atividades, trabalhos e rendas realizadas desconsiderando regras expressas em lei ou em procedimentos usuais”. (2000, p. 153). Percebe-se as repetidas referências a esta temática, atualmente. Também, faz-se necessário compreender as particularidades do capital ao criar e recriar relações distintas ao seu sistema. Segundo Dantas (2005, p.2)

[...] urge considerar esse processo a partir do que se convencionou chamar de lei do desenvolvimento desigual, que tornará possível compreender o porquê da reprodução da atividade do comércio ambulante nos países em via de desenvolvimento.

O fluxo e a dinâmica relacionados a estrutura local são voltadas para as atividades comerciais que repercutem na dinâmica territorial. Mesmo com suas particularidades, resultantes de fatores espaciais e temporais, carregam uma herança cultural, frequentemente observada em centros urbanos de pequeno e médio porte. A atividade dos ambulantes e camelôs foi delineada na cidade de forma análoga aos estabelecimentos comerciais, principalmente no centro da cidade, onde disputam cada cliente como se este fosse o último.

Sua expansão pelas principais vias de circulação evidencia que existe procura por este tipo de comércio. Quase sempre estão em pontos estratégicos, mesmo se

considerados impróprios. Para Pintaui (2007, p. 145) “[...] as formas comerciais são, antes de mais nada, formas sociais; são as relações sociais que produzem as formas que, ao mesmo tempo, ensejam relações sociais”.

Segundo dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2015), no ano de 2015, 51,1% da força de trabalho brasileira estava concentrada na informalidade. Parte desses atuou no comércio de rua como ambulantes e camelôs, ocupando ruas, avenidas e praças, sendo excluídos dos direitos e também dos deveres trabalhistas. Considerando que não possuem carteira assinada, não têm direito a seguro-desemprego, auxílio-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria ou outro benefício oferecido pelo INSS. Também não recolhem para os cofres nenhum tipo de tributo, o que vem chamando a atenção do governo que passa a criar meios de formalizar e ordenar o trabalho desse segmento. Com isso, ambulantes e camelôs passam a fazer parte da pauta institucional, da iniciativa privada, da mídia e da academia.

No Brasil, os anos 1990 são o marco nesse cenário. Esse período apresenta elevação no desemprego e o Estado favoreceu a inserção de ações neoliberais com reflexos significativos sobre o mercado de trabalho. Pochmann (2010, p. 57) escreve sobre esse panorama: “O Estado arcou com parte significativa do crescimento neoliberal, por meio da privatização do circuito produtivo, elevação da carga tributária sobre os mais pobres e o aumento do endividamento público sustentador do processo de financeirização da riqueza”.

Esse é o resultado da relação direta entre o meio técnico e o político, promovendo uma elevação do número de pessoas participando do comércio informal presente nas ruas. O que se percebe, desde os anos 1990, trata de uma acentuação no desemprego, refletindo especialmente nas classes econômicas menos favorecidas, e nos postos de trabalhos formais. Neste contexto, o mercado informal aparece como alternativa para a falta de oportunidade.

A imprevisibilidade do comércio de rua é marcada pela insalubridade, risco de assalto, excessos de todo tipo por parte dos agentes fiscalizadores, fenômenos climáticos, entre outras incertezas. O que a pesquisa tem revelado é mais do que a afirmação da discussão teórica realizada no primeiro capítulo e presente ao longo deste trabalho. O comércio informal abrange uma série de atividades como afirmam Cacciamali (2000), Montessoro (2006) e outros autores (Quadro 4).

Quadro 4 – Contribuições teóricas relacionadas as atividades do comércio informal

Autor	Contribuição
Cacciamali (2000)	“evasão e sonegação fiscais; terceirização; microempresas; comércio de rua ou ambulante; contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou imigrantes; trabalho temporário; trabalho em domicílio, etc.”
IBGE (1997 e 2003)	A magnitude, natureza e composição do circuito informal variam entre diferentes regiões e países de acordo com o nível de desenvolvimento e a estrutura de suas economias”.
Montessoro (2006)	O comércio informal pode ser entendido em relação às pessoas que ficam nas ruas e calçadas vendendo alguma mercadoria ou mesmo àqueles que possuem uma banca no camelódromo da cidade e que não estão inseridos na lógica da formalidade quanto à organização das mercadorias e do lugar onde são comercializadas.
Salvitti et al (1999)	Pequeno revendedor de mercadorias, ou até mesmo produtor das mesmas, faz parte do chamado circuito informal, juntamente com os trabalhadores autônomos em geral, estando ou não submetidos ao controle legislativo.”
Santos e Rezende (2002/2003)	Duas categorias de vendedores de rua: [...] os que tem seu local fixo na calçada ou andam com suas mercadorias nas ruas do centro da cidade e aqueles que vão à procura de fregueses nos bairros
Souza (2013)	Indivíduos que tem um ponto, em que estrategicamente desenvolvem suas atividades, quer sejam entre as bancas ou nas ruas em panos espalhados pelo chão.
Yázigi (2000)	As formas de exercício da atividade são de três tipos: efetivos, que podem carregar equipamentos, circular; as com ponto móvel, com veículos automotores ou equipamentos desmontáveis e, as com pontos fixos, isto é, barracas não removíveis.

Organizado por Teles, 2016.

Em Feira de Santana a situação é a mesma, como será detalhado nos próximos itens deste capítulo. O desemprego no mercado formal de trabalho colocou significativa faixa da população na informalidade que ocupa as vias públicas de forma crescente, a ponto do poder municipal realizar ações de ordenamento do uso do espaço público.

Não há dados precisos sobre o número de ambulantes e camelôs ocupando as ruas da cidade. Com base em Oliveira (2010), uma das justificativas para essa ausência de informação se deve a desvalorização e desconsideração dessa atividade por décadas. Em áreas como Economia e Administração recebe os adjetivos de economia invisível ou economia subterrânea, poucos se voltaram para seu estudo,

referência ou contagem. Segundo Pacheco (2008), alguns historiadores, ao se voltar para as feiras livres citam estimativas.

Atualmente, o IBGE iniciou um levantamento do pessoal desocupado, nos diversos circuitos, porém suas estatísticas ainda estão limitadas as principais regiões metropolitanas do país. A própria Prefeitura Municipal realizou, no ano de 2013, um cadastramento dos ambulantes e camelôs que estão no centro comercial de Feira de Santana, mesmo assim, não apresenta números precisos.

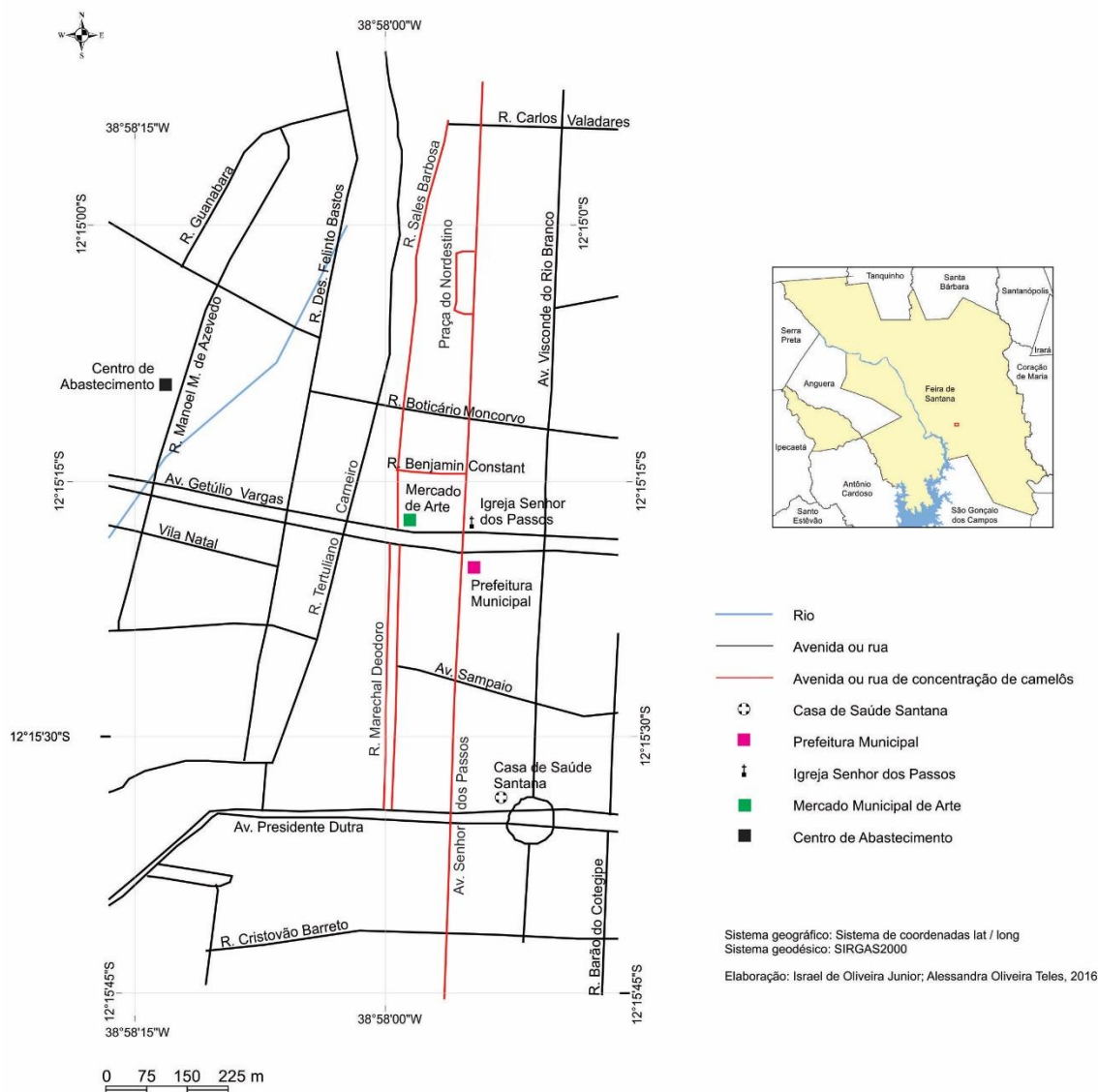
Como detalhado no capítulo 1, considerou-se ambulante aquele indivíduo que comercializa seus produtos sem ponto fixo, caminhando e oferecendo as mercadorias do modo que consegue transportar, nos próprios braços, carro-de-mão ou bicicleta (PINTAUDI, 2007). Camelôs foram definidos como aqueles que tem ponto fixo para realizar sua atividade. Nesta pesquisa, juntamos as duas categorias por considerar sua aproximação na atividade do comércio de rua e pela situação de informalidade que ambos apresentam.

A concentração de ambulantes e camelôs em determinadas ruas e avenidas do centro comercial ocorre seguindo uma lógica. Em se tratando de comércio de rua, o seu principal consumidor/cliente é o pedestre, logo, estes trabalhadores precisam estar onde seu público-alvo aparece em maior concentração. As ruas Marechal Deodoro, Sales Barbosa e Benjamin Constant, bem como a avenida Senhor dos Passos e Praça do Nordeste oferecem o maior agrupamento.

Além disso, a sociedade vive um período de exacerbação do consumo e quem não pode pagar por um produto original procura satisfazer seu desejo com produtos alternativos, encontrados nesse tipo de comércio. Em Feira de Santana, o comércio representa um papel fundamental na expansão da economia e na dinâmica territorial urbana. A cidade apresenta uma diversidade de fluxos populacionais, matérias-primas e mercadorias.

Segundo informação da SETTDEC existem aproximadamente 1.680 ambulantes e camelôs trabalhando nas ruas pesquisadas, número utilizado para esta tese. O universo de pesquisa consta de uma amostragem de 217 pesquisados, distribuídos pela Rua Marechal Deodoro (46), Rua Sales Barbosa (98), Avenida Senhor dos Passos (36), Rua Benjamin Constant (22) e Praça do Nordeste (15) (Figura 21).

Figura 21
Feira de Santana
Ruas com maior concentração de camelôs
2016



No caso dos ambulantes e camelôs de Feira de Santana, independente de trabalharem com produtos originais ou falsificados, sua presença nas principais ruas e avenidas do centro comercial promovem um grande impacto financeiro entre os lojistas. Na comercialização de seus produtos sonegam uma série de impostos, circunstância que prejudica os lojistas que veem seus lucros diminuídos por essa atividade paralela e concorrente.

Periodicamente, pressionam a prefeitura, a polícia militar, em especial o corpo de bombeiros, e a mídia contra esse ramo de atividade, relacionando a um problema

social, de mal ordenamento do espaço público e um cenário negativo da economia brasileira. De fato, fogem às regras formais estabelecidas pelo poder público em seus níveis hierárquicos. Mas, a primeira premissa a ser considerada é o fato de que estão atuando nesse mercado em busca de sua sobrevivência. (CACCIAMALI, 2000).

A pesquisa de campo revelou que o comércio de rua é consequência do enfraquecimento das relações formais de trabalho. Os dados da pesquisa demonstram que um número significativo de camelôs presentes nas ruas de Feira de Santana teve uma ocupação anterior e tornaram-se vendedores nas ruas por não conseguirem se recolocar no mercado formal de trabalho (Tabela 10).

Tabela 10 – Feira de Santana - Atividades anteriormente exercidas pelos camelôs e ambulantes - 2015

Atividades	Logradouro					Total
	Rua Sales Barbosa	Avenida Senhor dos Passos	Rua Benjamin Constant	Praça do Nordeste	Rua Marechal Deodoro	
Ajudante de oficina	04	--	02	--	--	06
Artesão(ã)	--	01	--	--	--	
Auxiliar de produção industrial	03	--	05	04	04	16
Babá	--	--	--	--	03	03
Camelô	34	14	11	03	07	69
Camelô em outra cidade	03	--	--	--	--	03
Comerciário	14	--	--	02	03	19
Costureiro(a)	06	--	--	02	--	06
Empregado(a) doméstico(a)	04	07	--	--	04	15
Flanelinha	03	--	--	--	--	03
Frentista	--	01	--	--	03	04
Garçom	--	--	--	--	03	03
Jardineiro	--	01	--	--	02	03
Jogador de futebol	--	01	--	--	--	01
Manicure	04	--	--	--	04	08
Motorista	04	--	--	--	--	04
Pedreiro	05	02	--	--	03	10
Porteiro	--	02	--	--	--	02
Professor(a)	--	01	--	--	--	01
Representante comercial	--	--	--	02	--	02
Serviços gerais	--	--	04	--	02	06
Trabalhador rural	07	01	--	02	05	15
Verdureiro	04	--	--	--	--	04
Vigilante	03	01	--	--	03	07

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

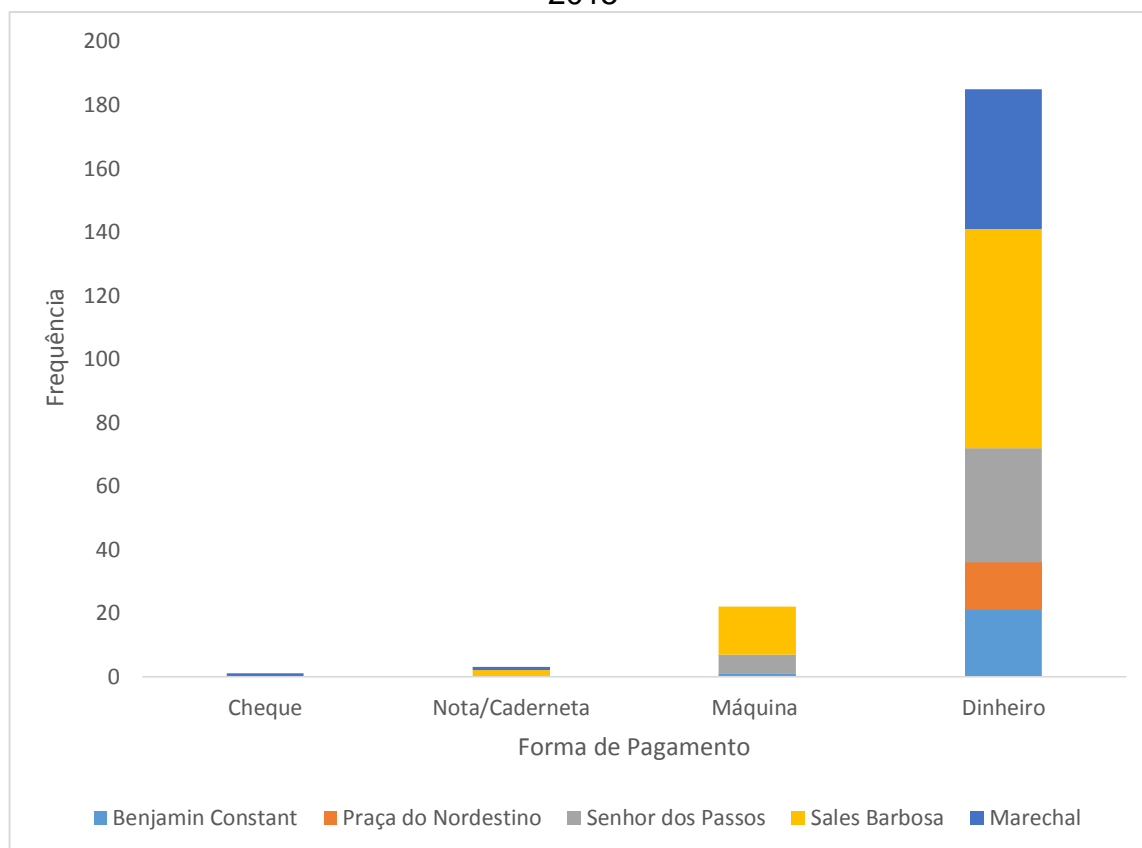
Apesar de um número significativo informar que sempre atuou como camelô, percebe-se a variedade de atividades anteriormente exercidas por estes trabalhadores. Ao mesmo tempo que o comércio é o principal responsável pela dinâmica econômica do município, tem sido também o que mais tem demitido. Coube a quem se encontra no desemprego procurar alternativas para a sua sobrevivência e essa chance foi adquirida através do comércio de rua, seguido pelos trabalhadores que atuavam como auxiliar na produção industrial e dos trabalhadores domésticos e rurais.

As informações acima demonstram que em todos os circuitos econômicos o desemprego é realidade, o que ratifica a discussão de Durães (2013), pois nesse processo de reestruturação produtiva, os trabalhadores estão à mercê das políticas adotadas pelos governos que repercutem localmente e atingem, inclusive, segmentos extremamente frágeis na cadeia produtiva, como é o caso das ocupações relacionadas ao circuito informal.

A forma de funcionamento e organização das barracas depende fundamentalmente da capacidade de negociação de cada ambulante e camelô. No comércio dos logradouros pesquisados, a predominância na forma de pagamento é o dinheiro. A utilização da máquina de crédito/débito ocorre com maior frequência entre os ambulantes e camelôs da rua Sales Barbosa, seguido dos que trabalham na avenida Senhor dos Passos e numa frequência bem inferior, entre aqueles que estão localizados na rua Benjamin Constant.

Os ambulantes e camelôs que ocupam a praça do Nordeste só comercializam com dinheiro. Duas formas de comercialização quase extintas ainda são utilizadas por ambulantes e camelôs da rua Sales Barbosa e rua Marechal Deodoro que são a venda através de nota promissória e o recebimento de cheques (Figura 22).

Figura 22
Feira de Santana
Formas de pagamento recebidas por ambulantes e camelôs
2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

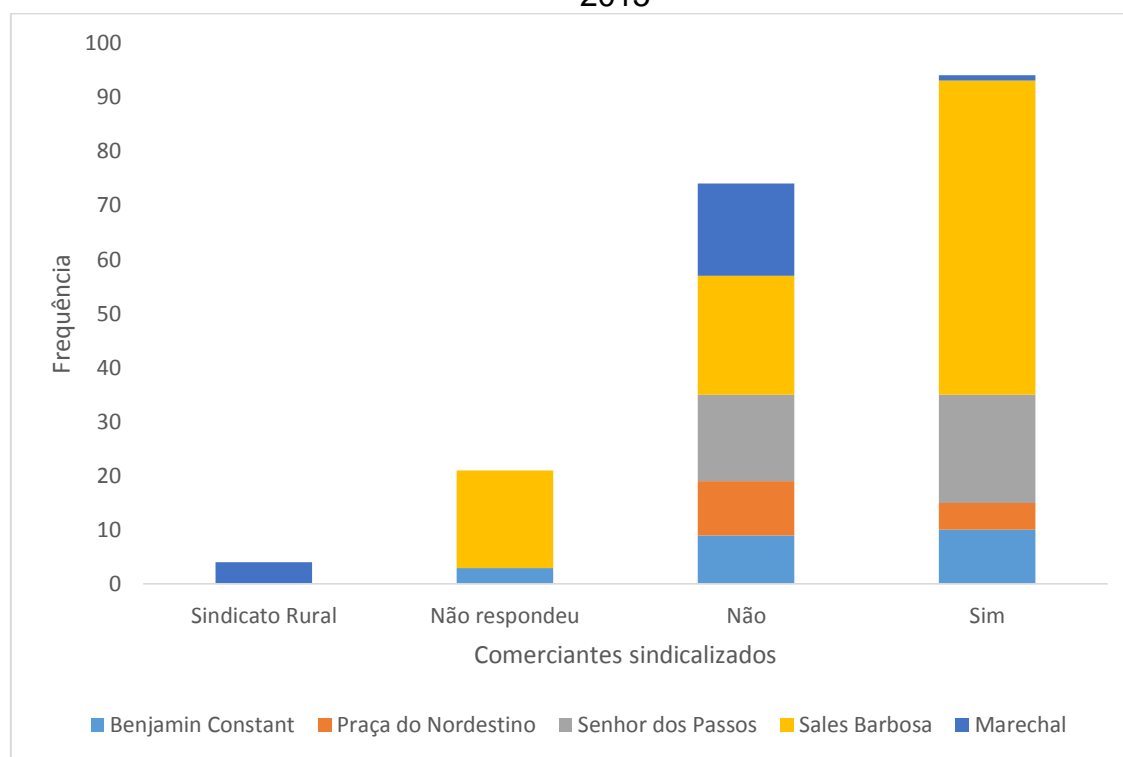
O destaque nesse quesito refere-se ao uso da máquina de débito/crédito ser aceita predominantemente pelos comerciantes de confecções, pois estes apresentam uma melhor e maior organização de suas barracas. Os que trabalham com calçados também apresentam boa estrutura em seus espaços, mas quando questionados sobre o motivo de não utilizarem a máquina de crédito/débito, quase todos alegaram que negociando em espécie podem barganhar um preço melhor e, na maioria das vezes, conquistam os clientes que voltam para a compra de outras mercadorias.

Existem três sindicatos e uma representação de classe atuando entre os camelôs e ambulantes do centro comercial de Feira de Santana. O Sindicato dos Camelôs de Feira de Santana e Região (SINDICAME) atende todos os ambulantes e camelôs que trabalham dentro e fora do centro comercial de Feira de Santana e de outros municípios. A Associação dos Vendedores Ambulantes de Feira de Santana (AVAMFS) é responsável pelos trabalhadores localizados no Feiraguay. A Associação

Feirense dos Vendedores Ambulantes (AFEVA) é responsável pelos trabalhadores das ruas Marechal Deodoro, Sales Barbosa, Avenida Senhor dos Passos e Praça Bernardino Bahia. Há também uma representação de classe, dos relojoeiros, que representa os que trabalham na rua Benjamim Constant. Quanto ao sindicato dos trabalhadores rurais, existem pessoas sindicalizadas comercializando na rua Marechal Deodoro mas, esse sindicato não realiza nenhuma intervenção.

Em todos os locais pesquisados foi perguntado se o comerciante pertencia ao sindicato. No centro comercial de Feira de Santana, o logradouro com o maior número de comerciantes sindicalizados é a rua Sales Barbosa, com a alta concentração de comerciantes – aproximadamente 530 camelôs e ambulantes – o que eleva o número da amostra diante dos demais pesquisados, figura 23.

Figura 23
Feira de Santana
Comerciantes sindicalizados no centro comercial
2015



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

A avenida Senhor dos Passos, entre as pesquisadas, apresenta um equilíbrio entre os que estão sindicalizados e os que não estão fazendo parte da associação. Na praça do Nordeste, o número de sindicalizados é inferior àqueles que não

participam do sindicato. Na rua Benjamin Constant a situação também é bem equilibrada, entre o número de participantes e aqueles que não são associados. Enquanto na rua Marechal Deodoro, o número de ambulantes e camelôs sindicalizados é bem inferior as demais ruas pesquisadas, sendo a única que apresentou pessoas associadas ao sindicato dos trabalhadores rurais. O destaque para o sindicato rural se deve à presença de mulheres que vendem os produtos definidos como catados que são ovos de galinhas de quintal, feijão verde, frutas da estação ou qualquer produto que tenha origem em sua propriedade.

Historicamente, tem-se um cenário de ocupação das ruas do centro da cidade. A feira livre, importante elemento para a origem do município até a década de 1970, tinha alimentos, calçados, confecções, utilidades para a casa, ferramentas, entre outros produtos. Consumidores de vários locais convergiam para Feira de Santana em busca dessa variedade.

A inauguração do Centro de Abastecimento, em 1977, marca a dinâmica territorial do centro comercial de Feira de Santana e seu ordenamento territorial. A retirada das barracas das ruas permitiu maior e melhor circulação de pedestres. Mas, os problemas neste novo espaço são revelados pelos jornais da época, estes registram a constante insatisfação dos feirantes transferidos (Figura 24).

Figura 24
Feira de Santana
Feirantes reivindicam presença do Prefeito Municipal no Centro de
Abastecimento
1980



Fonte: Jornal Feira Hoje, 09 de dezembro de 1980.

A prática do comércio de rua para esses produtos é um modelo já conhecido que ganha um novo padrão quando observado o que passa a ser vendido, pois a feira livre é responsável, principalmente, por produtos de origem agropecuária ou manufaturados simples. Na atual organização, a produção industrial, sobretudo a tecnológica, é a que mais encontra espaço nesse tipo de comércio.

A complexidade organizacional da cidade varia de acordo ao seu direcionamento político, seu nível técnico e a economia. Em relação ao comércio, a presença de concorrência é um fato concreto. Entre os ambulantes e camelôs não é diferente. Por esse motivo, a localização é um dos elementos preponderantes para conseguir realizar vendas e se manter no mercado.

Os agentes envolvidos na atividade comercial buscam pela localização mais centralizada com o objetivo de tirar o máximo possível de proveito da circulação de pessoas que caracterizam a clientela em potencial. Analisando a presença de ambulantes e camelôs no centro comercial percebe-se a complexidade na sua organização.

A circulação de pessoas no centro da cidade para realizar compras é fato. A atividade comercial atrai consumidores em potencial já que o centro é considerado o espaço principal para a materialização dessa atividade. Conforme consumidores entrevistados, a variedade de produtos ofertados, a presença tanto de lojas formais quanto ambulantes e camelôs facilitam a escolha dos produtos, preços inferiores aos seus locais de origem, facilidade na locomoção até Feira de Santana, concentração do comércio numa mesma área são fatores considerados positivos quando se pensa em comprar.

As notícias que seguem revelam que cansados de solicitar melhorias do local alguns feirantes, a partir de 1979, começam a retornar para o centro comercial e ocupar a rua Marechal Deodoro com a venda de alimentos, destaque para frutas e hortaliças. A rua Sales Barbosa, também nesse período passa por uma reforma realizada pela Prefeitura Municipal, transformando-a numa via de circulação exclusiva para pedestres. A partir dessa realização, observa-se dois fatos: a) o uso do termo camelô como referência ao indivíduo que de forma pontual começa a se estabelecer nesse logradouro; b) a venda de produtos como relógios, brinquedos, calçados, confecções vai fazer concorrência aos estabelecimentos presentes e incomodar os lojistas que já se encontravam instalados (Figura 25).

Figura 25
Feira de Santana
Comerciantes reivindicam posição do poder público
1980



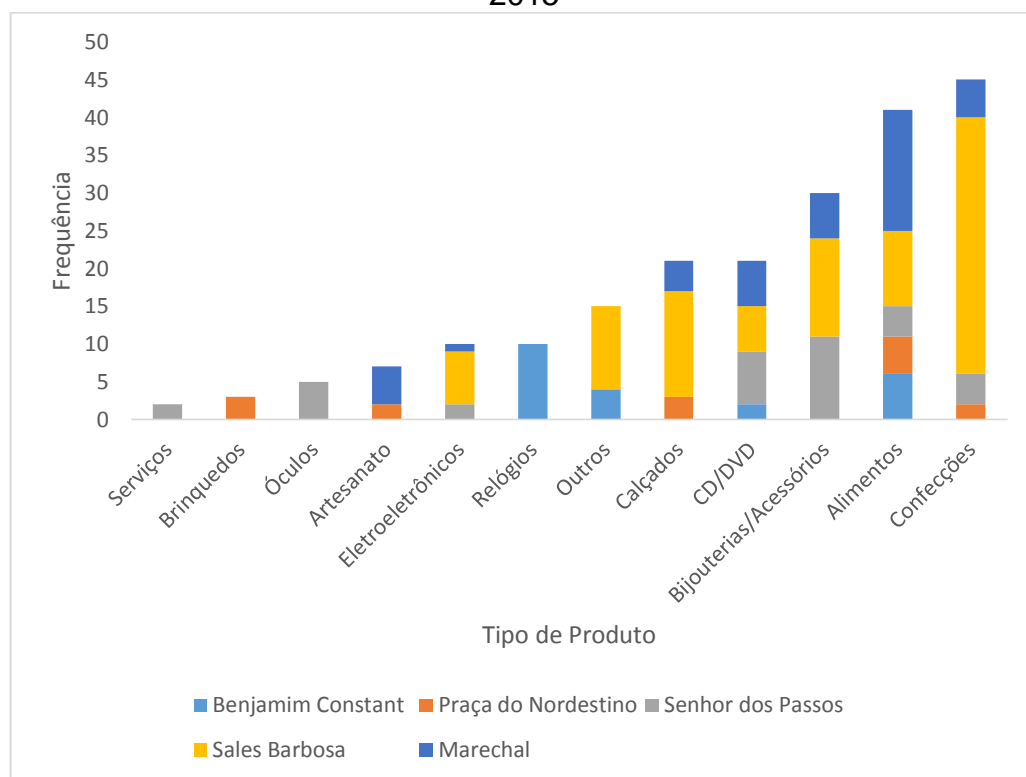
Fonte: Feira Hoje, 09 de janeiro de 1980.

Esse zoneamento existente entre os produtos comercializados pelos ambulantes e camelôs no centro comercial de Feira de Santana indica que a discussão teórica que inicia esta pesquisa é válida. A presença de determinados produtos predominando em certos logradouros constitui, então, a apropriação de um espaço específico configurando um território. Segundo Corrêa (1996), é possível definir território como um espaço no qual são atribuídas as dimensões política, afetiva ou ambas. No caso do local pesquisado, ambas as dimensões estão presentes.

Na figura 26 estão representadas as respostas referentes ao questionamento sobre o tipo de produto comercializado por ambulantes e camelôs no centro comercial de Feira de Santana. Os 217 entrevistados, distribuídos pelos 5 logradouros pesquisados escolheram apenas uma opção dentre as apresentadas. Desse modo, identificou-se o tipo de produto comercializado. No eixo vertical aparece a frequência

na qual as perguntas foram respondidas. No eixo horizontal estão organizados os tipos de produtos que mais aparecem nos locais de pesquisa.

Figura 26
Feira de Santana
Tipo de produto comercializado por ambulantes e camelôs
2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Os alimentos aparecem com maior frequência na rua Marechal Deodoro, 16 dos 217 entrevistados comercializam frutas, legumes, verduras, derivados de mandioca (tapioca, beiju e farinhas) e peixe e mariscos salgados, 5 vendem artesanato (arranjos de flores), e 5 confeções. 6 trabalham com bijuterias/acessórios, calçados são vendidos por 4 ambulantes e camelôs e 1 comercializa eletroeletrônico (celular). Na avenida Senhor dos Passos predominam os ambulantes e camelôs que comercializam bijuterias/acessórios. Dos 11 entrevistados, 7 comercializam CD/DVD, 5 trabalham com óculos, 4 trabalham com alimentos (lanches), 4 com confeções, 2 eletroeletrônicos (celular, carregadores e controles remotos) e 2 realizam serviços (afiação de tesouras e alicates). O quadro 5 detalha os produtos comercializados por ambulantes e camelôs nos locais pesquisados.

Na rua Sales Barbosa, 10 ambulantes e camelôs trabalham com alimentos (lanches e almoço), 13 comercializam bijuterias/acessórios, 14 calçados, 6 CD/DVD, 34 comercializam confecções, 7 eletroeletrônicos e 11 comercializam todo tipo de produto (relógios, óculos, cintos, meias, chips de celular). Na Praça do Nordeste 5 ambulantes e camelôs comercializam alimentos (3 comercializam água de coco e 2 lanches), 3 trabalham com brinquedos (bonecas e carros) e 3 comercializam calçados (sandálias), 2 comercializam confecções e 2 artesanatos (arranjos de flores).

Na rua Benjamin Constant 6 ambulantes e camelôs trabalham com alimentos (lanches e almoço), 2 comercializam CD/DVD e 10 prestam serviço consertando relógios, 4 fazem gravação de música em celular ou pen drive, tiram arranhões de celular ou relógio, cortam chip, afiam tesouras e alicates. Percebe-se a existência de mais de um tipo de comércio em cada logradouro, porém, há uma predominância em cada um o que promove um zoneamento territorial a partir da análise dos produtos comercializados.

O capital produtivo associado a equipamentos públicos e privados, além de uma forte especialização do uso do solo em atividades voltadas para o comércio e serviços ratificam a força do capital em criar, preservar e resguardar o solo urbano enquanto mercadoria.

O circuito informal aparece como alternativa para o trabalhador que perdeu sua ocupação e se depara com as limitações impostas pelo capital. Seu grande desafio passa a ser o desenvolvimento de meios para a sua sobrevivência concomitante sua inserção num mundo direta ou indiretamente globalizado e capitalizado. Na busca por ocupação e aquisição dos recursos para a manutenção da sua vida, os trabalhadores encontram no circuito informal – principalmente nas atividades do circuito comercial – sua inserção no mercado de trabalho. A informalidade contribui na reprodução do capital.

Na dinâmica territorial rebatem as articulações entre a cidade e o comércio. Os novos modos de comercialização repercutem de forma heterogênea de tal modo que circuitos antes discriminados – como o comércio de rua – passam a atrair consumidores de classes mais elevadas. As transformações nos conteúdos presentes, principalmente no circuito informal, e no andamento da economia nacional foram os principais impulsionadores para que essa atividade ganhasse força dentro da dinâmica urbana.

Quadro 5 – Detalhamento dos produtos comercializados por ambulantes e camelôs em Feira de Santana – 2015

Produto comercializado	Detalhamento	Logradouro
Alimentos	Frutas, verduras, legumes, derivados de mandioca, peixes e mariscos salgados (Barracas)	Rua Marechal Deodoro
	Frutas, verduras, legumes (Carro-de-mão)	Avenida Senhor dos Passos, rua Benjamin Constant, praça do Nordeste, rua Sales Barbosa
	Lanches e almoço	Avenida Senhor dos Passos, rua Benjamin Constant, praça do Nordeste, rua Sales Barbosa
Artesanato	Arranjos de flores	Praça do Nordeste, rua Marechal Deodoro
Bijuterias/ acessórios	Brincos, cintos, bolsas, correntes, pulseiras, anéis, cabelo artificial	Avenida Senhor dos Passos, rua Marechal Deodoro, rua Sales Barbosa
Brinquedos	Bonecas, carros	Praça do Nordeste
Calçados	Sandálias, sapato social, tênis, sapatênis	Rua Sales Barbosa, Praça do Nordeste, rua Marechal Deodoro
CD/DVD	Música, filmes, jogos	Avenida Senhor dos Passos, rua Benjamin Constant, rua Marechal Deodoro, rua Sales Barbosa
Confecções	Vestidos, calças, blusas, bermudas, camisetas, meias, enxovais para casa e bebês	Avenida Senhor dos Passos, Praça do Nordeste, rua Marechal Deodoro, rua Sales Barbosa
Eletroeletrônicos	Rádios, celulares, carregadores, controles remoto	Avenida Senhor dos Passos, Praça do Nordeste, rua Sales Barbosa
Óculos	Modelos esportivos	Avenida Senhor dos Passos
Relógios	Relógios	Rua Benjamin Constant
Serviços	Conserto de relógios, retirada de arranhões de relógios e celular, afiação de alicates e tesouras, gravações em geral	Rua Benjamin Constant
Outros	Capas de celular, corte de chip, adesivo para unhas	Avenida Senhor dos Passos, rua Benjamin Constant

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

O circuito informal contribui na consolidação do comércio na medida que indica as relações de complementaridade e concorrência. A hierarquia existente não desaparece, ao contrário, na maioria dos casos, o circuito informal necessita da presença do circuito formal para sua existência e manutenção, tanto que procura se instalar nas vias onde o circuito comercial ocorre com maior dinâmica. Além disso, o circuito comercial empresta seus fornecedores, transportadoras e potenciais consumidores para o funcionamento do circuito informal.

Para Silveira (2007) o circuito inferior de economia passa por um intenso período de expansão devido a oportunidade de ocupação e renda encontrada por aqueles indivíduos que são cada vez menos necessários nas atividades do circuito superior. Então deparamo-nos com uma grande contradição, ao tempo que o país apresenta um dinâmico circuito superior com conexões globais e moderno espaço produtivo, o circuito inferior destaca-se pela adaptação e expansão em diferentes circuitos com destaque para o comercial.

Influenciado pela dinâmica do mercado de trabalho, o circuito inferior apresenta elevada expansão. Atividades consideradas não-modernas contribuem para este circuito passar por uma renovação e diversificação. Por esse motivo, o circuito informal apresenta uma variação de ocupações, entre eles, os ambulantes e camelôs que comercializam uma variedade de produtos.

Feira de Santana apresenta uma realidade que em parte ratifica a discussão dos autores aqui apresentados, mas, em outros pontos, desconsidera a proposta. Segundo Santos e Silveira (2001) os agentes envolvidos no circuito inferior promovem um circuito central ao se instalar nos espaços de maior circulação de pessoas, sejam eles desvalorizados ou degradados, uma vez que nesses locais vão conseguir obter a renda referente a seu labor. No caso da cidade em estudo, esses espaços ocupados são disputados e valorizados gerando diversos conflitos por sua ocupação irregular por parte dos informais que não contribuem tributariamente auferindo lucros totalmente livres dos custos que são dispensados aos formais.

Para Santos (1995) a materialidade da cidade é constituída pela proximidade de lugares equipados de forma heterogênea. Há de se considerar a presença de espaços destinados as atividades mais modernas e os que não sofreram modernização, com características mais antigas e geração de menor renda, menos técnica e investimento. Dentro da organização de ambulantes e camelôs haverá uma

lógica seguindo um modelo de zoneamento, as ruas ocupadas por eles apresentarão disposição para determinadas atividades, as mais modernas como venda de eletroeletrônicos que apresentam maior rendimento e as mais tradicionais como alimentos.

Como consequência das mudanças econômicas que impactaram diretamente nas relações de trabalho novas atividades vão surgir para suprir as necessidades de uma população desempregada e ocupando um espaço urbano que não lhe dá outra alternativa de inclusão. Desse modo, o circuito informal aparece como resposta ao processo desordenado de urbanização.

Considerando o processo de reestruturação produtiva novas relações de trabalho vão surgir. Determinando normas mais flexíveis na utilização da força de trabalho vão também compor o circuito informal que cada vez mais é visível dentro da economia pela sua contribuição, em especial pela absorção de mão-de-obra.

A flexibilidade do mercado de trabalho contribui para que o circuito informal impacte na economia. As consequências mais visíveis do processo de reestruturação produtiva são os baixos níveis de trabalho e renda e o enfraquecimento do mercado formal de trabalho. A década de 1990 é marcante para o entendimento dessas transformações, trabalhadores que até esse período atuavam com direitos trabalhistas se veem na necessidade de exercer atividades sem regulamentação, redução ou mesmo ausência de direitos. Segundo Dassoler (2009, p. 2)

[...] no período que segue os anos 1990 – marcados profundamente pela implementação de um novo modelo político-econômico no Brasil, o neoliberalismo, que gerou ao longo da década uma forte onda de desempregos em massa, - o comércio de rua passou a receber maiores atenções por parte do poder público, dada sua rápida e substancial ampliação e diversificação.

Nos períodos que sucedem a década de 1990 tanto o circuito formal quanto o informal revelam a precariedade e regressão nos direitos trabalhistas. Contribuindo para o fortalecimento da informalidade, a falta de um limite entre o formal e o informal é consequência da movimentação capitalista que se beneficia dessa situação ao não deixar claro o limite entre trabalho produtivo e improdutivo, emprego e desemprego, produção e lucro real (TAVARES, 2004).

No entendimento de Montessoro (2006), a circulação de pessoas contribui para a consolidação tanto do circuito formal como do informal pois ao transitar pelo centro

comercial e ter a possibilidade de consumir produtos e serviços de ambos os segmentos promovem complementaridade e disputa pelo espaço ocupado. No espaço urbano o circuito comercial apresenta grande importância econômica, cria empregos, gera renda e tributos. Também tem sua contribuição na organização espacial quando ocupa novas localizações ou se reorganiza em seus espaços considerados tradicionais revela os interesses e direcionamentos da população consumidora.

O circuito informal apresenta uma dinâmica que se ajusta as estruturas necessárias a sua reprodução e expansão. As transformações no modo de produção e nas relações de trabalho terão um impacto direto na operacionalização dessa atividade. Além disso, articula-se e associa as funções do centro como espaço principal na popularização do consumo e consolidando o circuito comercial como mais relevante na economia da cidade.

4.2 Origem e consolidação de ambulantes e camelôs em Feira de Santana

Ao longo do tempo, o número de pessoas comercializando nos dias de feira cresce consideravelmente, proporcionalmente ao crescimento do espaço urbano da cidade. A atividade apresenta significativas transformações, desde sua espacialidade até a forma como é realizada, evoluindo de produtos comercializados na fazenda, para satisfazer as necessidades dos viajantes, que faziam pouso para o descanso de animais. Nos dias atuais, os ambulantes e camelôs comercializam produtos provenientes dos mais diferentes lugares do país e do exterior, diversificando a oferta.

O discurso de organizar o centro da cidade não é recente. Desde 1969, o PDLI apontava a necessidade de relocar a feira livre como forma de estruturar o centro da cidade. Assim, foi construído o Centro de Abastecimento, para comportar a feira livre que ocupa as principais ruas e avenidas, dando uma suposta aparência de atraso e desorganização a cidade. Araújo e Silva (2003, p. 6) escreveram

Percebemos a grande importância da construção do Centro de Abastecimento na visão dos envolvidos na questão, não só no sentido de organizar o centro urbano como para definir novos espaços de comércio em substituição a feira livre que não cabiam mais no Mercado Municipal e não podiam mais continuar ocupando as principais vias urbanas da cidade. É com esta intenção que é construído o Centro de Abastecimento.

Essas mudanças apresentam três marcos significativos e produziram impactos para os comerciantes com repercussões para a cidade. O primeiro deles ocorreu na década de 1970, com a implantação do Centro de Abastecimento e transferência dos comerciantes. O segundo foi a década de 1990, com a implantação do Feiraguay e retirada dos camelôs que comercializavam produtos *made in China*, na Praça da Bandeira e o ano de 2015 com o projeto de construção do camelódromo, denominado de *Shopping Popular* (Quadro 6).

Quadro 6
Feira de Santana
Transformações no território
1970-2015

Período	Ação/Obra	Impactos e repercussões
1970	Centro de Abastecimento	Retirada dos feirantes; Dificuldades na comercialização; Ruas do centro livres para circulação de pedestres e veículos.
1990	Feiraguay	Ruas do centro ocupadas por ambulantes e camelôs; Retirada dos ambulantes e camelôs para camelódromo; Consolidação do Feiraguay.
2013 - 2015	Pacto da Feira/ <i>Shopping Popular</i>	Ruas do centro ocupadas por ambulantes e camelôs; Projeto para retirada dos ambulantes e camelôs com construção do <i>Shopping Popular</i> ; Conflitos.

Elaboração: TELES, 2016.

Em muitas cidades as transformações econômicas - com destaque para a década de 1980 – vão promover uma mudança na dinâmica urbana. Os centros perdem seus status devido ao grande fluxo de carros e pedestres, poluição visual e atmosférica, além da elevação na violência. Em Feira de Santana, cada metro quadrado do centro continua valorizado e disputado por camelôs e lojistas formais que não abrem mão de suas atividades nessa parte da cidade. Para Freitas (1998, p. 164) “[...] o comércio é tradicionalmente a principal atividade econômica feirense. As atividades industriais existentes desde o século passado não conseguem se sobrepor às atividades comerciais”.

A inserção das cidades num modelo global é um processo recorrente entre as diversas administrações públicas no Brasil, nos seus diversos níveis. Sempre a cidade está sendo pensada e ajustada a modelos exógenos, basta lembrarmos o projeto de modernização para o Brasil, de forma geral, e suas repercussões nas cidades. A cidade é vista por seus gestores e demais interessados como uma forma de produzir riquezas e promovem uma corrida em busca de investimentos como se esta fosse lugar exclusivo do capital. Esse cenário tem como consequência o conflito por parte daqueles que se veem excluídos desse projeto. As mudanças estruturais promovidas pela atividade comercial reconfiguram o espaço urbano do centro da cidade, como escreve Freitas (1998, p. 116)

A expansão do comércio faz com que edificações com fins habitacionais sejam substituídas por edificações com fins comerciais, principalmente nas Avenidas Getúlio Vargas, Senhor dos Passos, Rua Visconde do Rio Branco e adjacências, devido a estrutura linear e a largura que estas possuem.

As dinâmicas territoriais atreladas ao urbano de Feira de Santana é uma característica relevante e singular na sua evolução socioeconômica e regional. A atividade consolidada no seu centro comercial colabora na manutenção da centralidade urbana. Também fortalece seu papel de centro regional, pois sua realização neste espaço permite a formação de uma rede comercial em nível local, regional e nacional, projetando Feira de Santana numa escala internacional, através da comercialização dos produtos *made in China*.

O comércio também demonstra ser um movimento social que promove a dinâmica territorial urbana de modo singular. No seu conjunto de relações, essa atividade promove a vinculação entre os locais de produção e os destinados ao consumo. Em Feira de Santana, a dinâmica territorial nas ruas pesquisadas passa por transformações socioeconômicas e estruturais a partir do período que autores como Santos (2008a) intitulam de técnico-científico-informacional.

O comércio informal em Feira de Santana - representado pelo comércio de rua, realizado por ambulantes e camelôs-, se constitui numa organização que demonstra diferenças, porém com relevante complementaridade com atividade formal. Sua atuação, ao mesmo tempo conflituosa, funciona de modo que favorecem ambos e desempenha um papel fundamental na organização das funções e formas urbanas. A

dinâmica da estrutura produtiva tem passado por uma intensa modificação. Como consequência, não conseguiu realizar a incorporação da mão-de-obra disponível e criou um significativo espaço para a informalidade.

A redefinição pensada para o centro comercial de Feira de Santana transformou-se, desde a década de 1980, em territórios de conflitos. Resultado dos seus diferentes usos e das diferentes perspectivas de produção e reprodução de renda gerada nas ruas. O universo desta pesquisa compõe o comércio informal e sua relação com o comércio formal. Para tanto, foi realizado um levantamento identificando os estabelecimentos comerciais e a disposição de ambulantes e camelôs ao longo dos logradouros, sendo os resultados apresentados através de croquis.

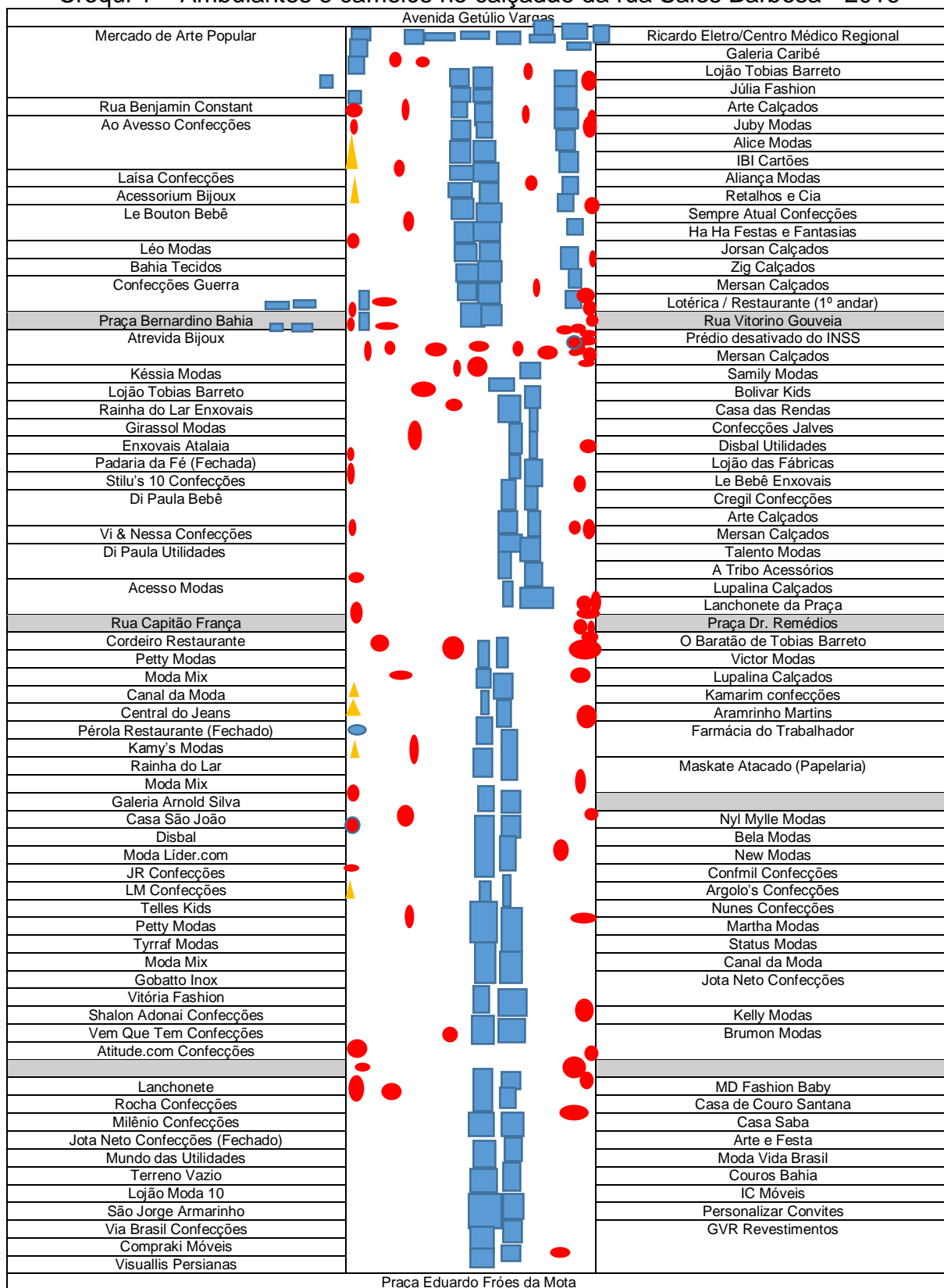
A análise dos dados obtidos pelos questionários aplicados entre ambulantes e camelôs, consumidores e o levantamento de informações permitiram a avaliação da formação de um circuito inferior da economia urbana como proposto por Santos (2008a) com relevante influência do circuito superior.

A configuração territorial planejada para o centro comercial com a transferência da feira livre para o Centro de Abastecimento não foi alcançada. Ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000, o número de pessoas em busca de ocupação superava os postos de trabalho, e cada vez mais barracas apareciam nas calçadas da cidade.

O comércio de rua se amplia e se diversifica nos ramos de confecções, calçados e eletroeletrônicos se alargando e ocupando as áreas centrais da cidade, mesmo com sucessivos projetos de ordenamento e relocação dessa atividade. Portanto, é uma atividade que resiste às pressões do poder público e do comércio formal.

Os espaços utilizados pelo comércio vão se localizar em pontos estratégicos, ocupando as principais vias de circulação. Dos cinco logradouros pesquisados o que apresenta a maior concentração de ambulantes e camelôs é a rua Sales Barbosa (Croqui 1). De forma bem densa, se apertam, no calçadão, barracas, carros-de-mão, araras encostadas pelas paredes entre uma loja e outra, pessoas com cestos, mercadorias nas mãos, mercadorias estendidas ao chão.

Croqui 1 – Ambulantes e camelôs no calçadão da rua Sales Barbosa - 2016



▲ Frente ocupada pelas lojas

■ Barracas

● Carro-de-mão, cesto, lonas no chão

Organizado por TELES, 2016.

A rua Sales Barbosa não apresenta lojas de porte nacional, as de porte regional como Mersan Calçados e Rainha Enxovais aparecem pouco pela quantidade de estabelecimentos presentes no logradouro que está delimitado entre a avenida Getúlio Vargas a praça Eduardo Froes da Mota. Nessa rua, a concentração de lojas de confecções é tão intensa quanto o número de ambulantes e camelôs que trabalham com confecções e calçados.

Poucas lojas colocam mercadorias nas portas para disputar clientes ou impedir ambulantes e camelôs de ocuparem os espaços. Por todo o logradouro só encontramos com essa prática a loja Ao Avesso, Laísa Confecções, Acessorium Bijoux, Canal da Moda, Central do Jeans, Kamy's Modas, LM Confecções, Petty Modas e Tyrraf Modas.

Historicamente, os conflitos entre comerciantes formais e ambulantes e camelôs sempre ocorrem. Os jornais registram que, desde a chegada dos últimos, os comerciantes formais solicitam providências por parte do poder público e, ainda hoje, os comerciantes reclamam dos prejuízos causados pela ocupação desordenada do calçadão por parte de ambulantes e camelôs.

Na avenida Senhor dos Passos, a Maskate papelaria coloca carrinhos de carga para impedir os ambulantes e camelôs ocuparem sua frente (Figura 27). No momento desse registro fotográfico, um camelô próximo viu a ação e questionou o motivo, quando ouviu a justificativa declarou:

É um absurdo, não é? Isso é pra não deixarem a gente ocupar, não trabalhar, quem está aqui é porque precisa levar o sustento dos filhos pra casa.

Na avenida Senhor dos Passos, o trecho pesquisado está delimitado entre a avenida Getúlio Vargas e a rua Carlos Gomes, onde se encontram importantes representações do circuito superior da economia urbana (Croqui 2). Estão presentes dois bancos de porte nacional e internacional, respectivamente, Bradesco e Santander, lojas de porte nacional, como Casas Bahia, Ricardo Eletro, Farmácia Pague Menos, Magazine Luiza, Subway, Marisa, C&A e Riachuelo. Diversas lojas de alcance regional como, por exemplo, Kosmechik, Mersan Calçados, Romanel Jóias e Rainha Enxovais e lojas locais, com elevada dinâmica, como Disbal, Jorsan Calçados e Brandão Jóias.

Figura 27 – Carros em frente à loja para impedir ocupação de ambulantes e camelôs ao longo da avenida Senhor dos Passos - 2016

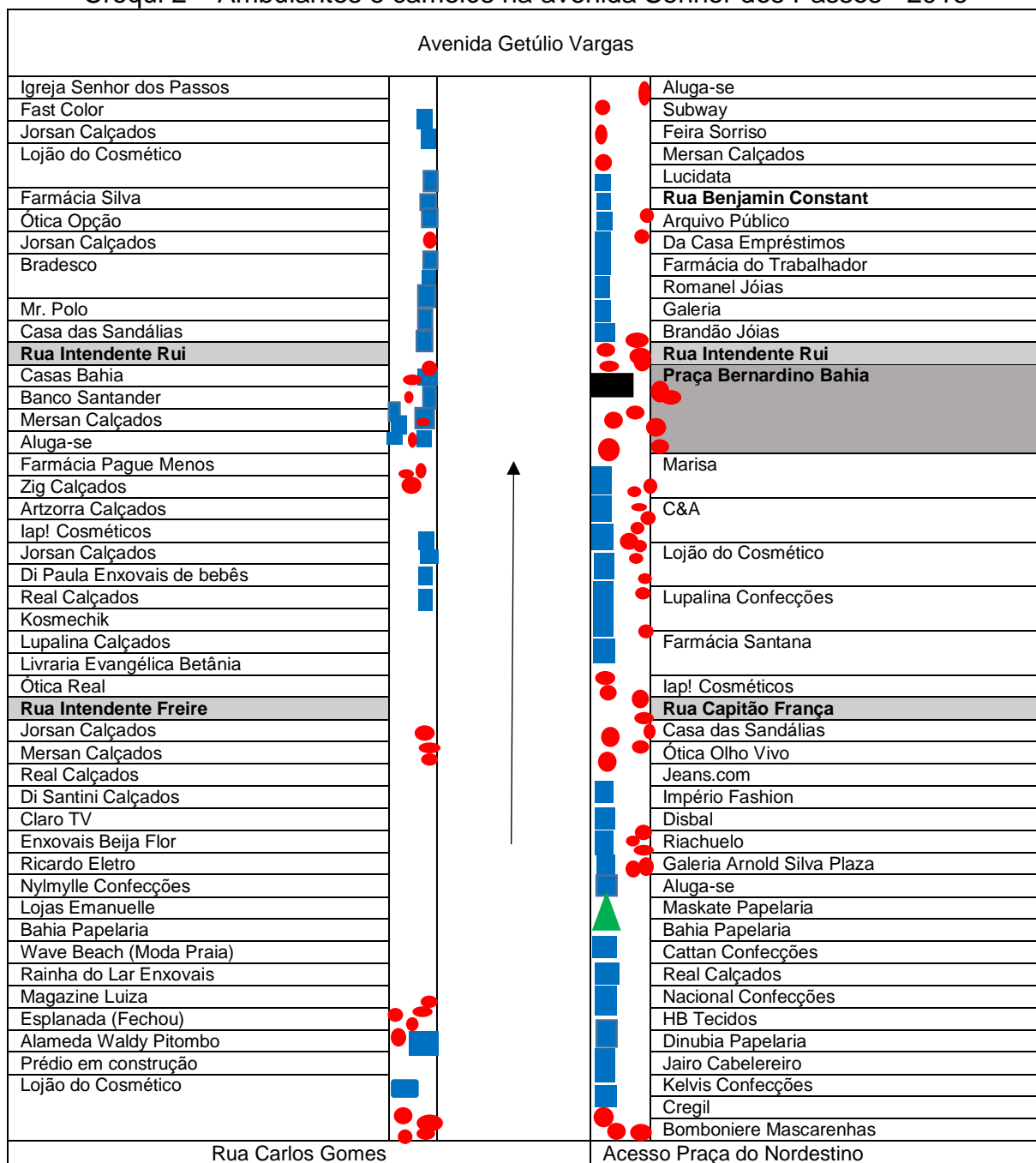


Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

A concentração de ambulantes e camelôs ocorre de forma mais acentuada em frente das lojas da Casas Bahia e banco Santander. Com o fechamento da Loja Esplanada, loja de departamentos, à sua frente tem apresentado uma crescente aglomeração de ambulantes a cada dia que se passa pelo local. No ponto de ônibus, localizado na praça Bernardino Bahia, que fica na esquina da loja Marisa e da C&A, a ocupação é constante e intensa por ambulantes e camelôs. Na frente da Loja Riachuelo também é constante a presença de ambulantes, em especial, aqueles com carros-de-mão e carrinhos (saladas de frutas, milho cozido, tapioca, sorvete, entre outros).

Na praça do Nordeste, o comércio formal de maior representação é o Mundo do Real, uma loja que iniciou vendendo produtos *made in China*, por R\$ 1,99, e transformou numa loja de utilidades domésticas. Muito ampla, ocupa à frente com seus próprios produtos, não permitindo a presença de ambulantes e camelôs. A loja vizinha, uma hamburgueria, coloca um balcão com lanches e cadeiras, também não permite que outros exerçam nenhum tipo de atividade em sua frente. E a Fast Festa expõe os produtos de festa também ocupando todo o espaço à sua frente. Assim mesmo existem muitas barracas, carros-de-mão e carrinhos adaptados comercializando neste logradouro. Croqui 3.

Croqui 2 – Ambulantes e camelôs na avenida Senhor dos Passos - 2016



Barracas



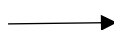
Espaço ocupado por carros da loja



Carro-de-mão, cesto, lonas no chão

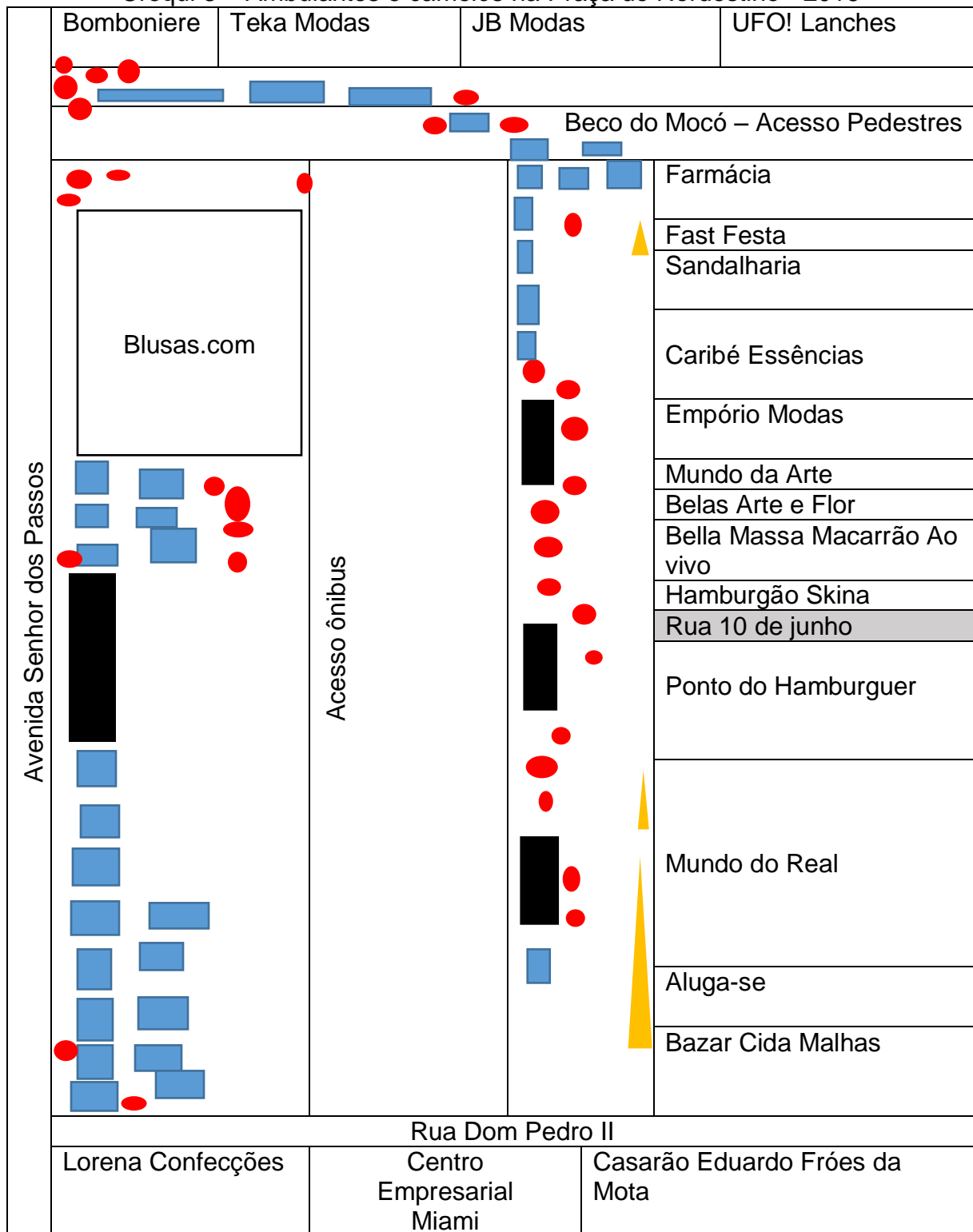


Ponto de ônibus



Sentido da rua

Croqui 3 – Ambulantes e camelôs na Praça do Nordeste - 2016



Ponto de ônibus



Frente ocupada pelas lojas



Barracas



Carro-de-mão, cesto, lonas no chão

Organizado por TELES, 2016.

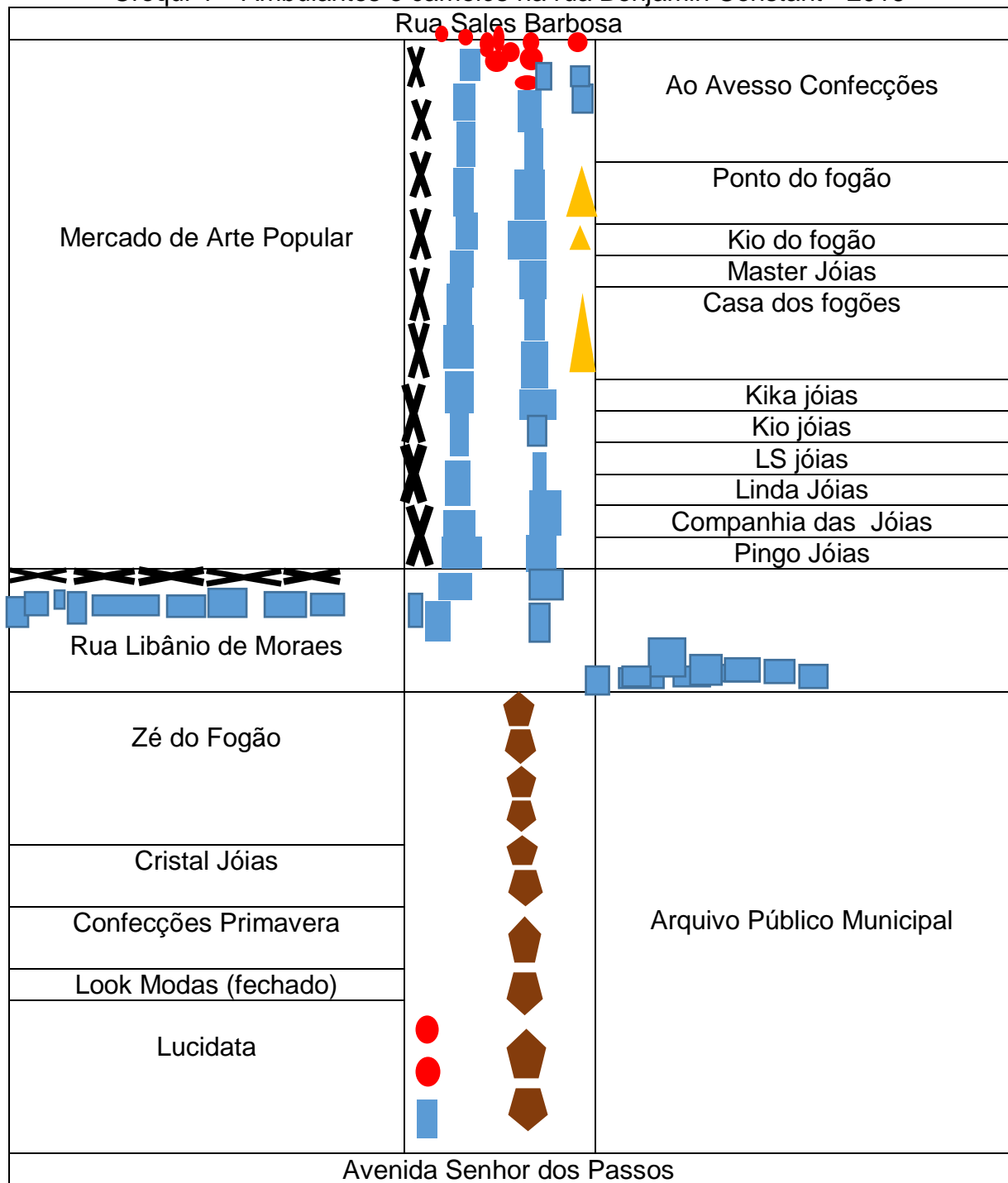
Os ambulantes e camelôs presentes na rua Benjamin Constant vivem uma particularidade em relação aos demais. A PMFS realizou uma reforma no Mercado de Arte Popular (MAP) e colocou uma grade no seu entorno. Todos os ambulantes e camelôs que negociavam junto às paredes do mercado tiveram que se afastar aproximadamente 1,0 metro da atual grade. A rua que é estreita ficou bem difícil para a circulação, uma vez que já havia duas filas de barracas que se aproximaram mais ainda com essa mudança.

Outro fato a destacar é a grande concentração de ambulantes voltados para a rua Sales Barbosa, por ser a rua de maior movimento de pedestres. As lojas Ponto do Fogão, Kio do Fogão e Casas do Fogão ocupam totalmente suas frentes de lojas com mercadorias. Ao mesmo tempo, alguns camelôs revelaram existir um bom relacionamento entre eles e os donos das lojas. A energia que utilizam em suas máquinas é adquirida através de extensão ligada nas redes das lojas e no período de pagar a conta dão uma contribuição, teoricamente, proporcional ao que utilizam. Muitos não levam suas ferramentas ou outros materiais de trabalho para casa, guardam nas lojas ao fim de cada expediente. Quando necessitam ir ao sanitário utilizam nas lojas que já tem um relacionamento estabelecido. Portanto, constata-se que existe uma relação de complementaridade e também de cumplicidade, pelo menos para o camelô. Quando questionados sobre a contrapartida para a loja, o cliente foi citado por todos como elemento-chave nessa relação. Assim se pronunciou o camelô:

Não vê a mulher que estava aqui? veio afiar um alicate, enquanto eu fazia o serviço ela entrou na loja e saiu com uma sacolinha, a senhora reparou? Ela mesmo disse, nem tava precisando das bijuterias, mas aproveitou que estava esperando eu afiar e fez umas comprinhas, a gente aqui na rua dá movimento pras lojas.

Outro destaque para a rua Benjamin Constant deve-se a presença de barracas de alvenaria, onde funcionam pequenos restaurantes (Croqui 4). O mesmo informou que foi cadastrado pelos funcionários da PMFS e “fazer o que se tiver que ir pro *shopping*, vai, se aqui nem ali é meu”.

Croqui 4 – Ambulantes e camelôs na rua Benjamin Constant - 2016

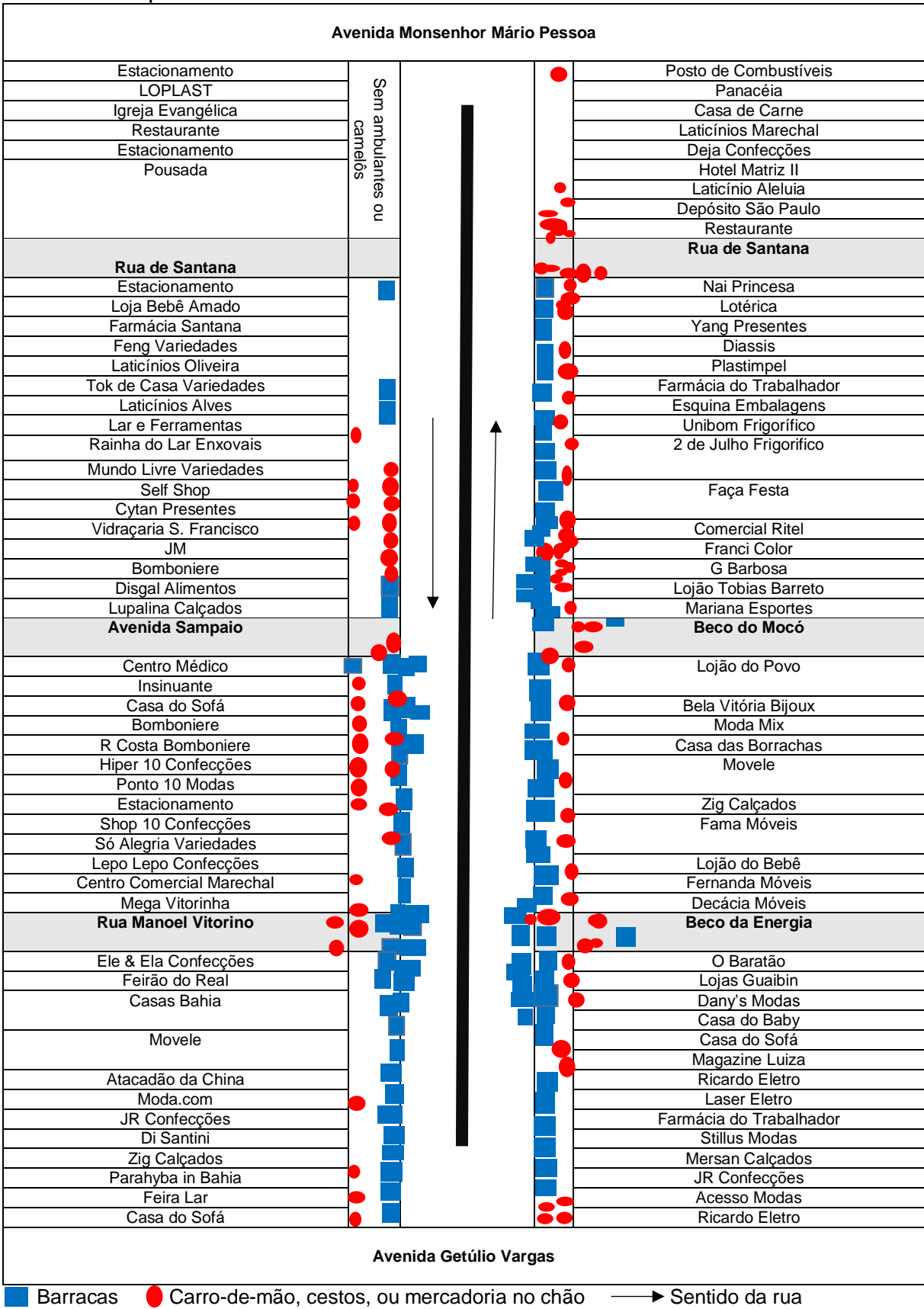


A rua Marechal Deodoro é o maior símbolo de permanência da feira livre que ocorreu no centro da cidade até 1970 (Croqui 5). Alguns dos que trabalham nessa rua são filhos e netos de pessoas que atuaram como feirante e foram transferidos para o Centro de Abastecimento e não conseguiram tirar o sustento e retornaram aos poucos para o centro comercial. Outros não foram contemplados com uma vaga e precisavam sobreviver e tantos outros porque ficaram desempregados e não tiveram outra oportunidade.

Delimitada pela avenida Monsenhor Mário Pessoa e a avenida Getúlio Vargas, a circulação de carros é intensa, o que não permite a ocupação do seu canteiro central. Lojas de porte nacional como Ricardo Eletro, Magazine Luiza e Casas Bahia, de porte regional como Rainha Enxovais, GBarbosa supermercados, Mersan Calçados estão presentes.

A concentração de ambulantes e camelôs é intensa, em alguns pontos formam fileiras de 3, 4 barracas ocupando a calçada e avançando pela rua, tomando o espaço que deveria ser de estacionamento de veículos. Em frente ao GBarbosa, a situação é mais agravada, a quantidade de carros-de-mão com legumes, verduras e frutas é de tal forma que torna-se difícil a representação no croqui. O próprio supermercado instalou um alambrado na tentativa de conter o avanço dos carros-de-mão em direção às suas portas. O que mais chama a atenção, deve-se ao fato da clientela do supermercado adquirir os mais variados produtos em suas dependências, porém, frutas, legumes e verduras são compradas desses ambulantes e camelôs que ficam à porta. Quando questionados, alegam que os produtos por estes vendidos têm preços menores. Nem sempre esse fato é realidade, pois houveram situações e períodos nos quais produtos como abóbora, tomate e banana estavam com preço menor no supermercado em relação aos ambulantes e camelôs. Mesmo assim, existe uma cultura de quem frequenta esse logradouro de manter a compra desses produtos entre os ambulantes e camelôs. De fato, é uma população que não abandona o comportamento tradicional de comprar frutas e verduras na feira.

Croqui 5 – Ambulantes e camelôs na rua Marechal Deodoro - 2016



Organização: TELES, 2016.

A desigual distribuição de renda, resultante do modelo econômico implantado pelo governo brasileiro, tem como consequência diversos problemas sociais, dentre eles, o desemprego. O aumento populacional resultou numa urbanização atropelada e desordenada contribuindo para consolidar uma forte crise social. A indústria, vista no primeiro momento como solução para absorção da mão-de-obra, logo se mostrou sem o propósito de contribuir para a ocupação de um grande número de trabalhadores.

O processo de industrialização criou a falsa ideia de ocupação de mão-de-obra. Muitos governos estaduais, inclusive na Bahia, para justificar o investimento em plantas industriais da iniciativa privada, nos seus estados, colocaram na mídia a informação relacionada a geração de significativa quantidade de postos de trabalho, o que na realidade não ocorreu (TEIXEIRA e GUERRA, 2000). Neste cenário, os trabalhadores informais, representados, sobretudo por ambulantes e camelôs, compõem a categoria que apresenta o maior crescimento. Desempregados e pessoas procedentes de municípios diversos, especialmente daqueles com predominância de atividades primárias vão promover um aumento expressivo no comércio de rua, como escreve Maia (2015, p. 456) “O chamado comércio de rua, em parte é integrante desse circuito e vem funcionando como fator de estabilização social para o indivíduo desempregado”.

Feira de Santana passou por um processo de expansão urbana, nas últimas décadas. A ocupação imobiliária em praticamente todas as direções é evidente. Mesmo assim, suas principais atividades estão concentradas no Centro. E nesse disputado território, o comércio informal se instala, ou se transforma, considerando a feira livre que existiu até meados da década de 1970. Isto demonstra que embora tenha ocorrido o surgimento de subcentros, com diversas atividades que também estão presentes no centro – inclusive ambulantes e camelôs – a cidade ainda se configura monocêntrica. É nesse território central onde as atividades importantes estão concentradas com destaque para os bancos e clínicas especializadas.

A primeira tentativa de organização do centro da cidade ocorreu entre meados das décadas de 1960 e 70, quando foi construído o Centro de Abastecimento e a feira livre que acontecia no centro da cidade foi transferida para este espaço. Com o passar do tempo, os comerciantes, pouco a pouco, foram ocupando as calçadas novamente, com a alegação de não conseguir se adaptar ou a clientela não ter acompanhado para

os novos espaços. Realidade vivenciada em locais como Fortaleza, segundo Dantas (2005, p. 7): “Por tratar-se de atividade nutrida exclusivamente do fluxo contínuo e maciço de pedestres, não foi de se estranhar seu retorno ao Centro, apesar das pressões contrárias e de continuidade da utilização da violência pelo rapa (Guarda Municipal)”.

Os ambulantes e camelôs presentes nas ruas pesquisadas constituem uma complexidade no cenário de Feira de Santana. Desenvolvem suas atividades de forma precária, poucos são os que conseguiram alcançar um nível de estabilidade e recurso que os colocaram numa situação de segurança financeira. A grande maioria passa por privações e dificuldades para que possa garantir seu sustento.

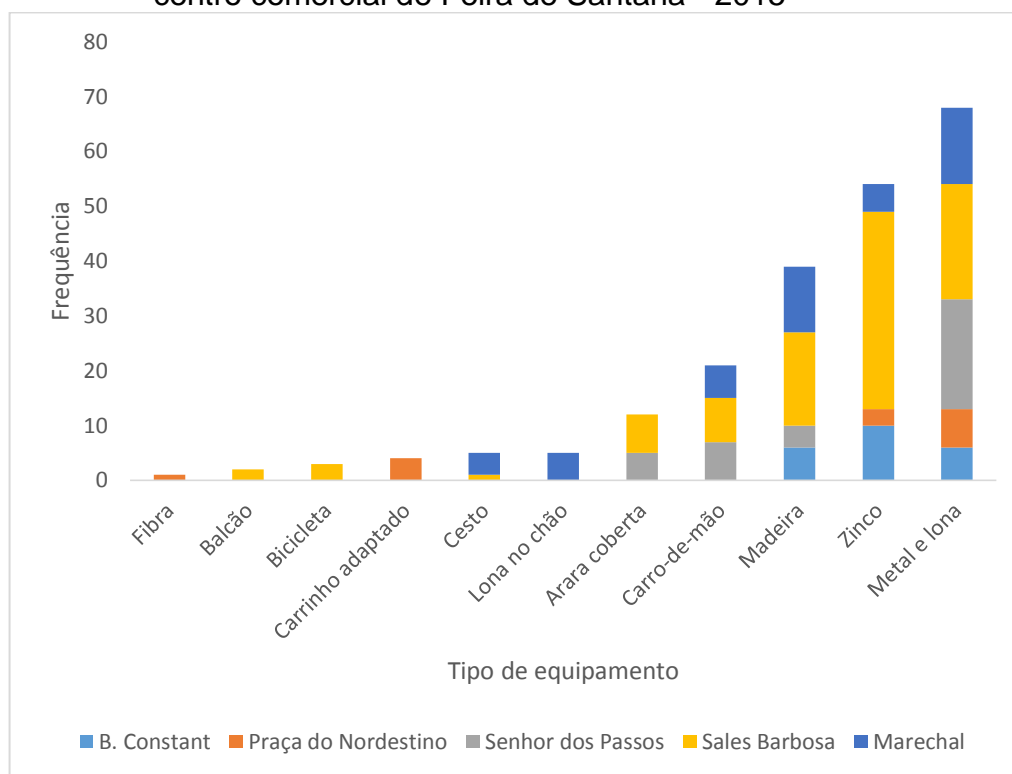
Ao delimitar o comércio de rua percebe-se que tanto Santos (2008a) ao discutir o circuito inferior da economia urbana deve ter sua teoria considerada, quanto Yázigi (2000) e Durães (2013) ao tratarem a diversidade presente entre aqueles que utilizam a rua como local de retirada de sua sobrevivência. Pontualmente, também foram encontradas pessoas que conseguiram ir além da sobrevivência e retiram das ruas muito mais do que algumas empresas capitalistas formalizadas.

É preciso destacar uma grande desconfiança e resistência por parte dos pesquisados em responder as perguntas, alguns não aceitaram nem mesmo conversar, informando que haviam sido vítimas de supostos jornalistas que solicitaram informações e deturpam o que foi comunicado por eles. Nenhum aceitou o registro fotográfico, houveram casos que mesmo as fotografias feitas de forma aleatória foram questionadas por alguns ambulantes que, de forma agressiva, exigiram a exclusão da imagem de sua barraca.

Existem logradouros nos quais a concentração de barracas é maior, as ruas Sales Barbosa e Marechal Deodoro são as que apresentam uma maior quantidade, além da grande aglomeração e “desordem”. De tal modo, as frentes das lojas perdem a visibilidade para os que circulam pelo local.

A dinâmica territorial dos camelôs é feita basicamente a partir de barracas, predominando as de zinco, metal e lona, e de madeira (Figura 28). A depender do logradouro tem-se uma maior ou menor predominância de uma dessas três armações. Além das barracas também se encontram lonas no chão, barraca de fibra, pessoas com mercadorias em cestos, carro-de-mão, carrinho adaptado, bicicletas, araras e até balcão. Estas informações compõem o eixo horizontal do gráfico.

Figura 28 – Tipos de equipamentos utilizados por ambulantes e camelôs no centro comercial de Feira de Santana - 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A figura acima apresenta no seu eixo vertical informações referentes a frequência na qual cada ambulante e camelô respondeu em relação ao tipo de equipamento utilizado. A arara coberta predomina entre ambulantes e camelôs presentes na avenida Senhor dos Passos, 5 entrevistados responderam utilizar esse tipo de equipamento. Nesse logradouro também foram encontrados 7 carros-de-mão, 4 barracas de madeira e 20 barracas de metal e lona.

Na praça do Nordestino, entre os entrevistados, 4 utilizam carrinho adaptado, 1 barraca de fibra, 7 barracas de metal e lona e 3 barracas de zinco. Na rua Benjamin Constant, os ambulantes e camelôs utilizam barraca de madeira, 6 entrevistados, barraca de metal e lona, também 6 entrevistados e barraca de zinco, 10 entrevistados.

A rua Marechal Deodoro tem a predominância no uso da barraca de metal e lona, 14 entrevistados. 12 utilizam barraca de madeira, 6 estavam com carro-de-mão. 5 utilizam barraca de zinco e 4 estavam comercializando com cesto. Na rua Sales Barbosa encontra-se a maior variedade em tipos de equipamentos utilizados pelos ambulantes e camelôs: 7 utilizam arara coberta, 2 estavam com balcão, 3 em bicicletas, 8 com carro-de-mão, 1 com cesto, 17 utilizam barraca de madeira, 21

barracas de metal e lona e as barracas de zinco apresentam uma predominância com 36 ambulantes e camelôs.

Constata-se a variedade de equipamentos utilizados para a realização da venda por parte de ambulantes e camelôs. Aqueles que se utilizam de carro-de-mão, cesto, ou lona no chão representam o segmento que adquire pequenas quantidades de mercadorias, às vezes, entre os próprios camelôs que possuem barracas ao longo dos logradouros estudados para tentar uma revenda e aquisição de margem mínima de lucro. São esses que vivem no limite da sobrevivência, buscando os recursos mínimos para suas necessidades como comer e morar. Esse é o segmento dos ambulantes e camelôs que obtém os menores lucros e que realizam mais horas de trabalho, mesmo não possuindo patrão.

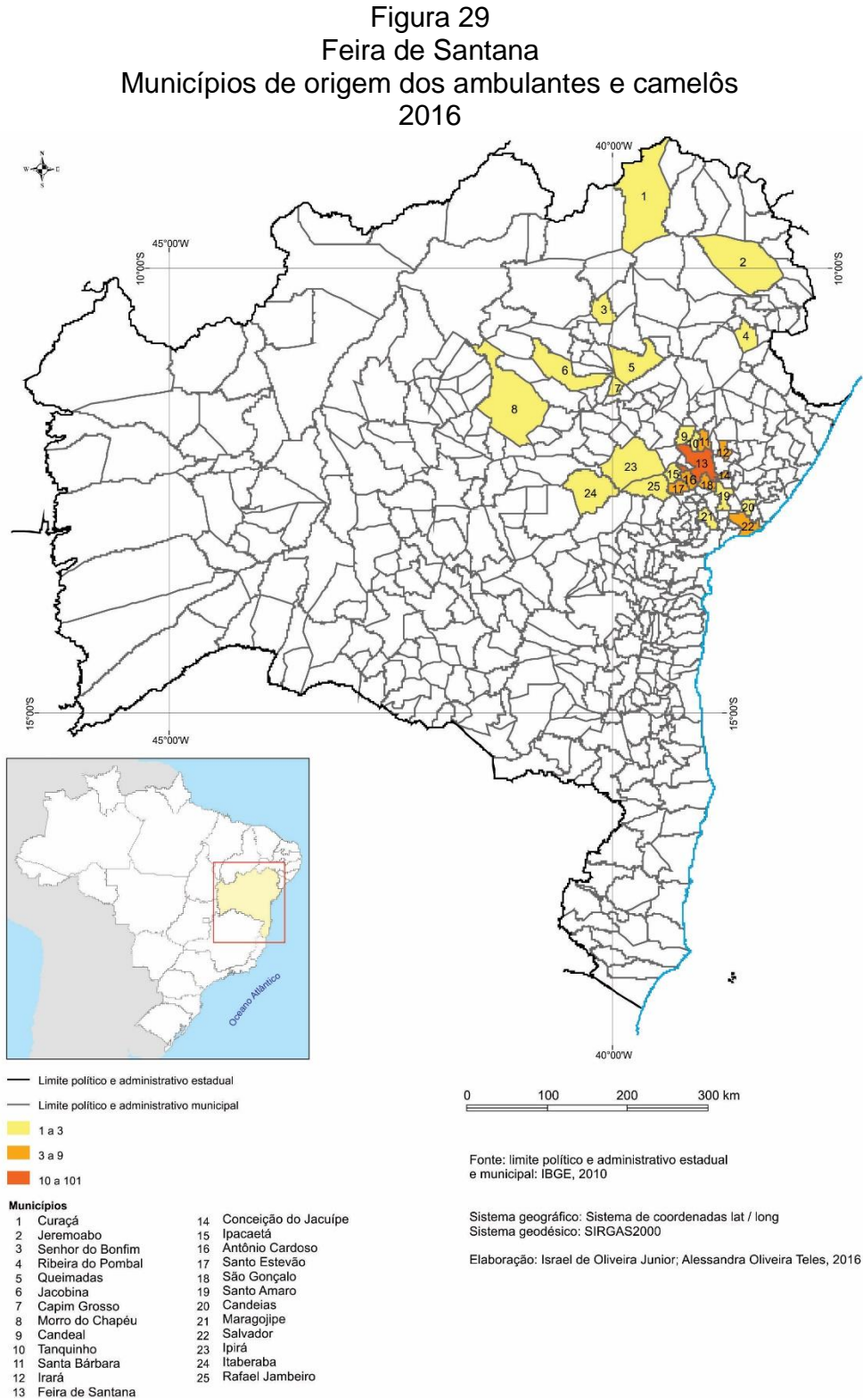
Segundo Dassoler (2009, p. 11) “O comércio de rua é heterogêneo não somente na ampla diversidade de produtos e serviços oferecidos, mas principalmente pelas múltiplas e distintas relações estabelecidas entre a produção, circulação, distribuição e consumo de bens e serviços”.

As relações de poder se revelam também em circunstâncias como esta, a organização logística contribui para o entendimento do território enquanto produto das ações humanas. A dinâmica territorial vai além da atuação do Estado, quando circulação e comunicação estão a serviço de empresas de diferentes tamanhos e promovendo sua atuação de forma pontual e ao mesmo tempo dispersa nos lugares que lhe interessam, reorganizando-os a cada expansão ou retração econômica. Para Raffestin (1993), a formação de um território é resultante das ações promovidas por agentes que buscam a transformação do espaço para alcançar seus objetivos.

Segundo o autor o território é um espaço transformado pelo trabalho e demonstra uma complexa relação de poder e domínio referindo-se a consolidação de uma ou várias territorialidades. A presença de ambulantes e camelôs de origens variadas determinam a formação de uma rede que consolida um campo de ação e poder com repercussão tanto nas interações espaciais como na constituição de território.

Entre os pesquisados, a predominância se dá entre os nascidos no próprio município. Dos 23 municípios que compõem a microrregião de Feira de Santana, 10 foram citados durante a pesquisa de campo como local de nascimento, são eles,

Antonio Cardoso, Conceição do Jacuípe, Ipecaetá, Ipirá, Irará, Rafael Jambeiro, Santa Bárbara, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho (Figura 29).



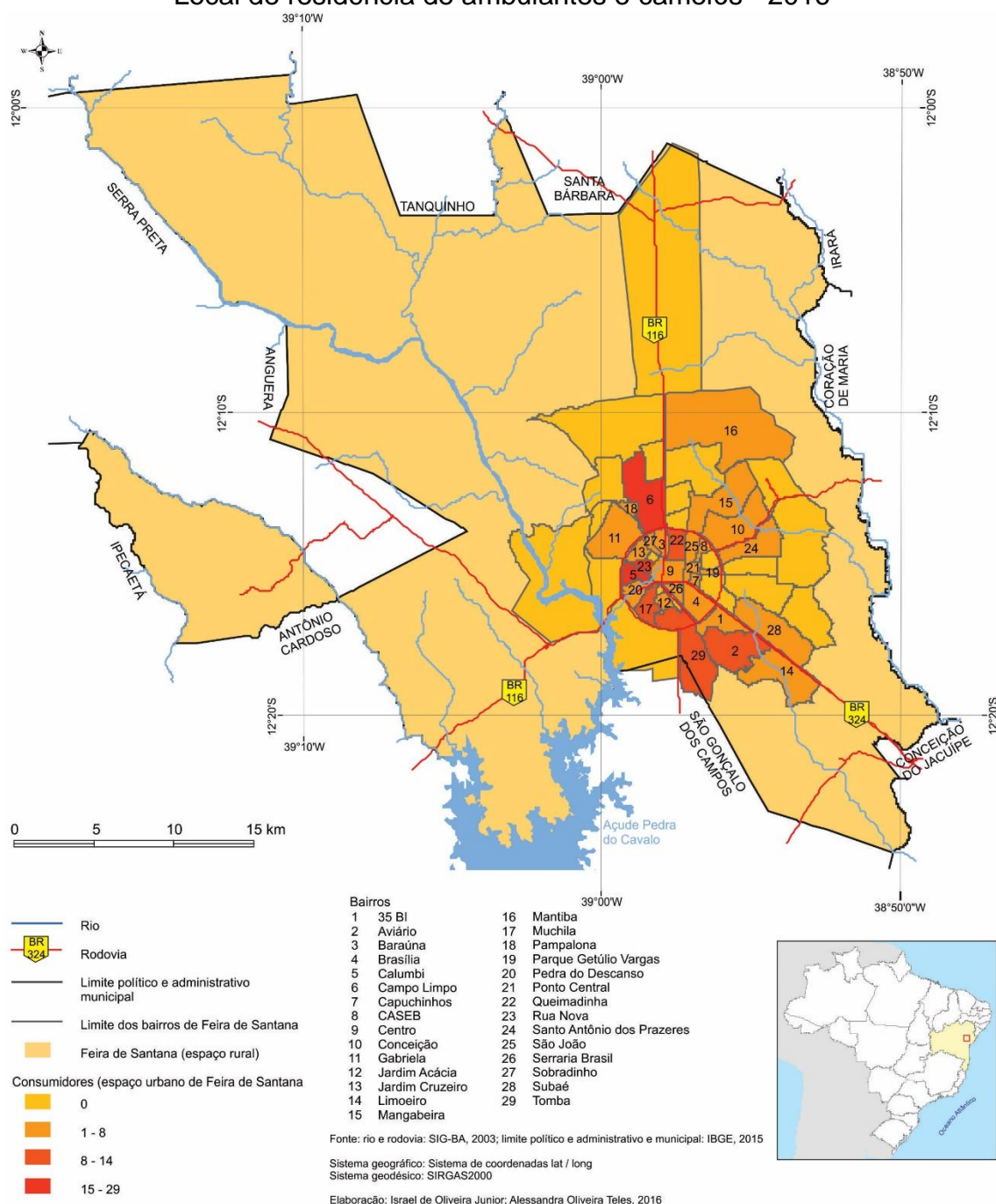
Dentre as 7 mesorregiões do estado da Bahia, 5 tiveram municípios citados como local de nascimento entre ambulantes e camelôs. Candeal, Jeremoabo, Queimadas e Ribeira do Pombal, componentes da mesorregião geográfica Nordeste Baiano. Os municípios de Candeias, Maragogipe, Salvador, e Santo Amaro compõem a Região Metropolitana de Salvador. O Centro Norte Baiano apresenta os municípios de Capim Grosso, Itaberaba, Jacobina, Morro do Chapéu e Senhor do Bonfim, enquanto da mesorregião Vale Sanfranciscana houve uma citação, o município de Curaçá. Da mesorregião geográfica Centro Sul Baiano apenas do município de Milagres.

Um dos entrevistados confirmou ter nascido no município de Adamantina, estado de São Paulo. Essa informação auxilia na explicação do processo migratório e na capacidade polarizadora desse município que se consolida enquanto centro regional, pois quando questionados sobre o motivo de estar aqui, mais de 50% afirmaram a localização do município e a quantidade de pessoas que por aqui circulam.

Quanto ao local de residência, há uma ampla distribuição dos ambulantes e camelôs pela cidade, dispersos num número significativo de bairros e distritos. Dentre os questionados estão 37 bairros, 5 distritos e 1 camelô informou residir no município de São Gonçalo dos Campos. Esse município tem a particularidade de encontrar-se num visível processo de conurbação, onde o bairro Tomba entrelaça-se com o Loteamento Ouro Verde, Distrito de Tapera, pertencente a São Gonçalo dos Campos. É um espaço urbano contínuo com sistema de transporte frequente ligando os mesmo com intensa fluidez, permitindo que muitos moradores dessa localidade possam ir e vir com rapidez ao centro de Feira de Santana e vice-versa (Figura 30).

Dentre os 217 entrevistados existe uma pessoa residindo em cada bairro a seguir, Baraúnas, Centro, Gabriela III, JOMAFÁ, Pampalona, Santo Antonio, Subaé e Distritos de Governador João Durval, Jaguará e Tiquarucu. Na Mantiba e Ponto Central, 2 ambulantes e camelôs citaram residir, num total de 4. Entre os pesquisados houve uma frequência de 3 deles para cada um dos bairros a seguir, Capuchinhos, Feira VII, Jardim Acácia, Mangabeira, Parque Getúlio Vargas, Pedra do Descanso, Serraria Brasil e Distritos de Humildes e Maria Quitéria.

Figura 30 – Feira de Santana
Local de residência de ambulantes e camelôs - 2016



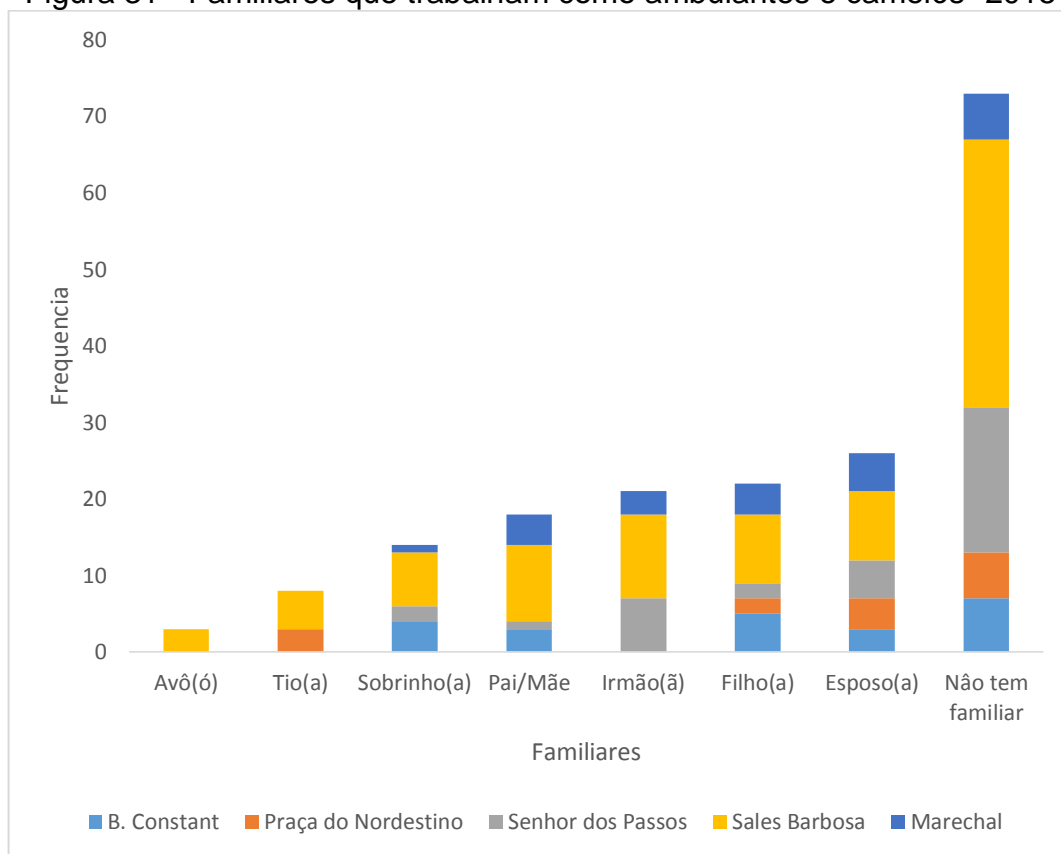
Ainda quanto ao local de residência, 4 entrevistados responderam Feira VI, Limoeiro, Sobradinho, Tomba, num total de 16 ambulantes e camelôs. Outros 40, divididos em grupos de 5, residem nos bairros Brasília, CASEB, Conceição, Fraternidade, Gabriela, Jardim Cruzeiro, São João e Sítio Matias.

Dois grupos de 8 ambulantes e camelôs residem no 35º BI e no Campo Limpo. 10 entrevistados residem no Monte Pascoal, 11 estão no bairro George Américo enquanto nos bairros Aviário e Feira X apresentam 12 ambulantes e camelôs cada, 14 estão residindo no bairro Queimadinha e existem 17 no bairro Rua Nova. O bairro Feira IX foi o que apresentou a maior frequência com 19 ambulantes e camelôs residindo nesse local.

Entre os entrevistados, a informação de que não possuem familiares trabalhando nas ruas predominou em todos os logradouros pesquisados. Nesse item da pesquisa foi possível o entrevistado citar mais de uma opção. Entre os 217 ambulantes e camelôs entrevistados, 73 não possuem familiares, o que equivale a 33,6% do universo da pesquisa. Como estão divididos por logradouros, o gráfico apresenta o número 40 como eixo máximo da frequência, uma vez que a rua Sales Barbosa foi o logradouro que apresentou a maior concentração de entrevistados (98 ambulantes e camelôs) elevando o número de respostas em relação aos demais locais pesquisados.

Aqueles que indicaram a existência destacaram a presença de esposo(a) sendo composto por 21 indivíduos (9,6%), 8 informaram contar com o auxílio de filho(a) o equivalente a 3,7%, o mesmo valor foi registrado entre aqueles que responderam contar com a ajuda de irmão(ã), 8,3% afirmaram que pai/mãe auxiliam na atividade enquanto 6,4% contam com o apoio de sobrinhos e 10,1% trabalham com tio(a) (Figura 31).

Figura 31 - Familiares que trabalham como ambulantes e camelôs- 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Em relação ao tempo de trabalho, esse dado revela que existe uma população que vem há muito tempo sobrevivendo desta atividade (Tabela 11). Os entrevistados foram agrupados em faixas de intervalo de 5 anos. Entre os 217 entrevistados, 41 responderam ter entre algumas semanas e 5 anos de trabalho como ambulante e camelô. Na faixa definida entre 6 e 10 anos, existem 35 pessoas. Dentre os pesquisados, foram identificados 50 ambulantes e camelôs trabalhando entre 11 e 15 anos. Entre 16 e 20 anos são 49 entrevistados, enquanto na faixa correspondente a 21 e 25 anos são 15 ambulantes e camelôs. Para a faixa entre 26 e 30 encontrou-se 21 pesquisados e com mais de 31 anos existem 06 ambulantes e camelôs nas ruas de Feira de Santana.

Tabela 11
Feira de Santana
Tempo de trabalho dos ambulantes e camelôs
2015

Tempo de trabalho (anos)	Período (anos)	Número de comerciantes					Total
		Avenida Senhor dos Passos	Praça do Nordeste	Rua Benjamin Constant	Rua Marechal Deodoro	Rua Sales Barbosa	
0 – 5	2015-2011	09	04	--	07	21	41
6 – 10	2010-2006	09	04	--	09	13	35
11 – 15	2005-2001	11	05	07	07	20	50
16 – 20	2000-1996	06	--	04	10	29	49
21 – 25	1995-1991	02	02	--	08	03	15
26 – 30	1990-1986	01	--	07	03	10	21
+ 31	1985 - ...	--	--	04	02	--	06

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Ao efetuar uma soma do número de comerciantes entrevistados, tomando como parâmetro o período que estão nas ruas, entre 1991 até 2015, pode-se perceber que dos 217 entrevistados 190 encontram-se inseridos nesse intervalo de tempo. Todos justificaram sua atuação na rua por não conseguirem uma vaga no mercado formal de trabalho. Aqueles que já ocuparam uma vaga nesse segmento informaram que foram demitidos e não conseguiram uma nova colocação, como alternativa para adquirir algum tipo de remuneração aceitaram atuar na atividade de ambulante ou camelô. Continuaram nas ruas por não conseguir outra vez uma vaga no mercado formal de trabalho. Assim, ocorre uma expressiva elevação no número de desempregados. Resultado da conjuntura econômica que o país passa e das mudanças na dinâmica urbana com uma elevação na taxa de urbanização.

Cidades médias e grandes vêm recebendo migrantes, principalmente, em decorrência do processo de migração das populações que buscam novos postos de trabalho, uma vez que o circuito primário recebe uma carga tecnológica para a produção sem comparativos anteriores. Desse modo, na ausência de um mercado formal de trabalho, essa massa economicamente ativa e necessitada de uma forma de sobrevivência encontra no comércio de rua um meio de obter seu sustento.

Quanto a renda mensal desses ambulantes e camelôs houve muita dificuldade para obter a informação. Nenhum concordou em revelar valores, mesmo oferecendo a opção de apenas estimar um valor ou citar uma faixa aproximada. Como a pesquisa foi realizada num período muito tenso para ambulantes e camelôs, com anotações

das informações, pois foi nessa fase quando a PMFS, através da SETTEDEC anunciava a futura transferência para um shopping popular que o poder público municipal idealiza construir. Assim, muitos não quiseram preencher os formulários, dar as informações solicitadas.

4.3 Feiraguay, primeiros ambulantes e camelôs num processo de ordenamento territorial

A situação econômica brasileira, em diferentes períodos da história, apresenta o comércio de rua como uma dupla alternativa, o lugar de trabalho para aquele sem outra oportunidade e o de compra para quem enxerga uma condição favorável para obtenção do produto considerado necessário. Na recente situação econômica, pode-se notar que a área central da cidade adquire um cenário permissivo a criação de espaços associados a ambulantes e camelôs. Ao se estabelecerem nesse espaço, consequentemente, entende-se que a dinâmica do centro comercial promove meios para que estas atividades ocorram.

O comércio de rua desempenha um papel fundamental na organização das funções e formas urbanas. A dinâmica da estrutura produtiva tem passado por uma intensa modificação. Como consequência, não conseguiu realizar a incorporação da mão-de-obra disponível e criou um significativo espaço para a informalidade representada pelo comércio de rua.

As particularidades do comércio em Feira de Santana promoveram a sua organização espacial de tal modo que permitiram ambulantes e camelôs desenvolverem uma territorialidade. A ideia de camelódromo, shopping popular ou Centro Comercial Popular, como prefere a PMFS, demonstra uma preocupação com os espaços para o consumo.

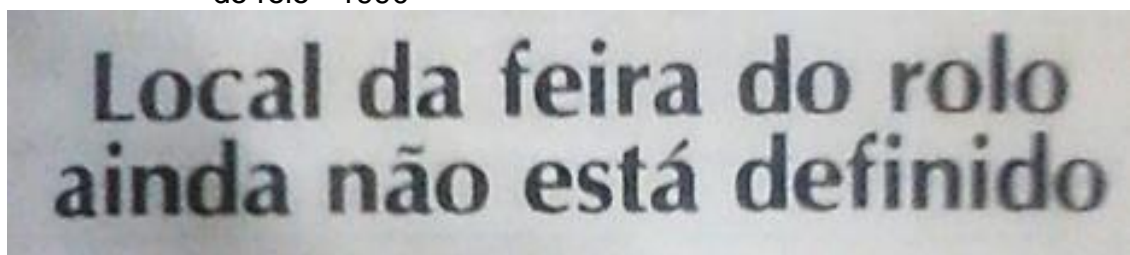
A Praça Presidente Médici foi, até a década de 1960, uma das estações ferroviárias que ligavam Feira de Santana com o Recôncavo. Com a desativação da estação de trem, o espaço tornou-se uma praça para circulação de pedestres e lazer. Na década de 1990, o Feiraguay, primeiro camelódromo de Feira de Santana, ocupou esse espaço, com características e particularidades que são marcantes no seu modo de comercialização e de territorialização dos ambulantes e camelôs. Sua organização

é resultado da ação de agentes diferenciados e de seus interesses políticos e socioeconômicos. Construíram um território com identidade singular quando considerado o conceito de camelódromo, comércio informal e comércio de rua.

Nos anos 1980, os ambulantes e camelôs negociavam na Praça da Bandeira, em frente ao extinto Banco Bamerindus. (CAMPOS, 2010). Denominada Feira do Rolo, pois dentre outras formas de comercialização, a troca direta entre produtos sem o uso do dinheiro era uma prática comum. Neste período, o referido banco foi assaltado e os lojistas que se sentiam prejudicados e incomodados com a presença desses ambulantes e camelôs fizeram uma mobilização exigindo a retirada dessa feira.

No imaginário dos comerciantes formais, a desorganização promovida pelos ambulantes e camelôs e a ilegalidade de seus produtos contribuíram para o assalto. A partir destes fatos, os comerciantes formais passaram a pressionar o poder público para tomar medidas que impedissem o aumento do número de ambulantes e camelôs, além da sua retirada daquele logradouro (Figura 32).

Figura 32 – Manchete de jornal relacionada a indefinição da localização da feira do rolo - 1990



Fonte: Jornal Feira Hoje, 20 mar. 1990.

A atuação do poder público ocorreu relocando esses ambulantes e camelôs para o calçadão da rua Sales Barbosa. Esse comércio cresceu vertiginosamente, pois as vendas de produtos *made in China*, que entravam no país através do Paraguai tornou-se uma prática constante. Mais uma vez, os lojistas formais reivindicam uma postura do poder público, justificando prejuízos pela concorrência de uma feira livre, principalmente de produtos importados, na área central da cidade.

Na década de 1990, as negociações entre a PMFS e os líderes dos ambulantes e camelôs desse logradouro entraram em acordo para que os mesmos fossem realocados na praça Presidente Médici, onde foi disponibilizada a infraestrutura que os ambulantes e camelôs não encontravam no calçadão da rua Sales Barbosa como

água, energia elétrica, limpeza e um espaço ordenado. Naquele período, a referida praça estava fora do espaço de circulação de pedestres e da área delimitada como centro comercial. Desse modo, não incomodava ou prejudicava os comerciantes formais do consolidado centro comercial. Além disso, a PMFS conseguia realizar um processo de ordenamento territorial do centro comercial.

Em 1996, os ambulantes e camelôs fundam a Associação de Vendedores Ambulantes de Feira de Santana (AVAMFS) e fortalecem o comércio nesse espaço de tal modo que conseguem se reorganizar. Reconfiguram o espaço e conseguem, junto a Prefeitura, uma nova estrutura, saindo de barracas para uma estrutura de alvenaria denominada de box, além de evoluírem de feira livre para shopping popular.

Por localizar-se em Feira de Santana e vender produtos *made in China*, comprados através do Paraguay, esse camelódromo ficou popularmente conhecido como Feiraguay, nome resultante da junção de Feira com guay. A PMFS, no propósito de organizar a praça da Bandeira, ocupada por ambulantes e camelôs que comercializavam principalmente eletroeletrônicos, estruturou a praça Presidente Médici com barracas padronizadas, num primeiro momento, e numa reforma, em parceria com a AVAMFS e camelôs, construiu-se boxes de alvenaria.

Segundo Santos (2016, p. 78) o Feiraguay está estruturado com 560 boxes, todos são pontos comerciais. Sua distribuição está organizada em ruas identificadas, inicialmente, pelos números 1 a 10, seguidos pelas letras do alfabeto, entre A e Y. Apresenta sanitários e no pavimento superior a administração do local, sede da AVAMFS. Segundo o autor, e também constatado quando realizada observação direta no local para esta pesquisa, as referidas ruas são estreitas, com pouca ventilação e iluminação, o que dificulta a circulação em dias de maior movimento. Os boxes foram destinados aos camelôs presentes na praça da Bandeira. Não há controle sobre o uso dos mesmos, com isso, criou-se a oportunidade de alugar para terceiros. A PMFS e a AVAMFS não intervêm nesse processo, sendo a relação de locação exclusiva do proprietário do box.

Uma característica marcante nesse histórico trata, em especial, dos produtos comercializados. Não desmerecendo o empenho pessoal de cada ambulante e camelô, mas o ponto chave para essa posição privilegiada que permitiu tornarem-se um centro de comércio popular reconhecido dentro e fora do estado, deve-se, sobretudo, aos produtos comercializados. Os eletroeletrônicos têm uma clientela

crescente e constante que vai em busca desse produto, principalmente associando modernidade e preço acessível.

Também é preciso considerar que essa realidade de ascensão deu-se de forma desigual mesmo entre os ambulantes e camelôs realocados no Feiraguay. Existem aqueles que conseguiram tornar-se grandes comerciantes, tanto em volume de vendas como em capital de giro, enquanto outros não conseguem terminar o dia com o mínimo necessário para a sua sobrevivência. Assim como na rua, os comerciantes instalados no Feiraguay apresentam uma grande heterogeneidade.

O Feiraguay é um exemplo de atuação do poder público na busca pela formalização do comércio informal. Ao ceder o espaço para o estabelecimento dos ambulantes e camelôs, a PMFS além de ordenar territorialmente o espaço urbano contribui para promover a formalização desses comerciantes. Segundo Felipe Campos, em reportagem para o jornal Correio, de 18 de outubro de 2010, o Feiraguay “[...] possui 80% de seus stands com CNPJ e facilidades, como compras com cartão de crédito”. No período da reportagem, o presidente da Associação de Vendedores Ambulantes de Feira de Santana (AVAMFS) informou que haviam 434 boxes e era cobrada uma taxa mensal que variava entre R\$ 9,50 e R\$ 25,00 destinadas a limpeza, manutenção e segurança do local. Segundo o presidente

A procura é bastante alta. Somos organizados e todos os boxes são registrados e recebem uma carteirinha de permissão.

Segundo Campos, que realizou a reportagem, o aluguel de um box pode variar de R\$ 400,00 a R\$ 800,00. Porém, há pontos que podem chegar a 6 mil reais, superando até mesmo valores de espaços em shoppings destinados a classe média. Ainda nessa reportagem, segundo o chefe da Divisão de Repressão ao Contrabando da Receita Federal (DIREP)

O Feiraguay hoje só perde para a 25 de Março (SP) e a Feira do Paraguai em Brasília. Vem pessoas de todo o Nordeste, até do Espírito Santo. (18 de outubro de 2010).

O Feiraguay é o exemplo máximo, em Feira de Santana, do camelô que se transformou. Ao estudar seu histórico percebe-se que seus comerciantes saíram da

condição de camelô tradicional para camelô de tecnologia, assim definido por Durães (2013).

Essa transformação de condição gerou, uma grande complexidade para explicar a situação atual do camelô e outra postura desses indivíduos. Esse comércio não depende mais da calçada, de estar na rua para ser visto, como trata Yázigi (2000). Esses ambulantes e camelôs são procurados pelos produtos que oferecem, logo, os clientes passaram a ir onde eles se encontram, uma vez que seus produtos concorrem em qualidade e preço com os formais. Ainda destacam ser “Seu Shopping Popular” (Figura 33).

Figura 33 – Fachada do Feiraguay na cidade de Feira de Santana - 2014



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

O Feiraguay é um modelo de camelódromo que deu “certo”, possivelmente, por vender mercadorias como celulares, eletroeletrônicos (CD, DVD, Blue-ray, DVD automotivo), brinquedos, ventiladores, roupas, bijuterias, acessórios, roupas de marcas famosas, porém falsificadas, e uma grande variedade de produtos. Seus

problemas estão relacionados ao seu próprio crescimento e dinâmica, pois promoveu um adensamento na circulação de pedestres e veículos tornando difícil a circulação nas vias de acesso. Como pontos positivos estão o preço mais acessível e a variedade de produtos num só local

4.4 A apropriação do espaço público

A divisão social do trabalho colaborou para o surgimento e fortalecimento das cidades. Estas são consideradas como espaços de produção, circulação e consumo. Atualmente, inseridas na lógica capitalista, promovem a concentração de atividades e serviços, dinamizando as relações econômicas e sociais. No espaço das ruas, observa-se o estabelecimento de relações sociais ampliadas, conseguindo reunir na convivência social da cidade um resumo das relações públicas onde o comércio de rua promove essa realidade. Segundo Queiroz (2013, p. 25) “O comércio de rua [...] é entendido como comércio ambulante e de atividade informal, que vem sendo desenvolvido desde a antiguidade e se firmando cada vez mais na contemporaneidade”,

A apropriação do espaço público no Brasil é um fenômeno paralelo a sua origem e formação. Kitamura e Ribeiro (2009), Durães (2013) e Dantas (2014) detalham em seus estudos a forma como os trabalhadores ocupam esses espaços no intuito de adquirir meios para sua sobrevivência. Segundo Durães (2013, p. 124) “A rua, enquanto *lócus* secular de produção e reprodução social, foi relegada a uma gama de excluídos da sociedade regular, os quais encontraram apenas nessas atividades sua possibilidade de sobrevivência”.

Independente do sistema econômico vigente, ou mesmo, dos circuitos produtivos predominantes em dados períodos, a prática da atividade de rua se faz presente nos espaços das cidades brasileiras. Ainda observando o pensamento de Durães (2013, p. 124) “Pode-se dizer que essas atividades de rua são anteriores ao desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro, mas fazem parte do capitalismo desde seu período comercial [...]”

Destaca que o trabalho de rua, representado por ambulantes e camelôs, como resultado do desemprego ganha força a partir da década de 2000 e escreve “As

possíveis causas que geram trabalho de rua já são conhecidas. O que está em questão é o reconhecimento de que no estado atual, cumpre buscar formas mais justas de uso de um espaço público, que também é vital”. (YÁGIZI, 2000, p. 384). Outro elemento que destacamos na sua obra refere-se a temporalidade. Como ele próprio escreve “[...] o uso de espaço público é tão antigo quanto as cidades, mas nos termos em que coloco, como o mais importante segmento do direito ao entorno, suas teorias mais consistentes são recentes”. (p. 303).

Retomando a ideia de Haesbaert (2002), ao estabelecer três grupos singulares em relação ao território: política, econômica e cultural. Nas três, o significado do uso do território está associado a poder. As relações consolidadas vão determinar a dinâmica espacial. No caso desse objeto de estudo, as ruas e avenidas ocupadas pelo comércio informal se tornarão causa de discórdia e luta pelos agentes envolvidos. O comércio de rua reproduz uma estratégia de utilização do território. A escolha do local é baseada na circulação de pedestres. Esta é uma das justificativas mais utilizadas para sua permanência em determinados lugares.

O comércio informal é visto e citado pela maioria dos representantes do poder público como problema, especialmente quando se refere a ocupação das vias de circulação dos pedestres. Mas, não se considera a renda gerada por esta atividade além da absorção de uma grande massa desempregada que encontra uma alternativa de trabalho e sobrevivência com dignidade nessa ocupação.

Essas informações ratificam o debate proposto no item que trata do circuito superior e inferior da economia, elaborado por Santos (2008a). As circunstâncias para a evolução da economia moderna e a elevada pressão de uma população urbana com baixo nível de renda, provoca o estabelecimento de um circuito econômico não moderno paralelo ao circuito moderno.

É possível observar o uso da rua sob diferentes modos e agentes em Feira de Santana. No caso de ambulantes e camelôs, criam seus usos, delimitados concretamente pelas barracas, carrinhos, bicicletas ou outros meios que utilizam para ganhar seus recursos. Ao mesmo tempo, o agente público representado pela PMFS, procura atuar no ordenamento do uso das calçadas – viabilizando para os pedestres – e se apresentando como ameaça para os comerciantes.

O comércio de rua em Feira de Santana é parte da sua dinâmica territorial. Esse segmento não representa apenas uma característica econômica, mas reflete um

contexto histórico-social, seja pela organização da sociedade brasileira, marcada por negros escravos que vendiam nas ruas para seus senhores (DANTAS, 2005), por mascates que circulavam por todo o país, em toda sorte de transporte. Mais recente, onde o processo de reestruturação produtiva fez desaparecer uma quantidade de postos de trabalho e essa massa desempregada se viu na necessidade de sobreviver de algum modo.

No Brasil Colônia o trabalho de rua foi uma prática comum. Diferente da situação contemporânea, que se justifica a presença de uma massa trabalhadora presente nas ruas como consequência, principalmente, do atual processo de reestruturação produtiva.

Na literatura que trata o tema da informalidade e reestruturação produtiva que o comércio informal é resultado das ações empresariais e governamentais impactando de forma direta no elo mais frágil da cadeia produtiva. Representada pelo trabalhador, este encontra no comércio de rua a alternativa para a sobrevivência num cenário otimista, conforme Durães (2013, p. 117) apresenta

As formas de trabalho de rua, desde o século XIX e início do XX, não significam mera fonte de escolhas individuais dos trabalhadores, representando muito mais a única forma de sobrevivência possível diante de um contexto social excludente e ameaçador.

Quando analisada a legislação referente ao uso e ocupação do espaço urbano, percebemos uma grande fragilidade quando refere-se a utilização das calçadas. Pesquisando a Lei nos três níveis governamentais encontramos o detalhamento a seguir. No âmbito federal, a Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, visa regulamentar os artigos 182 e 183, da Constituição Federal. Estabelecendo, principalmente, as diretrizes gerais da política urbana. No capítulo 1, Das Diretrizes Gerais, o artigo primeiro, parágrafo único determina

Para todos os efeitos, esta Lei, denominada de Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam **o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo**, da segurança e do bem estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. (Grifo nosso).

Ao longo dos seus cinco capítulos a Lei dispõe sobre os instrumentos da política urbana, o plano diretor e a gestão democrática da cidade. O que notamos são

as obrigações transferidas ao poder municipal para planejar e gerir seus espaços, porém, em nenhum momento é citado como ordenar o uso coletivo das calçadas e se será possível sua utilização para fins comerciais. Em relação ao Estado a Constituição Estadual (1989) também repassa para os municípios a obrigação de ordenamento de seus espaços urbanos.

Quanto à esfera municipal, A Câmara Municipal de Vereadores de Feira de Santana, em 2007, criou uma Comissão que elaborou a Lei Nº 2.800/2007 que Institui o Estatuto do Pedestre. Destaca-se, no Capítulo 1, Das Disposições Preliminares, no Artigo 1º, que “Esta Lei estabelece os direitos e deveres dos pedestres na cidade”. No parágrafo único, define o que é um pedestre com as seguintes características “Para fins desta lei o pedestre é todo aquele que utiliza as vias, passeios, calçadas e praças públicas a pé, de carrinho de bebê ou em cadeira de rodas, ficando o ciclista desmontado e empurrando a bicicleta equiparado ao pedestre em direitos e deveres”.

Entre os capítulos II e VII, a Lei trata dos direitos e deveres dos pedestre, dos portadores de deficiência, das obrigações das concessionárias de serviços públicos, da construção e reconstrução das calçadas, bem como versa sobre as disposições gerais. Nesse último capítulo destacamos o artigo 15, pois no entendimento, é a parte onde está mais evidente a obrigatoriedade do poder público representado pela PMFS, ordenar e atuar no espaço das calçadas

A Prefeitura realizará censo e regulamentará no prazo de 180 dias da publicação desta Lei, a circulação de bicicleta, ciclomotor, veículo de tração e propulsão humana, de tração animal, triciclo, quadriciclo, motoneta, de entrega, **venda de produtos e serviços**, entre outros, registrando-os e licenciando-os com o número do proprietário, endereço e dados do proprietário, como identidade e CIC. (Grifo nosso).

O que pode ser observado entre 2007, quando a Câmara Municipal de Feira de Santana instituiu o Estatuto do Pedestre, e agora é que muito pouco foi de fato cumprido. Em Feira de Santana não existe legislação que defina e regule a atuação de ambulantes e camelôs. A Câmara Municipal instituiu o Estatuto do Pedestre e, com base neste, a SETTDEC procura ordenar o uso das calçadas por parte de ambulantes, camelôs e comerciantes em geral.

A ação do poder municipal tem se restringido a, eventualmente, fiscalizar bares e restaurantes que colocam mesas e cadeiras nas calçadas e a fixação de placas pelo

centro da cidade. Em algumas ruas e pontos de ônibus com a informação de que é proibido ambulante e camelô e o estatuto do pedestre aparece de forma quase ilegível nas mesmas (Figura 34).

Tomamos conhecimento do Estatuto do Pedestre durante audiência pública realizada pela PMFS, em 05 de março de 2015, onde o Secretário da SETTEDEC justificou diversas vezes a transferência dos ambulantes e camelôs para o *Shopping Popular*, principalmente porque “a rua é para o pedestre” (Fala do Senhor Antônio Carlos Borges Jr, Secretário Municipal da SETTEDEC).

Percebemos, através deste estudo, diversas falhas do poder municipal quanto a aplicação da legislação. Em relação ao Estatuto da Cidade não executou o que trata o Capítulo I, pois em sucessivas gestões, os prefeitos não tem procurado regular “o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo”, uma vez que não promoveu um ordenamento do uso do espaço das calçadas ou facilitou o acesso de pedestres pelas mesmas. A cidade de Feira de Santana, com seus mais de 500 mil habitantes e integradora de uma região metropolitana necessita de um plano diretor revisado a cada 10 anos, conforme a Lei. Porém, o que se tem na realidade é um plano diretor do ano de 1992. As informações adquiridas revelam que essa carência continuará, pois as gestões passadas e a atual aparentam não dar a devida importância a esta necessidade.

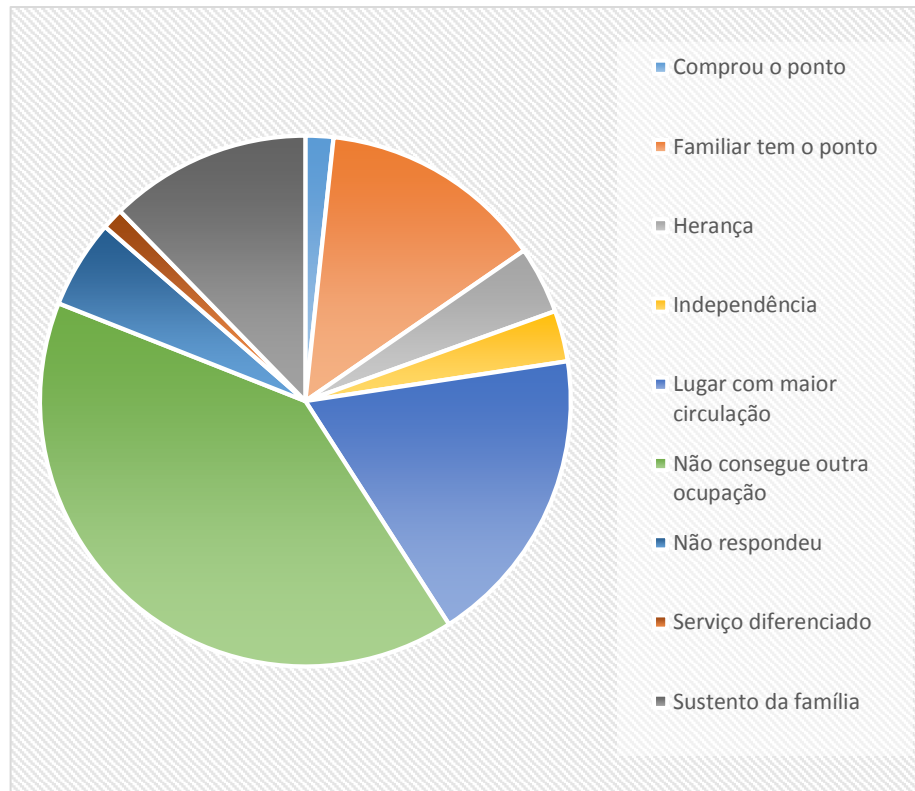
Figura 34 – Placa fixada pela PMFS sobre a proibição de ambulante e camelôs no centro comercial - 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

O fenômeno do desemprego estrutural e conjuntural afeta, sobretudo, as classes com menor tempo de estudo e renda. Durante a pesquisa as informações adquiridas revelaram que dentre os comerciantes que estão nos logradouros estudados 40% não conseguiu outra ocupação; 18% estão ali por ser o lugar de maior circulação de pedestres; 14% respondeu que um familiar já tinha o ponto e como estava sem emprego foi trabalhar ali; 12% para conseguir o sustento da família; as demais respostas variam entre 1% oferecer um serviço diferenciado a 4% ter recebido o ponto como herança; 6% não respondeu a pergunta. Mas o destaque são 2% que informaram ter comprado o ponto (Figura 35).

Figura 35
Feira de Santana
Motivos para trabalhar como ambulante ou camelô
2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Com uma participação pequena quando comparada as outras respostas, comprou o ponto merece destaque. A rua é ocupada de forma gratuita, o único agente que poderia comercializar esse espaço é a PMFS – que não o faz – nem mesmo cobra pela ocupação das calçadas, porém existem pessoas que comercializam os pontos. Segundo Yázigi (2000, p. 393)

Até hoje, nunca se considerou o valor do ponto em espaço público, criado justamente com recursos e instituições da coletividade. Daí emanam duas considerações: a) de que limites devem ser impostos à liberalização de permissão de uso, por micro região; b) de que, os casos de alta rentabilidade, quando tolerados, devem reverter parte deste benefício à comunidade.

As calçadas de ruas e praças são os lugares mais ocupados por ambulantes e camelôs. Por estarem situados em espaços privilegiados do centro comercial, a circulação de pessoas é intensa promovendo maior possibilidade de realização de

venda por parte desses trabalhadores. O espaço da rua que deveria ser público, logo um bem coletivo, como trata o Estatuto da Cidade, passa a ter valor comercial, uma vez que ambulantes e camelôs passam a se apropriar de forma individual e até mesmo comercializando pontos, vendendo ou alugando, e obtendo renda através dessa prática. Segundo Queiroz (2013) essa realidade se estabelece também pela posição da sociedade, cada vez mais interessada no consumo, independentemente do local onde possa ser concretizado, a compra dos produtos que vão satisfazer os desejos pode ser realizado tanto no comércio formal representado por lojas como nas ruas.

Os quatro itens com maior frequência apontam para a discussão que vem sendo realizada ao longo dos capítulos. O fenômeno do desemprego, a reestruturação produtiva, bem como, a necessidade de sobrevivência e de sustento familiar confirmam que o comércio informal é a saída encontrada pelo trabalhador no momento de sua necessidade e não consegue ocupação no mercado formal. Um familiar já ter o ponto é outro facilitador para a entrada e manutenção nesse segmento, pois as relações comerciais, em especial, a compra de mercadorias, torna-se menos difícil para quem precisa trabalhar.

Conseguir o sustento da família, apesar de ter sido uma resposta separada, observamos como uma complementação de não conseguir outra ocupação, pois no nosso entendimento, no momento da necessidade qualquer atividade disponível será realizada por aquele que necessita prover o sustento dos demais familiares. Segundo Santos (2008a, p. 290) “Assim, do ponto de vista político-econômico, o problema que temos de enfrentar é o da pobreza, cuja dimensão, portanto, não é somente econômico, mas também espacial [...]”.

Para Yázigi (2000) o comércio de rua pode ser considerado como a manifestação externa da economia informal. Alguns elementos parecem ser determinantes para a inserção dos trabalhadores na informalidade. Não conseguir outra ocupação foi o principal motivo para exercerem essa atividade.

Ter independência em relação a um patrão não foi um dos itens mais representativos nas ruas da cidade. Contrariando a discussão de Yázigi, ao argumentar sobre o desejo de liberdade, como razão de entrada no mercado informal. Estão ali por ser este o circuito que inclui os desempregados do mercado formal.

Entre os pesquisados que citaram ter liberdade foi uma opção, pois confiaram em dois fatores: a) conseguir uma independência financeira via comércio informal e;

b) o desejo de poder trabalhar com horário livre. O comércio informal visto como estratégia de sobrevivência para fugir do desemprego, em muitos casos analisados, transforma-se na ocupação principal e, muitas vezes, única fonte de renda para a família do ambulante e camelô.

Para o consumidor a presença de ambulantes e camelôs nas ruas promovem mais uma opção para o consumo. Diante de uma organização socioeconômica instável, com salários reduzidos e poder de consumo limitado, os produtos disponíveis na rua tornam-se uma opção para aqueles que não abrem mão de consumir, porém possuem pouco recurso. Para Queiroz (2013, p. 26) “As vias públicas tornam-se palco de uma realidade econômica em transformação e, ao mesmo tempo, revelam uma sociedade urbana que está firmada em valores consumistas e práticas exageradas no que diz respeito a aquisição de produtos”.

O discurso de modernização já citado nesta discussão e nas obras que tratam sobre Feira de Santana vão mostrar o comércio informal como problemática a ser resolvida e passa a fazer parte da agenda do poder público municipal. O projeto modernizador pensado para Feira de Santana não condizia com camelôs e ambulantes nas calçadas, como escreve Dantas (2005, p. 10) “[...] a presença do comércio ambulante esboça um tipo de uso do espaço público que representava uma oposição ao modelo de cidade idealizada”. Essa passagem refere-se a seu estudo sobre o comércio ambulante em Fortaleza e os projetos de modernização para o centro dessa cidade.

Um dos sinais de força do poder público e empresariado é a extinção da feira livre do centro comercial e sua transferência para o Centro de Abastecimento. Segundo Pacheco (2008) no ano de 1968 eram 250 ambulantes que ocupavam de forma permanente o centro. Em 1976, contabilizados 5 mil feirantes enquanto o Centro de Abastecimento fora projetado para receber inicialmente 1.500. Para os 3,5 mil feirantes que não foram contemplados com um espaço no novo local só restava a ilegalidade e continuar a vender nos pontos já ocupados.

Um fato que chama a atenção em relação as vias atualmente ocupadas pelos ambulantes e camelôs refere-se a sua grande concentração nos logradouros vizinhos ao atual Mercado de Arte Popular. Até a década de 1970 funcionava o Mercado Municipal, transferido para o Centro de Abastecimento em 1977.

Até a década de 1960 a atividade comercial ocorre em duas frentes: lojas estabelecidas ao longo das principais ruas e avenidas da cidade, e na feira livre que ocorre às segundas-feiras, e depois de certo período, passa a ocorrer em vários dias da semana. Essa situação faz com que o poder público, através da PMFS, busque reorganizar o centro da cidade.

Seguindo modelos já implementados por outras cidades, as propostas de urbanização para o espaço público vão ter como objetivo executar ações que proporcionem controle, ordem e disciplina para o comércio informal. Ao longo da história da cidade a ação de maior impacto e repercussão em relação aos trabalhadores do comércio informal foi a transferência para o Centro de Abastecimento e agora a proposta do *Shopping Popular*.

Algumas gestões municipais promoveram uma política de convivência com o comércio informal, nenhuma ação de retirada, ordenamento ou fiscalização se deram nesses períodos. Ao contrário, para a consolidação e manutenção de seus interesses, muitos agentes políticos – através do mandato adquirido mediante eleição – colabora para a manutenção da ocupação do espaço público. Segundo representante dos ambulantes e camelôs, em entrevista para o jornal Grande Bahia, em 25 de fevereiro de 2013 “[...] ruas são ocupadas com consentimento de políticos de Feira de Santana e propostas do Pacto não atendem a classe”. Ainda acrescenta

[...] vale ressaltar que as calçadas estão lotadas sim, que as vias públicas também, mas com o consentimento do gestor. Primeiro porque todo mundo que perde o emprego, hoje, não vai ficar com fome, procura um padrinho e ele indica ‘coloque uma barraca em tal lugar’”.

O grande impasse e resistência por parte dos comerciantes informais se depara com dois pontos-chave: a) a cobrança pelo uso do espaço, algo que não ocorre onde estão atualmente; b) a falta de clientela, pois o local e formato propostos não se enquadra no perfil de consumidores que comprem nas ruas. A pressão exercida pelos comerciantes formais, em especial da Rua Sales Barbosa e os interesses que não conseguimos identificar o agente, para a construção do *Shopping Popular* são os elementos fundamentais na proposta desse empreendimento. Segundo Dantas (2005, p. 18)

O comércio ambulante fixado, via de regra, é o resultado da inserção do comércio ambulante ao modelo de cidade baseado no formalismo e no funcionalismo. O desenvolvimento de sua atividade passa a ser admitido pelo Poder Municipal ao não trazer, como outrora, problemas ao livre fluxo de transeuntes que se deslocam pelas ruas e praças do Centro.

É notável nas cidades o número de trabalhadores que atuam no comércio de rua, ocupando as calçadas das vias de maior circulação de pedestres. Em Feira de Santana, percebe-se esse fenômeno como resultado de um processo social histórico, pois ao longo do processo de dinâmica territorial da cidade a presença do mercado informal foi marcante e determinante, devendo considerá-lo apenas como uma característica econômica. As mudanças na economia urbana são consequência da ampliação do espaço conquistado por ambulantes e camelôs. Os elementos socioeconômicos contribuem para as mudanças na dinâmica do comércio de rua. A apropriação do espaço público, por se localizar em trechos privilegiados da área central e contarem com a circulação de pedestres são os mais procurados e utilizados para o estabelecimento dessa atividade.

5 O COMÉRCIO INFORMAL: RESISTÊNCIAS E MUDANÇAS

A dinâmica territorial – e suas diversas escalas – permitem compreender a atual configuração do trabalho, uma vez que a inserção do Brasil na economia global impacta tanto na escala regional quanto local. A reestruturação produtiva tem como uma de suas bases a economia neoliberal e a atuação de agentes exógenos no território brasileiro. Detentores de uma estrutura técnico-científica-informacional bem mais avançada faz com que a mão-de-obra nacional se torne cada vez mais dispensável. Assim, um número cada vez maior de postos de trabalho é extinto e proporcionalmente o número de pessoas sem ocupação formal.

5.1 Zoneamento dos produtos e formação de territorialidades

Intelectuais, poder público, empresários do setor comercial tem percebido que nas últimas décadas a economia informal tem se expandido de forma considerável em médias e grandes cidades. Ocupam, sobretudo, suas áreas centrais. Mesmo desconsiderando ser uma opção de sobrevivência para quem ficou desempregado ou alternativa para aqueles que buscam minimizar a carga tributária. (SANTOS; REZENDE, 2003).

Feira de Santana centraliza diversos serviços não encontrados em outras cidades da região, fatores que acabam produzindo fluxos de capital e pessoas. A partir disso, novas funções e atividades vão se desenvolvendo na cidade, promovendo uma dinâmica urbana não verificada em períodos anteriores. Segundo Pintaui (2007, p. 144) “[...] entendemos que a análise do comércio permite uma melhor compreensão do espaço urbano, na medida em que comércio e cidade são elementos indissociáveis, como podemos comprovar historicamente. ”

Diversos fatores colaboraram para a consolidação da área central como centro comercial. A feira livre, num primeiro momento, e o comércio – tanto formal quanto informal – favoreceram a manifestação da centralidade para padrões de consumo diferenciados. É necessário lembrar que a dinâmica adquirida pelas relações socioeconômicas são consequência da concentração de equipamentos, atividades ou

serviços. Estes aparecem inseridos na lógica capitalista e presentes na cidade, reconhecida como espaço de produção, circulação e consumo. Tais características reafirmam o centro como território mais importante para a atuação dos camelôs. Durante a pesquisa de campo, um dos itens perguntados referia-se ao motivo de escolher aquele local para trabalhar. A maioria respondeu com argumentos muito similares ao depoimento a seguir.

Aqui, toda hora tem gente passando, antes da senhora chegar vendi uma mercadoria para um cliente que veio ao médico, aqui no centro médico. Como o médico ia demorar, resolveu dar uma volta, viu a panela, lembrou que tava precisando e o preço tava bom, comprou.... (Entrevistado, 2015).

No centro comercial de Feira de Santana concentram-se as principais atividades econômicas da cidade, em especial, o comércio e serviços. Como atrai um número significativo de pessoas, moradores locais e de outros municípios, essa realidade favorece o estabelecimento de uma atividade paralela nas calçadas, o comércio de rua.

As mudanças na área central associadas ao crescimento da economia informal são o reflexo dos processos socioespaciais que modificaram sua reprodução interna e a dinâmica no modelo de funcionamento, além disso, o perfil dos consumidores desse território também sofreu alteração numa significativa popularização da área central em vários sentidos.

A figura do camelô representado, sobretudo, pelas atividades de comércio e serviços informais tem se expandido em grande proporção, especialmente pela situação de desemprego que afeta principalmente aqueles com menor qualificação. Com isso, a repercussão na dinâmica das áreas centrais das cidades é impactante. A circulação de pessoas e veículos nessa área privilegia o estabelecimento do comércio informal, uma vez que são os ambientes preferenciais na passagem de consumidores em potencial.

A localização estratégica de Feira de Santana é uma característica relevante e já tratada ao longo dessa pesquisa. A atividade comercial e a organização logística, são, em parte, consequência dessa posição. Como resultado é responsável pela dinâmica econômica regional, pois é o principal eixo na produção e distribuição de bens e serviços. Internamente é possível observar o zoneamento dos produtos

comercializados em determinados logradouros, bem como, a formação de territorialidades – dentro da lógica capitalista – que possibilitam as intervenções espaciais endógenas e exógenas.

Com essa análise geral do comércio de rua realizado por ambulantes e camelôs, acredita-se que um detalhamento das ruas pesquisadas contribuirá para um melhor entendimento dessa atividade no centro comercial de Feira de Santana e sua colaboração para a manutenção da centralidade urbana. Segundo Santos (2008a, p. 87) “as formas de fabricação não capital intensivo, pelos serviços não-modernos fornecidos a varejo e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão” fazem parte da conceituação do circuito inferior da economia urbana e retratam a situação dos comerciantes na rua Marechal Deodoro. Ao observamos as figuras relacionadas a este território percebemos que as atividades realizadas pelos comerciantes informais se enquadram nessa definição. Figuras 36 e 37.

Figura 36
Feira de Santana
Comércio formal e informal na rua Marechal Deodoro
2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Figura 37
Feira de Santana
Comércio formal e informal na rua Marechal Deodoro
2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Esses trabalhadores também estão a serviço do capital, para a sua reprodução. O trabalho assalariado formal, regulamentado através de carteira assinada e demais legislação trabalhista não se faz necessário. Para o capital, a contribuição desses trabalhadores, participando da produção, circulação e comercialização de mercadorias diversas funciona como complemento da economia (SOUZA, 1984).

A Rua Marechal Deodoro - popularmente conhecida como Marechal -, é uma das vias que tem a maior circulação de pedestres. Está localizada num dos principais eixos do centro comercial. Paralela a Rua Conselheiro Franco, que concentra a maioria das agências bancárias. Tem como sua continuação a Rua Sales Barbosa, onde estão as principais lojas de confecções da cidade e a maior concentração de camelôs nesse ramo.

Durães (2013) colabora para o entendimento das características dos camelôs presentes na rua Marechal Deodoro. São vendedores dos mais variados tipos de alimentos, acessórios, artesanato, eletroeletrônicos, brinquedos e tudo que faça parte

do desejo de consumo da clientela. Outro fator que chama a atenção refere-se ao pequeno investimento para iniciar e manter-se na atividade. Além de não necessitar qualificação ou experiência profissional, itens extremamente solicitados na atividade formal. Mesmo assim, a atividade tem suas dificuldades.

As mercadorias comercializadas na Rua Marechal Deodoro se dividem em três blocos: comerciantes revendem produtos do Feiraguay, por exemplo, Cd/Dvd, bolsas, cintos, óculos e bijuterias. Outros trabalham com legumes, verduras, hortaliças e frutas trazidas do Centro de Abastecimento. E um terceiro grupo formado pelas mulheres que trazem o catado das suas propriedades rurais, essas são as que aparecem em menor número.

Nesta Rua existe uma predominância na venda de alimentos, principalmente frutas, legumes, verduras e hortaliças. É possível identificar os últimos vestígios de uma prática que predominou nas principais vias do centro da cidade, a presença de mulheres da zona rural que vendem o catado, hoje elas se concentram apenas na rua Marechal Deodoro. Esses catados são produtos das suas pequenas propriedades: ovos, frutas, raízes, farinhas e derivados de mandioca (tapioca, beiju, bolos, biscoitos artesanais, entre outros), feijão verde ou qualquer outro produto da respectiva estação do ano.

Em caixotes, bancas de madeira ou mesmo no chão, na porta das lojas, colocam suas mercadorias à venda para tentar adquirir algum recurso financeiro para ajudar na manutenção da casa. Essa prática foi um dos elementos que contribuíram para consolidar Feira de Santana como ponto comercial e promover sua posição estratégica no cenário regional, discutido no capítulo 2.

A avenida Senhor dos Passos abrigou até a década de 1960 as residências da classe média de Feira de Santana. Com a intensificação da atividade comercial e a expansão urbana detalhada no capítulo 2, esses moradores pouco a pouco foram deixando essa área central para ocupar bairros mais afastados. As figuras 38 apresentam atualmente um comércio formal estabelecido, inclusive com redes de lojas de porte nacional como Americanas, C&A, Marisa e Riachuelo. O destaque são as calçadas ocupadas de forma intensa por ambulantes e camelôs em equipamentos variados, principalmente araras cobertas por lonas e carros-de-mão.

O dinamismo maior nesse logradouro se refere a produtos made in China, com destaque para óculos, CD/DVD/Games e capas de celular. Outro fato que chamou a

atenção durante a pesquisa foi a quantidade de camelôs e ambulantes que informaram adquirir seus produtos no Feiraguay, camelódromo organizado pela Prefeitura Municipal em meados da década de 1990 para abrigar camelos localizados no calçadão da rua Sales Barbosa. Um dos camelôs que solicitou total sigilo quanto a sua identidade informou que muitas barracas são de pessoas que tem box no Feiraguay, mas possuem barracas nas ruas pois conseguem obter lucro quando as vendas no referido camelódromo estão fracas, pois na rua há gente passando e comprando a todo momento.

Figuras 38
Feira de Santana - Avenida Senhor dos Passos
2015



O calçadão da rua Sales Barbosa apresenta a maior intensidade em relação ao comércio de rua, nele encontramos as barracas de calçados, e principalmente confecções, disputando cada metro do espaço com o público e os comerciantes formais. O diferencial dessa rua, em relação as demais pesquisadas, refere-se a dois fatores: a) ser uma rua fechada a circulação de veículos, o que promove um maior movimento de pedestres; b) atualmente é a rua que concentra o maior número de ambulantes e camelôs, são aproximadamente 580 pessoas trabalhando de modo informal neste logradouro.

No fim da década de 1970, a Prefeitura Municipal começou a planejar a construção do calçadão da rua Sales Barbosa, seu objetivo foi melhorar a circulação para o pedestre e permitir ao comerciante uma maior aproximação com o cliente. Segundo os jornais desse período, ambulantes e camelôs ocuparam as vias públicas, a principal alegação foi não conseguir sobreviver desenvolvendo sua atividade no Centro de Abastecimento. A partir desse momento, tem início as divergências com os comerciantes formais estabelecidos, os mesmos alegaram muitos prejuízos com a presença dos camelôs nas frentes das lojas. Figura 39.

Figura 39

Feira de Santana

Manchete em relação aos camelôs na rua Sales Barbosa -1981



Fonte: Jornal Feira Hoje, 30 abr. 1981.

Na rua Sales Barbosa há um diferencial percebido durante o trabalho de campo. Nesse logradouro não há apenas o uso do espaço público, mas a apropriação do mesmo, uma vez que muitos comerciantes possuem barracas de zinco com lados e fundos fechados e porta de elevação com tranca. Algumas possuem até mesmo sistema de monitoramento por câmeras, não deixando a desejar em nada às lojas formais. São verdadeiras lojas nas calçadas. Com estas características, e sem pagar nenhum tipo de imposto municipal e com localização privilegiada entende-se a resistência em aceitar a transferência para o espaço planejado pela PMFS. O poder público municipal, na gestão atual, esquematizou a criação de um camelódromo, denominado de Centro Comercial Popular e tratado pela população como *Shopping Popular*, seu objetivo é abrigar os ambulantes e camelôs que se encontram ocupando as ruas do centro comercial da cidade, em especial, da rua Sales Barbosa. Figuras 40 e 41.

Figura 40
Feira de Santana
Comércio formal e informal na rua Sales Barbosa
2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Figura 41
Feira de Santana
Comércio informal na rua Sales Barbosa
2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A presença desses trabalhadores nas ruas tem efeitos significativos, tanto de forma positiva quanto negativa. Sua concentração de forma desordenada é um aspecto considerado negativo. Ao observarmos as figuras, percebe-se que a disposição e organização das barracas contribuem para uma suposta desvalorização do local onde se instalam. O não cumprimento de obrigações fiscais é outro ponto negativo. Ocupar a rua sem pagar pelo espaço promove a ilegalidade da atividade perante o poder público, em especial, a PMFS. Além disso, a falta de obrigações trabalhistas como foi informado pela maioria, contribui para a precarização do trabalho. Figura 42.

Figura 42
Feira de Santana
Ambulantes e camelôs na rua Sales Barbosa
2015



Fonte: <https://www.google.com.br>. Acesso em: 18 out. 2015.

A utilização do espaço se expandiu, de tal modo, que muitos tem o o que podemos considerar como lojas, como pode ser visualizado nas figuras. Não deixam a desejar em nada em relação a uma loja formal, com presença de provadores e manequins para a exposição de seus produtos, tudo em via pública. Estas deveriam ser destinadas a exclusiva circulação de pedestres. Na figura 43 é possível observar como era o calçadão até a década de 1970 e como se encontra atualmente.

No calçadão da Rua Sales Barbosa há uma predominância do setor de confecções. O que marca a visão de quem circula pela primeira vez é o fato de parecer existir um certo zoneamento. No início da rua, no seu espaço central, encontram-se os calçados, do lado direito eletroeletrônicos, e do outro, predominam capas da celular. Em seguida a predominância é das confecções, ao longo da rua é possível observar uma variação dos tipos de comércio. Aparecem barracas de alimentos, acessórios, carros de mão apenas com meias ou pessoas com as mãos cheias de cintos, outros oferecendo cadernos escolares ou perfumes nitidamente falsificados.

Figura 43
Feira de Santana
Rua Sales Barbosa
1970/2015



Fonte: www.google/imagens.com.br. Acesso em 22 de março 2016.

Na praça do Nordeste encontramos o comércio menos dinâmico, mesmo com um ponto de ônibus. Muitas barracas fechadas numa quinta-feira às dez horas da manhã, as que estavam abertas quase sem clientes. As barracas de conserto de relógio estavam fechadas e os vizinhos não sabiam informar sobre os responsáveis. As que funcionavam mostram um aspecto favelizado, com barracas recobertas com lonas e armações de ferro, oferecendo ao poder público, principalmente, motivos para justificar a retirada considerando o aspecto negativo que promovem na paisagem urbana.

A Praça do Nordeste também foi local de residência de parte da classe média de Feira de Santana até 1960. Seu morador mais ilustre, na época, foi o coronel Agostinho Fróes da Mota, o casarão permanece até hoje na referida praça, restaurado, funciona a Fundação Senhor dos Passos, responsável pela manutenção

e visitação, pois a mesma tornou-se um museu. Sua existência, um dos poucos patrimônios arquitetônicos na cidade, não impediu a instalação do comércio de rua na praça à sua frente.

Entre os logradouros pesquisados esse é o que apresenta o comércio menos dinâmico. Existem aproximadamente 80 ambulantes e camelôs nesse espaço, dentre eles entrevistamos 15 indivíduos. Trabalham comercializando alimentos (lanches e água de coco), artesanato (arranjos de flores), brinquedos, calçados e confecções. Figura 44.

Figura 44
Feira de Santana
Praça do Nordeste
2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015

O Mercado Municipal até 1977 era localizado no centro comercial da cidade. Sua frente estava voltada para a praça J. Pedreira, à direita para a rua Sales Barbosa, à esquerda está localizada a rua Libânio de Moraes e ao fundo tem-se a rua Benjamin Constant. Com a transferência do Mercado Municipal para o Centro de

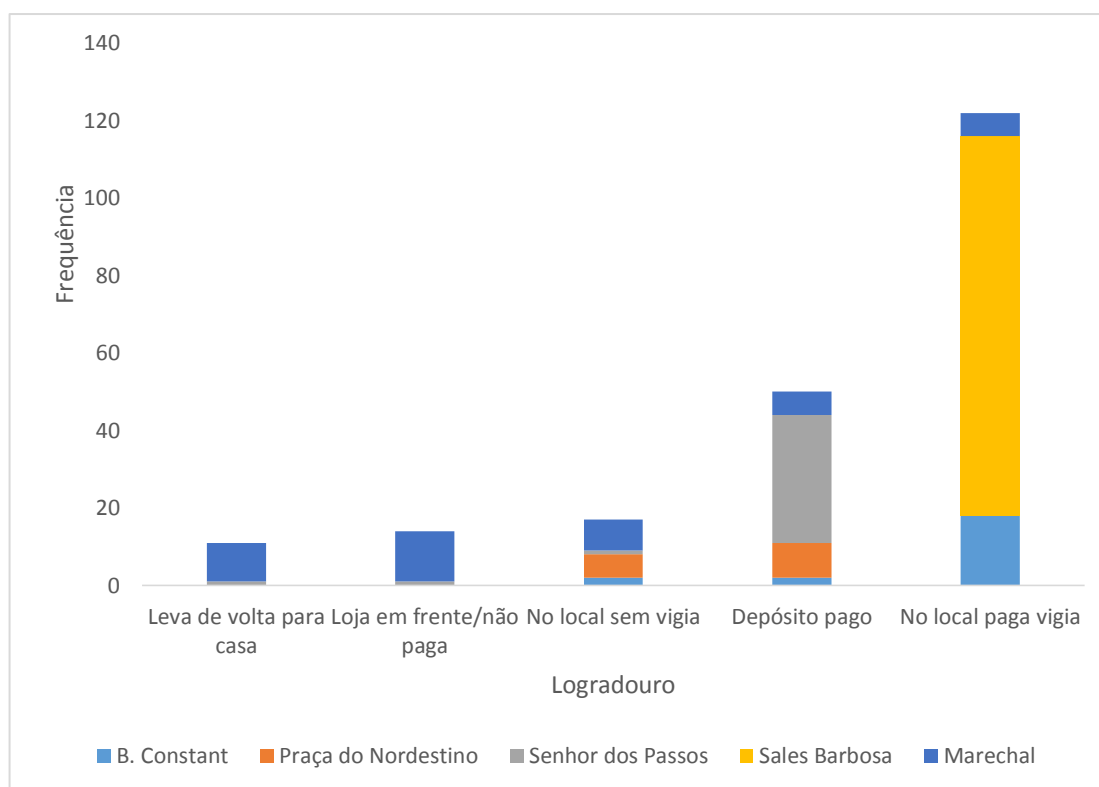
Abastecimento, a rua Benjamin Constant que era ocupada pelos feirantes que não tinham espaço para comercializar dentro do mercado foi, aos poucos, sendo ocupada por pessoas que vendiam relógios, e sobretudo, realizavam consertos. Atualmente, o cenário pouco sofreu alteração, encontram-se cerca de 120 ambulantes e camelôs, dispostos em barracas e continuam a comercializar relógios e realizar consertos, também tiram arranhões de celular e CD, afiam tesouras e alicates, bem como gravam música em cartão de memória e cortam chip de celular.

Ao longo de todos os logradouros estudados encontramos ambulantes e camelôs aproveitando as calçadas, pontos de ônibus, esquinas ou quaisquer espaços que possam dispor algum tipo de mercadoria. Colocam-se onde existam pessoas circulando e possam oferecer seus produtos.

Assim, os espaços da cidade acabam se transformando em mera mercadoria e a rua apropriada pelos camelôs e ambulantes também reflete o dinamismo de uma área cujos lugares referentes à circulação também passam a ser vistos sob a ótica do consumo, como acontece com as ruas, praças e calçadas apropriadas para a comercialização de mercadorias.

A dinâmica nos locais de pesquisa demonstrou uma relação direta e conflituosa no uso das calçadas pelos camelôs e ambulantes e os proprietários de lojas formais que veem suas frentes ocupadas por este tipo de concorrência. Essas relações se apresentam ora conflituosas, ora harmoniosas. Ao analisarmos a figura 45, ponderamos ser a rua Marechal Deodoro o logradouro no qual há maior diversidade entre ambulantes e camelôs em relação ao local onde guardam as mercadorias no fim do trabalho. Ao mesmo tempo, informam que os lojistas procuram - junto a PMFS - a retirada da frente de seus estabelecimentos. Uma quantidade significativa guarda seu material de trabalho, sem pagar, na loja em frente ao local onde se instala.

Figura 45
Feira de Santana
Local onde guardam as mercadorias no fim do trabalho - 2015



Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Na Sales Barbosa, a predominância entre os ambulantes e camelôs entrevistados nas barracas é o pagamento de vigia, segundo eles, o volume de mercadorias é elevado, em muitos casos, para que movimentem diariamente. Na Avenida Senhor dos Passos, o pagamento de depósito foi a principal resposta, há também ambulantes e camelôs que levam a mercadoria de volta para casa, os que guardam na loja em frente sem pagamento, e ainda, aqueles que deixam no local, sem pagar vigia, porém essas três últimas respostas ocorrem numa frequência bem pequena. Na Praça do Nordeste, os ambulantes e camelôs se dividem entre pagar depósito e deixar no local sem vigia. O mesmo ocorrendo na Rua Benjamin Constant. Como a Rua Marechal Deodoro, as Ruas Sales Barbosa e Benjamin Constant, bem como a Avenida Senhor dos Passos e Praça do Nordeste são vias com intensa circulação de pedestres. Figuras 46 e 47.

Figura 46 – Tipos de equipamento utilizados por ambulantes e camelôs - 2015



Fonte: <https://www.google.com.br>. Acesso em: 18 out. 2015.

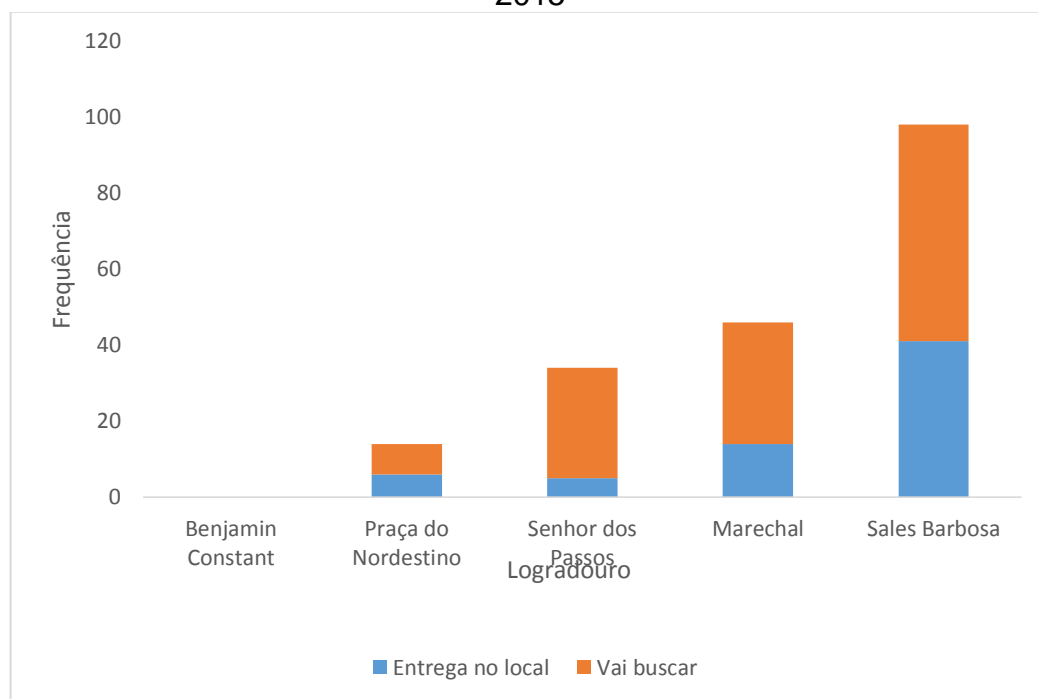
Figura 47 – Tipos de equipamento utilizados por ambulantes e camelôs - 2015



Fonte Pesquisa de campo, 2015.

No momento em que os camelôs respondem nos formulários que eles vão comprar e trazem as mercadorias que comercializam, bem como realizam o serviço diário de montar e desmontar as barracas, justifica sua participação no setor informal. Se entendermos cada tipo de equipamento como uma unidade econômica voltada para o mercado. E o camelô aquele que simultaneamente exerce as funções de patrão e empregado, em diversas ações, e não haver separação entre gestão e produção, ratifica-se a discussão conceitual de Cacciamali (2000) ao delimitar esse processo como início para o entendimento do setor informal. Esse modo de aquisição da mercadoria confirma o estudo sobre o circuito inferior da economia urbana realizado por Santos (2008a), onde não há separação entre capital, tecnologia, organização e extensão das atividades. Além de dispensar, ou não comportar uma estrutura burocrática para seu funcionamento. Figura 48.

Figura 48
Feira de Santana – Modo de aquisição da mercadoria pelos ambulantes e camelôs 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Esses são os dados que acreditamos mais reveladores da pesquisa, pois mostram a origem da mercadoria comercializada em cada espaço do comércio de rua em Feira de Santana. Sua análise colabora para a discussão proposta no item que

indica haver tanto um zoneamento de produtos como a formação de territorialidades na comercialização realizada por ambulantes e camelôs.

Tabela 12 - Local de origem dos produtos comercializados pelos ambulantes e camelôs de Feira de Santana - 2015

Escala Geográfica	Local de Origem	Produto	Destino			
			Avenida Senhor dos Passos	Praça do Nordeste	Rua Marechal Deodoro	Rua Sales Barbosa
Internacional	China	Óculos CD/DVD Capas para celular	--	--	--	03
Nacional	Ceará	Confecções	--	--	--	06
	Goiás	Confecções	--	--	--	01
	Minas Gerais	Confecções	--	--	--	01
	Paraíba	Confecções	01	--	--	--
	Pernambuco	Confecções	--	--	--	19
	São Paulo	Confecções	09	--	--	15
Regional	Juazeiro	Calçados				
		Alimentos (Coco in natura)	03	--	--	--
	Saubara	Peixe salgado	--	--	01	--
	Serrinha	Artesanato (arranjos de flores)	02	--	--	--
		Calçados de couro				
	Tobias Barreto	Confecções	--	--	--	01
Local	Centro de Abastecimento	Alimentos (Frutas e legumes)	01	--	18	--
	Fabricação Própria	Artesanato (arranjos de flores)	--	--	04	--
	Feira de Santana	Confecções	45	06	05	20
		Calçados				
		Óculos				
		Capas de celular				
	Feiraguay	Óculos	17	04	12	08
		Capas de celular				
	Própria roça	CD/DVD				
		Alimentos (Frutas e legumes)	--	--	04	--
	Sales Barbosa		01	--	--	04

Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Adaptado de SOUZA, 2013.

Os dados da tabela 12 auxiliam no entendimento de que seja produtos de origem estrangeira ou nacional, a compra seja realizada diretamente com o fabricante ou através de intermediários. A modernização tecnológica produziu modificações

visíveis e concretas na estrutura do trabalho com repercussões diferenciadas em países e regiões.

O local que teve maior frequência quanto a origem da mercadoria comercializada foi o próprio município de Feira de Santana, com 76 respostas, seguida pelo Feiraguay. Entendemos que esses são os ambulantes e camelôs que estão na base do processo de comercialização, pois boa parte da mercadoria não é produzida no município, são adquiridas através de fornecedores. Existe a fabricação de confecções e calçados locais, possibilitando o abastecimento desse comércio, mas tem-se a informação que a mercadoria proveniente do Feiraguay, em quase sua totalidade, é originária da China ou de outros países asiáticos.

Tratando-se da Avenida Senhor dos Passos nota-se a quantidade de ambulantes e camelôs que responderam ter a mercadoria proveniente do Feiraguay. Ao mesmo tempo, os ambulantes e camelôs instalados na Marechal revendem os produtos do Centro de Abastecimento. Comprova a discussão de Raffestin (1993) em relação a formação territorial, pois este é um produto humano formado a partir do espaço.

Ainda segundo Raffestin, pode-se notar como do ponto de vista social, os logradouros pesquisados podem ser vistos como um território que apresenta um campo de lutas “[...] por e a partir de relações de poder”. (1993, p. 53), pois cada um dos grupos presentes defendem a consolidação de seus interesses. Também é possível perceber os diferentes usos do território através do zoneamento dos produtos. Resultado das ações e concretizações, em conformidade com as atuações de cada grupo. Essas atuações vão se consolidar sobre o território e confirmar territorialidades específicas. Ao exercer a política e movimentar a economia esses agentes transformam em seu território os espaços destinados ao público, pois exercem sobre as mesmas relações de poder.

Cidades com o porte de Feira de Santana são centros de comercialização relevantes para a produção local, bem como, produtos regionais, nacionais ou mesmo internacionais. Ao se observar a venda de produtos originários da China compreende-se a formação de uma rede geográfica, pois a comunicação e circulação promovem o ordenamento de espaço utilizando desde a escala local até a global. Na conjuntura econômica, a rede geográfica deve ser analisada através de um tipo específico, a rede urbana, esta por sua vez passa a ser o principal meio de articulação entre os locais

envolvidos nas relações comerciais aqui estudadas. Seja pela origem do produto ou pela circulação das mercadorias. Nesse processo, a produção e uso do território ocorre através da fluidez das relações que predominam entre os agentes responsáveis por esta organização reticular. Além disso, a dinâmica desse segmento só se concretiza pela fluidez comercial consolidada entre as cidades que integram esse movimento econômico com impacto direto no mercado de trabalho dos ambulantes e camelôs.

Tais circunstâncias colaboram para uma observação em relação a figura do consumidor. Este é um agente de fundamental relevância na articulação comercial. Sua existência e presença circulando pelos logradouros do centro comercial é o principal argumento utilizado por ambulantes e camelôs como justificativa para ocuparem os espaços das ruas e avenidas da cidade.

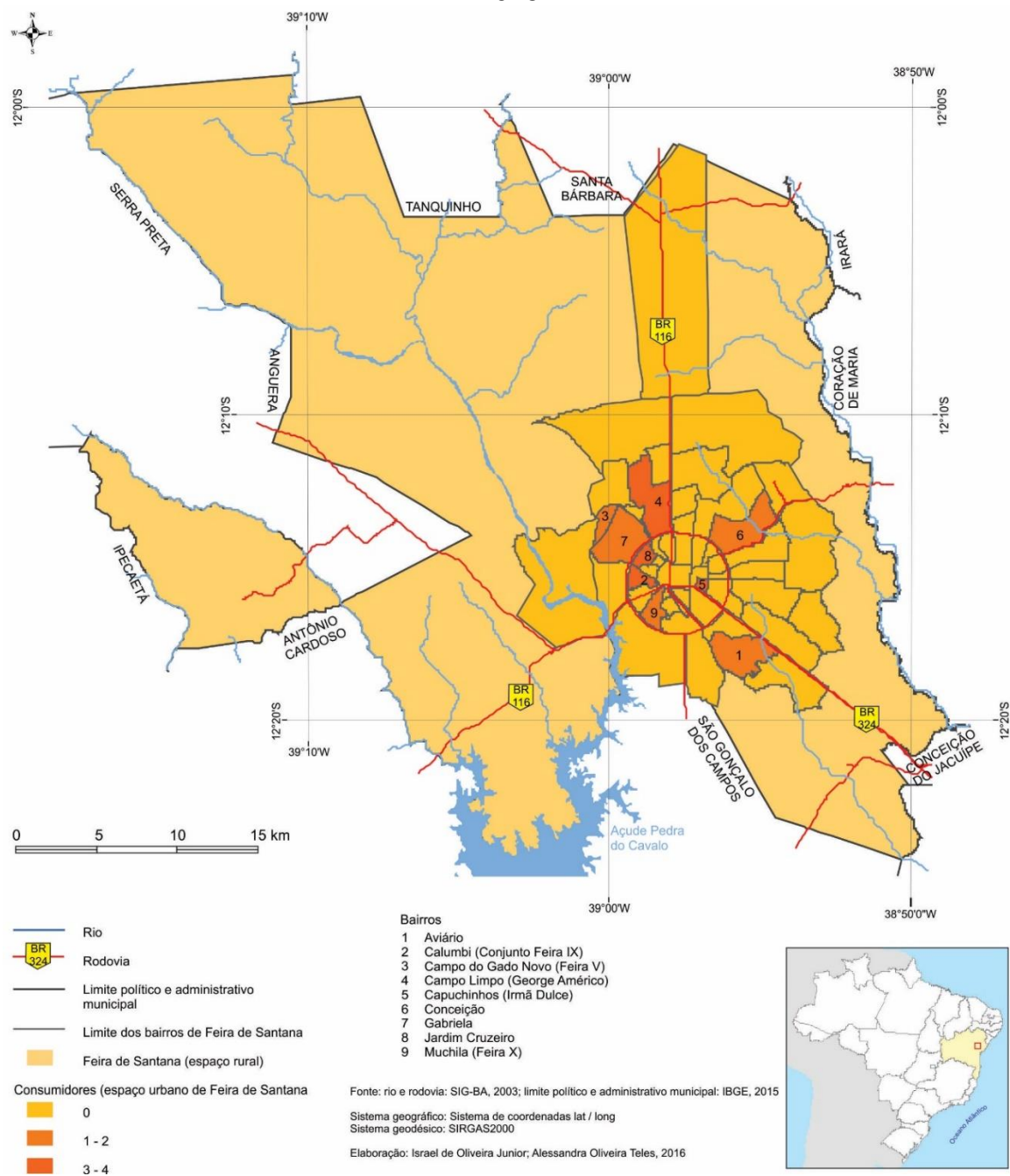
5.2 Quem é a população consumidora

Durante a pesquisa de campo foram entrevistados 80 consumidores que aceitaram responder os questionamentos presentes nos formulários (Anexo B). De forma aleatória, foram abordadas pessoas que circulavam nas ruas pesquisadas. Na avenida Senhor dos Passos, praça do Nordeste, rua Benjamin Constant, foram entrevistadas 10, em cada um desses logradouros, num total de 30. Na rua Marechal Deodoro, 20 pessoas e na rua Sales Barbosa 30 pessoas. Levou-se em consideração a concentração de camelôs em cada logradouro para definir a quantidade de consumidores entrevistados. Não realizamos regra matemática ou outro tipo de metodologia para definir a quantidade de entrevistados pois percebemos que ao atingir as quantidades acima citadas as respostas começavam a se repetir tornando desnecessária repeti-las uma vez que o objetivo da aplicação do questionário fora alcançado.

Esses consumidores têm origens variadas, de acordo com suas respostas dividimos em dois grupos, aqueles que residem em Feira de Santana e os que são de municípios diversos. Dentre os entrevistados, 31 informaram residir no município de Feira de Santana, estão distribuídos pelos bairros Aviário, Capuchinhos, Conceição, Feira IX, Feira V, Feira X, Gabriela, George Américo, Irmã Dulce, Jardim Cruzeiro,

Rua Nova, Santa Mônica, Santo Antonio, Subaé e nos distritos de Bonfim de Feira e Humildes (Figura 49).

Figura 49
Feira de Santana – Local de residência dos consumidores nos bairros
2016



O comércio de rua em Feira de Santana representa as relações sociais, comerciais e culturais da cidade. Sua influência regional pode ser observada através da circulação de pessoas, se interrogadas sobre sua origem as respostas são as mais variadas. Desde os bairros da cidade, passando pelos municípios vizinhos e, surpreendendo, quando somos informados da presença de consumidores de cidades como Paulo Afonso, Xique-Xique, Irecê ou mesmo Jequié que possuem cidades polarizadoras de seus mercados.

Dentre os municípios citados, estão Água Fria, Alagoinhas, Amargosa, Amélia Rodrigues, Anguera, Antonio Cardoso, Conceição do Jacuípe, Ipirá, Irará, Irecê, Mundo Novo, Muritiba, Paulo Afonso, Santanópolis, Santo Antonio de Jesus, Santa Bárbara, Santa Teresinha, Santo Estevão, São Domingos, São Gonçalo dos Campos, Serrinha, Simões Filho, Tanquinho, Xique-Xique, figura 50.

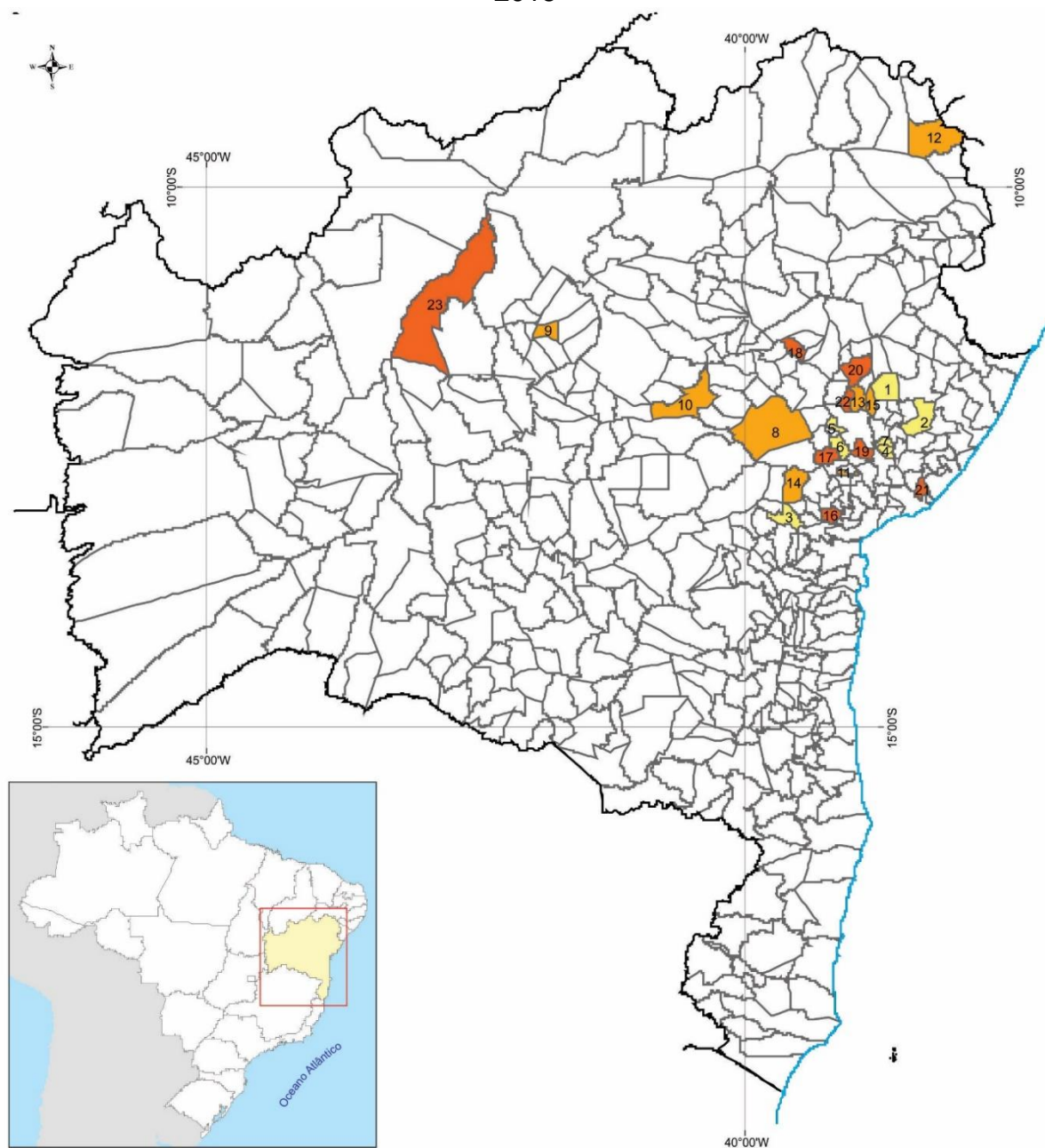
Com essas informações tem-se a confirmação do papel regional de Feira de Santana, suas atividades de saúde educação e bancárias colaboram para o fortalecimento da atividade comercial. Quando questionados dos motivos pelos quais optam por comprar nesta cidade, os consumidores responderam vir em busca de outros serviços como saúde, bancário, educação ou produtos específicos que não encontram em sua microrregião, conforme os depoimentos que seguem

Trabalho com eventos e na minha cidade a variedade de materiais e ingredientes para festas é pequeno, compensa vir a Feira de Santana adquirir o que necessito para a minha atividade. (Consumidor de Santo Antonio de Jesus).

Precisava de um maquinário para a minha propriedade rural e nem em Xique-Xique nem na região estava encontrando, então soube que aqui tinha tudo o que precisava, aproveitei para comprar outras coisas, como essas roupas, o preço compensou a viagem. (Consumidor de Xique-Xique).

No meu bairro o comércio é bom, mas trabalho aqui no centro, aí passo, vejo alguma coisa que me interessa e sempre termino comprando, como são objetos baratos sempre dá pra levar uma novidade pra casa. (Consumidor do bairro Conceição/Feira de Santana).

Figura 50
Município de origem dos consumidores
2016



— Limite político e administrativo estadual
— Limite político e administrativo municipal

1 a 3
3 a 9
10 a 101

Municípios

- | | |
|------------------------|----------------------------|
| 1 Água Fria | 13 Santo Bárbara |
| 2 Alagoinhas | 14 Santa Teresinha |
| 3 Amargosa | 15 Santanópolis |
| 4 Amélia Rodrigues | 16 Santo Antônio de Jesus |
| 5 Anguera | 17 Santo Estevão |
| 6 Antônio Cardoso | 18 São Domingos |
| 7 Conceição do Jacuípe | 19 São Gonçalos dos Campos |
| 8 Ipirá | 20 Serrinha |
| 9 Irecê | 21 Simões Filho |
| 10 Mundo Novo | 22 Tanquinho |
| 11 Muritiba | 23 Xique-Xique |
| 12 Paulo Afonso | |

0 100 200 300 km

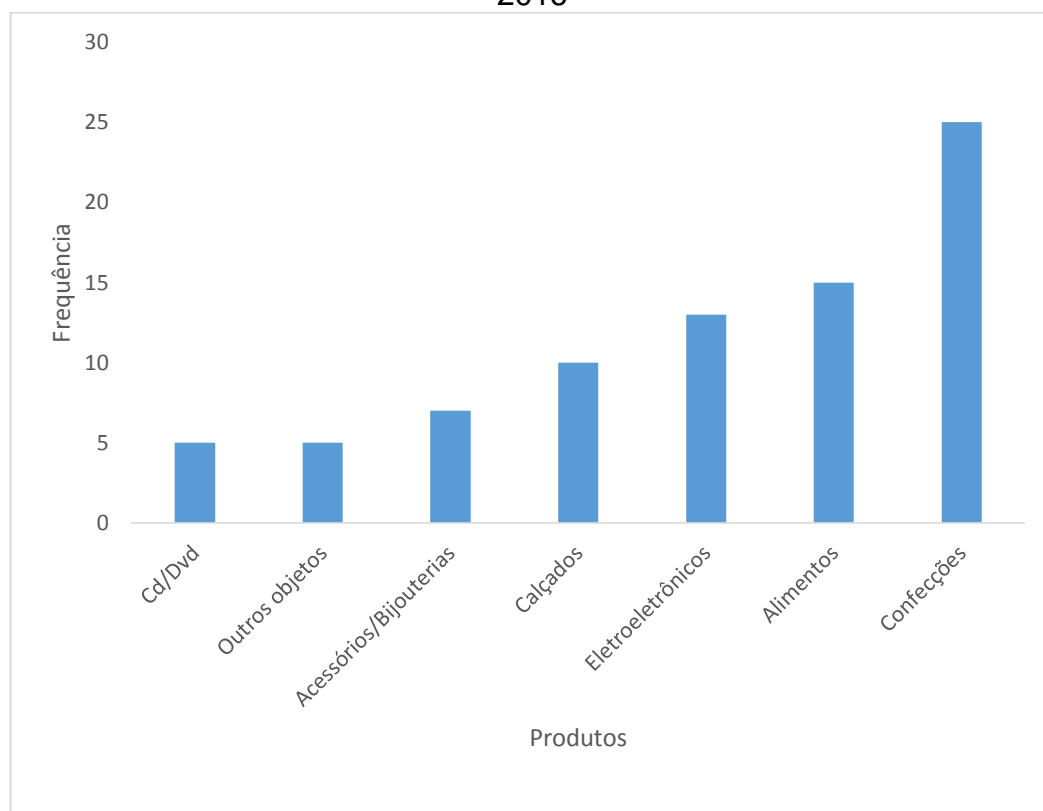
Fonte: limite político e administrativo estadual
e municipal: IBGE, 2010

Sistema geográfico: Sistema de coordenadas lat / long
Sistema geodésico: SIRGAS2000

Elaboração: Israel de Oliveira Junior; Alessandra Oliveira Teles, 2016

Os produtos mais adquiridos pelos consumidores foram confecções, 31% dos entrevistados afirmaram ser o que mais adquiriam, logo após, os alimentos (legumes, verduras e frutas) foi citado por 19% dos consumidores enquanto 16% optaram por eletroeletrônicos. Em quarto lugar estão os calçados, adquiridos por 13% dos consumidores entrevistados. 9% afirmaram comprar acessórios/bijuterias e no 6% lugar estão empatados CD/DVD e outros objetos com 6% cada um. Figura 51.

Figura 51
Feira de Santana – Produtos adquiridos pelos consumidores
2016



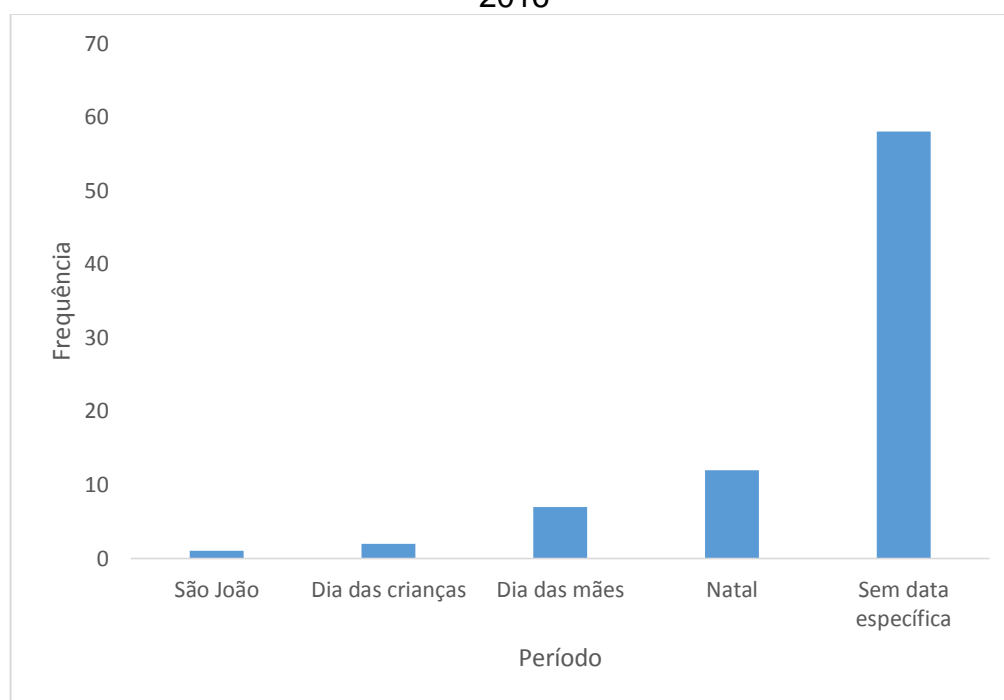
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Quanto a forma de pagamento, 95% dos consumidores entrevistados responderam utilizar dinheiro, apenas 5% utilizam cartão na realização de suas compras. Questionados sobre o motivo de preferir essa modalidade de pagamento, afirmaram que desse modo podem pechinchar e tentar negociar um desconto maior na mercadoria adquirida. Os 5% que utilizam cartão responderam que é indiferente pedir desconto ou pagar o valor cobrado pelo ambulante ou camelô, pois sempre

fazem uma pesquisa de produtos antes de comprar, verificando o preço em mais de um ambulante ou camelô.

Como o comércio de rua ocorre em todo o ano, seguindo o calendário de atividades e horário de funcionamento do comércio formal, entre os consumidores entrevistados 55 afirmaram não ter uma data específica para comprar, 12 compram mais no natal, 7 procuram pelo comércio realizado por ambulantes e camelôs no período que antecede o dia das mães, 2 consumidores preferem o dia das crianças e apenas 1 respondeu comprar mais no período do São João. Figura 52.

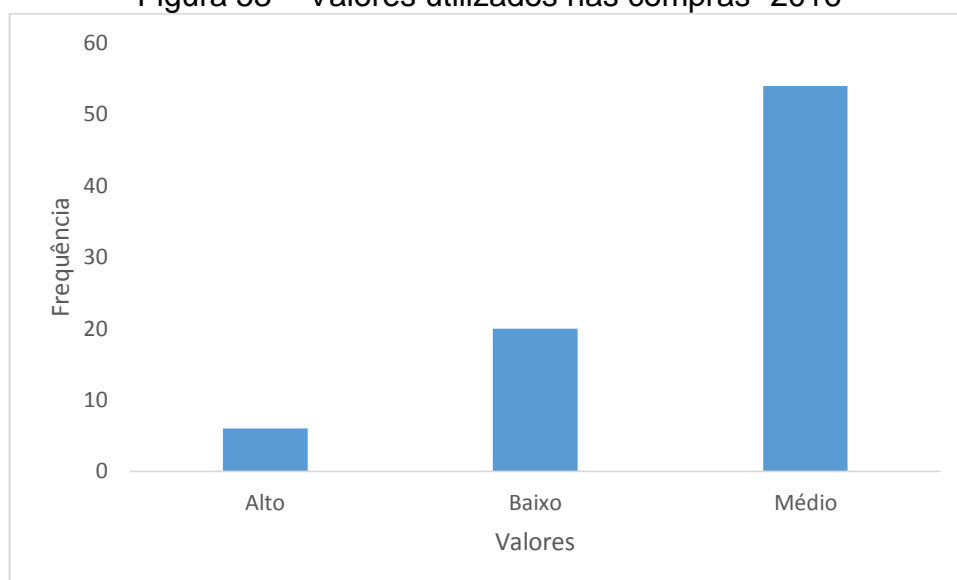
Figura 52 – Feira de Santana
Período que os consumidores mais compram dos ambulantes e camelôs
2016



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Quando o item refere-se a valores, boa parte dos entrevistados aparentam receio em responder. Assim, estabeleceu-se três níveis para se ter uma ideia de quanto se gasta neste tipo de comércio. Foram dadas três faixas de valores para que o consumidor escolhesse uma. Baixo, se compra entre 10 e 100 reais; médio, se o valor está entre 101 e 500 reais e alto para as compras acima de 501 reais. Dos entrevistados, 20 consumidores afirmaram comprar um valor baixo; 54 afirmaram comprar um valor médio e 6 um valor alto. Figura 53.

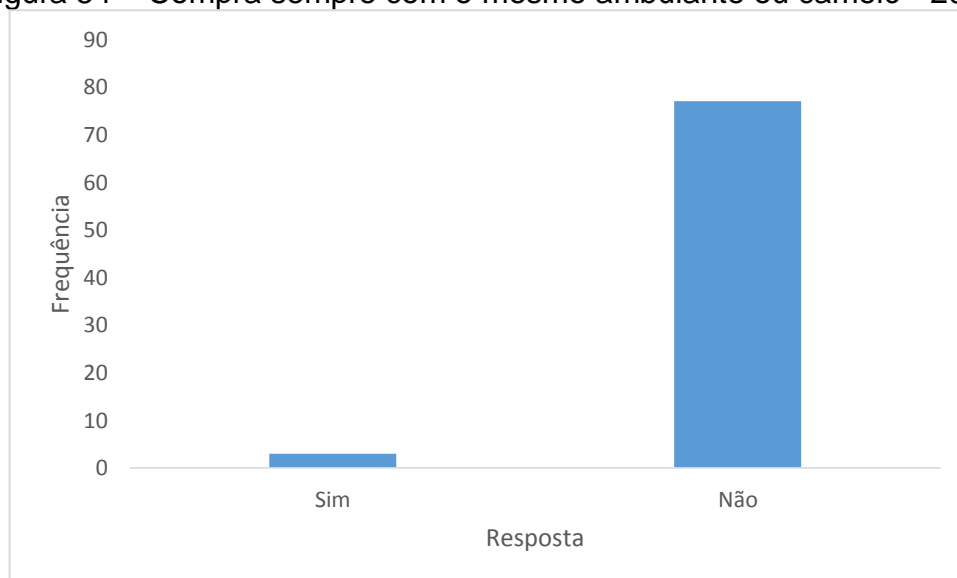
Figura 53 – Valores utilizados nas compras -2016



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Existe uma relação de fidelidade ao ambulante e camelô? Essa foi uma questão abordada aos consumidores entrevistados. E as respostas vieram confirmar nossa discussão, 77 dos entrevistados afirmaram que não compram sempre do mesmo ambulante e camelô, pois na maioria das vezes as compras são espontâneas, sem planejamento, não ficam procurando um vendedor específico para realizar a compra. Figura 54.

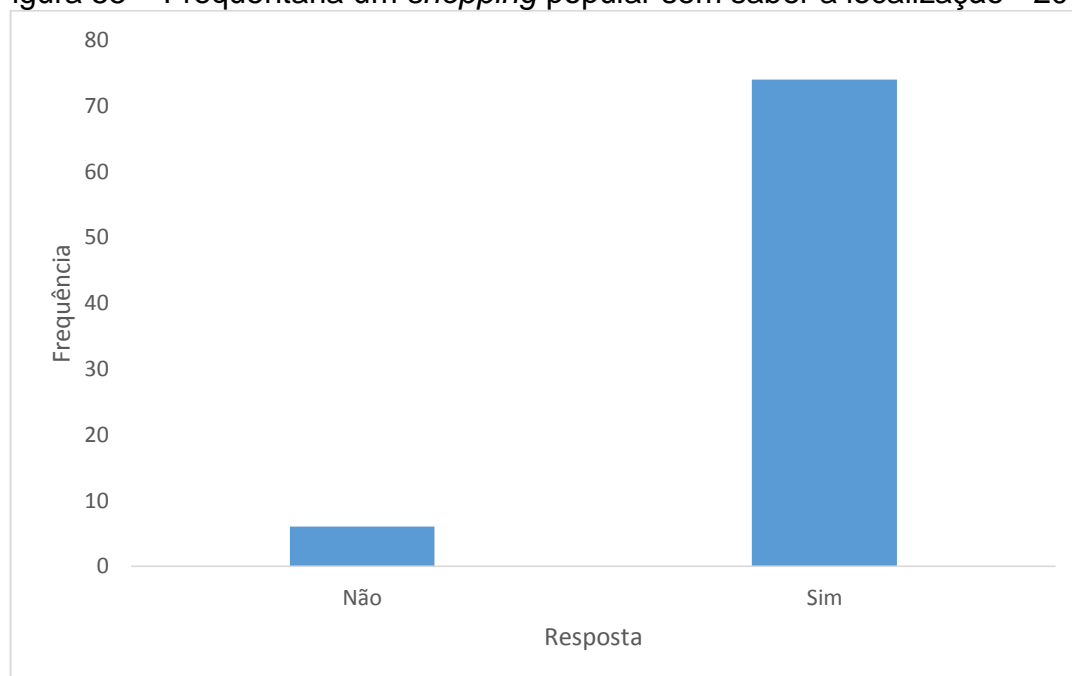
Figura 54 – Compra sempre com o mesmo ambulante ou camelô - 2016



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Quando questionados sobre um possível *shopping* popular, sem que a localização seja citada, e a transferência de ambulantes e camelôs das ruas para esse espaço organizado pela prefeitura, 74 dos entrevistados afirmaram positivamente frequentar e consumir esse novo espaço. Figura 55.

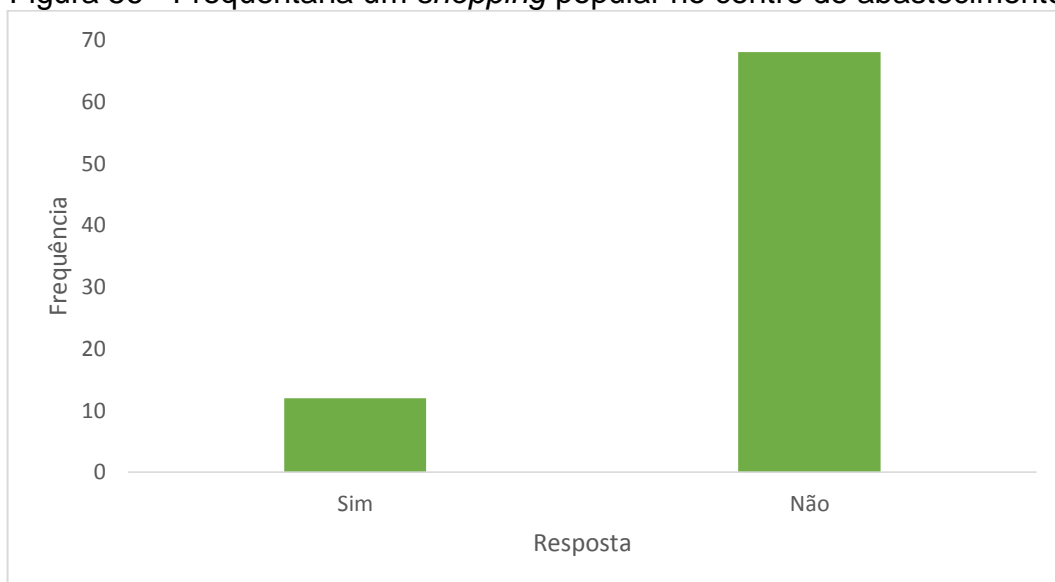
Figura 55 – Frequentaria um *shopping* popular sem saber a localização - 2016



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Porém, quando a pergunta informa o local onde o mesmo será construído a situação se inverte. 68 dos 80 entrevistados afirmam que não frequentariam e alegam que fica fora de seu espaço de circulação, a sensação de insegurança no local é muito grande, falta do comércio que necessitam, pois além de comprar dos camelôs que estão espalhados pelas ruas muitos produtos são adquiridos também nas lojas. Se os ambulantes e camelôs saírem para um espaço mais distantes estes consumidores não vão em busca de suas mercadorias. Figura 56.

Figura 56 - Frequentaria um *shopping* popular no centro de abastecimento



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Dentro do processo de globalização o comércio de rua em Feira de Santana não perde sua força, ao contrário, os meios de comunicação e circulação fortaleceram essa atividade ao permitir que mais pessoas tenham conhecimento e acessibilidade as mercadorias ofertadas. Torna-se o lugar que reúne pessoas em busca de um mesmo objetivo que é o consumo. A troca de produtos reforça a capacidade de produção além de diversificar a especialização do trabalho intraurbano. No caso deste estudo, colabora com a manutenção de ambulantes e camelôs nas ruas de Feira de Santana.

A relevância do comércio é evidente, mesmo com outras atividades compondo o quadro econômico da cidade, esse setor historicamente se mantém fortalecido e em constante crescimento. No momento atual, ambulantes e camelôs, através de suas atividades, representam novas formas e usos que se materializam no espaço urbano. Sua presença na composição desse cenário é concreta não sendo possível excluí-los da dinâmica presente no espaço. Além disso, o desenvolvimento das atividades, por parte desses, promovem a criação de estratégias comerciais singulares.

5.3 Pacto da Feira, mais uma transferência de ambulantes e camelôs

Os espaços públicos constantemente são apropriados pelos ambulantes e camelôs. A complexidade do uso da área central se revela quando analisada sua conformação, principalmente no que se refere a forma espacial. Kitamura; Miranda; Ribeiro Fº (2007, p. 22) afirmam: “Por ser atividade econômica característica de rua, a localização do comércio e serviços ambulantes depende exclusivamente do espaço público, como os logradouros e vias”.

As informações sobre o número de ambulantes e camelôs presentes só nas principais vias do centro comercial da cidade - e que serviram de objeto de estudo para esta pesquisa - reflete um outro viés quando discutimos ambulantes e camelôs. Como estão reunidos na informalidade, significa para o poder público - nos três níveis – a não-arrecadação de valores consideráveis uma vez que não pagam impostos. O que os coloca em pé de guerra, com a Prefeitura, por ser o governo local, além de não arrecadar é a responsável pelo ordenamento do uso do solo, item que será discutido posteriormente.

E com os comerciantes formais que pagam todo tipo de tributo e se deparam com concorrentes em frente aos seus estabelecimentos que não arcam com nada disso. Esses elementos vão compor o cenário vivido por esse segmento nos últimos tempos, o governo federal incentivando a formalização através do MEI e a prefeitura criando o projeto Pacto pela Feira, entre outras ações a idealização do Centro Comercial Popular popularizado com o nome de Shopping Popular.

Em 2006, o Governo Federal criou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Em 2008, a Lei do MEI. Nesta última, ambulantes, camelôs e demais trabalhadores que se encontram na informalidade podem registrar-se enquanto pessoa jurídica. Terão direitos como CNPJ que permite adquirir máquina de crédito/débito, movimentações bancárias, concorrências a licitações, auxílios do INSS. E também deveres como o recolhimento de impostos federais, estaduais e municipais. Em 2013, o MTE elaborou uma classificação brasileira de ocupações, define as atribuições para comerciantes e vendedores ambulantes. Ambulantes e camelôs fazem parte dessa classificação, conforme detalhado no capítulo 2 desta tese.

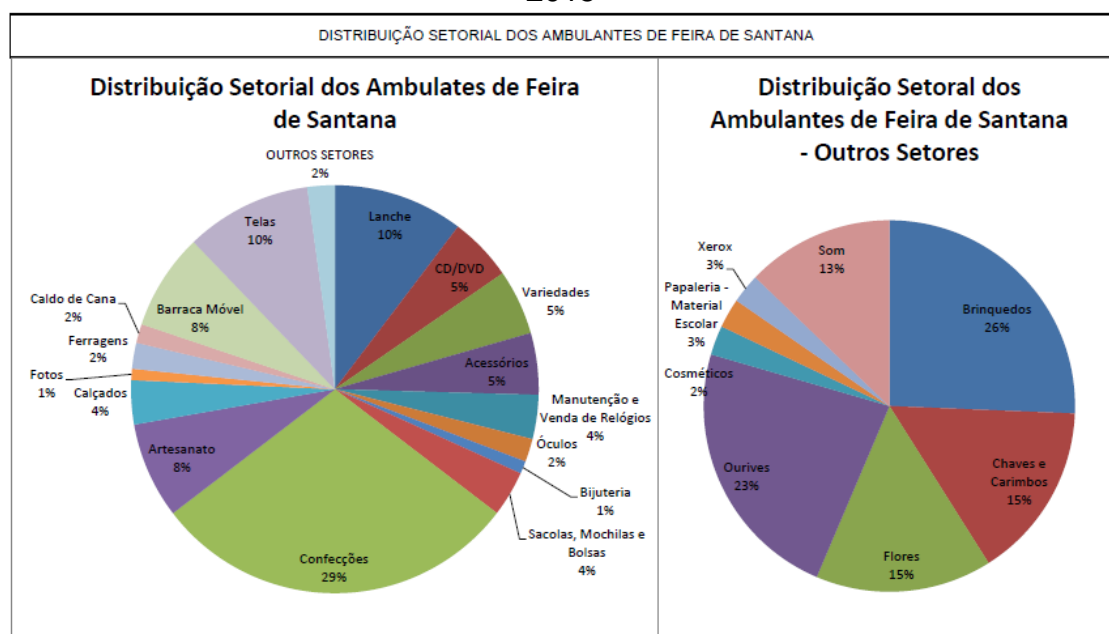
Segundo ambulantes e camelôs de Feira de Santana, entrevistados para esta pesquisa, na prática, essa lei do MEI em nada colaborou para a melhoria de suas

atividades ou assistência pessoal. Em entrevistas realizadas após a aplicação dos formulários, cerca de 75% dos ambulantes e camelôs presentes nas ruas pagam INSS como autônomo, essa modalidade os isenta das taxações sobre as mercadorias comercializadas. Como autônomo sua atividade não fica de um todo definida, não há como certificar-se se compram mercadorias ou apenas prestam algum tipo de serviço onde a mercadoria é apenas sua força de trabalho. No caso do MEI, tudo que é comprado e vendido por ambulantes e camelôs precisa ser declarado e taxado pelas três esferas de governo, tornando-se oneroso, principalmente para o pequeno comerciante ou ambulante que trabalha com uma guia mínima.

Ao passar do tempo, o comércio de rua se retrai e expande conforme a maior ou menor ação do governo municipal. No momento presente, o poder público se volta para a criação de um camelódromo e transferência dos ambulantes e camelôs que atuam nas principais ruas e avenidas do centro comercial.

Numa audiência com o Secretário Municipal da SETTDEC, em 23 de fevereiro de 2015, tivemos a informação verbal de que hoje existem cadastrados pela Prefeitura 1.680 camelôs e ambulantes no centro comercial. Por esse expressivo número, foi idealizado o projeto Pacto de Feira, pensando em realocá-los para um centro comercial popular que será construído pela Prefeitura em parceria com a iniciativa privada. Segundo o Secretário, os funcionários realizaram o cadastramento de todos os comerciantes presentes nas principais ruas do centro da cidade. Com estes dados, elaboraram a figura 57.

Figura 57
Feira de Santana
Distribuição setorial dos ambulantes e camelôs
2015



FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Chama a atenção a variedade de itens que estão disponíveis nas ruas de Feira de Santana e a quantidade de pessoas trabalhando com confecções. Um número bem superior as demais atividades exercidas por ambulantes e camelôs. A presença maior desses trabalhadores ocorre na rua Sales Barbosa. Nesse calçadão a PMFS tem demonstrado grande interesse em retirar os ambulantes e camelôs para um espaço específico, o Centro de Comércio Popular que é tratado por todos como *Shopping Popular*.

A proposta da PMFS é a criação desse Centro de Comércio Popular para a transferência destes comerciantes que atuam nas ruas do centro comercial, com destaque para a avenida Senhor dos Passos e rua Sales Barbosa. Neste espaço, tanto os comerciantes quanto os consumidores vão dispor de estrutura e segurança para a realização de suas atividades.

A suposta política urbana pensada pela PMFS visa a relocação de camelôs e ambulantes para um local que segue um modelo nacional, o centro comercial popular ou shopping popular como é de fato tratado. Durante a pesquisa de campo, nos deparamos com o questionamento feito pelos ambulantes e camelôs que estão ocupando as ruas: para que e para quem será este espaço? Uma vez que não resolve

a situação dos ambulantes e camelôs, só piora, segundo os entrevistados. Segundo eles, nas ruas encontram oportunidade de conseguir algum recurso financeiro pois comercializam com as pessoas que circulam, principalmente, a pé pelo centro da cidade, e fechados num espaço como o proposto para o *shopping* popular não encontrarão o mesmo público consumidor.

Segundo o site da Prefeitura (PMFS, 2015) há um Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico com representantes da sociedade civil organizada e as representações de classe envolvidas no Pacto de Feira. Definiram pela construção de um *Shopping* Popular, este será construído através de uma Parceria Público-Privada (PPP). O investidor particular que está à frente desse empreendimento é um empresário mineiro com histórico de implantação desse modelo de atividade em diversas cidades pelo Brasil. O mesmo vem implantando o modelo de *shopping* popular em várias cidades brasileiras, em diferentes estados. Figura 58.

Figura 58
Feira de Santana
Fachada do *Shopping* Popular
2016



Fonte: <http://www.googleimagens.com.br>. Acesso 19 jul. 2106.

A PMFS criou um Conselho Municipal com representações de classe e da sociedade, realizou o cadastramento de camelôs e ambulantes, bem como convidou para a exposição de resultados e divisão dos espaços. Realizou quatro audiências

públicas com camelôs e outros membros. Com o Pacto de Feira, a PMFS buscou a participação popular. Quadro 7.

Quadro 7
Feira de Santana
Audiências públicas entre PMFS e membros do Pacto de Feira
2013-2015

Data	Agentes	Objetivo
14/03/2013	STTDEC Camelôs do calçadão da rua Sales Barbosa	Informar sobre a iniciativa da PMFS em ordenar o centro da cidade com a construção do Centro comercial popular.
27/03/2013	STTDEC Comerciantes formais do centro	Informar sobre a iniciativa da PMFS em ordenar o centro da cidade com a construção do Centro comercial popular. Esclarecer dúvidas, ouvir questionamentos e propostas para o ordenamento e requalificação do centro comercial.
03/04/2013	STTDEC Camelôs em geral do centro comercial da cidade	Informar sobre a iniciativa da PMFS em ordenar o centro da cidade com a construção do Centro comercial popular. Esclarecer dúvidas, ouvir questionamentos e propostas para o ordenamento e requalificação do centro comercial.
05/03/2015	STTDEC Representante do corpo de bombeiros e da polícia militar Camelôs em geral do centro comercial da cidade Representante da empresa responsável pela construção do <i>shopping</i> popular	Repetir as informações anteriores. Apresentar local e planta do <i>shopping</i> popular.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015 Disponível em: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br>. Acesso: 12 de ago. 2016.

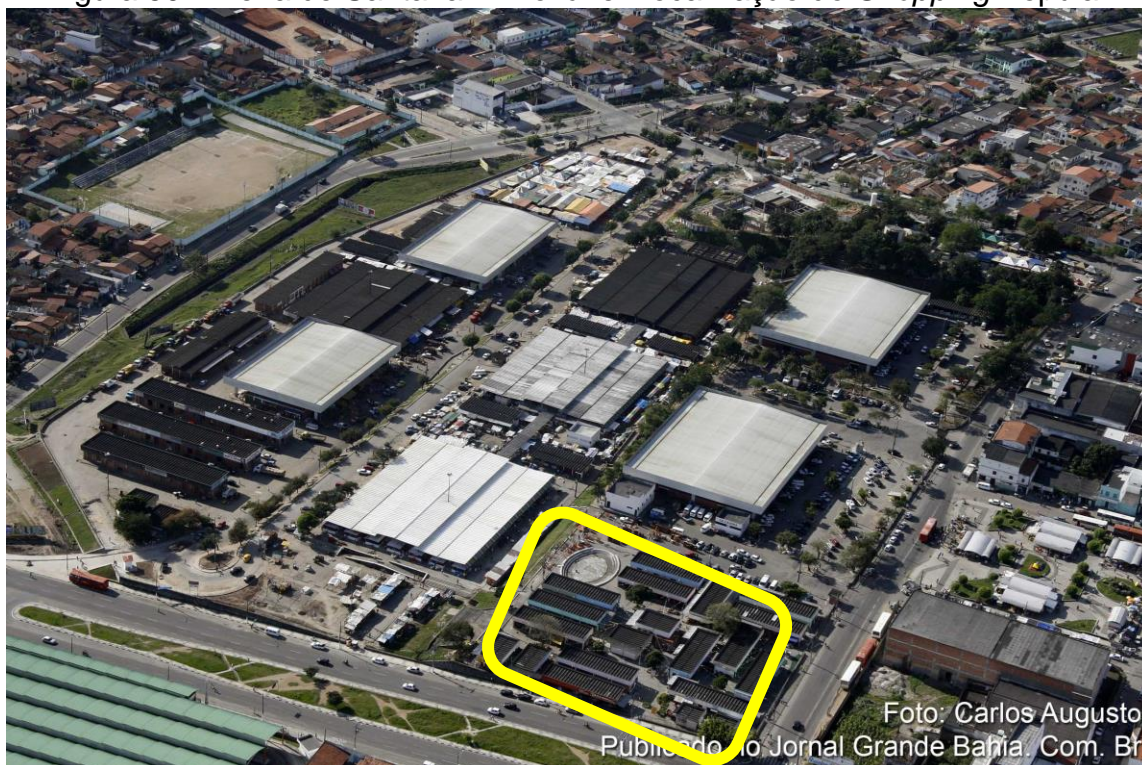
Estiveram presentes representantes do governo municipal, corpo de bombeiros, grupo privado responsável pelo projeto do *shopping* popular, sindicatos, ambulantes e camelôs. O que foi apresentado representa os interesses do setor privado que pretende realizar a obra através de uma Parceria Público-Privada. Do governo municipal que anseia em retirar os camelôs das calçadas. Do corpo de bombeiros que alega dificuldades em caso de sinistro. E até mesmo do representante

do sindicato dos camelôs que apresentou um discurso totalmente contraditório aos interesses de sua classe. Quando foi dada a palavra aos camelôs presentes, todos que tiveram a oportunidade de se manifestar mostraram-se insatisfeitos com o projeto apresentado.

A concentração de suas atividades se dá nos locais onde o tráfego de pedestres é intenso. A ideia de construção de um *shopping* popular para abrigar este tipo de atividade se fragiliza no momento em que se pensa no modelo de funcionamento. O comércio de rua atende um público transeunte, na maioria das vezes, não planeja a compra e encontra oportunidade de barganhar um preço que lhe seja mais acessível.

A Prefeitura Municipal descreve esse *Shopping* Popular como um espaço com 1.800 pontos comerciais de diferentes tamanhos. Distribuídos em três pavimentos, apresentando também área de convivência, praça de alimentação, bancas e lojas de prestação de serviços como Casa do Trabalhador, Farmácia do Trabalhador, Centro de Atendimento ao Feirense (CEAF). Também menciona a dimensão do mesmo, e vai ocupar um terreno de 30 mil metros quadrados na região do Centro de Abastecimento. Figuras 59 e 60.

Figura 50 – Feira de Santana – Provável Localização do *Shopping* Popular



Fonte: <http://www.jornalgrandebahia.com.br>. Acesso em 19 de jul. 2016.

Figura 60
Feira de Santana – Localização do *shopping* popular
2016



Como realizamos um estudo anterior sobre o Centro de Abastecimento (ARAUJO, 2006), procuramos informações referentes a localização dessa nova construção, com dimensões tão amplas, uma vez que não há espaço ocioso e obtivemos a informação de que o *Shopping* popular deverá ser construído no espaço onde hoje estão localizados os boxes do artesanato e estes transferidos para a rua Olímpio Vital, fora do Centro de Abastecimento e que serviu de espaço provisório para os comerciantes do Mercado de Arte Popular durante a reforma do referido espaço. Figura 61. No local desses então seria construído o *Shopping* Popular.

Figura 61
Feira de Santana
Local para transferência dos artesãos do Centro de Abastecimento
2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

O Centro de Abastecimento foi criado com o objetivo de retirar a feira livre do centro comercial da cidade. Dividido em setores, tem-se 2 galpões para o hortifrutigranjeiro, 1 para o atacado outro para o varejo, 1 espaço para a venda de móveis à céu aberto, 3 galpões para diversos, ocupados com confecções, panelas, utensílios domésticos variados, ovos e pequenos restaurantes. 1 galpão para carnes, 1 galpão para cereais no varejo, 1 espaço aberto para os cereais no atacado, 1 área para miniboxes de artesanato, 1 amplo espaço para estacionamento de veículos particulares e 1 via de acesso para caminhões e utilitários que realizam carga e descarga de mercadorias.

São 2.162 estabelecimentos com 2.914 comerciantes cadastrados, comercializam frutas, legumes, verduras, hortaliças, cereais, farinhas, carnes, bebidas, pescados, derivados do leite, ovos, utensílios domésticos, ferragens, ferramentas, produtos de limpeza, artesanato, artigos religiosos, embalagens e são realizados reparação de objetos pessoais (afiação de tesouras, conserto de sapatos, relógios, etc.).

Desde sua inauguração, em 1977 até 2015, passando por diversos problemas em sua infraestrutura, o Centro de Abastecimento continua a exercer a função de entreposto comercial para sua microrregião. No trabalho realizado por Araujo (2006) foi constatado sua relação comercial em nível local, regional e nacional, o que configura o Centro de Abastecimento como colaborador na posição econômica de Feira de Santana. Acredita-se que este seja um dos argumentos considerados para a construção do *Shopping* Popular no seu espaço.

Procuramos a Associação dos Comerciantes do Centro de Abastecimento. Conseguimos a informação de que a PMFS pretende retirar os comerciantes do setor de artesanato, demolir os boxes e construir nesse local o *Shopping*. A indignação mostrou-se generalizada entre os comerciantes.

Os mesmos se mobilizaram e constituíram um advogado para intervir nesse processo. Também promoveram um debate, dia 27 de março de 2015. Estiveram presentes representantes da Polícia Militar, Ministério Público, UEFS, PMFS, Movimentos Sociais da cidade, comerciantes do Centro de Abastecimento e camelôs. Foram apresentados dados e discussões sobre a organização da cidade, circulação de pessoas e transportes. O advogado dos comerciantes defendeu a permanência

dos mesmos no referido local e a necessidade de tombamento da área, pois o setor de artesanato do Centro de Abastecimento é referência nesse segmento.

Os ânimos se exaltaram, talvez até mais do que na reunião promovida pela PMFS. Os comerciantes do artesanato do Centro de Abastecimento explanaram sobre sua insatisfação. Citaram a falta de apoio da PMFS, principalmente na melhoria do espaço, e a proposta de transferência para a Rua Dr. Olímpio Vital foi a pior informação que tiveram. Mesmo a PMFS disponibilizando a infraestrutura necessária para a ocupação do espaço, os comerciantes alegam que o local não oferece nenhum atrativo para que a clientela possa se dirigir, o exemplo é o Mercado de Arte Popular. Os ambulantes e camelôs presentes também manifestaram total repúdio em ocupar a área do setor de artesanato. Os representantes da UEFS mostraram através de variados estudos acadêmicos a inviabilidade do projeto da PMFS. O representante do Ministério Público comunicou que tinha recebido a informação há apenas 2 dias e acreditava que seriam tomadas todas as medidas para evitar prejuízos para os envolvidos no processo.

Durante a pesquisa de campo, os comerciantes foram indagados sobre a transferência para o centro comercial popular e as respostas demonstram a insatisfação com o projeto da PMFS, entre os entrevistados todos apresentam descontentamento e preocupação com a mudança, uma vez que a rua é o lugar no qual encontram aquilo que mais precisam, o pedestre que é um consumidor em potencial.

Segundo os comerciantes, o perfil de um cliente que busca uma mercadoria numa banca de rua é totalmente diferente daquele que vai a um *shopping*. Nos relatos, quem compra na rua é aquela pessoa que foi em busca de uma consulta médica, um serviço bancário ou outra atividade e ao passar vê a mercadoria exposta e lembra que precisa daquele objeto ou aproveita, por saber que vai passar naquela via e busca por um determinado serviço (geralmente pequenos consertos), diferente daquele que sai de casa no propósito de ir a um *shopping* consumir determinado produto ou serviço. As falas dos ambulantes e camelôs pesquisados demonstram as preocupações em relação a transferência,

Prefiro ficar aqui, poderia ser arrumado como Curitiba, pois são os locais de circulação das pessoas. Não acredito que o *Shopping* vai ser bom porque não tem circulação de pessoas, vai fazer prédio bonito e não terá movimento porque as pessoas estão circulando nas ruas,

porque os bancos estão aqui, correios, lojas, médicos... Aqui a concorrência com as lojas é grande, tem a Kammy's, a LM e muita gente circulando. Se a gente for para o Shopping não tem ninguém que vá lá só comprar, pois o que vende é o visual, a pessoa passa, vê o produto e se interessa, mesmo que tenha pouco dinheiro, negocia, pede desconto e leva. Na hora que separar os camelôs não vão vender porque a população não vai. (Pesquisa de campo, 26 mar. 2015).

O grande problema é que não se preocupam em analisar a situação do trabalhador, as guias são diferentes, a vida é diferente, não tem como igualar, colocar todo mundo igual. (Pesquisa de campo, 26 mar. 2015).

O que notamos durante a realização da pesquisa de campo, através das observações feitas entre as aplicações dos formulários é que o comércio informal em Feira de Santana é marcado por desigualdades, heterogeneidades e uma grande complexidade na estrutura que ora se apresenta. As ruas e avenidas estudadas apresentam-se como um espaço excludente e pujante, desigual e com características pontuais de modernização, heterogêneo e em certos momentos globalizado, caótico e organizado. Tem-se o comércio de rua como um espaço que expressa uma natureza contraditória. Ao mesmo tempo, pode ser visto como um fato relevante considerando o aspecto socioeconômico, demonstra uma posição antagônica quando tratado sob o ponto de vista do ordenamento territorial.

O cenário de Feira de Santana quanto a ação do poder público municipal representado pela PMFS, reflete esses dois elementos citados, uma vez que seu objetivo com a construção do shopping popular é o de promover um ordenamento territorial do centro comercial. Essa é a finalidade do ordenamento, organizar os elementos que estão dispostos numa articulação física e concreta do espaço de acordo uma ordem conveniente a interesses nem sempre claros para se obter o fim desejado. Segundo Foucault (1978) através dessa organização consegue a disposição necessária para uma ação enquanto suposto interesse coletivo, e essa disposição reflete na forma como arrumar os objetos no espaço e manter seu controle.

5.4 A suposta solução de um problema e a criação de outro

As formas de uso da cidade de Feira de Santana retratam uma manutenção no comércio de rua, no centro comercial, bem próximo ao que Dantas (2015) escreve sobre o comércio ambulante em Fortaleza. Em 08 de fevereiro de 2015, o jornal *A Tarde*, publica reportagem de Geraldo Bastos, com o título *Feira Atrai Novos Investimentos*. O jornalista informa sobre a construção de dois novos shoppings. O primeiro, uma obra particular, denominada *Feira Portal Center*, com a perspectiva de empregar próximo de 2 mil pessoas, estimando uma circulação diária de 5 mil consumidores. O jornalista também informa que bem próximo será construído o *Shopping Popular*, numa área do Centro de Abastecimento, ocupando um espaço de 30 mil metros quadrados.

Não podemos afirmar sobre a legalidade de uma possível cobrança por parte do poder municipal pelo uso de um espaço público. Porém, a principal insatisfação entre os presentes na audiência realizada em 05 de fevereiro de 2015 referia-se a cobrança pelo espaço, situação que não ocorre nas ruas. De acordo as informações constantes no site da PMFS, outras reuniões com ambulantes e camelôs foram realizadas, considerando os setores (calçados, confecções, alimentos, etc.) para explicar melhor o projeto do *Shopping Popular* e ouvir sugestões para possíveis ajustes do projeto.

Segundo o site do programa jornalístico de rádio *Acorda Cidade*, de 14 de outubro de 2015, o prefeito assinou a ordem de serviço para iniciar a construção do *Shopping Popular*, segundo a publicação “[...] reunirá em um só lugar cerca de 2 mil vendedores ambulantes que atualmente estão espalhados por diversas ruas do centro comercial da cidade”.

Cinco dias após a veiculação no rádio e publicação da informação sobre a construção do empreendimento no site acima referido, ambulantes e camelôs do centro comercial – em conjunto com os artesãos do Centro de Abastecimento – fecharam o principal cruzamento do centro da cidade, entre as avenidas Getúlio Vargas e Senhor dos Passos, reunindo-se à frente da PMFS. Tanto para mostrar aos representantes do poder público municipal quanto a população que por ali circulava, a sua insatisfação com a construção do *Shopping Popular*, figuras 62.

Figuras 62 – Movimento de artesãos do Centro de Abastecimento, ambulantes e camelôs contra a construção do *Shopping Popular* – 2015



Fonte: Disponível em: <http://www.acordacidade.com.br>. Acesso 20 nov. 2015



Fonte: Disponível em: <http://www.acordacidade.com.br>. Acesso 20 nov. 2015

Figuras 62 – Movimento de artesãos do Centro de Abastecimento, ambulantes e camelôs contra a construção do *Shopping Popular* – 2015



Fonte: Disponível em: <http://www.acordacidade.com.br>. Acesso 20 nov. 2015

Segundo os ambulantes e camelôs, bem como os artesãos do Centro de Abastecimento, esse tipo de empreendimento não funciona, pois existem construções particulares, em locais mais estratégicos, que faliram. Segundo depoimento de um camelô a reportagem do Acorda Cidade

Nos outros lugares e capitais, segundo pesquisas que fizemos pela internet, todos faliram. Além disso, tem o primeiro e o segundo piso. Aqui no Arnold Silva Plaza, que tem não sei quantos anos, até hoje o segundo andar não funciona. O Jomafa não funciona, faliu. E lá embaixo no Centro de Abastecimento, quem vai garantir?

O estabelecimento de camelódromos ou *shoppings* populares não significa a extinção dos ambulantes e camelôs das ruas. Os estudos de Durães (2013), Montessoro (2006), Maia (2013), realizados em diferentes partes do país comprovam essa realidade. Em todos, o poder público destinou projeto, recurso e espaço para o ordenamento desses.

O poder público procura normatizar o uso do espaço público representado aqui pelas calçadas, criando estatutos, leis e outros. Para ambulantes e camelôs a forma como utiliza determinado espaço, onde estabelece sua barraca está em ordem, mesmo que de forma considerada ilegal pelos agentes reguladores. A postura do poder público, em todos os exemplos observados na referência consultada, aponta para regras e projetos elaborados por técnicos que aparentam não considerar a opinião e os anseios dos trabalhadores que se encontram nas ruas. Pode-se comprovar essa situação através dos movimentos que ocorreram e os ambulantes, camelôs e artesãos do Centro de Abastecimento foram as ruas tornar público sua insatisfação com o projeto de construção e relocação para o *Shopping Popular*.

A PMFS alega ter realizado audiências públicas para apresentar, ouvir e dialogar sobre o referido projeto. Porém, o que presenciamos na audiência realizada em 05 de março de 2015, a PMFS em associação com o responsável pela obra comunicar que seria construído o *Shopping*, local e custo. A oportunidade de participação concedida aos ambulantes e camelôs foi apenas de calcular o tamanho do box de acordo a sua condição financeira. Mesmo aqueles camelôs que possuem dez barracas na rua e alugam para terceiros, tendo recurso vai poder adquirir tantos boxes quanto possa pagar por eles, segundo o responsável pela obra. O que importa é que no fim do mês os custos referentes aos boxes sejam repassados para a administração do *Shopping*. Quando informaram que não aceitavam o local onde seria construído e o modelo de gestão proposto foram apresentados vários contra-argumentos ficando claro que o projeto vai ser realizado de acordo o planejamento de PMFS.

A preocupação racionalista do uso do espaço urbano foca singularmente na estética da cidade, porém a complexidade do uso do espaço público representado pelas calçadas das ruas e avenidas do centro comercial de Feira de Santana é bem maior que a simples construção de um Shopping popular.

Na pesquisa bibliográfica realizada, nos deparamos com estudos de partes diferentes do Brasil e em todos os casos a situação se repete, o poder público cria leis, usa força física e ordena o território criando camelódromos, *shoppings* ou delimita locais onde ambulantes e camelôs possam exercer sua atividade. Com o passar do tempo acontecem duas situações que se alternam, voltam a comercializar em seus antigos pontos; os espaços construídos ou delimitados não são suficientes para o

número de ambulantes e camelôs existentes. Uma parte considerável continua trabalhando nas ruas sem nenhum tipo de cadastro ou regulamentação.

A heterogeneidade do comércio de rua vai além dos produtos e serviços que são ofertados por ambulantes e camelôs. As relações estabelecidas de forma complexa e distinta entre a circulação, comercialização e consumo são bem mais amplas. Além disso, promovem o não cumprimento das leis estabelecidas pelo poder público.

Para Jakobsen (2000, p. 9) o aumento da informalidade é diretamente proporcional ao número de trabalhadores que perderam o benefício da carteira assinada, seja em grandes, pequenas ou microempresas. Mas também destaca que “[...] isto é insuficiente para explicar o fenômeno da informalidade”.

As principais mudanças ocorrem através da intervenção do Estado que tem o poder municipal como representante principal. Sendo o responsável pelo estabelecimento de um ordenamento territorial através de um planejamento urbano. No caso da cidade de Feira de Santana, o poder público promove seu planejamento através da elaboração e execução de projetos de relocação dos ambulantes e camelôs.

Os interesses privados se revelam sob dois enfoques, na retirada dos ambulantes e camelôs das vias públicas e fazem concorrência direta com os comerciantes formais; do grupo responsável pela construção e administração do *Shopping Popular* que vai cobrar para a manutenção do espaço proposto pela PMFS para a relocação dos ambulantes e camelôs presentes nas principais vias da cidade.

A PMFS com o Pacto de Feira tem procurado requalificar e ordenar o uso do centro comercial da cidade tomando medidas diferenciadas para cada logradouro. Além disso, cada administração que ocupa a PMFS tem uma posição sobre a atuação perante estes trabalhadores. Quadro 8.

Quadro 8 – Ações do poder municipal de Feira de Santana – 1973 a 2016

Período	Prefeito	Ação
31/01/1973 a 31/01/1977	José Falcão da Silva	Construção do Centro de Abastecimento e relocação dos comerciantes do centro comercial
31/01/1977 a 13/05/1982	Colbert Martins da Silva	Renunciou em 1982 para disputar vaga na Assembleia Legislativa da Bahia (Foi eleito). Criação do Planolar – construção de casas populares para a população de baixa renda.
13/05/1982 a 31/01/1983	José Raimundo Pereira de Azevedo	Reforma da cadeia pública, transformando-a na Câmara Municipal de Vereadores; Construção do calçadão da rua Sales Barbosa.
31/01/1983 a 31/12/1988	José Falcão da Silva	Construção do Matadouro do Campo do Gado; Construção de mais de mil casas populares.
01/01/1989 a 31/12/1992	Colbert Martins da Silva	Construção do Hospital da Mulher
01/01/1993 a 30/03/1994	João Durval Carneiro	Renunciou em 1994 para disputar o governo do Estado. Construção da passarela na BR-116 (em frente ao bairro Cidade Nova)
30/03/1994 a 31/12/1996	José Raimundo de Azevedo	Construção do camelódromo Feiraguay.
01/01/1997 a 06/08/1997	José Falcão da Silva	Governou por sete meses e faleceu. Durante o seu governo, recuperou ruas e reformou o Matadouro Campo do Gado.
08/08/1997 a 31/12/2000	Clailton Costa Mascarenhas	Não houveram ações para ordenamento do centro comercial. Recapeamento de ruas, ampliação da iluminação rural, restauração de postos de saúde.
01/01/2001 a 31/12/2004	José Ronaldo de Carvalho	Retirada dos vendedores ambulantes da rua Marechal para os becos do Mocó e Recreio
01/01/2005 a 31/12/2008	José Ronaldo de Carvalho	Não houveram ações para ordenamento do centro comercial.
01/01/2009 a 31/12/2012	Tarcísio Suzart Pimenta	Não houveram ações para ordenamento do centro comercial, intensificação do número de ambulantes e camelôs.
01/01/2013 a 31/12/2016	José Ronaldo de Carvalho	Elaboração do Projeto Pacto de Feira e proposta de construção do Shopping Popular

Fontes: Jornal Grande Bahia, 2016. PMFS, 2016. Almeida, 2006.

O comércio de rua em Feira de Santana pode ser analisado em dois momentos. Desde a origem do município até 1977 quando a feira livre é transferida para o Centro de Abastecimento e o centro comercial tem suas vias desocupadas. Entre 2013 e 2015 o poder municipal elabora o Pacto de Feira para promover a requalificação do centro comercial. No intervalo entre 1977 e 2013 as principais ruas e avenidas da área central são gradativamente ocupadas por ambulantes e camelôs que comercializam de tudo. A proposta para 2015 é a construção de um *shopping* popular para a transferência dos camelôs para esse espaço.

Passados quase quatro décadas entre um projeto e outro, o poder público apresenta proposta bem próxima a do passado, ordenar territorialmente o espaço do centro comercial de Feira de Santana através da construção de um espaço específico e transferir os comerciantes.

As resistências observadas estão relacionadas ao sentido da feira, em especial na rua Marechal Deodoro, muitos ambulantes e camelôs alegam ocupar esse espaço desde antes o período da transferência para o Centro de Abastecimento. A ideia de comércio de rua onde a circulação de pessoas num ritmo intenso é o principal argumento para que estes ambulantes e camelôs procurem se manter nesse espaço. Para o poder público o foco principal é promover um ordenamento territorial na área central da cidade.

Entre as principais mudanças percebidas, nota-se as relações de trabalho, uma vez que dois fatores contribuíram para que nesse intervalo as ruas fossem novamente ocupadas. O que fazia a feira livre até a década de 1970 acontecer com tamanha força era justamente sua localização, pois encontrava-se nas principais ruas de circulação das pessoas. A transferência para um local considerado de difícil acesso, principalmente para pedestres, colabora para o retorno gradual de muitos comerciantes para seus antigos pontos.

A elevação do desemprego nos setores da economia como a indústria e a não absorção pela agropecuária ou serviços, devido as mudanças que também ocorreram, levou a essa massa de trabalhadores buscarem meios de sobrevivência, muitos só encontraram oportunidade nas ruas.

Outra diferença percebida está nos produtos comercializados. É possível perceber a existência de uma hierarquização entre os ambulantes e camelôs que atuam nas ruas de Feira de Santana. Muitos que trabalham com calçados e

confeções, eletroeletrônicos e produtos made in China são os que aparentam um maior recurso, melhor organização comercial e que conseguiu algum tipo de ascensão econômica através dessa atividade.

Entre as resistências e mudanças ocorridas nas relações de trabalho dos ambulantes e camelôs presentes nas principais vias públicas da cidade de Feira de Santana percebe-se a ampliação do conceito de trabalhador. Historicamente, esses foram excluídos do mercado, invisíveis, informais ou tantos outros adjetivos para determinar a barreira existente entre eles e o mercado formal de trabalho. (CACCIAMALI, 2000). Essa situação marca uma grande contradição, pois desde o Brasil Colônia participam do trabalho presente no espaço urbano, em especial nas cidades onde o fluxo comercial era mais dinâmico. Ao se estabelecer o capitalismo industrial, o comércio de rua não recuou, ao contrário, sua contribuição para expandir o valor do capital foi indispensável ao contribui na circulação de mercadorias e transformação dessas em capital (DURÃES, 2013).

Apesar de aparentemente contraditório, a globalização nos seus aspectos considerados positivos, como fluidez e conectividade, não torna o espaço homogêneo, nem tampouco cria uma igualdade socioeconômica entre os indivíduos. Assim, o desemprego e a inserção no mercado informa terão impactos diferenciados sobre uma mesma população. Para Santos (2006) a globalização esconde as verdadeiras dimensões da pobreza, da fome e do desemprego que se propaga nos diferentes países, principalmente nos periféricos.

No que tange ao comércio promovido por ambulantes e camelôs, esses assumem uma organização diferente da que historicamente ocupou as vias públicas da cidade. Feira de Santana surge e se fortalece paralela a feira livre. A presença de ambulantes e camelôs é tolerada até a década de 1960 quando tem início o projeto de modernização nacional.

Essa mudança no espaço urbano é resultado da modernização econômica e da organização industrial. Dois aspectos perseguidos pelos agentes públicos e pela iniciativa privada, tanto numa escala nacional como local. A ideia de modernidade associava-se a estes elementos. Com isso, a feira livre que ocorria no centro comercial gradativamente perde a função de encontro, de espetáculo para quem a procura. O comércio de rua deixa de ser o da feira livre para tornar-se o local de serviços e de comércio num modelo capitalista com poucas relações afetivas.

As resistências nos modos de utilização do centro comercial de Feira de Santana colaboram para compreender o comércio de rua representado por ambulantes e camelôs. Além da expressividade adquirida ao longo das décadas, em especial no período compreendido entre 1990 e 2015. Sua organização e consolidação demonstram a articulação da cidade com outras de níveis hierárquicos diferenciados bem como entre suas diversas partes, mantendo sua área central a hegemonia em relação a outros espaços, mesmo que definidas como nobres - Avenida Getúlio Vargas – ou com finalidades específicas, onde se localiza o *Shopping Boulervad*.

O alinhamento com uma movimentação econômica em escala global parece não ter relação com a atividade do comércio informal. Mas, seu impacto é tão direto quanto a reestruturação produtiva que ocorre nas grandes empresas transnacionais exploradoras de mão-de-obra local. A partir do momento que postos de trabalho são fechados e há uma elevação da produção tem-se duas situações, trabalhadores que necessitam sobreviver e só encontram meios através do comércio de rua, mercadorias que foram produzidas, necessitam ser comercializadas e o mercado formal sozinho não consegue realizar essa ação.

A disputa por esse espaço demonstra a manutenção da dinâmica econômica. Mantendo-se concentrada no centro comercial, mesmo que o espaço urbano apresente um zoneamento territorial, tanto os consumidores locais quanto os originários de outros municípios ou regiões procuram por atividades e produtos específicos no centro.

Desse período até os dias atuais, a PMFS tem feito sucessivas retiradas de camelôs da área central da cidade. A instalação do CIS na década de 1970 vem reforçar essa ideologia de modernização do espaço urbano. Um município que apresenta um parque industrial vinculado ao Centro Industrial de Aratu e ao Complexo Petroquímico de Camaçari contribuirá sobremaneira com a expansão imobiliária e o processo migratório, fortalecendo o município. A necessidade de aparências de modernização, e a feira livre no centro comercial estão na contramão dessa nova realidade. (CRUZ, 1999).

Como discutido no referencial teórico desta tese, o trabalho informal não é um fenômeno recente, associado a atual crise econômica que invade países ricos e pobres.

Como fato positivo é necessário considerar seu papel na rede de comercialização e distribuição de produtos, pois como trata Corrêa (1995), em algum momento estes trabalhadores conseguem ter acesso a cadeia produtiva e ofertam determinados produtos com preços mais acessíveis principalmente a uma população de menor poder aquisitivo.

Outro fato que marca a heterogeneidade entre ambulantes e camelôs. Ao circular pelas ruas e avenidas da cidade é possível perceber que existem aqueles que estão ali por falta de oportunidade no mercado formal, mas há outros com negócios bem-sucedidos, com formas distintas de operacionalização, capital de giro (tratado como guia entre os ambulantes e camelôs). Existem camelôs com 2 empregados na barraca, outros com 10 barracas e todas alugadas a outros camelôs. Assim, é possível notar que certos camelôs conseguiram sucesso financeiro nesta atividade. Ao mesmo tempo, encontramos ambulantes com seus produtos nas mãos, perambulando pelas ruas, oferecendo sua mercadoria e sem conseguir obter nem mesmo o dinheiro da condução para o retorno à sua residência.

O modelo de *shopping* no imaginário dos representantes municipais é o ideal para organizar as ruas do centro comercial. Promove o disciplinamento e ordenamento dos ambulantes e camelôs instalados, melhora a arrecadação de tributos e promove mais um atrativo para a cidade. A presença do *shopping* center é um equipamento significativo para os habitantes de Feira de Santana e também para os moradores de cidades menores que se deslocam na intenção de consumir produtos sofisticados, se considerada a ausência em suas cidades. Em sua página na internet destaca: “Feira de Santana tem hoje um equipamento funcional e moderno, sendo visto pela cidade e região como o seu principal centro de compras, gastronomia, serviços, lazer e entretenimento” (*SHOPPING BOULEVARD*, 2015). Com uma dinâmica bem diferente, a chegada do então Shopping Iguatemi, em abril de 1999 estabeleceu um modelo distinto nas relações comerciais da cidade que alteraram os movimentos sociais, econômicos e espaciais. Em outubro de 2008 passa a se chamar *Shopping Boulevard*. Figura 63.

Figura 63
Feira de Santana – Fachada do *Shopping Boulevard* - 2016



Fonte. www.bahiaeconomica.com.br. Acesso 20 de jul. 2016.

A entrada do *Shopping Boulevard* promoveu um grande impacto entre os comerciantes formais e informais do centro da cidade. Muitos tinham a preocupação do choque que causaria a instalação desse novo empreendimento comercial. Porém, a dinâmica comercial desse espaço é diferenciada, o público que procura pelo *shopping* tem outro perfil de consumidor.

Inicialmente as pessoas buscam lazer e entretenimento e por vezes, terminam por consumir confecções, eletroeletrônicos, calçados, acessórios, entre outros produtos. Entre a implantação do shopping e a década de 2010 sucessivas crises e recessões afetaram o modo de consumo, o que refreou a compra no shopping por parte de muitos consumidores. Então a administração copia o modelo de comércio de rua e implanta o Multiplace no sentido de atrair potenciais consumidores que vem em busca de serviços especializados. Segundo a página: “Em junho de 2011 foi inaugurado o Multiplace, complexo de serviços de 21 pavimentos, integrado ao shopping [...]” Figura 64.

Figura 64 – Feira de Santana - Edifício Multiplace - 2016



Fonte: www.edificiomultiplace.com.br. Acesso 20 de jul. 2016.

Nessa conjuntura, Feira de Santana tem apresentado uma dinâmica econômica ampliada em termos qualitativos e quantitativos. Em relação a seu comércio essa expansão tem se revelado tanto na diversificação como na especialização, o que tem promovido elevação no fluxo de mercadorias e consumidores.

As atividades informais aparecem então como alternativa para essa finalidade. Através delas grandes segmentos populacionais alcançam algum tipo de inclusão social. No caso do comércio, em muitas situações, as populações excluídas de um modelo padronizado consegue ter necessidades básicas atendidas.

É inegável que o comércio informal contribui para a movimentação da economia. Seu valor é revelado quando analisado o número de pessoas envolvidas nesta atividade. É preciso considerar os ambulantes e camelôs, mas para que estes existam antes há uma mercadoria que foi produzida e distribuída com preços competitivos, clientes que buscam e comprem essa mercadoria, poder público que de uma forma ou de outra acaba por permitir a permanência desses em vias públicas ou promovem sua dinâmica territorial em locais potencialmente planejados.

A atividade informal representada pelo comércio de rua exercida por ambulantes e camelôs apresenta resistências e mudanças quando analisadas suas atuais características. O comércio de rua ainda apresenta um trabalho com aspectos marginais, ao ocupar de modo ilegal as vias públicas, sem a devida legislação que garanta deveres, mas também direitos.

O alinhamento com uma movimentação econômica em escala global parece não ter relação com a atividade do comércio de rua. Mas, seu impacto é tão direto quanto a reestruturação produtiva que ocorre nas grandes empresas transnacionais que exploram a mão-de-obra local. A partir do momento que postos de trabalho são fechados e há uma elevação da produção tem-se duas situações a) trabalhadores que necessitam sobreviver e só encontram meios através do comércio de rua; b) mercadorias que foram produzidas e necessitam ser comercializadas.

Desse modo, a prática do comércio de rua para esses produtos é um modelo já conhecido que ganha um novo delineamento quando observado o que passa a ser vendido. O melhor local para a materialização desse processo são as vias públicas, preferencialmente o centro, por apresentar singularidades que lhe são marcantes.

Percebe-se que as resistências e mudanças estão ligadas basicamente ao tipo de equipamento utilizado. As barracas ainda demonstram um tipo de comércio de rua tradicional, ao mesmo tempo, apresentam novas dinâmicas como o recebimento de cartão de crédito/débito.

Dentre as mudanças é possível verificar algumas situações entre ambulantes e camelôs. Trabalhando em moldes empresariais pois contratam funcionários, pagam salários, estipulam jornadas de trabalho, disponibilizam vale transporte e outras gratificações, a depender da situação econômica do ambulante ou camelô. Demonstram que as relações capitalistas se fazem presentes nesse modelo de informalidade.

A questão da centralidade é outra característica marcante. Ao mesmo tempo que se configura como uma permanência, uma vez que é o centro comercial o local de maior dinâmica para a realização da atividade comercial. Promove a mudança, pois mesmo que de forma indireta proporciona a acumulação de capital. Ao mesmo tempo que abriga os excluídos do mercado formal de trabalho, que não geram arrecadação tributária, estão fora da concorrência justa por não arcar com os deveres fiscais. Abrigam elevados contingentes de ex-trabalhadores do mercado formal e promovem

a circulação monetária que pode ser apenas estimada. Contribuem para a geração de riqueza nas diversas escalas geográficas aqui citadas.

Entre as resistências e mudanças evidenciadas percebe-se que o comércio de rua estudado segue a lógica e modelo de sociedade para o qual se destina. Nesse sentido, o comércio realizado por ambulantes e camelôs vem refletindo interesses e necessidades da clientela. Além da sobrevivência imediata de seus trabalhadores, a busca pelo lucro tornou-se um dos ideais daqueles que alcançaram um nível de organização e trabalho diferenciado.

O que tem se observado é uma reincidência dos ambulantes e camelôs, sempre num número crescente, aos espaços desocupados pelos governos municipais. O entendimento que temos desse perfil considera que por mais que os poderes busquem no camelódromo a ferramenta para o ordenamento territorial das calçadas, este é o espaço de quem vende para aqueles que circulam a pé nas ruas e avenidas.

Com o estudo realizado foi possível identificar as características dos dois circuitos da economia urbana presentes nas atividades de ambulantes e camelôs no centro comercial de Feira de Santana. Identificou-se a presença dos circuitos baseado no modelo de Santos (2008a), a teoria proposta por este autor é verificada neste espaço de pesquisa. Este instrumento serviu de base para a análise, bem como, fez-se uma adaptação do quadro organizado por Santos para a realidade do comércio presente nas ruas pesquisadas.

As especificidades dos circuitos superior e inferior da economia urbana tratado por Santos (2008a) puderam ser identificados durante a pesquisa de campo. Ao mesmo tempo, essa atividade tem apresentado características do circuito superior da economia urbana. Ao considerar sua presença, nas atividades dos ambulantes e camelôs de Feira de Santana, Santos (2008a) elaborou um quadro, no qual, apresenta as principais diferenças entre o circuito superior e inferior da economia urbana. Inserindo as características dos ambulantes e camelôs do centro comercial de Feira de Santana percebe-se a existência ou ausências elementos que compõem cada um dos circuitos na materialização de suas atividades. Quadro 9.

Quadro 9 – Feira de Santana - Características dos dois circuitos da economia urbana presentes nas atividades dos ambulantes e camelôs - 2016

	Circuito superior	Circuito inferior	Ambulantes e Camelôs
Tecnologia	capital intensivo	trabalho intensivo	capital intensivo trabalho intensivo
Organização	burocrática	primitiva	primitiva
Capitais	importantes	reduzidos	importantes reduzidos
Emprego	reduzido	volumoso	reduzido
Assalariado	dominante	não-obrigatório	não-obrigatório
Estoques	grande quantidade e/ou alta qualidade	pequena quantidade e/ou qualidade inferior	pequena quantidade e/ou qualidade inferior
Preço	fixos (em geral)	submetidos à discussão entre comprador e vendedor	submetidos à discussão entre comprador e vendedor
Crédito	bancário institucional	peçoal não institucional	peçoal não institucional
Margem de lucro	reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo)	elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios	elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	impessoais e/ou com papéis	diretas, personalizadas	diretas, personalizadas
Custos fixos	importantes	desprezíveis	importantes
Publicidade	necessária	nula	Não tão necessária mas existente
Reutilização dos bens	nula	frequente	Não identificada
Overhead capital	indispensável	dispensável	Não identificada
Ajuda governamental	importante	Nula ou quase nula	Presente em algumas situações
Dependência direta do exterior	Grande, atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula	Presente em algumas situações

Fonte: SANTOS, 2008a. Adaptado por TELES, 2016.

No circuito inferior da economia urbana o universo de ocupações é bem mais amplo do que a existência de microempresas com pouco capital. Aqui estão inseridas diversas ocupações presentes no espaço urbano e de cunho tão precário quanto a ausência de capital, podemos citar os trabalhadores domésticos, os biscateiros, catadores de material reciclável e vendedores ambulantes.

Segundo Santos (2008a) “os vendedores de rua constituem o nível inferior da pulverização do comércio, o último elo da cadeia de intermediários entre os importadores, industriais, atacadistas e os consumidores” (p. 218). Esta ocupação apresenta uma particularidade essencial ao circuito inferior, sua habilidade em comportar cada vez mais indivíduos executando a etapa final da comercialização junto à população. O comércio de rua se estabelece como atividade peculiar do circuito inferior em expansão pelo Brasil.

As cidades brasileiras contêm divisões do trabalho distintas ocorrendo de modo simultâneo e estabelecendo relações diferenciadas no meio em que se encontra. As cidades de médio e grande porte são as que mais apresentam a fixação de atividades relacionadas a divisão social do trabalho resultante das transformações dos meios financeiros e tecnológicos. Paralelo a este cenário tem-se as atividades promovidas com capitais mínimos, geralmente de origem local.

Destacando-se em razão dos variados níveis de tecnologia, organização e capital das atividades urbanas essa realidade faz parte do circuito da economia urbana (SANTOS, 2008a). Devemos observar a ligação entre os circuitos superior e inferior da economia. No caso do setor comercial, tanto aqueles que se encontram na organização formal como os que estão na informalidade possuem particularidades que promovem, em dado momento, uma aproximação e organização de um todo. Ao mesmo tempo, apresentam oposição em características como divergência no recolhimento de impostos, apresentam complementaridades, se for observado, do seu modo, o setor informal também dá oportunidade de ocupação e renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço geográfico resulta da constante inter-relação do homem com o ambiente, nas diversas escalas geográficas, promovendo uma intensa utilização dos recursos disponíveis. Ao mesmo tempo, estabelece relações afetivas que promovem transformações com um sentido de pertencimento num dado espaço. Exatamente como acontece no processo de desenvolvimento, onde o capital determina o estabelecimento das atividades produtivas, ao longo do tempo, de acordo ao que acontece na conjuntura econômica internacional. O espaço geográfico é o reflexo da sociedade – e como tal – recebe influências diversas.

O que ocorre nos lugares através do desenvolvimento local, muitas vezes, é resultado da transformação social no espaço, utilizando novas funções para alterar processos, com intensa repercussão nas velhas e atuais estruturas. Essas transformações têm como principal agente, a sociedade daquele dado momento. Pela constante transformação social, considerando o homem como ser mutável e passível de influências, as mais diversas mudanças (políticas, econômicas, religiosas, culturais, principalmente) ocorrem associadas ao momento histórico em que acontece, mudando o espaço que vai conjuntamente sofrendo influências e alterações. Afinal, o espaço geográfico resulta dessa relação.

Essa associação entre o homem e o ambiente cria um espaço construído – o espaço geográfico – que de forma concreta e prática conotam um espaço delimitado. Seu controle, planejamento e realização se dão efetivamente, diferenciando-se de acordo os grupos sociais presentes. A ação do Estado repercute os interesses dos agentes capitalistas no seu processo de acumulação. As ações públicas e privadas - que se realizam sobre o território - criam e recriam constantemente novas dimensões para seu crescimento e desenvolvimento socioeconômico.

Ao longo do tempo – os diversos setores da economia - e não só a indústria como alguns enfatizam, vem passando por grande reestruturação produtiva. A intensidade do uso de tecnologias e de métodos científicos associados ao capital vêm intensamente relativizando os fatores locais. Em nome de ligações reticulares cada vez mais exógenas e pontuais, bem como, intensas modificações nas relações de trabalho. A crise do capital, a partir de meados da década de 1970, leva a uma

reestruturação produtiva que repercute intensamente no mundo do trabalho organizado até aquele momento.

O espaço geográfico resulta da constante inter-relação do homem com o ambiente, nas diversas escalas geográficas, promovendo uma intensa utilização dos recursos disponíveis. Ao mesmo tempo, estabelece relações afetivas que promovem transformações com um sentido de pertencimento num dado espaço. Exatamente como acontece no processo de desenvolvimento, onde o capital determina o estabelecimento das atividades produtivas, ao longo do tempo, de acordo ao que acontece na conjuntura econômica internacional. O espaço geográfico é o reflexo da sociedade – e como tal – recebe influências diversas.

O que ocorre nos lugares através do desenvolvimento local, muitas vezes, é resultado da transformação social no espaço, utilizando novas funções para alterar processos, com intensa repercussão nas velhas e atuais estruturas. Essas transformações têm como principal agente, a sociedade daquele dado momento. Pela constante transformação social, considerando o homem como ser mutável e passível de influências, as mais diversas mudanças (políticas, econômicas, religiosas, culturais, principalmente) ocorrem associadas ao momento histórico em que acontece, mudando o espaço que vai conjuntamente sofrendo influências e alterações. Afinal, o espaço geográfico resulta dessa relação.

Essa associação entre o homem e o ambiente cria um espaço construído – o espaço geográfico – que de forma concreta e prática conotam um espaço delimitado. Seu controle, planejamento e realização se dão efetivamente, diferenciando-se de acordo os grupos sociais presentes. A ação do Estado repercute os interesses dos agentes capitalistas no seu processo de acumulação. As ações públicas e privadas - que se realizam sobre o território - criam e recriam constantemente novas dimensões para seu crescimento e desenvolvimento socioeconômico.

Ao longo do tempo – os diversos setores da economia - e não só a indústria como alguns enfatizam, vem passando por grande reestruturação produtiva. A intensidade do uso de tecnologias e de métodos científicos associados ao capital vêm intensamente relativizando os fatores locais. Em nome de ligações reticulares cada vez mais exógenas e pontuais, bem como, intensas modificações nas relações de trabalho. A crise do capital, a partir de meados da década de 1970, leva a uma

reestruturação produtiva que repercute intensamente no mundo do trabalho organizado até aquele momento.

No Brasil, os reflexos dessas modificações tecnológicas perante o capital, a produção e o trabalho ganham destaque com a modernização conservadora. A partir da década de 1960, o Estado, com vultosos investimentos e intervenção direta no aparato produtivo, procurou colocar o país entre as principais potências econômicas da época, modificando sua estrutura produtiva que deixa de ser primordialmente um país agrário para ocupar uma posição industrial-urbana, com intensa complexidade, tanto para a economia quanto para a sociedade.

Por sua capacidade de se renovar, o circuito inferior tem promovido a incorporação, constante e crescente, de camadas da população que ficam desempregadas, em muitos casos, como consequência da reestruturação produtiva promovida no circuito superior. As atividades presentes no território brasileiro demonstram as mudanças no processo produtivo e a reestruturação dos setores econômicos, repercutindo diretamente nesse espaço. O meio técnico-científico-informacional proposto por Milton Santos (2008a) reorganiza todos os setores produtivos, criando meios para o capital produzir e reproduzir lucro nos diversos segmentos, promovendo locais com concentração de mão-de-obra que se ocupa em atividades informais, a exemplo dos camelôs e ambulantes.

A dinâmica geográfica da forma atual como se desenvolve o capitalismo na escala mundial, com seus processos assimétricos, multifacetados e multilocalizados gera diferentes formas de interdependência de lugares e regiões num sistema mundial de relações seletivas e hierárquicas. Novas configurações espaciais emergem sobre as quais as instâncias nacionais, regionais e locais como formações socioespaciais estão cada vez mais articuladas em redes, fazendo com que haja uma ressignificação dos conteúdos espaciais, antes existentes diante da inserção de outros novos.

Feira de Santana, por sua posição geográfica e por apresentar um sistema rodoviário que colabora para a circulação de pessoas e mercadorias, compreende uma intensa atividade comercial associada a sua história e formação territorial. As mudanças nas relações de trabalho, em níveis globais e com repercussões locais, também colaboram para que um contingente a margem do trabalho formal busque no comércio de rua uma alternativa para a sua sobrevivência. A figura do comerciante

que é definido como ambulante ou camelô se refere aquele trabalhador que realiza suas atividades no espaço que para muitos seria apenas para circulação.

Os camelôs são comerciantes de rua e fazem parte da economia informal, atuam principalmente nas médias e grandes cidades. Para as autoridades, em especial o poder municipal, a presença desse segmento nas ruas é tratada como problema, pois fazem mau uso do espaço público através da ocupação de calçadas e impedimento da circulação de pedestres e não pagam impostos. De fato, as dificuldades de inserção no mercado formal induzem ao fortalecimento dessa atividade que marca a vida econômica de Feira de Santana.

O comércio informal em Feira de Santana, particularmente o que ocorre nas ruas da cidade, passou por significativas transformações no intervalo que marca a origem do município e da cidade com a feira livre e a feira de gado bovino até a atual organização, na qual os produtos industrializados predominam. Esta situação é um indicativo de que houveram inclusões, nesta atividade, decorrentes da acumulação de capital. O grande destaque volta-se a comercialização de mercadorias, produzidas em grande escala, por empresas de médio e grande porte, muitas delas estrangeiras, que podem ser encontradas nas mãos e barracas de ambulantes e camelôs.

Considerando o impacto da reestruturação produtiva no mundo do trabalho, este comércio informal apresenta papel singular na manutenção da sobrevivência do trabalhador. Ao absorver a mão-de-obra desempregada, oriunda de outros segmentos apresenta dupla função, com a diminuição no número de pessoas desocupadas e sem rendimentos, e ainda permitir a estes o poder de consumo que lhe seria negado caso não tivesse nenhuma forma de negociar sua força de trabalho.

Em Feira de Santana, tanto no Centro quanto em muitos bairros que apresentam subcentros ativos os produtos são provenientes de escalas local, regional, nacional e mesmo internacional, com circulação de mercadorias vendidas e compradas por comerciantes e consumidores de volume significativo, sendo difícil sua mensuração em decorrência da dificuldade de informação.

A centralidade foi considerada como pilar para a organização dessa atividade na área central de Feira de Santana. A cidade mantém-se monocêntrica, apesar das modificações advindas do seu processo de expansão urbana tão concreto e visível, nas últimas décadas. Não só as classes de menor poder aquisitivo procuram o Centro para consumir, mas, principalmente, consumidores das mais variadas cidades e de

outros estados. Sua hegemonia em relação aos bairros continua fortalecida. Por mais que tenha ocorrido a transferência de comércio e serviços para outros espaços da cidade, a área central reúne o melhor percurso de transporte coletivo, além das facilidades de acesso a diferentes usos, num espaço de tempo considerado curto.

O uso do espaço público para fins particulares é outro ponto que não pode ser desconsiderado. O número de conflitos gerados, envolvendo diferentes agentes, é elevado e complexo. O poder público, por ser o responsável pela gestão e manutenção desse espaço procura normatizá-lo, com a intenção de impor um ordenamento territorial e atender os interesses divergentes, daqueles que o utilizam sejam cidadãos, comerciantes formais ou informais.

É notável, nas cidades, o número de trabalhadores que atuam no comércio de rua, ocupando as calçadas das vias de maior circulação de pedestres. Em Feira de Santana, percebe-se esse fenômeno como resultado de um processo social histórico, pois, ao longo do processo de produção espacial da cidade, a presença do mercado informal foi marcante e determinante. As mudanças na economia urbana são consequência da ampliação do espaço conquistado por ambulantes e camelôs. Por sua vez, os elementos socioeconômicos contribuem para as mudanças na dinâmica do comércio de rua. A apropriação do espaço público em trechos privilegiados da área central e com intensa circulação de pedestres é ação primordial para o estabelecimento dessa atividade.

Ao tentar criar um espaço para a relocação dessa atividade, o poder público municipal, novamente, retoma a ideia da década de 1970, de que ordenamento do espaço público só se faz com retirada de ambulantes e camelôs das ruas. Os conflitos estão pautados em tempos históricos diferenciados - e que muitas vezes - procuram reproduzir uma realidade que se perdeu, ou não enquadra mais, nas necessidades presentes.

Os ambulantes e camelôs fazem parte de uma cadeia produtiva, afinal, existe uma organização bem articulada para que a mercadoria esteja exposta. São fabricantes, importadores, atacadistas, atravessadores e outros segmentos envolvidos para que esta atividade se realize. Eles fazem parte de uma rede comercial que apresenta fixos e fluxos com escalas geográficas que vão do local ao internacional.

As mercadorias *made in China* vendidas nas ruas pesquisadas demonstram que existem uma conexão bem intensa entre produção, comercialização e consumo final. Nas ruas, é possível encontrar a mesma mercadoria que se depara exposta nas vitrines das lojas formais. O indivíduo que circula a pé, pelos mais variados motivos, direciona sua atenção para barracas e outros equipamentos, e termina, em muitos casos, por consumir o produto exposto nas ruas.

Esse tipo de comércio tem ganhado destaque por começar a despontar como relevante segmento comercial, servindo como escoadouro da produção industrial, como mediador do mercado. Ao mesmo tempo, tem atraído a atenção por sua posição sonegadora. O volume de impostos não arrecadado pelos governos tem se destacado devido a magnitude, cada vez mais ampliada que é negociada nas ruas.

Os ambulantes e camelôs são classificados como trabalhadores que estão em situação irregular ou ilegal, em especial pela SETTDEC, por ocuparem as ruas da cidade. No Estatuto do Pedestre está destacado um item para normatizar, ordenar e retirar ambulantes e camelôs do centro comercial da cidade. Como o PDDU encontra-se defasado, o poder público se vale do referido estatuto para regulamentar o uso das calçadas e demais espaços públicos no centro comercial, gerando conflitos.

A ideia de construção de um Centro comercial, chamado de shopping popular, para abrigar este tipo de atividade se fragiliza em decorrência do modelo de funcionamento previsto. O comércio de rua atende um público transeunte que, na maioria das vezes, não planeja a compra e encontra oportunidade de barganhar um preço mais acessível, o que nem sempre é possível nas lojas do comércio formal.

A fragilidade do termo informal foi demonstrada ao longo dos capítulos, em especial, no capítulo 1, com a tentativa de definir comércio formal e informal. A abrangência de seu uso é bem diversa, por esse motivo, em muitas situações, tratou-se como comércio de rua como a atividade realizada por ambulantes e camelôs nos logradouros do centro comercial de Feira de Santana.

A disputa por esse espaço demonstra a manutenção da dinâmica econômica. Mantendo-se concentrados no centro comercial, mesmo que o espaço urbano apresente um zoneamento territorial, tanto os consumidores locais quanto os originários de outros municípios e regiões procuram por atividades específicas no Centro.

A transformação do espaço urbano revela a sua dinâmica através de formas e funções que promovem a reprodução do lugar por meio de agentes diversos, é o caso do poder público, empresários formais, ambulantes e camelôs. Considerando a funcionalidade, o Centro aparenta uma homogeneidade, pois a atividade comercial predomina. Porém, apresenta uma forte heterogeneidade quando analisada sua organização, em especial, os ambulantes e camelôs, pois constroem, de forma individual, seus espaços de sobrevivência.

Ambulantes e camelôs não formam um grupo homogêneo. Existe uma parcela que se encontra nessa ocupação por conta de crises econômicas conjunturais, por baixa escolaridade, falta de experiência profissional, pessoas com idade considerada avançada para continuar no mercado formal, outras por causa das mudanças tecnológicas e terminam por só achar espaço nesse segmento. Por sua capacidade de se renovar, o circuito inferior tem promovido a incorporação constante e crescente de camadas da população que ficam desempregadas, em muitos casos, como consequência da reestruturação produtiva, promovida no circuito superior.

O comércio compõe relevante estímulo para a expansão urbana e fortalecimento da centralidade. Evidencia-se de modo fundamental, para o entendimento da evolução urbana do município e da cidade de Feira de Santana, perante os demais municípios do estado da Bahia fortalecendo sua posição polarizadora na região metropolitana. A cidade atua como centro polarizador e suas relações comerciais colaboram para a manutenção e fortalecimento da centralidade urbana.

A diversidade na origem de consumidores, ambulantes e camelôs mostra como a cidade de Feira de Santana é relevante como centro receptor e distribuidor de bens e serviços. Seu centro urbano e núcleo comercial atraem para seus limites pessoas de diversas origens em busca da diversidade ofertada

A Rua Sales Barbosa é a que concentra o maior número de camelôs entrosados. Aparentam ter o maior poder aquisitivo e estarem melhor estruturados em termos de vendas, capital de giro, organização das barracas. A Avenida Senhor dos Passos apresenta-se como uma filial do Feiraguay, pois entre os entrevistados, diversos informaram que suas mercadorias tem origem nesse camelódromo. Uma realidade bem próxima é a desempenhada na Rua Marechal Deodoro ao revender os produtos do Centro de Abastecimento.

Essa atividade pode ser explicada pela teoria dos dois circuitos da economia urbana, elaborado por Milton Santos (2008a), na década de 1970. Mudanças como tecnologia, circulação e comunicação foram absorvidas até certo ponto por este segmento, mas outras características como uso de máquina de débito/crédito, utilização de capital bancário, capital de giro ampliado, utilização de tecnologias para aquisição ou venda de mercadorias, estoques reduzidos continuam a fazer parte da rotina desses comerciantes, também se articulam com mercados regionais, nacionais ou mesmo internacionais para a aquisição de mercadorias.

Apesar da literatura enfatizar que o comércio de rua é voltado para a classe de menor poder aquisitivo, em Feira de Santana, este segmento atende o cidadão que circula pelo centro comercial da cidade e é atraído visualmente pela mercadoria exposta, independentemente de sua condição social. Apenas no Feiraguay, que se destaca pela presença de produtos eletrônicos, constata-se que a população que o frequenta sai de casa no intuito de ir diretamente consumir seus produtos. Assim, as características são bem diferenciadas dos camelos e ambulantes que estão pelas ruas no centro comercial de Feira de Santana.

O cidadão que consome o produto exposto nas ruas do centro comercial é o mesmo que reclama da falta de espaço, da insegurança, da desordem, da poluição visual e outros problemas devido a quantidade de barracas e pessoas comercializando. Para o poder público municipal, responsável pelo uso e ocupação do solo urbano, o comércio de rua é um grande problema a ser resolvido; pressionado por comerciantes formais que se sentem prejudicados pela concorrência desleal e pelos sindicatos que representam ambulantes e camelôs ao lembrar do desemprego que afeta milhares de pessoas por todos os países e em especial no Brasil.

A construção do Pacto da Feira que justifica a requalificação do centro comercial da cidade não trouxe novidades em relação ao que já tinha sido organizado em tempos passados. A construção de um camelódromo remete a relocação dos comerciantes, na década de 1970, para o Centro de Abastecimento. A diferença, em relação ao dias atuais, trata do modelo de construção e administração, por intermédio de uma parceria público-privada que dará a empresa o direito de explorar o espaço e os comerciantes por 30 anos.

Apesar da existência de três sindicatos/associações a luta pela sobrevivência de ambulantes e camelôs se dá de forma individual. O momento de destaque ocorreu

quando os artesãos do Centro de Abastecimento viram seus espaços ameaçados pelo projeto de construção do camelódromo e se uniram aos ambulantes e camelôs em diversos movimentos para chamar a atenção da sociedade e do poder público para o repúdio a realização desse empreendimento no referido espaço. É contraditório retirar um segmento historicamente consolidado nas ruas para realizar um empreendimento que se diz público, porém, com todas as características particulares.

O espaço público representado pelas ruas e avenidas do centro comercial da cidade de Feira de Santana confirma-se enquanto espaço para o comércio de rua realizado por ambulantes e camelôs. A tradição histórica da feira livre, o desemprego promovido pelas sucessivas reestruturações produtivas, a articulação local, regional e nacional para a realização da atividade comercial contribui para a consolidação do comércio formal e também do informal. Os logradouros estudados apresentam graves problemas de infraestrutura e ordenamento territorial que, se corrigidos pelo poder público, não inviabilizam sua realização, principalmente por ser referência em escala regional.

Muito há que se planejar na utilização das ruas e avenidas do centro comercial de Feira de Santana. Ambulantes, camelôs, consumidores e poder público precisam encontrar um ponto em comum para o uso racional e ordenamento territorial da cidade de Feira de Santana.

O comércio informal em Feira de Santana apresenta uma grande heterogeneidade, complexidade e relevância para a sociedade e a economia, uma vez que muitos cidadãos retiram seu sustento dessa atividade. Além disso, muitas indústrias consideradas regulamentadas conseguem ver seu capital se elevar destinando parte de suas mercadorias para este segmento comercial, reforçando a condição de complementaridade existente entre os circuitos da economia urbana dos países. Desse modo, a complexidade das permanências e mudanças nessa atividade permite diversos estudos posteriores.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. L. de O. Na Informalidade: Relações de Identidade e Alteridade entre os Trabalhadores Ambulantes. **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**. Diversidades e (Des)Igualdades. Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011. UFBA.

AGUIAR, K. B.; ORTIGOZA, S. A. G. O comércio informal no centro da metrópole paulista. **12º Encontro de Geógrafos da América Latina**. Montevideu, 2009. Disponível em: <<http://www.egal2009.com>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

ALMEIDA, E. P. **A metropolização-periferização brasileira no período técnico-científico-informacional**. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ALVES, G. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2 ed., Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANDRADE, A. C. Políticas para o Setor Informal Urbano. **Anais do Seminário sobre Políticas para o Setor Informal Urbano do Mercado de Trabalho**. Salvador: Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social. 1977.

ANDRADE, M. C. **Imperialismo e Fragmentação do Espaço**. São Paulo: Contexto, 1993. (Coleção Repensando a Geografia)

ARAUJO, A. O. **Redes e Centralidades em Feira de Santana (BA)**: O centro de abastecimento e o comércio do feijão. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2006.

_____; SILVA, B-C. N. Bases para a comercial de Feira de Santana (BA) a partir do Centro de Abastecimento. **Anais da XX Semana de Mobilização Científica**. Salvador: UCSAL. 2003.

AZEVEDO, T. **Feira de Sant'ana, passado e presente**. Centro de Estudos Baianos. Salvador: Publicação da Universidade Federal da Bahia, 1976.

AZEVEDO, L. D.; COSTA, E. S. Múltiplos territórios: o caso da rua Marechal Deodoro da Fonseca na cidade de Feira de Santana, Bahia, Brasil. **12º Encontro de Geógrafos da América Latina**. Montevideu, 2009. Disponível em: <<http://www.egal2009.com>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

BAHIA. Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei Complementar nº 35**, de 29 de julho de 1994. Institui a Região Metropolitana de Feira de Santana – RMFS e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/proposicoes.php>>. Acesso em: 28 maio 2014.

BAHIA. Diário Oficial do Estado. **Lei Complementar nº 35**, de 06 de julho de 2011. Institui a Região Metropolitana de Feira de Santana – RMFS e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.egba.gov.br>>. Acesso em: 28 maio 2014.

BAHIA. Assembleia Legislativa. **Constituição Estadual**. 1989. Disponível em: <<http://www.al.ba.gov.br/constituicaoestadual>>. Acesso em: 28 maio 2014.

BARBOSA, R. N. de C. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional: da “letra da lei” ao sentido do texto. **Políticas Públicas**. São Luis. v. 16, n. 1, p. 37-50, jan-jun 2012.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia Urbana**. Paris: Librarie Armand Colin, 1980. Tradução: Raquel Soeiro de Brito, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

_____. **Tratado de Geografia Urbana**. Barcelona: Vicens-Vives, 1970.

BECKER, B. K. Uma nova regionalização para pensar o Brasil? In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org.) **Brasil, Século XXI** – por uma nova regionalização? Processos, escalas, agentes. São Paulo: Max Limonad, 2004.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. **Brasil**: uma nova potência regional na economia-mundo. São Paulo: Bertrnd Brasil, 1993.

BENADUCE, G. M. C.; GOMES, T. Novas Centralidades Comerciais em Santa Maria-RS. **12º Encontro de Geógrafos da América Latina**. Montevideu, 2009. Disponível em: <<http://www.egal2009.com>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

BENEVOLO, L. **A Cidade na História da Europa**. Portugal: Editorial Presença/Queluz do Baixo, 1996.

BERTOLUCCI, F. L. A Área Central de Uberlândia: Espaço preferencial das atividades informais – os camelôs e ambulantes. **Simpósio Regional de Geografia**. 2003. Uberlândia, 2003. Disponível em <<http://www.ig.ufu.br>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

BESSA, K. Estudos sobre a rede urbana: os precursores da teoria das localidades centrais. **GeoTextos**, vol. 8, n. 1, jul. 2012, p. 147-165.

BOMFIM, M. V. P. **A Rede Urbana do Recôncavo Baiano e seu Funcionamento Técnico**. 2006. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

BORGES, A.; DRUCK, M. G. Crise Global, Terceirização e a Exclusão no Mundo do Trabalho. **Caderno CRH**. Salvador, n. 9, 1993.

BRANDÃO, M. B. A. **Comércio de Rua**: Ocupação Consolidada no Espaço Público, Possibilidades de Abordagens no Projeto Urbano. 2008. 147 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. **Lei Complementar nº 14**, de 08 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Disponível em <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=97438&norma=121699>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

BRASILEIRO, J. M. **Trabalho Informal e Trabalho Irregular no Brasil**: Análise Sucinta das Três Últimas Décadas. Salvador: Grafcor, 2010.

CABRAL, B. D. **Redimensionamento do Centro de Fortaleza – CE**: Os “Shoppings” Populares. 2008. 112 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e Processo de Informalidade. **Economia e Sociedade**. n. 14, p. 153-174, jun 2000.

_____. As Economias Informal e Submersa: Conceitos e Distribuição de Renda. In: CAMARGO, J. M.; GIAMBIAGI, F. (Org.). **Distribuição de Renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CARVALHO, A. D. Feira de Santana e o Comércio de Gado. **Boletim Paulista de Geografia**. n. 26, p. 14-36, 1958.

CAMELÔS continuam no centro da cidade. **Feira Hoje**. Feira de Santana, p. 13, 30 abr. 1981.

CAMPOS, F. **Feiraguai**. Jornal Correio. Salvador, p. 5. 18 out. 2010.

CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A.; PIMENTEL, T. D. A institucionalização da Feira Hippie de Belo Horizonte. **Organizações & Sociedade**, v. 15, p. 63-79, 2008.

CARVALHO, I. O Setor Informal Urbano na Bahia. Políticas para o Setor Informal Urbano. **Anais do Seminário sobre Políticas para o Setor Informal Urbano do Mercado de Trabalho**. Salvador: Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social. 1977.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CELESTINO, P. L. O. **A Ação do Estado através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Feira de Santana-BA**: O Caso do Bairro Lagoa Grande. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2012.

CENTRO DAS INDÚSTRIAS DE FEIRA DE SANTANA. Município de Feira de Santana. Levantamento Sócio-econômico. Junho 2008. Disponível em: <http://www.cifs.com.br/artigos/levantamento_socio_economico.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2015.

CLEPS, G. D. G. **Comércio Informal e a Produção do Espaço Urbano em Uberlândia (MG)**. Sociedade & Natureza. Uberlândia, 21 (3): 327-339, dez. 2009.

CORRÊA, R. L. **Comércio e Espaço: Uma Retrospectiva e Algumas Questões**. Instituto de Geociências. Departamento de Geografia. Textos LAGET. Série Pesquisa e Ensino. n. 2, 2000.

_____. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. Interações Espaciais. In: CASTRO, I. E; GOMES, P.C.C., CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **O Espaço Urbano**. 2 ed.; São Paulo: Ática, 1993.

_____. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. A Rede de Localidades Centrais nos Países Subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Geografia e Estatística**. ano 50, n. 1, p. 61-83, jan/mar 1988.

COSTA, E. **A Globalização e o Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CRUZ, R. C. **A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional**. 1999. 333 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

DANTAS, E. W. C. **A Cidade e o Comércio Ambulante: Estado e Disciplinamento da Ocupação do Espaço Público em Fortaleza (1975-1995)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

_____. Apropriação do Espaço Público pelo Comércio Ambulante: Fortaleza-Ceará-Brasil em Evidência (1975 a 1995). **Scripta Nova**. Universidad de Barcelona, vol. IX, n. 202, 1 de diciembre de 2005. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-202.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

DASSOLER, E. R. As recentes transformações das atividades populares na área central de Florianópolis: o caso dos camelôs e ambulantes. **12º Encontro de Geógrafos da América Latina**. Montevideu, 2009. Disponível em: <<http://www.egal2009.com>>. Acesso em :25 jun. 2012.

DURÃES, B. J. R. **Camelôs Globais ou de Tecnologia: novos proletários da acumulação**. Salvador: EDUFBA, 2013.

FAGUNDES, M. E. M. **Informalidade na Região Metropolitana de Salvador: Um Estudo Exploratório**. 1992. 201 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

FEIRA DE SANTANA. CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES. **Lei Nº 2.800/2007**. Institui o Estatuto do Pedestre e dá outras Providências. Disponível em <http://www.leismunicipais.com.br> Acesso em 20 de setembro de 2015.

FERREIRA, M. G. T.; FREITAS, M. F. V. O Sentido das Propostas de Regiões Metropolitanas na Bahia. In: DIAS, P. C.; LOPES, D. M. F. (Org.) **Cidades Médias e**

Pequenas: Desafios e Possibilidades de Planejamento e Gestão. Salvador: SEI, 2014. (Série Estudos e Pesquisas, 95).

FONSECA, A. Â. M. **Instituição e Desenvolvimento Territorial:** o desempenho do municipal após a descentralização. Feira de Santana: Editora UEFS, 2005.

_____.; SILVA, S. C. B. M. Políticas Territoriais de Integração e Fortalecimento Urbano e Regional para o Estado da Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 17, p.15-17, 2008.

FRAFENHOFF, C. "Economic Activies". In: **Improvement of Slums and Uncontrolled Settlements**. New York: United Nations, 1971.

FREITAS, N. B. **O Descoroamento da Princesa do Sertão:** de "chão" à território, o "vazio" no processo da valorização do espaço. Universidade Federal de Sergipe. 2013. 406 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. São Cristóvão, 2013.

_____. **Urbanização em Feira de Santana:** Influência da Industrialização. 1970-1996. 1998. 182 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

GARCEZ, K. M. G. **Cidade monocêntrica ou cidade policêntrica ? Discussões sobre o centro urbano de uma cidade com quase quatro séculos.** 12º Encontro de Geógrafos da América Latina. Montevidéu, 2009. Disponível em www.egal2009.com Acesso em 25 de junho de 2012.

GEIGER, P. P. **Evolução da Rede Urbana Brasileira.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1963.

GOMES, P. C. C. **A Condição Urbana:** Ensaios de Geopolítica da Cidade. 2 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Acelerado.

HAESBAERT, R. **Regional-Global:** Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **Territórios Alternativos.** São Paulo: Contexto, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 05 dez. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 25 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico – 2010.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades (REGIC).** Rio de Janeiro: 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Economia Informal Urbana**. 2003. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Economia Informal Urbana**. 1997. Departamento de Emprego e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: 1958. XX Volume.

KITAMURA, C. K.; RIBEIRO Fº, V. **Comércio e Serviços Informais na Área Central de Uberlândia-MG**: Uma Reflexão sobre a Dinâmica dos Camelôs. 12º Encontro de Geógrafos da América Latina. Montevideu, 2009. Disponível em www.egal2009.com Acesso em 25 de junho de 2012.

KITAMURA, C. K.; MIRANDA, M.; RIBEIRO FILHO, V. O Comércio e Serviços Ambulantes: Uma Discussão. **Caminhos de Geografia**. Universidade Federal de Uberlândia. v. 8, p. 20-26, 2007.

LEAHY, W. H.; McGEE, D. L. D. **Spatial Economic Theory**. New York: The Free Press, 1970.

LÉDA, R. L. M. Centralidade Urbana, Configuração regional e Nexos entre Determinações Econômicas e Contingências Políticas. In: DIAS, P. C.; SANTOS, J. (Org.) **Cidades médias e pequenas**: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos. Salvador: SEI, 2012. 238 p. II (Série estudos e pesquisas, 94).

LEFEBVRE, H. **O Direito a Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LINS, P. ELIAS, D. Reestruturação Produtiva da Agropecuária e Novas Dinâmicas Territoriais: a cidade do campo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em CD.

MAIA, A. C. N. Comércio de Rua X Poder Público: O Caso da Cidade de Salvador (BA). **Bahia: Análise & Dados**. Salvador, v. 25, n. 2, p. 455-474, abr./jun. 2015.

_____. **Circuitos e Redes do Comércio de Rua em Salvador, Bahia**: Uma Análise Geográfica. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociência. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

MALAGUTI, M. L. **Crítica à Razão Informal**: A Imaterialidade do Salarizado. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUEFES, 2000.

MARICATO, E. **Brasil, Cidades**: alternativas para a crise urbana. 4 ed., Petrópolis, Vozes, 2011.

MARTINS, R. L. Políticas Urbanas, Modernização da “Pobreza” e Constituição dos Lugares na Cidade. 12º **Encontro de Geógrafos da América Latina**. Montevideu, 2009. Disponível em: <<http://www.egal2009.com>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

MATELA, I. P.; HIRT, C. A Construção do “Camelódromo” de Porto Alegre e suas Implicações na Reorganização Espacial do Centro da Cidade. **12º Encontro de Geógrafos da América Latina**. Montevideu, 2009. Disponível em: <<http://www.egal2009.com>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

MATTOS, C. A. de. **Globalización y metamorfosis urbana em América Latina**. Quito: OLACCHI: MDMQ, 2010. (Textos urbanos, v. 4).

MELAZZO, E. S. Marília: Especialização Industrial e Diversificação do Consumo. Trajetórias de uma Cidade Média. In: SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. **Agentes Econômicos e Reestruturação Urbana e Regional**: Chillán e Marília. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Documentos Temáticos Elaborados como Subsídios da Proposta** – PNOT – Versão para consulta. Logística e Ordenamento do Território. Brasília, 2006.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **LEI Nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. Disponível em <<http://www.bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Portal do Trabalho e Emprego. Disponível em <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 11 dez. 2013.

MONTEIRO, J. L. **Interesses Hegemônicos na Margem da Periferia**: Ação Política de Dirigentes Industriais em Feira de Santana (1963-1983). 2009. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

MONTENEGRO, M. R. **O Circuito Inferior da Economia Urbana na Cidade de São Paulo no Período da Globalização**. 2006. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MONTESSORO, C. C. L. **Centralidade Urbana e Comércio Informal**: Os Novos Espaços de Consumo no Centro de Anápolis – GO. 2006. 355 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2006.

MORSE, M. R. **A Evolução das Cidades Latino Americanas**. São Paulo: CEBRAP, Brasiliense, 1975.

MOURA, R. Questões sobre a Formação de Regiões Metropolitanas. In: DIAS, P. C.; LOPES, D. M. F. (Org.) **Cidades Médias e Pequenas**: desafios e possibilidades do planejamento e gestão. Salvador: SEI, 2014. (Série Estudos e Pesquisas, 95).

NASCIMENTO, C. J. S. Inserção de Feira de Santana na região econômica do Paraguaçu. In: **Desenvolvimento regional**: análises do nordeste e da Bahia. SEI, 2006. 186 p. il. (Série Estudos e Pesquisas, 73).

_____. **Caracterização das Relações Formais e Informais no Mercado de Trabalho de Feira de Santana.** Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Ciências Econômicas. Mestrado em Economia. Salvador, 1996.

OLIVEIRA, E. L. Circuito Inferior da Economia Urbana e Mídia Impressa em Londrina/PR. **Anais do VI Encontro Nacional de Geógrafos.** Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.agb.org.br>>. Acesso em: 17 de jan. 2014.

OLIVEIRA, B. S. **A Rede Urbana em Tese:** Contribuições Teóricas Rumo ao Novo Milênio. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, 2005. Disponível em CD.

OLIVEIRA, F. **A Economia Brasileira:** Crítica à Razão Dualista. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, J. S. A. **Território e Estado:** Uma leitura da reorganização territorial através das políticas públicas de habitação para o município de Feira de Santana. 2012, 152 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

PACHECO, L. B. P. **Trabalho e Costume de Feirantes de Alimentos:** Pequenos Comerciantes e Regulamentações do Mercado em Feira de Santana (1960/1990). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2008.

PAMPLONA, J. B. **O comércio de rua na cidade de São Paulo:** evolução recente, perfil e política de regulação. Rio de Janeiro: BNDES/ANPEC, 2010. (Texto para discussão).

PERES, M. M.; FAMÁ, R. Ativos Intangíveis e o Desempenho Empresarial. **Revista Cont. Fin.** – USP, São Paulo, n. 40, p. 7 – 24, jan./abr. 2006.

PINTAUDI, S. M. A Cidade e as Formas do Comércio. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) **Novos Caminhos da Geografia.** 5 ed.; São Paulo: Contexto, 2007. (Caminhos da Geografia).

POCHMANN, M. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil:** avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

_____. Desemprego no Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2009.

POPPINO, R. E. **Feira de Santana.** Salvador: Itapuã, 1968.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. **Centro de Comércio Popular:** reuniões com camelôs serão setoriais. Disponível em: <<http://www.feiradesantana.ba.gov.br/noticias>>. Acesso em: 07 mar. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. **Projeto Cabana.** Feira de Santana, 1974.

PRADO Jr., C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 1 edição, 1945. 46ª reimpressão, 2004.

QUEIROZ, A. M. V. de L. **Da Rua para o Shopping Feiraguay**: Desenho Urbano e Memória Visual do Comércio Popular em Feira de Santana, BA (1970-2012). 2013. Dissertação (Mestrado em Desenho, Cultura e Interatividade) - Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade, Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REPRESENTANTE dos camelôs diz que ruas são ocupadas com o consentimento de políticos de Feira de Santana e que propostas do Pacto não atendem a classe. *Jornal Grande Bahia*. Feira de Santana, 25 de fev. 2013. Disponível em: <<http://www.jornalgrandebahia.com.br>>. Acesso em: 13 mar. 2014

SALGUEIRO, T. B. Cidade Pós-Moderna: Espaço Fragmentado. **Revista Território**. Rio de Janeiro. n 4, jan/jun, p. 39-53, 1998.

SALVITTI, A.; et al. O Trabalho do Camelô: Trajetória Profissional e Cotidiano. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. São Paulo: 1999, n. 2, v. 1, p. 1-23.

SANTOS, C. R. **Shopping Popular Feiraguai**: Estudos sobre a Produção de um Espaço de Comércio em Feira de Santana-BA. 2016. 221 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2016.

_____. **Interações Espaciais e as Redes entre o Comércio de Hortaliças do Centro de Abastecimento e os Supermercados da Cidade de Feira de Santana – BA**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SANTOS, C. R. B. **Reorganização do Espaço Agrário e (Des)Territorialização das Relações Tradicionais**: o caso do projeto hidroagrícola platô de Neópolis (Da utopia do Estado, à realidade dos trabalhadores rurais). 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia). Núcleo de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 1996.

SANTOS, J. L. In: Regiões Metropolitanas sem Metrópoles? Uma Análise das Novas Propostas na Bahia. DIAS, P. C.; LOPES, D. M. F. (Org.) **Cidades Médias e Pequenas**: Desafios e Possibilidades de Planejamento e Gestão. Salvador: SEI, 2014. (Série Estudos e Pesquisas, 95).

SANTOS, J. P. Reestruturação Urbana e Desenvolvimento Local em Feira de Santana – BA. In: Seminário de Urbanismo na Bahia – urbBA [12], 2012, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2012. Disponível em http://www.lugarcomum.ufba.br/urbanismonabahia/arquivos/anais/ex1_reestruturacao-urbana.pdf. Acesso em: 17 jan. 2016.

SANTOS. M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e Sociedade no Início do Século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido**: Os Dois Circuitos da Economia. São Paulo: EDUSP, 2008a. 1 reimpressão.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: EDUSP, 2008b. (1 ed., 1 reimpr.).

_____. **Por Uma Outra Globalização**: Do pensamento único à consciência universal. 13 ed., Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. A Rede Urbana do Recôncavo. 1959. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo. (Org.) **Recôncavo da Bahia**: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

_____. **Por uma Economia Política da Cidade**: O Caso de São Paulo. São Paulo: HUCITEC, 1995.

_____. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

SANTOS, R. J.; REZENDE, L. A Economia Informal, a cidade e os ambulantes: lugares e estratégias em Uberlândia-MG. **Sociedade e Natureza**. V. 14, n. 26/9, 2002/2003, p. 75-100.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Quando e como ocorre a transição de MEI para Microempresa. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 23 set. 2014.

SENRA, N. C. Contribuição para estudos sobre comercialização de produtos agrícolas. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, n. 7, vol. 14, p. 47-60, 1977.

SHOPPING BOULERVARD. **Cada vez mais Completo**. Disponível em <<http://www.boulevardfeira.com.br/shopping>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

SILVA, C. M. **A Princesinha do Sertão agora é Metrôpole?! Uma Análise do Processo de 'Metropolização' de Feira de Santana-BA**. 2014. 226 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociência. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SILVA, G. M.; SANTOS, L. F. O Mercado Informal em Belém – A Territorialidade dos Ambulantes. **Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre, 2010. Disponível em <<http://www.agb.org.br>>. Acesso em: 04 jan.2014.

SILVA, E. S; SANTOS, M. C.; SILVA, J. B. Comércio Informal no Centro de Fortaleza: Beco da Poeira e Feira da Sé. **Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre, 2010. Disponível em <<http://www.agb.org.br>>. Acesso em: 04 jan. 2014.

SILVA, S. C. B. M. **Desequilíbrios e Desigualdades Regionais no Brasil e nos Estados Brasileiros**. João Pessoa: Grafset, 2008.

_____. Regionalização e crescimento urbano: o caso da Bahia. In: **Organização regional no Brasil**. Cadernos da UnB. Brasília: Universidade de Brasília, 1978.

SILVA, S. C. B. M. ; SILVA, B.-C. N. Dinâmica recente do processo de urbanização/metropolização (1931-1985). In: SILVA, S. C. B. M.; LEÃO, S. O.; SILVA, B.-C. N. **Urbanização e Metropolização no Estado da Bahia**: evolução e dinâmica. Salvador: UFBA, 1989. P. 186-257

_____. **Estudos sobre Globalização, Território e Bahia**. 2 ed. Salvador: UFBA, Mestrado em Geografia, 2006.

_____.; LEÃO, S. O. **O Subsistema Urbano-Regional de Feira de Santana**. Recife: SUDENE, 1985.

SILVEIRA, M. L. **Confines de la racionalidad**: el espacio geográfico contemporáneo. Texto apresentado no XI Encontro de Geógrafos da América Latina, Bogotá D.C, 2007.

_____. São Paulo: os dinamismos da pobreza. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (Org.). **Geografias de São Paulo** - Representação e Crise da Metrópole. São Paulo: Contexto, 2004a.

_____. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. In: **Cuaderno del CENDES**. ano 21, n. 57, 2004b.

SINGER, P. **Economia Política do Trabalho**. Elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego da força de trabalho no desenvolvimento capitalista. São Paulo: HUCITEC, 1979.

SJOBERG, G. Origem e Evolução das Cidades. In: DAVIS, K. (et al). **Cidades – A Urbanização da Humanidade**. Jorge Zahar Editor, 1972.

SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas**. Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, E. C. **Organização Espacial e a Utilização do Espaço Público pelos Feirantes e Ambulantes da Rua Marechal Deodoro da Fonseca, Feira de Santana – BA**. 2013. 67 f. Monografia de Conclusão de Curso - Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013.

SOUZA, E. J. C. **Políticas territoriais do estado da Bahia**: regionalização e planejamento. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SOUZA, M. L. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. 3 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SPOSITO, M. E. B. A Urbanização da Sociedade e Novas Espacialidades Urbanas. In: OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M. C. N.; CORRÊA, A. M. (Org.). **O Brasil, a América Latina e o Mundo**: espacialidades contemporâneas (II). Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. Vol. II, p. 61-74.

_____. O Centro e as Formas de Expressão da Centralidade Urbana. **Revista de Geografia**. São Paulo: UNESP, n. 10, p. 1-18, 1991.

STORPER, M. **The Regional Word**. New York: The Guilford Press, 1997.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **Estatística dos Municípios Baianos**. Salvador: SEI, 2010. v. 12, 332 p. il.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **Produto interno Bruto dos Municípios**. Nova Base – 201-2013. Salvador: SEI, 2016. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em 13 out. 2016.

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, F., GUERRA, O. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **BAHIA: Análise & Dados**. Salvador: SEI, v. 10, n. 1, jul. 2000, p. 87-99.

TELLES, V. S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/ Lincoln Institute, 2001.

VITTE, C. C. S. Desenvolvimento econômico local e território: o caso dos municípios da região metropolitana de Campinas (SP). **12º Encontro de Geógrafos da América Latina**. Montevideu, 2009. Disponível em: <<http://www.egal2009.com>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

WHITACKER, A. M. **Reestruturação Urbana e Centralidade em São José do Rio Preto**. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2003. Tese de Doutorado.

YÁGIZI, E. **O Mundo das Calçadas**. São Paulo: Humanitas/FFLCH6/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ZORZO, F. A. Retornando à História da Rede Viária Baiana: O Estudo dos Efeitos do Desenvolvimento Ferroviário na Expansão da Rede Rodoviária da Bahia (1850-1950). **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 22, p. 99-115, jan.-jun. 2005.

ANEXOS

Anexo A – Estabelecimentos públicos de saúde em Feira de Santana e municípios da microrregião geográfica – 2016

(Continua)

Tipos de estabelecimento	Municípios											
	Água Fria	Anguera	Antonio Cardoso	Conceição da Feira	Conceição do Jacuípe	Coração de Maria	Elísio Medrado	Feira de Santana	Ipecaetá	Ipirá	Irará	Itatim
Academia da Saúde Central de Regulação Central de Regulação dos Serviços de Saúde Central de Regulação Médica das Urgências								1 1 1 1				1
Centro de Apoio a Saúde da Família				1		1						
Centro de Atenção Psicossocial				1		1		5	1	1	1	1
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	7	4	6	9	6	8		113	5	12	7	7
Clínica Especializada/ Ambulatório Especializado	1			1	2	1	2	269	1	6	1	
Consultório Cooperativa				2	11	2		142 5		10	6	
Farmácia		1						3		1		
Hospital Dia								7				
Hospital Especializado								15				
Hospital Geral	1	1		1	2	1	1	7	1	1	1	1
Policlínica				1	1			11			2	
Posto de Saúde		4	3		2		6	1		3	5	

Anexo A – Estabelecimentos públicos de saúde em Feira de Santana e municípios da microrregião geográfica – 2016

(Conclusão)

Tipos de estabelecimento	Municípios											
	Água Fria	Anguera	Antonio Cardoso	Conceição da Feira	Conceição do Jacuípe	Coração de Maria	Elísio Medrado	Feira de Santana	Ipecaetá	Ipirá	Irará	Itatim
Pronto Atendimento								1				
Pronto Socorro Especializado								1				
Secretaria de Saúde	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1
Serviço de Atenção Domiciliar								1				
Isolado/Home Care												
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia				3	2	1		64		3	1	1
Unidade de Vigilância em Saúde												
Unidade Mista												1
Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar				1				9				1
Urgência e Emergência												
Unidade Móvel Terrestre								1				
Total	10	11	10	21	27	16	10	661	9	38	25	15

Anexo A – Estabelecimentos públicos de saúde em Feira de Santana e municípios da microrregião geográfica – 2016

(Continua)

Tipos de estabelecimento	Municípios											
	Ouriçangas	Pedrão	Pintadas	Rafael Jambeiro	Santa Bárbara	Santa Teresinha	Santanópolis	Santo Estevão	São Gonçalo dos Campos	Serra Preta	Tanquinho	Teodoro Sampaio
Academia da Saúde Central de Regulação Central de Regulação dos Serviços de Saúde Central de Regulação Médica das Urgências			1			1		1		1	1	
Centro de Apoio a Saúde da Família		1										1
Centro de Atenção Psicossocial				1	1			1	1			
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	4	5	3	9	7	4	3	13	11	8	3	5
Clínica Especializada/ Ambulatório Especializado	1		3	1	1			5			1	
Consultório Cooperativa					2			7	8			
Farmácia Hospital Dia Hospital Especializado			1	1			1					1
Hospital Geral Policlínica	1	1		1	1	1		2	1		1	
Posto de Saúde				10	2	4	1	5				1

Anexo A – Estabelecimentos públicos de saúde em Feira de Santana e municípios da microrregião geográfica – 2016

(Conclusão)

Tipos de estabelecimento	Municípios											
	Ouriçangas	Pedrão	Pintadas	Rafael Jambeiro	Santa Bárbara	Santa Teresinha	Santanópolis	Santo Estevão	São Gonçalo dos Campos	Serra Preta	Tanquinho	Teodoro Sampaio
Pronto Atendimento												
Pronto Socorro												
Especializado												
Secretaria de Saúde	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Serviço de Atenção Domiciliar												
Isolado/Home Care												
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia								4	1			
Unidade de Vigilância em Saúde						1						1
Unidade Mista			1				1			1		
Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar						1						
Urgência e Emergência												
Unidade Móvel Terrestre												
Total	7	8	10	24	16	13	7	42	24	11	7	10

Fonte: DATASUS, 2016.

Anexo B – Cursos de educação superior na área de saúde – Feira de Santana -2016
(Continua)

Instituição	Curso	Nível
UEFS	Ciências Biológicas Educação Física Enfermagem Farmácia Medicina Odontologia Psicologia	Graduação
	Biologia Celular	Pós-Graduação Lato Sensu
	Ciências Farmacêuticas Saúde Coletiva	Pós-Graduação Stricto Sensu
	Enfermagem Saúde Coletiva	Mestrado Profissional
FAT	Enfermagem Medicina Veterinária Nutrição Psicologia	Graduação
	Análises Clínicas e Toxicológicas Auditoria em Saúde e Gestão de Saúde Enfermagem em Centro Cirúrgico e Central de Material e Esterilização Gestão Hospitalar e de Serviços de Saúde Hematologia e Hemoterapia Obstetrícia Saúde Pública com Ênfase na Saúde da Família Urgência e Emergência	Pós-Graduação Lato Sensu
UNEF	Biomedicina Enfermagem Farmácia Fisioterapia Nutrição Odontologia	Graduação
FAN	Biomedicina Educação Física Enfermagem Fisioterapia Nutrição Psicologia	Graduação

Anexo B – Cursos de educação superior na área de saúde – Feira de Santana -2016
(Conclusão)

Instituição	Curso	Nível
FAN	Auditoria e Gestão em Saúde com Ênfase Prática Biomedicina no Diagnóstico por Imagem Enfermagem Dermatológica Fisiologia do Exercício Fisioterapia Hospitalar com Ênfase Prática Fisioterapia Traumato-ortopédica Nutrição Clínica Funcional Nutrição e Fisioterapia Psicologia da Saúde com Ênfase em Psicologia Hospitalar Psicologia em Recursos Humanos Saúde Pública	Pós-Graduação Lato Sensu
FAN	Psicologia da Saúde com Ênfase em Psicologia Hospitalar Psicologia em Recursos Humanos Saúde Pública	Pós-Graduação Lato Sensu
FTC	Biomedicina Educação Física Enfermagem Farmácia Fisioterapia Medicina Veterinária Nutrição Odontologia	Graduação
	Auditoria dos Serviços em Saúde Avaliação Psicológica Enfermagem na Urgência, Emergência e UTI Enfermagem na UTI Neonatal e Pediátrica Neuropsicologia Nutrição Clínica e Funcional Saúde Materno Infantil Saúde Mental com Ênfase em Dependência Química, Família e Comunidade	Pós-Graduação Lato Sensu

Fonte: Páginas das instituições. Disponível em: <<http://www.uefs.br>>; <<http://www.fat.edu.br>>; <<http://www.ftc.edu.br>>; <<http://www.unef.edu.br>>; <<http://www.fan.edu.br>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

Anexo C – Distribuição das agências bancárias em Feira de Santana e microrregião geográfica – 2016

(Continua)

Município	Banco	Tipo de Agência					
		AB	PAE	PAA	PAB	PCP	Total
Água Fria	Bradesco	1	1	-	-	-	2
	Banco do Brasil	1	1	-	-	-	2
Anguera	Bradesco	-	1	1	-	-	2
Antonio Cardoso	Bradesco	-	1	1	-	-	2
Conceição da Feira	Bradesco	-	1	-	-	-	1
	Banco do Brasil	1	1	-	-	-	2
Coração de Maria	Bradesco	-	1	1	-	-	2
	Banco do Brasil	1	1	-	-	-	2
	Caixa Econômica	1	1	-	-	-	2
	Federal	-	-	-	-	-	-
Elísio Medrado	Bradesco	-	1	1	-	-	2
Feira de Santana	Bradesco	6	22	1	3	-	32
	Banco do Brasil	7	12	-	3	-	22
	Banco do Nordeste	2	-	-	-	-	2
	Banco Santander	4	3	-	3	-	10
	Banco Triângulo	1	-	-	-	-	1
	Caixa Econômica	7	18	-	3	-	28
	Federal	-	-	-	-	-	-
	SICOOB	-	3	-	-	-	3
	HSBC	1	3	-	-	-	4
	Itaú	7	-	-	2	5	14
Ipecaetá	Bradesco	1	1	-	-	-	2
Ipirá	Bradesco	1	1	-	-	-	2
	Banco do Brasil	1	1	-	-	-	2
	Banco do Nordeste	1	1	-	-	-	2
	Caixa Econômica	1	1	-	-	-	2
	Federal	-	-	-	-	-	-
Irará	Bradesco	2	1	-	-	-	3
	Banco do Brasil	2	1	-	-	-	3
	Caixa Econômica	1	1	-	-	-	2
	Federal	-	-	-	-	-	-
Itatim	Bradesco	1	1	-	-	-	2
Ouriçangas	Bradesco	-	1	-	-	-	1
Pedrão	Bradesco	-	1	-	-	-	1
	Banco do Brasil	-	1	-	-	-	1
Pintadas	Bradesco	-	1	1	-	-	2
Rafael Jambeiro	Bradesco	-	1	-	-	-	1
	Banco do Brasil	-	1	-	-	-	1
Santa Bárbara	Bradesco	-	1	-	-	-	1
	Banco do Brasil	-	1	-	-	-	1
Santa Teresinha	Bradesco	-	1	1	-	-	2
Santanópolis	Banco do Brasil	-	1	-	-	-	1

Anexo C – Distribuição das agências bancárias em Feira de Santana e microrregião geográfica – 2016

(Conclusão)

Município	Banco	Tipo de Agência					
		AB	PAE	PAA	PAB	PCP	Total
Santo Estevão	Bradesco	1	2	1	-	-	4
	Banco do Brasil	1	1	-	-	-	2
	Caixa Econômica	1	1	-	-	-	2
	Federal						
São Gonçalo dos Campos	Bradesco	1	2	-	-	-	3
	Banco do Brasil	1	-	-	-	-	1
	Caixa Econômica	1	1	-	-	-	2
	Federal						
Serra Preta	Bradesco	1	1	-	-	-	2
Tanquinho	Banco do Brasil	1	1	-	-	-	2
Teodoro Sampaio	Banco do Brasil	1	1	-	-	-	2

Fonte: FEBRABAN, 2016. Disponível em <<http://www.portal.febraban.org.br>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

PAA – Posto Avançado de Atendimento

PAE – Posto de Atendimento Eletrônico

PAB – Posto de Atendimento Bancário

PCP – Posto de Câmbio Permanente

APÊNDICES

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE NÚCLEO DE PÓSGRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DOUTORADO EM GEOGRAFIA

FORMULÁRIOS – COMERCIANTES

Local Pesquisado () Marechal () Senhor dos Passos () Sales Barbosa () Bernadino Bahia

() Nordeste () Feiragui () Fundo do SAC

Tipo de comércio:

() Confecções () Calçados () Cd/Dvd () Bijouterias () Alimentos () Eletroeletrônicos

Tipo de equipamento:

() Barraca de madeira () Barraca de zinco () Barraca de metal e lona () Carro-de-mão

() Lona estendida no chão () Cesto na mão () Outros _____

1) Qual o local de seu nascimento?

() Feira de Santana Bairro _____ () Outro município _____

2) Quanto tempo nesse ramo? _____ Idade _____

3) Quanto tempo nesse local? _____

4) Por que trabalha aqui?

5) Quais instrumentos utiliza na comercialização:

() Dinheiro () Máquina de crédito/débito () Caderneta () Nota

6) Investimento no negócio: () Alto () Médio () Baixo

7) Utiliza mão-de-obra qualificada?

() Sim () Ensino Médio () Curso Técnico () Curso Universitário () Não

8) Tem empregados? () Sim Quantos? _____ Quanto tempo? _____

9) Consegue ter lucro? _____

10) Tem acesso a financiamento ou algum benefício dos bancos?

11) Algum órgão (SEBRAE, SENAC, SENAI, Banco do Nordeste ou outros bancos) vem dar assessoria? O que oferecem?

() cursos de capacitação () relocação para outros espaços da cidade

() emprego com carteira assinada () relocação para camelódromo

12) Aparece alguém da prefeitura? Cobram impostos?

13) Qual a origem do produto comercializado?

14) Com que mercadoria trabalha?

15) Como faz para ter acesso a mercadoria?

16) Quem são os clientes?

17) Familiares trabalham com essa ocupação?

() Pai () Mãe () Irmão () Filho () Outro parente

18) Tinha ou tem outra ocupação anterior a esta?

19) Pertence a algum sindicato? () Sim
Por que não pertence?

20) Compra no Centro de Abastecimento para a revenda?

21) Onde guarda a mercadoria e o material de trabalho?

22) Há entrega do produto no local?

23) Como acontece a entrada de novos vendedores? Se eu resolver vender como faço?

24) Sabe de onde vem os clientes?

25) Tem interesse no Shopping popular ou em permanecer neste local?

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE NÚCLEO DE PÓSGRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DOUTORADO EM GEOGRAFIA

FORMULÁRIOS – CONSUMIDORES

Local Pesquisado () Marechal () Senhor dos Passos () Sales Barbosa () Bernadino Bahia

() Nordeste () Feiragui () Fundo do SAC

Tipo de comércio:

() Confecções () Calçados () Cd/Dvd () Bijouterias () Alimentos () Eletroeletrônicos

Tipo de equipamento:

() Barraca de madeira () Barraca de zinco () Barraca de metal e lona () Carro-de-mão

() Lona estendida no chão () Cesto na mão () Outros _____

1) Qual o local de origem?

() Feira de Santana Bairro _____ () Outro município _____

2) Quanto tempo compra neste tipo de comércio?

3) Por que compra aqui?

4) Como paga suas compras?

() Dinheiro/Espécie () Cartão de crédito/débito () Outro modo

5) Compra sempre no mesmo comerciante?

6) Costuma comprar (em valores):

() Muito () Médio () Pouco

7) Tem um período do ano que compra mais? _____

8) O que acha da criação de um shopping popular para a colocação desses comerciantes?

9) Iria até um shopping popular para comprar algum produto?

10) Já foi entrevistado por alguém da prefeitura ou de alguma empresa particular sobre a transferência dos comerciantes para um local fechado ou sua permanência onde estão?
